



Economia Solidária em Londrina

aspectos conceituais e a experiência institucional



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Reitora

Nádina Aparecida Moreno

Vice-Reitora

Berenice Quinzani Jordão

Benilson Borinelli
Luis Miguel Luzio do Santos
Sinival Osório Pitaguari
(Organizadores)

**ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LONDRINA
ASPECTOS CONCEITUAIS E A
EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL**

Universidade Estadual de Londrina

Londrina
2010

Capa
Ana Lúcia Oliveira Vilela

Editoração e Arte Final
Maria de Lourdes Monteiro

Revisão
Verônica Merlin

Impressão e Acabamento
Midiograf

Catálogo elaborado pela Bibliotecária Roseli Inacio Alves
CRB 9/1590

E19 Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência
 institucional / (organizador) Benilson Borinelli...[et al.] – Londrina:
 UEL, 2010.
 224 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7846-004-4

1. Economia solidária – Londrina. 2. Cooperativismo. 3. Terceiro
setor. 4. Trabalho. I. Borinelli, Benilson. II. Título.

CDU 334(816.22)

SUMÁRIO

I PARTE

Socioeconomia Solidária: propostas e perspectivas	01
<i>Luis Miguel Luzio dos Santos, Benilson Borinelli</i>	
As Motivações e Desafios para a Consolidação da Economia Solidária	25
<i>Sinival Osório Pitaguary, Márcia Regina Gabardo da Câmara</i>	
O pluralismo jurídico e economia solidária: um novo olhar.....	51
<i>Francisco Quintanilha Vêras Neto</i>	
A economia solidária na perspectiva do desenvolvimento local	71
<i>Terezinha Saracini Ciriello Mazzetto, Moara Cristina Rodrigues, Rita Margonato, Gino Marzio Ciriello Mazzetto</i>	
A Extensão e a Economia Solidária: Agenda de Desenvolvimento Sustentável	91
<i>Paulo Bassani</i>	

II PARTE

Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – INTES/UUEL: História e Desafios	107
<i>Sandra Maria Almeida Cordeiro, Rosely Jung Pisicchio, Jeise Cristina Alves, Luciana Santos Batista, Ana Claudia Bansi, Vivian Castilho Clemente, Mariana Alves de Oliveira, Henrique Medina Sanches</i>	
Centro Público de Economia Solidária: o desafio da construção coletiva....	119
<i>Olavo Aparecido Costa, Sandra Regina Nishimura</i>	
Economia Solidária em Londrina: potencialidades e desafios	137
<i>Zuleica Gomes Cruz, Luis Miguel Luzio dos Santos</i>	
Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina.....	153
<i>Sandra Regina Nishimura, Maria Luiza Amaral Rizzotti</i>	
A Interdisciplinaridade e a Supervisão de Alunos na Incubadora de Empreendimento Solidários – INTES/ UEL	183
<i>Sandra Maria Almeida Cordeiro, Rosely Jung Pisicchio, Jeise Cristina Alves, Luciana Santos Batista, Sônia Maria Ferreira, Vivian Castilho Clemente</i>	
OS AUTORES	197

PREFÁCIO

No Brasil até meados da década 1990, a visão predominante sobre o desenvolvimento era que bastava crescer economicamente ou acabar com a inflação para superar a pobreza no país. Na visão econômica ortodoxa, o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, representado basicamente pela evolução do PIB per capita por existir uma correlação entre ele e outros indicadores de qualidade de vida. Nesta visão acreditou-se que o crescimento econômico generalizado traria mudanças que beneficiaria não só os mais ricos, como também os mais pobres, permitindo-lhes acesso a bens materiais e imateriais. Entretanto, esta perspectiva não se confirma nas décadas de 1950 e 1970, pois o crescimento não beneficiou a contento as faixas de população mais empobrecidas, apesar do aumento da produtividade macroeconômica.

O processo de concentração de riqueza e exclusão social teve continuidade e o país é marcado por desigualdades sociais elevadas e persistentes. A concentração de renda é evidente. Basta observar que temos uma pequena elite rica, onde os 10% mais ricos detêm 50% da renda nacional e a massa de pobres, detentora de pouca renda representa 50% e detém menos de 10% da renda nacional. Entretanto, segundo o professor Hoffman da Universidade Estadual de Campinas, ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), ele afirma que no plano geral, houve uma visível diminuição na disparidade de renda para a população economicamente ativa a partir de 1995 e também uma nítida redução na desigualdade quanto à distribuição de renda domiciliar *per capita*, a partir de 2001.

Além disso, considerando as atuais turbulências da economia mundial, especialmente nos grandes centros, observamos que o Brasil se encontra em situação surpreendentemente estável até o presente momento. Há uma estabilização da inflação em torno de 4,5%; crescimento médio anual do PIB em 3,1% contra 2,1% do período anterior e também muitas pessoas saíram da situação de pobreza e muitos novos empregos foram criados.

Com efeito, melhorias sociais ocorreram, o mercado de trabalho foi em grande parte preservado e certa estabilidade social pode ser observada em meio a um dinamismo econômico que contrasta com outros países. Não obstante os avanços realizados, o país encontra-se a muita distância de ter resolvido antigos e recorrentes problemas, notadamente no que diz respeito à questão social. É nesta direção que este livro ocupará importante espaço, tanto pela abrangência dos assuntos tratados sobre a realidade local como

pela profundidade das reflexões teóricas realizadas. Tenho convicção que este é o objetivo central de seus organizadores (Benilson Borinelli, Luis Miguel L. dos Santos e Sinival Osório Pitaguari) ao convidar profissionais de várias áreas do conhecimento, que atuam tanto no meio universitário como em outros segmentos da sociedade, para expor suas idéias. Distribuídos em duas partes, uma mais conceitual e histórica e outra que demonstra as ações práticas no campo das políticas públicas, estão reunidos 10 textos que abordam pontos relevantes para olharmos o nosso futuro, em especial da economia solidária.

Neste prefácio, pretendo guiar o leitor em reflexões que permitam uma contextualização dos artigos reunidos neste livro. Nesse sentido, iniciamos avaliando que o Brasil não é um país pobre, mas de muitos pobres. Esta desigualdade na distribuição da renda esta associada não só a distribuição dos rendimentos, mas também a falta de ativos e oportunidades. Os pobres tem menor acesso a infraestrutura, a propriedade de imóveis, educação, formação profissional e capital social, que os não pobres. A falta de acesso a este ativos tornam os mais pobres mais vulneráveis às mudanças econômicas e da renda e com menores oportunidades de aproveitar oportunidades disponíveis. Já apontado em outros estudos, a chamada “questão de berço”, permite a transmissão intrageracional da situação socioeconômica e está também entre os fatores que explicam a distância entre ricos e pobres.

Desta forma, em grande parte, a renda dos ricos é destinada a reprodução e aumento da sua riqueza, ao passo que os não ricos ficam restritos a usar sua renda para as necessidades básicas e com isso, não conseguem constituir capital cultural e social para a superação da pobreza.

Este processo, mais visível com os trabalhadores das cidades, está muito presente no campo. A diminuição da desigualdade não se verifica também com os trabalhadores do setor agrícola. De acordo com dados levantados, isto se dá, basicamente, em razão de que há um contingente muito alto de trabalhadores agrícolas no mercado de trabalho informal recebendo remunerações significativamente mais baixas.

Recentemente, a Secretaria Social da Presidência da República (2009), chamou a atenção para a importância da agricultura familiar, destacando que ela responde por 38% do valor da produção e é responsável por garantir a segurança alimentar do país ao gerar produtos da cesta básica consumida pelos brasileiros.

Em suma, embora exista um dinamismo econômico apreciável, numa conjuntura econômica internacional desfavorável e em que pese certa diminuição da desigualdade social, o país continua a ser um recordista mundial quanto a má distribuição de renda e está longe de ter erradicado a pobreza.

Portanto, a mudança desta situação exige intervenção exógena. Os mecanismos de mercado não tem capacidade sozinhos de criarem as condições necessárias para a superação da pobreza, sendo preciso a intervenção e o papel do Estado para facilitar o acesso aos ativos necessários para a superação desta condição.

Entretanto, é preciso ponderar que as políticas de Estado, entendidas como compensatórias, que envolvem transferência direta de renda, os seus efeitos são sentidos de forma imediata, mas quando são retiradas, os beneficiários voltam a situação original. Por isso precisam vir acompanhadas de medidas estruturantes, como: educação, regularização fundiária, microcrédito e infraestrutura, as quais geralmente provocam efeitos mais duradouros.

Estudos desenvolvidos já demonstraram que o repasse direto de renda, como o Bolsa Família, microcrédito, fomento a economia solidária, por serem mais focalizados tem capacidade de apresentar resultados positivos.

O perfil das famílias beneficiadas pelo Programa, numa análise divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, indica que ele eleva a renda da população atendida em 48,7%. Segundo o Ministério, o efeito geral do Programa foi diminuir o tamanho da população em extrema pobreza, que era de 12% para um patamar de 4%. Mas ainda estamos longe de uma redução rápida do nível de desigualdade.

Portanto, conjugado a este e outros programas de repasse direto de renda, é preciso desenvolver iniciativas que tenham capacidade de permitir acesso a ativos que sejam estruturantes para viabilizar as “portas de saídas” para a população que hoje ainda depende dele.

Na linha das ações estruturantes para ampliar os ativos que permitam melhorar a situação econômica e social dos mais pobres, está a geração de formas de organização produtiva autogestionária nos moldes da economia solidária, incluindo articulação local que fomente e potencialize o capital social.

Lembrando que o processo de concentração de riqueza e exclusão social, em meados dos anos 1970, fez surgir novas teorias conhecidas como de desenvolvimento local ou territorial endógeno que criticaram as anteriores por não levarem em consideração as reais necessidades das pessoas e por não incorporarem essas mesmas pessoas no processo de formulação e execução das políticas públicas. Nesta abordagem o foco passa a ser a localidade, entendendo que os elementos fortes para promover o desenvolvimento estão nas próprias comunidades.

Nesse sentido, o melhor caminho para promover o desenvolvimento de uma região é descobrir e valorizar a sua cultura, a tradição, sua história e os aspectos físicos e naturais, e por isso, não há modelos únicos

de desenvolvimento. Mas, apesar das potencialidades intrínsecas das comunidades, a estratégia de desenvolvimento local também tem suas fragilidades. Entre elas estão, a debilidade da base associativa do ator protagonista, sua baixa capacidade de gestão, as dificuldades de acesso ao crédito para capital de giro e a canais de comercialização efetivos, além de deficiências de infraestrutura. Por isso, as políticas públicas de fomento a economia solidária no Brasil vai atuar exatamente sobre a debilidade da base associativa e da baixa capacidade de gestão. Nessa estratégia entram as instituições de apoio e fomento a economia solidária, entre elas, as incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários, os Programas e Centros Públicos de economia solidária, entre outras.

No atendimento a essa economia, as Incubadoras e os Centros Públicos desempenham um papel importante à medida que se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos e das estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto auto-sustentável.

As Incubadoras são espaços que agregam profissionais de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades e nas localidades para apoios e parcerias com vistas a potencializar o capital social, além das atividades de incubação de empreendimentos, com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios negócios, sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais.

Elas ajudam e instruem na prática, por meio de processo educativo orientado na participação e no diálogo, a formar, a organizar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais procurando qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em constituir e melhorar seus empreendimentos econômicos solidários (EES). A parceria com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas, tem sido praticada e é muito importante para os empreendimentos e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no processo de incubação.

Esse processo valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica, unindo “saber popular” a “saber científico” numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com isso, proporciona um processo educativo que contempla a construção e

reconstrução de conhecimentos que vão modificando as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir.

Portanto, as atividades de extensão das universidades por meio da atuação das Incubadoras e os Centros Públicos com ações direcionadas a economia solidária e redução das desigualdades, ao promover o apoio e fomento ao empreendedorismo coletivo, está indiretamente contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento local/regional sustentável. Vale lembrar que tanto o pequeno ou médio empreendimento urbano como agrícola, não deve ser visto como um entrave para o desenvolvimento. A atividade agrícola especialmente, apresenta-se como portadora de expressivo potencial de desenvolvimento, do ponto de vista econômico ou social, desde que políticas favoráveis a essa finalidade sejam adotadas, tanto por parte do Estado quanto da iniciativa privada.

O processo na interação com os protagonistas desta economia, tanto urbana como rural, implica no respeito ao saber popular, em manter as tradições e cultura local, bem como a inserção dos produtos no circuito da comercialização local, regional e do mercado mais ampliado. Ou seja, trata dos recursos locais, naturais e humanos, evitando soluções exteriores e padronizadas, apesar de trazer informações e técnicas exógenas. Além disso, desperta e estimula a cooperação, a confiança e a solidariedade entre os produtores e seus parceiros. Propicia condições para fortalecer o direito a cidadania e qualidade de vida. As atividades de extensão universitária avançam na sua função de aliar conhecimentos teóricos e práticos com o fim de promover o desenvolvimento local e regional sustentável.

Finalizando, entendemos que os temas tratados neste livro, seja pela profundidade de seus pensamentos em termos conceitual e histórico e pela abrangência dos assuntos percorridos, retratando as ações e políticas públicas, são muito relevantes para continuidade dos debates que vão desvelando e mostrando as potencialidades da economia solidária no Brasil e na região de Londrina, Estado do Paraná.

Maria Nezilda Culti
Professora Doutora do Departamento de Economia
Universidade Estadual de Maringá

APRESENTAÇÃO

Este livro tem como pretensão ser uma obra seminal e panorâmica da experiência de Economia Solidária (ES) em Londrina. A tônica da obra é apresentar noções conceituais e históricas sobre a ES e destacar a origem, as características, evolução e avanços, dilemas e desafios das frentes que constituem, hoje, a ES em Londrina. Portanto, não priorizamos apresentar novas teses ou aprofundar sistematicamente conhecimentos a respeito da questão, mas, antes, demarcar histórica e espacialmente a ES na cidade. Na primeira parte, o livro esboça aspectos conceituais e históricos da ES como um movimento, sobretudo em suas interfaces com a economia capitalista, a comercialização, o direito e o meio ambiente. A segunda parte é composta de artigos que evidenciam a experiência das políticas públicas de ES, inclusive as políticas universitárias, e dos empreendimentos de ES na cidade de Londrina.

No primeiro artigo, “Socioeconomia Solidária: propostas e perspectivas”, Luis Miguel Luzio dos Santos e Benilson Borinelli apresentam as quatro principais vertentes que influenciam os rumos da economia solidária, no Brasil, hoje. Na segunda parte do artigo, Santos e Borinelli expõem o debate em torno da relação da ES com o meio ambiente e com o Estado por meio das políticas públicas. Da mesma forma que é excludente e concentradora de renda, a lógica de produção e consumo capitalista tem sido altamente depredadora do meio ambiente. Uma vez que a ES visa a um modelo de produção e de consumo que garanta uma boa condição de vida a todos os seres vivos, no presente e no futuro, os autores destacam que o grande desafio será desenvolver tecnologias que permitam produzir em grande escala com mínimo impacto ambiental, para que a ES não fique restrita à forma de produção marginal à economia capitalista, limitada à produção artesanal ou à reciclagem de resíduos. Por fim, os autores explicitam as divergências em torno das possíveis relações entre poder público e economia solidária e o que pode ser feito para que o Estado, no Brasil, adote políticas de apoio à ES sem incorrer nos mesmos limites das políticas sociais em geral, como o patrimonialismo, o assistencialismo ou a cooptação destas iniciativas.

Em “As Motivações e Desafios para a Consolidação da Economia Solidária”, Sinival Osório Pitaguari e Marcia Regina Gabardo da Câmara analisam as origens e o desenvolvimento recente da ES. Na primeira seção do artigo, os autores utilizam uma abordagem marxista para descrever as características gerais do modo de produção capitalista, destacando o caráter exploratório e excludente deste sistema. Em seguida, a ES é apresentada como uma forma de reação às consequências da economia capitalista

para os trabalhadores, no passado e no presente. São discutidas as ideias e experiências de Robert Owen, um dos principais idealizadores deste modelo econômico, as críticas feitas por Karl Marx a estas alternativas socioeconômicas e as formas atuais da reinvenção da economia solidária. Na última seção, Pitaguari e Câmara listam os problemas enfrentados para o desenvolvimento da ES como a dificuldade de obtenção de crédito, a necessidade do desenvolvimento de uma tecnologia social, cujo aprendizado seja acessível aos empreendimentos solidários e adequado a uma produção eficiente em baixa escala. Também destacam a importância de apoios multivariados, tanto do poder público, como das universidades e centros de pesquisa para fortalecer a ES, por meio da formação de redes de empreendimentos e de apoiadores, de caráter local, nacional e até internacional.

O terceiro artigo, de Francisco Quintanilha Verás Neto, intitulado “O Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo e o Direito ao Direito Cooperativo Popular Autêntico da Economia Popular Solidária como Possíveis Cenários Utópicos de um Novo Mundo Possível”, propõe uma relação convergente entre o pluralismo jurídico comunitário participativo e a economia popular solidária. O autor critica o caráter fetichista e ideológico do modelo burguês de monismo jurídico, com base numa concepção tecnicista positivista. Para o autor, o desenvolvimento da economia popular solidária exige um novo marco jurídico que permita a distinção com formas conservadoras das organizações do terceiro setor, como as OSCIPs e do cooperativismo empresarial, respaldadas pelo pluralismo jurídico neoliberal, que visa enxugar os gastos sociais do Estado e fragilizar suas políticas públicas, retira direitos dos trabalhadores e defende a criação de pseudo-cooperativas com o objetivo de terceirizar e precarizar o trabalho, para favorecer o mercado transnacional. Verás Neto conclui que o marco jurídico adequado à economia popular solidária deve ter como centro a autogestão e respeitar a pluralidade das formas jurídicas e econômicas de organização de empreendimentos produtivos.

Os autores Terezinha Saracini Ciriello Mazzetto, Moara Cristina Rodrigues, Rita Margonato e Gino Marzio Ciriello Mazzetto, com “A Economia Solidária na Perspectiva do Desenvolvimento Local”, tratam a temática do desenvolvimento econômico, na qual se insere também a ES. Na primeira parte do artigo, os autores analisam a experiência brasileira de desenvolvimento. Esse modelo de desenvolvimento foi compatível com a manutenção de uma estrutura agrária latifundiária e a modernização conservadora do campo, que priorizou a produção mecanizada de grãos voltados para a exportação e também para a industrialização oligopolista da produção rural. Na segunda parte do artigo, os autores defendem que a ES

é um importante componente para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social, o qual objetiva a inclusão social e a distribuição pessoal e regional da renda. Isso é possível porque a ES é adequada à concepção de desenvolvimento territorial endógeno, segundo a qual o desenvolvimento econômico deve partir das iniciativas locais de produção e comercialização, organizadas de forma integrada e articulada democraticamente pelos vários seguimentos sociais e instituições públicas e privadas.

Em “A Extensão e a Economia Solidária: Agenda de Desenvolvimento Sustentável”, Paulo Bassani analisa a importância da interação da universidade com a sociedade para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país e da região a qual a universidade pertence, de forma sustentável. O artigo coloca em destaque a extensão, que é um dos três pilares da universidade juntamente com o ensino e a pesquisa. Bassani defende que a extensão universitária deve ser regida por alguns princípios: primeiro, a ética necessária para estabelecer uma boa relação entre os homens e entre eles e a natureza; segundo, a sustentabilidade que é obtida quando o desenvolvimento sócioeconômico não degrada o ambiente e nem exaure os recursos naturais; terceiro, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade para desenvolver a ciência com uma visão integrada dos processos da vida social e da natureza; quarto, pela troca de experiências e pela transformação social. O autor conclui que a ES é um espaço privilegiado para que a universidade realize a extensão, respeitando todos aqueles princípios. Um bom exemplo disso são as incubadoras universitárias, como a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – INTES, da Universidade Estadual de Londrina, tema do próximo artigo.

Abrindo a segunda parte deste livro, em que são analisadas experiências de políticas públicas e de empreendimentos de ES de Londrina, o artigo “Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – INTES/UEL: História e Desafios”, escrito por Sandra Maria Almeida Cordeiro, Rosely Jung Pisicchio, Jeise Cristina Alves, Luciana Santos Batista, Ana Claudia Bansi, Vivian Castilho Clemente, Mariana Alves de Oliveira e Henrique Medina Sanches, analisa a experiência de extensão universitária desenvolvida pela INTES, pertencente à Universidade Estadual de Londrina – UEL. Segundo os autores, a INTES desenvolve diversas atividades de apoio aos empreendimentos solidários, divididas em três etapas: a Pré-Incubagem, a Incubagem e a Desincubagem. Na busca das condições necessárias para que os grupos de trabalho conquistem sua autonomia, os maiores desafios enfrentados pela INTES estão relacionados à mudança cultural que é exigida para que os trabalhadores dos grupos de produção adotem as práticas de autogestão solidária em substituição à lógica individualista e hierarquizada típica do capitalismo e, também, para que os professores, profissionais e

estudantes consigam trabalhar de forma coletiva e interdisciplinar, visando à emancipação dos grupos de produção de ES.

O sétimo artigo, “Centro Público de Economia Solidária: o Desafio da Construção Coletiva”, de Olavo Aparecido Costa e Sandra Regina Nishimura, expõe aspectos conceituais e históricos das políticas públicas de fomento à ES desenvolvidas no Brasil. Na sequência do artigo, os autores destacam os eventos centrais da trajetória da política pública de ES em Londrina, como o programa “Londrina Fome Zero”, a construção do Centro Público de Economia Solidária, o lançamento do Programa Municipal de Economia Solidária e a aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária, quando o Programa Municipal de Economia Solidária passa a ser uma política de Estado, em Londrina. Costa e Nishimura relatam, ainda, a metodologia de trabalho e diversas atividades desenvolvidas pelo Centro Público, bem como as características da ES em Londrina e os desafios enfrentados para sua consolidação no município.

Zuleica Gomes Cruz e Luis Miguel Luzio dos Santos, com “Economia Solidária em Londrina: potencialidades e desafios”, relatam a experiência do Programa Municipal de Economia Solidária da Prefeitura de Londrina e seu Centro Público de Economia Solidária. Para os autores, apesar de alguns empreendimentos solidários apoiados pelo Centro Público terem demonstrado viabilidade, a maioria deles ainda não alcançou uma situação que dê condição aos seus membros de superar a necessidade de receber ajuda dos programas assistências de distribuição de renda e, portanto, do próprio Centro Público. Cruz e Santos identificam outros problemas sérios relacionados à atividade produtiva como instalações precárias, maquinário insuficiente e obsoleto, baixa qualificação profissional. Apesar dos problemas identificados, os autores ressaltam que as pessoas apoiadas pelo Programa Municipal de Economia Solidária manifestaram ter aumentado sua autoestima após terem ingressado na ES e estão otimistas em relação ao futuro, o que estimula a novos investimentos e ao aprimoramento das políticas públicas de ES.

No artigo seguinte, “Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina”, Sandra Regina Nishimura e Maria Luiza Amaral Rizzotti também realizam uma análise da experiência do Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina. Em especial, relatam os resultados da pesquisa que procurou avaliar em que medida houve a apropriação dos princípios da economia solidária no cotidiano dos grupos de geração de trabalho e renda apoiados pelas políticas públicas municipais, como os membros destes grupos de produção avaliam as possibilidades de enfrentamento do desemprego, através da ES, e como avaliam o papel desenvolvido pelo poder público municipal

para o fortalecimento da ES, em Londrina. Entre outros resultados, as autoras destacam a necessidade de maior atenção à capacitação tanto dos trabalhadores solidários quanto dos gestores públicos responsáveis pelo programa. Outro fator relevante são os desafios, que devem ser enfrentados para a consolidação da economia solidária em Londrina, como manter o fomento à ES de forma sistemática e continuada, fortalecer a ES em todas as regiões da cidade, envolver diferentes atores como os empreendedores solidários, as lideranças religiosas e comunitárias, a comunidade em geral e os agentes do poder público e ampliar a rede solidária de produção e comercialização.

Por fim, em “A Interdisciplinaridade e a Supervisão de Alunos na Incubadora de Empreendimentos Solidários – INTES/UEL – Londrina”, Sandra Maria Almeida Cordeiro, Rosely Jung Pisicchio, Jeise Cristina Alves, Luciana Santos Batista, Sônia Maria Ferreira, Vivian Castilho Clemente relatam a experiência didática e pedagógica inovadora da INTES. Segundo as autoras, toda a equipe desenvolve o trabalho de assessoria de forma dialógica, ou seja, os componentes da INTES devem dialogar de igual para igual com os trabalhadores membros dos empreendimentos solidários, num processo que permite a troca dos saberes científicos e populares, para o desenvolvimento conjunto da ES, da Universidade e dos profissionais que ela forma. As autoras concluem que o processo de supervisão permite não apenas que o trabalho seja executado conforme planejado, como também gera conhecimentos necessários para o aperfeiçoamento do processo de trabalho da incubadora e da ES como experiência em construção.

Os dez artigos deste livro contêm um pouco do aprendizado, da reflexão, do trabalho, das experiências e até da militância dos autores, para o desenvolvimento da ES, em geral, e particularmente em Londrina. Parte do material produzido nos artigos do presente livro foi sintetizada por seus autores a partir de trabalhos anteriores, como monografias de graduação e pós-graduação, dissertações de mestrados, relatórios de projetos de extensão e de pesquisa e relatórios de trabalhos desenvolvidos na assessoria ou na gestão de políticas públicas de ES, em Londrina. Os organizadores acreditam que este livro, o primeiro a ser publicado sobre a experiência institucional da ES em Londrina, pode estimular seus leitores e seus autores a desenvolverem novas reflexões, no sentido de ampliar e aperfeiçoar o conhecimento sobre a ES e também sobre as práticas e políticas públicas necessárias para o desenvolvimento deste modo alternativo de produção e distribuição dos meios necessários para reprodução digna e sustentável da vida humana.

Este livro é resultado de um esforço coletivo de muitas pessoas e instituições. A todos agradecemos sinceramente. Cabe destacar a iniciativa e apoio determinantes para a publicação desta obra dos integrantes do PROSOL – Rede de Comercialização e Apoio a Produtos e Serviços de Organizações de Socioeconomia, do Programa Universidade Sem Fronteiras da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, do Centro Público de Economia Solidária de Londrina, do Programa de Economia Solidária de Londrina/Prefeitura Municipal de Londrina e do Programa do Voluntariado no Paraná - PROVOPAR/ Londrina. Em especial, agradecemos aos protagonistas desta história, aos membros dos grupos de Economia Solidária de Londrina, que fazem do sonho uma realidade e da esperança a matéria-prima para a ousadia de pensar num amanhã mais justo e solidário.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: PROPOSTAS E PERSPECTIVAS

*Luis Miguel Luzio dos Santos
Benilson Borinelli*

Introdução

Neste artigo, buscamos, a partir de uma perspectiva panorâmica, apresentar as principais contribuições teóricas que compõem a proposta da Economia Solidária (ES) - entendida num sentido amplo -, destacando as propostas e as perspectivas desse movimento, assim como suas convergências e tensões com a questão ambiental e com o Estado.

Quando a temática ES é abordada não se pode deixar de considerá-la sob diferentes enfoques e perspectivas, algumas vezes divergentes outras complementares. Ainda que as origens do modelo teórico remontem ao século XIX, principalmente ligados aos socialistas utópicos, como Robert Owen, Fourier e Saint Simon entre outros, - que ficaram adormecidos durante boa parte do século XX, ressurgindo recentemente em virtude do crescimento da exclusão e das desigualdades sociais, - não é possível atribuir-lhe um mentor intelectual, monopólio teórico ou geográfico. No entanto, destacam-se aqui autores que vêm contribuindo consideravelmente para o aprofundamento e desenvolvimento da temática, como Paul Singer, Boaventura de Sousa Santos, Euclides Mance e Marcos Arruda.

A busca por alternativas ao modelo socioeconômico dominante no mundo atual são cada vez mais frequentes, assumindo diferentes nomenclaturas e posicionamentos para expressar suas propostas e seus planos de ação. ES é uma das expressões mais usadas, mas são empregados também termos como socioeconomia, economia social, redes de colaboração solidária, empresas autogestionárias, entre tantas outros, ainda que apresentem divergências, possuem elementos comuns que os aproximam e aumentam o seu arcabouço.

Entre os diferentes termos e expressões, prioriza-se neste texto a ES, por se defender a subordinação dos aspectos econômicos aos sociais numa proposta de sociabilidade que vai além do simples atendimento às necessidades materiais. Define-se então ES como um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.

Embora a ES seja povoada por uma vasta gama de diferentes experiências e iniciativas, essas têm em comum a busca por soluções amparadas num ideal emancipatório, o que é conceituado por Cattani (2003, p. 130) como: “(emancipação) é o processo ideológico e histórico de libertação de comunidades políticas ou grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais”. Emancipar-se é entendido então por atingir a maioria de consciência, com autonomia de conhecimento e de percepção da realidade independentemente de imposições ou influências externas apresentadas como naturais. Cattani (2003, p. 131) acrescenta ainda que : “É o inverso do pensamento elitista que afirma continuamente a incapacidade congênita do povo de ter iniciativas autônomas e de manifestar e defender seus próprios interesses”, ou seja, pressupõe-se que uns são mais capazes e naturalmente aptos que outros, justificando-se e naturalizando-se a prevalência de alguns poucos sobre os demais.

A emancipação perseguida pelas experiências de ES apresenta-se economicamente por meio de organizações de autogestão, buscando-se construir modelos inovadores de produção e de sociabilidade amparados em fortes princípios de participação e de cooperação, opondo-se à lógica dos modelos hierárquicos de centralização de poder, concentrados na competição e na exploração de mais valia. A ES é centrada no ser humano e na sua capacidade de desenvolver soluções para os problemas que o afetam de forma democrática e participativa, substituindo o modelo hierárquico vertical pela horizontalidade das relações.

Os modelos de ES, além de simples geradores de trabalho e renda, idealizam novas formas de convivência e de organização comunitária. Defendem a potencialidade que pode ser gerada a partir de relações de mutualidade e de reciprocidade, apoiadas na solidariedade e na equidade, em vez da competição e do individualismo. As iniciativas de ES empenham-se em construir alternativas socioeconômicas sustentáveis, assumindo um compromisso com um modelo de desenvolvimento que consiga integrar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo assim para o aprimoramento do próprio ser humano, ganhando na riqueza dos relacionamentos e no convívio social comunitário.

Os desafios são inúmeros e as barreiras de difícil transposição, dado o ambiente hostil a qualquer iniciativa não amparada na lógica capitalista dominante e que, desse feito, tenha que “navegar” contra a corrente que teima em sufocar qualquer experiência estranha e que conteste o *status quo* vigente. Porém, o modelo de ES ganha força quando cresce a percepção pública das distorções do mundo contemporâneo, do processo de insustentabilidade em que nos encontramos, além da ausência, cada vez maior, de sentido de vida, reduzida ao consumismo e ao individualismo extremo.

Fruto de uma pesquisa bibliográfica, o presente texto está estruturado em três partes. No próximo tópico, apresentaremos as principais perspectivas da ES, no qual são incluídas também aquelas vertentes alternativas de economia que, apesar de suas especificidades, entendemos possam ser associadas à ES, quando percebida numa perspectiva ampla. Em seguida, a ES é confrontada com as questões do meio ambiente e do Estado, com o objetivo de destacar as convergências e tensões dessas relações. Por fim, a título de considerações finais, tecemos algumas reflexões sobre os desafios e perspectivas da ES na atualidade.

Perspectivas a respeito da economia solidária

Abaixo apresentamos algumas abordagens da ES. A intenção não foi esgotar os vários olhares sobre o tema, nem fazer uma analogia cuidadosa entre as diferentes visões, mas tão somente apresentar ao leitor uma visão panorâmica das principais vertentes que atualmente compõem o universo conceitual e político da ES, com suas particularidades e divergências.

A Economia Solidária de Singer

A ES surge como modo de produção, distribuição, consumo e convivência alternativa ao capitalismo, casando o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição. A lógica da ES é a oposição à ditadura do capital e ao poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona, excluindo e controlando vidas num processo de seleção que teima em querer ser visto como natural. A aceitação de tais desigualdades e o seu revestimento de um caráter irremediável, só serve para abalar a própria estrutura democrática em que se apoiam as sociedades modernas, inviabilizando qualquer processo de avanço no campo da participação popular.

A ES é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra a lógica perversa do capitalismo dominante. Concentra-se na organização de trabalhadores em prol de projetos cooperativos, que vão desde unidades produtivas autogestionárias, ou pequenos produtores que se unem para comprar e vender em conjunto, a diferentes formas de agricultura familiar, redes de comércio justo, incubadoras de empresas, clubes de troca e de microcrédito; entre outras tantas experiências que têm em comum a geração de trabalho e renda de forma mais justa, solidária e sustentável, extinguindo desta forma a maximização do lucro como fim

maior e substituindo a máxima: “quanto mais tenho, mais quero” por “o necessário, mas para todos”.

A ES apoia-se num conjunto de princípios que lhe garante certa identidade, mesmo comportando múltiplas e variadas experiências. As distinções em relação ao modelo econômico tradicional são sistematizadas por Singer e Souza (2000, p. 13) a seguir:

- a) posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os usam para produzir;
- b) gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação, dependendo do numero de cooperados.
- c) repartição da receita líquida entre os cooperados, conforme decisão em assembleia.
- d) destinação do excedente anual (sobras), segundo critérios acertados entre todos.
- e) a cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada.
- f) somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

Singer (1997, p. 1) destaca que as organizações de ES devem procurar um desenvolvimento sistêmico, priorizando produtos e matérias-primas provenientes de outras organizações com princípios e valores semelhantes, contribuindo, portanto, para a formação e consolidação de verdadeiras redes de ES, umas consumidoras das outras, em cadeia e sem atravessadores, de forma vantajosa para todo o sistema.

Uma das vantagens das cooperativas de ES é que elas tendem a ser mais motivadoras que as empresas tradicionais, já que os associados participam diretamente das decisões e recompensas geradas por estas iniciativas. O processo de decisão sendo coletivo tende a ser mais democrático e participativo, contando com a experiência de todos os participantes e integrando maior riqueza de elementos constituintes. Por outro lado, as decisões, por sua natureza participativa, tendem a ser mais lentas, o que muitas vezes pode se tornar uma limitação ao enfrentamento das contingências em ritmo acelerado de mudança e inovação na contemporaneidade. (SANTOS, 2002, p. 37).

Para Paul Singer (1998), o maior obstáculo não está em encontrar uma ou múltiplas formas organizacionais apropriadas e coerentes com o ideal de cooperação e que demonstrem viabilidade e eficiência gerencial e econômica. O maior problema encontra-se na capacidade de mobilizar as massas de inativos e marginalizados a empreenderem, para que passem de uma cultura de passividade e alienação para uma condição proativa e emancipadora. Tudo isto poder ser realizado de forma conjunta e solidária, sobrepondo-se aos modelos individualistas dominantes.

O desafio essencial está no campo institucional: como gerar as formas de organização adequadas dos produtores, para que estes possam ativar sua capacidade de propor preços que permitam saldar todas as despesas e proporcionem aos produtores, no mínimo, mais do que o seu ganho atual. Todas as formas de organização são válidas, de empresas privadas isoladas, franquizadas, associadas etc. as empresas coletivas, como cooperativas, comunidades de produção e o que mais puder ser inventado e experimentado. O mais difícil não é provavelmente encontrar uma fórmula organizacional ideal, mas mobilizar a iniciativa da grande massa de inativos e marginalizados, para que se disponham a empreender e desta forma gerar diversas fórmulas organizacionais a serem testadas na prática. (SINGER, 1998a, p.57).

Cabe, todavia, destacar que a busca pela primazia da solidariedade e da cooperação em relação à competição, não pressupõe necessariamente o abandono da necessidade da lógica do mercado. Há, no entanto, um questionamento a respeito de qual seria o modelo de mercado mais adequado, ainda mais quando se fala num contexto global. Assman e Sung (2000) salientam: “É preciso aceitar, crítica, mas positivamente, o mercado, sem desistir de metas solidárias” e Paul Singer (1998, p. 123) aponta para a necessidade de algum tipo de competição, mesmo dentro de um modelo dominado pelos princípios solidários e cooperativos de organização: “Será importante que haja várias empresas competindo pelos consumidores em cada ramo de produção, dentro do setor, para que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e baixar os custos”, e reforça, no entanto, que esta deverá se dar entre semelhantes, ou seja, garantir um equilíbrio entre os diferentes participantes.

A forma mais provável de crescimento da Economia Solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países. O consumo solidário poderá ser um fator de sustentação de algumas empresas solidárias, do mesmo modo como são os clubes de troca. Mas a Economia Solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes da população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a Economia Solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção. (SINGER, 2002, p. 120)

O intercâmbio solidário e a geração de cadeias produtivas complementares parecem ser o caminho mais indicado e promissor para o fortalecimento e viabilidade do modelo de ES. Isoladamente os empreendimentos solidários dificilmente conseguirão sobrepor-se ao grande capital, além da proposta em torno de mudança socioeconômica mais ampla só poder se viabilizar quando construída em redes capazes de potencializar as ações isoladas de cada empreendimento. Todavia, essas redes solidárias necessitam da integração conjunta de diferentes atores, como governos, ONGs, sociedade civil, escolas e universidades, incubadoras, centros de pesquisa, criando-se assim um processo de desenvolvimento sinérgico e sustentável.

As empresas autogestionárias, pela sua lógica e pelos valores que abraçam e efetivam, vão muito além do simples caráter utilitarista das relações de trabalho convencionais, assemelhando-se em muitos casos à verdadeiras famílias, marcadas por laços afetivos e envoltas em relações de proximidade que ultrapassam o universo produtivo. Nas organizações de ES existem ganhos que vão muito além do econômico, tais como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo, companheirismo, noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos. A isso se soma o respeito e a valorização à diversidade, como riqueza da própria condição social em que vivem complementando habilidades e maneiras de ser e de estar, o que contribui para ambientes comunitários de grande riqueza sociocultural.

As Redes de Colaboração Solidária de Mance

Entre as diferentes modalidades e iniciativas que compreendem o vasto universo das organizações de ES, o modelo defendido por Euclides Mance, denominado redes de colaboração solidária, tem despertado atenção. A concepção da ideia de rede parte do princípio de que unidades produtivas que operam isoladamente tendem a fracassar, pois não conseguem superar a concorrência capitalista. A alternativa das redes de colaboração solidária baseia-se no trabalho em conjunto, mediante a interligação entre movimentos de consumo e produção por meio de mecanismos verticalizados de produção, ou seja, o encadeamento de células produtivas, em que o bem final produzido por uma serve de insumo demandado por outra. Esse modelo apoia-se na preferência dada aos produtos desenvolvidos e disponibilizados pela rede, num processo de retroalimentação, capaz de fazê-la crescer e tornar-se cada vez mais autosuficiente. Para a viabilização deste ideal, faz-se necessário um processo educativo e informativo capaz de criar uma cultura de consumo solidário e desalienante, como expõe Mance (2000, p. 30):

Consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares – sendo ou não um pouco mais caro – ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares – embora seja também um pouco mais barato – com a finalidade indireta de promover o bem-viver da coletividade (manter empregos, reduzir jornada de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não estatais etc) é o que denominamos aqui de consumo solidário.

O modelo de redes de colaboração solidária apresenta como prioridade a geração de trabalho e de renda e a sua manutenção de forma estável ao longo do tempo, ao invés de maximização do lucro ou de meros objetivos econômicos desvinculados de propósitos sociais. Neste sentido, Mance propõe a priorização de estratégias que possam conduzir ao bem-estar coletivo e à incorporação de um contingente cada vez mais numeroso de indivíduos. Para isso, defende a diminuição da jornada de trabalho e a priorização do homem a certos meios tecnológicos que eliminam a necessidade de mão de obra e comprometem a capacidade de consumo, propõe, portanto, a inversão do processo ao dar primazia ao uso de trabalho intensivo, gerando renda e consumo capazes de realimentar toda a rede.

O modelo de ES defendido por Paul Singer, ainda que apresente semelhanças com as redes de colaboração solidária de Mance, principalmente em relação aos valores centrais apoiados na solidariedade e na construção de um novo modelo de economia e de sociabilidade, distancia-se profundamente na estratégia utilizada para implementar suas propostas. Mance (2002) acredita que não há necessidade de apoio do governo para o desenvolvimento das redes, diferentemente de Singer que vê no apoio governamental um dos fatores essenciais para o desenvolvimento de qualquer iniciativa que almeje ser uma alternativa em larga escala ao modelo dominante. Mance (2002) defende a criação de uma rede paralela ao mercado capitalista sem ter que competir com este, enquanto Singer propõe o desenvolvimento da ES dentro do sistema vigente, devendo esta ser capaz de enfrentá-lo e evoluir a ponto de superá-lo; executando algum tipo de competição como forma de pressão para melhoria de produtos, preços e eficiência, o que não seria conseguido pela simples pressão dos consumidores.

Para Singer (2002), a argumentação de Mance (2000) torna-se frágil ao apoiar-se basicamente na priorização do consumo solidário como mecanismo de viabilização dos empreendimentos, mesmo quando os produtos são de pior qualidade e até mais caros. Outra fragilidade deste modelo é fazer com que a totalidade da produção das cooperativas integrantes da rede de colaboração solidária, pudesse ser absorvida pelos

seus integrantes, levando-se em conta a dificuldade em regular demanda e oferta para atender a todas as necessidades dos integrantes da rede. Por outro lado, ao se buscar comercializar o excedente no mercado capitalista, com reconhecidos padrões de qualidade e de inovação, torna-se difícil acompanhar mediante iniciativas provenientes de rede fechada, o que certamente conduziria a uma situação de inferioridade e distanciamento em relação a qualquer mercado fora da rede.

O novo sistema de produção e sociabilidade de Boaventura Sousa Santos

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo, português e um dos principais articuladores do Fórum Social Mundial, alerta para a necessidade de se buscar alternativas ao modo de produção capitalista convencional; já que as relações de concorrência exigidas pelo mercado atual produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício individual em lugar de uma maior solidariedade coletiva e de um crescimento nos padrões de bem-estar sociais. Tais relações parecem se desenvolver num misto de cobiça, vaidade e ameaça do outro, gerando-se um constante estado de medo e alerta, empobrecendo assim a sociabilidade e a relação de convivência humana. Emerge então a necessidade de um novo modelo de convivência social, em que dispõem formas inovadoras de produção mais justas, solidárias, democráticas e capazes de criar novos padrões de convivência humana.

Santos (2002, p. 64), em seu livro *Produzir para Viver*, destaca os principais pontos em que se apoia a lógica de um novo sistema de produção e sociabilidade:

- a) a importância dos vínculos além do econômico;
- b) o êxito das alternativas de produção depende da inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo (sindicatos, ONGs etc...)
- c) lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado;
- d) as alternativas de produção não se devem fixar unicamente em escala local, mas articular-se em escala maior, afastando-se do isolamento;
- e) a radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda;
- f) existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal. Não é uma luta no plano só econômico, mas também de gênero, raça e emancipação;
- g) as formas alternativas de conhecimento são fontes alternativas de produção; aprende-se com os diferentes;

- h) os critérios para analisar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos e vão muito além do economicismo;
- i) as alternativas de produção devem entrar em relação de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade. Ex. comércio justo, taxa tobin, democratização do banco mundial e do FMI, propostas de renda mínima universal, respeito a normas éticas por parte de investidores estrangeiros em países do sul, imigração aberta.

O autor defende que para a concretização de um desenvolvimento global justo e sustentável, primeiramente ter-se-á de pensar e agir em âmbito local, visto que todas as medidas macroeconômicas são centralizadas no crescimento econômico segundo critérios quantitativos, monetários e produtivistas, que se incompatibilizam com critérios humanísticos de cuidado, afeto e proximidade. O desenvolvimento local sustentável apresenta um forte apelo à liberdade, ao fortalecer a autonomia, a consciência e a participação cooperativa da maioria. O trabalho em rede, ao conjugar diferentes experiências locais, poderá produzir uma ou várias alternativas globais e é exatamente no multiexperimentalismo que poderão surgir novas formas de produção e de convivência social, menos autoritária e definitiva.

Santos (2002), assim como Singer, embora defendam o desenvolvimento das iniciativas socioeconômicas locais, não rejeitam a necessidade das experiências regionais estarem amarradas a um projeto maior e mais abrangente, aproximando-se da esfera política, com vistas a uma mudança nas próprias bases estruturais em que se apoia o sistema socioeconômico dominante. Os dois autores defendem um desenvolvimento de baixo para cima, amparado em bases de cooperação popular, capazes de construir e de se apoiar no poder comunitário, em que as iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política num processo de retroalimentação capaz de gerar mudanças paradigmáticas na estrutura social vigente.

A Socioeconomia de Arruda

Marcos Arruda (2003) é um dos autores que mais tem se empenhado em ultrapassar as fronteiras economicistas e utilitaristas no desenvolvimento de uma nova proposta de economia e de sociedade. Busca em sua tese incorporar elementos subjetivos à *práxis* popular, o que o faz preferir o conceito de Socioeconomia ao de ES, subordinando os interesses econômicos aos sociais numa inversão de valores. Este conceito pretender ser mais abrangente e amplo na sua proposta de sociabilidade, incluindo um forte apelo ao desenvolvimento de elementos de natureza cultural e

educacional, numa construção socioeconômica de base popular, servindo-se da pedagogia de Paulo Freire.

Arruda define ES como um sistema aberto, fundado nos valores da cooperação e da partilha, da solidariedade e da autogestão, a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie. Busca a emancipação de cada ser humano e o atendimento de uma dupla demanda: a reprodução simples (sobrevivência) e a reprodução ampliada da vida (crescente bem-estar individual, comunitário, social e ambiental), é a economia com prioridade social.

O autor denuncia que “a lógica do capital é migrar para onde há mais capital e possibilidades de acumulação e de lucro, e não para onde há mais necessidades humanas a satisfazer”. Propõe a substituição desse paradigma por um que priorize a satisfação das necessidades e desejos de quem mais precisa o que impõe uma mudança no plano dos valores vigentes, num “trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente”. (ARRUDA, 2003, p. 234). O autor reforça, de forma particular, o papel da educação como o mecanismo emancipatório por excelência, porém, ampara-se numa educação imbuída de elementos sensíveis e valores humanísticos, objetivando o despertar de uma maior consciência social e um engajamento em prol do bem comum, trabalhando as diferentes dimensões humanas de forma complementar.

Propõe ainda uma transformação que vai além das instituições e do modo de produção, envolvendo a esfera individual no plano das atitudes em relação aos outros, numa perspectiva que ultrapassa o materialismo e abraça a dimensão existencial e espiritual do ser humano. O sentido da vida para Arruda é uma permanente escolha entre o ser humano competitivo e agressivo e a dimensão cooperativa e solidária, ambos coexistindo dentro de cada um de nós, sendo a principal tarefa humana a escolha e a luta diária em torno da supremacia e do domínio de uma dessas dimensões sobre a outra.

Meio ambiente, estado e os empreendimentos solidários: convergências e tensões

Neste tópico expomos duas questões tão centrais, quanto polêmicas no debate sobre os rumos da ES: uma mais recente, a do meio ambiente, e outra, mais antiga, a do Estado. Não será possível nos aprofundarmos nesta exposição, mas tentaremos trazer à tona alguns aspectos desses fenômenos que retratem as convergências e as tensões que elas encerram para a ES.

A Economia Solidária e o Meio Ambiente

Talvez não por acaso, a evidenciação de temas como ES e a problemática ambiental aconteçam quase simultaneamente como crítica contundente ao modelo econômico que glorifica a lógica de mercado. Desde o final dos anos 1960, as crises econômicas e ambientais vêm sendo os principais motes para compreender e descortinar as variadas e dinâmicas formas de malefícios produzidos por essa lógica, bem como o motor para a busca de alternativas, desafiando a criatividade e o comprometimento de pessoas e movimentos em todo o mundo. De certa forma, ao defender novas relações de produção e consumo, a ES e as demandas por sustentabilidade socioambiental comungam da crítica aos efeitos e condições devastadoras de sustentação do sistema capitalista. (FOLADORI; TOMMASINO, 2001). Segundo a Carta dos Princípios redigida pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ES constitui o fundamento de uma globalização humanizadora de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de todos os seres humanos. Se num primeiro momento as demandas da ES e da proteção ambiental parecem convergir e se complementarem, sobretudo no campo discursivo, um olhar mais detido pode demonstrar que uma sobreposição automática dos dois temas pode esconder vários problemas e contradições.

A busca cada vez mais disseminada e criteriosa por produtos e serviços que considerem os impactos ambientais em todo o seu ciclo de vida abre um leque de oportunidades sem precedentes para os empreendimentos de ES. Um universo de novas possibilidades vem sendo aberto para iniciativas que congreguem no processo econômico dimensões como a inclusão, distribuição de renda, a preservação de comunidades tradicionais e de culturas e espécies ameaçadas de extinção.

No entanto, é importante lembrar que esses empreendimentos tendem a gozar de maior legitimidade em relação às empresas tradicionais na proposição de uma produção e consumo sustentáveis, pelo seu caráter pouco disseminado e pelo seu comprometimento público e histórico com transformações que conduzam a uma nova sociedade. Naturalmente, essa condição de partida será confrontada e confirmada por suas práticas efetivas.

A ameaça mais séria neste caso é a inserção marginal e degradante de contingentes da população em “nichos de Estado de Natureza” da economia neoliberalizada, em nome do equilíbrio ecológico e da sustentabilidade social. O melhor exemplo disso é, sem dúvida, o exército de catadores de lixo que formigam dia e noite pelas ruas, avenidas e rodovias, alimentando e sendo alimentados pela cultura do lixo. (BAUMAN, 2005). Encarados não como sujeitos com direitos, mas como “baixas colaterais” do progresso

econômico, e mais recentemente também do desenvolvimento sustentado. Ao refúgio humano do consumismo é oferecido um lugar “digno” e funcional na moderna sociedade de consumo. Individualmente ou em grupos formais e informais, catadores estão sujeitos em seu trabalho cotidiano e “autônomo” à ação de atravessadores, à baixa remuneração, mais propícios a doenças, arriscando a própria vida, à mediação político-eleitoral na concessão de benefícios e à falta de expectativa com relação à superação das condições degradantes para si e para os seus. Nessa fórmula “ganha-ganha”, podemos reciclar errantes e fracassados, reduzir gastos públicos com despesas sociais e de destinação do lixo urbano, viabilizar, pela exploração dos trabalhadores e a negação de direitos, empresas do negócio do lixo e outras socialmente responsáveis e, ao mesmo tempo, “salvar o planeta”. E o mais importante, podemos continuar vivendo – realizando os nossos sonhos (de consumo) – sem grandes transtornos e culpas.

Portanto, é necessária atenção e um posicionamento claro e contundente contra uma inclusão marginal mediante a combinação do repertório discursivo e prático das preocupações ambientais, sociais e da ES. Uma versão romântica e, às vezes, pragmática da questão ambiental pode impedir, restringir e subverter o potencial emancipatório da ES, reproduzindo sob novas formas a desigualdade social e ambiental.

A experiência tem demonstrado que, por outro lado, as condições estruturais de muitos empreendimentos impõem fortes restrições à adoção de formas de produção de baixo impacto ambiental. Desenvolver novas formas de produção e adotar novos insumos para o setor, reciclagem de materiais, aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, não desperdício de água e menor uso de produtos químicos prejudiciais à saúde em seus processos de produção alimentícia exigem grandes investimentos em pesquisas, no desenvolvimento tecnológico e em estruturas institucionais adequadas.

A extrema miséria não poderá ser usada por muito mais tempo como argumento para se deslocar para um segundo plano problemas relacionados à degradação de recursos naturais e à contaminação e exposição a riscos de consumidores e dos próprios trabalhadores da ES. Isso, não apenas porque essa situação atenta contra os seus próprios princípios, os quais, aliás, diferenciam e os legitimam como alternativa ao atual modelo hegemônico, mas compromete em bases racionais a realização do projeto da ES em um futuro próximo ou longínquo. Eis uma contradição que deverá ser enfrentada de imediato.

Os esforços para dominar conhecimentos que respondam às demandas da sustentabilidade e da ES devem enfrentar um conjunto enorme de desafios. Esse assunto já vem sendo estudado em outros lugares, cabe aqui apenas destacar alguns aspectos relevantes à luz de experiências.

Um cuidado especial é necessário para não se cair num certo “basismo”, a máxima de ação que considera que o que vem das bases sempre é bom, desejável e suficiente para a construção e consolidação de ES. Por certo que a relação entre o conhecimento popular e tradicional e o conhecimento técnico-científico remonta um antigo, polêmico e delicado debate. Esse debate é complicado ainda mais pelo fato de dever considerar os princípios da ES. Entendemos que nenhum conhecimento deve ser desperdiçado nesta tarefa, pois não há clareza definitiva sobre os melhores caminhos, nem mesmo consenso sobre onde queremos chegar. Mas, acima de tudo, o conhecimento produzido é um patrimônio da humanidade e deve ser colocado a serviço do bem-estar, justiça e sustentabilidade de todos os seres vivos. Importante também, considerar que no caso específico da ES na atualidade, a opção estratégica dominante é lutar no terreno do “inimigo”, disputar diretamente seus consumidores, rivalizando a eficiência de processos produtivos, padrões de qualidade, força de *marketing*, investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos, privilégios no acesso a programas estatais de financiamento e de produção científica e tecnológica. Uma analogia com o confronto entre Davi e Goliás não seria nada imprópria, embora no nosso caso o fim da história penda geralmente para o outro lado. Muito embora esse destino seja normal para os movimentos de base insurgentes, o que está em jogo para os sujeitos da ES é a capacidade de articular, reunir e transformar conhecimentos sob bases solidárias num grau tal que se torne realmente uma alternativa de produção e de consumo sustentáveis ao mercado capitalista como está colocado. Portanto, no cenário apresentado, os ingredientes criatividade e competência são essenciais para reduzir a subordinação dos grupos de ES ao mercado capitalista e seus efeitos socioambientais degradantes. (TUDO AO MESMO TEMPO, 2002).

O problema do basismo é que muitas vezes ele pode ser usado como forma de legitimar a letargia e a incapacidade de setores “especialistas” em enfrentar problemas complexos, desobrigando-os da busca de respostas na medida em que transferem para grupos de produção em condições vulnerabilidade social e institucional a responsabilidade de superar um contexto que os impingiu a essa condição. Embora este fenômeno não seja nada estranho ao funcionamento das burocracias, que costumeiramente substituem fins pelos meios como prioridade, a ameaça desse quadro à construção e consolidação da ES é evidente. Ela é um campo em disputa, a ordem de obstáculos à sua efetivação é enorme e, embora vacilante, seu caráter subversivo ao sistema atual é quase autoevidente. Nesse sentido, é provável esperar mais cedo ou mais tarde esforços dentro e fora do Estado para debilitar e deslegitimar, junto aos consumidores, as organizações,

líderes, produtos e serviços da ES. O descuido com os impactos ambientais e a saúde humana nas atividades e produtos pode ser usado para preterir e impedir o consumo de produtos e serviços da ES, fator agravado pelo disseminado caráter informal e pela ausência de licenciamento ambiental dos empreendimentos.

É necessário tornar mais efetivas as exigências para que o Estado, governos e universidades ofereçam condições de apoio similares às empresas capitalistas na forma de transferência e parcerias no desenvolvimento tecnológico alternativo, que incorpore os princípios da ES e da sustentabilidade.

Por fim e num sentido mais amplo, é necessário destacar a importância da cultura política como fator restritivo para uma maior incorporação pela ES de princípios de sustentabilidade ambiental.

O meio ambiente é a base natural – o ar, água, o solo, os minerais, a flora e a fauna – sobre a qual se estruturam as sociedades humanas. É a partir deste suporte físico, químico e biótico que as sociedades travam uma relação de troca com a natureza no encalço da sobrevivência, mediada pela cultura, a qual designa formas particulares de reprodução de sua organização social. Por seu caráter essencial à vida humana, em certas condições de oferta, os recursos naturais tendem a ser compreendidos como sendo por excelência públicos e de uso comum, porém também finitos no tempo e no espaço. Sua escassez natural ou socialmente definida é de interesse coletivo, pois expressa possibilidades e formas de vida no presente e futuro de vida em sociedade. É por meio da cultura que essas possibilidades e formas de interação entre a sociedade e a natureza podem ser conhecidas, criticadas e transformadas no que diz respeito ao acesso, preservação e uso destes recursos como formas de poder social. (BORINELLI; LANZA, 2008).

Uma cultura política dominante é encontrada em cada sociedade. É a construção social particular do que conta como “político”, é o domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade social, que historicamente vêm a ser consideradas como propriamente políticas (CULTURA E POLÍTICA, 2000), poderíamos ainda complementar, as regras institucionais sobre a forma de exercer o poder, quem, como e os conteúdos legítimos que dão base a um exercício de dominação histórica e espacialmente definidos. Na América Latina formou-se historicamente uma cultura política híbrida e contraditória. Princípios de origem europeia e norte-americana como o universalismo, racionalismo e individualismo vem sendo incorporados nas culturas nacionais como respostas às injunções exógenas, sem mudar suas feições autoritárias e patrimoniais. Assim, tais princípios “exógenos” convivem formal e subordinadamente com outros de uma ordem autoritária, esses garantidores da exclusão social em sociedades extremamente hierarquizadas e injustas. (BORINELLI; LANZA, 2008).

O patrimonialismo é uma derivação do tipo de dominação tradicional, desenvolvido por Max Weber, usado para indicar formas de dominação política em que as esferas pública e privada se confundem, com o predomínio da segunda. Nesta tradição, toda ideia de público é inspirada nas relações e interesses privados, as quais têm como centro o poder discricionário patriarcal sobre a unidade familiar. No Brasil, desde a colonização ibérica, uma estrutura de poder patrimonial vem sendo identificada como uma racionalidade ativa e predominante na dinâmica das instituições públicas e privadas. Ou seja, em vez de ter sido superada por novas racionalidades relacionadas ao capitalismo moderno, uma forma híbrida de cultura política teve origem, no qual a privatização da política e da economia se autorreforçam.

Quando pensamos a cultura política não falamos apenas “deles”, os oponentes, mas sob formas e intensidades relativas, da maneira como todos nós lidamos com a condição do exercício do poder e da política. Por exemplo, no Brasil, as posturas autoritárias e patrimoniais atravessam os mais diversos grupos políticos de direita à esquerda, das associações empresariais e de moradores às ONGs, das burocracias estatais e empresarias aos empreendimentos autogestionários e de ES.

A exclusividade da instituição da propriedade privada ou estatal nos moldes patrimonial e capitalista impede o exercício de outras formas de regimes de propriedades públicas, a exemplo da comunal ou autogestionária. Essas requerem uma sustentação em valores democráticos e em uma esfera pública ativa. Assim, fica também impedido um senso concreto de responsabilização pelo uso e conservação do patrimônio natural público e, portanto, de interesse e uso coletivo. Como a terra vem sendo, antes de tudo, um instrumento de dominação, o seu destino não compete aos sem direitos, já que o coletivo e o futuro são um assunto que diz respeito às elites e ao Estado. Mas, ao ser assim apresentada, essa equação também é a chave para a crítica e a construção de outra sociedade.

A democracia e o meio ambiente são faces da totalidade da vida social em que a desigualdade ambiental - o acesso aos recursos e serviços naturais em condições de dignidade - está entrelaçada com a desigualdade social, política e econômica. O desafio a todos, presente no projeto ecologista, é de forma ética e política evitar a pilhagem socioambiental do futuro, da utopia. A relação entre cultura, política e a questão ambiental indica a necessidade de uma politização das formas de percepção da apropriação dos recursos naturais, sem o que qualquer projeto de sociedade sustentável e justa desaparece do horizonte utópico. (BORINELLI; LANZA, 2008, s/p).

Tanto o ecologismo, conforme entende Martínez Alier (1998), como a ES assumem a vez de uma cultura alternativa, utópica e emergente que tenta congregiar culturas residuais - resistentes à incorporação capitalista e à dizimação -, para se constituir em alternativa ao modelo de sociedade capitalista autoritário e insustentável. Eles têm um caráter amplo para se interpretar a organização da dominação e da desigualdade social, econômica, política, ambiental e cultural. Sua abrangência, por sua vez, torna-se mais concreta e significativa a projeção utópica de uma sociedade alternativa e não capitalista, desafiando-nos pessoal e coletivamente, pela mudança de estilo de vida, a assumir a radicalidade deste projeto.

A complexidade, a dinâmica, a sobreposição e o acúmulo de irracionalidades e contradições no mundo contemporâneo representam colossais desafios para pensar a realidade, exigindo a reelaboração contínua dos instrumentos analíticos e teorias. É necessário que incubadoras, universidades e instituições públicas deem em suas ações maior centralidade à questão ambiental na discussão, à formação e aos critérios de seleção de grupos a serem apoiados no planejamento e elaboração de estratégias dos empreendimentos; participem ativamente no financiamento e suporte para pesquisa de tecnologias alternativas. Por outro lado, é preciso que as posições institucionais ocupadas dentro do Estado, e seus respectivos recursos públicos, não sejam desperdiçados. Nada indica que as brechas abertas em governos mais progressistas persistirão, daí a constante atenção e urgência em se constituir uma ES sólida e autônoma.

O Estado e a Economia Solidária

A discussão sobre a relação entre Estado e ES merece uma atenção à parte, mas ela foge do escopo deste texto. Assim mesmo, cabe pelo menos registrar alguns pontos centrais para pensá-la.

O Estado moderno no Ocidente desenvolveu-se paralela e articuladamente com o mercado capitalista, daí os seus vínculos estruturais. O mercado dificilmente existiria sem a regulação estatal, seu poder de coerção, seus investimentos em infraestrutura etc. Em contraparte, todo o funcionamento deste, em seus diversos aparelhos e instâncias, depende, em última medida, da atividade econômica dos capitalistas. É dessa forma que, dependentes da sustentabilidade da economia capitalista, governos, mesmo progressistas, necessitam favorecer o bom e tranquilo funcionamento da economia para, no limite, não cessar o fluxo de tributos. Além disso, numa dimensão mais política, essa parcialidade a favor do capital é necessária para a manutenção da legitimidade de governos e partidos, mais recentemente denominada de governabilidade, o que também tem uma repercussão

direta no potencial político-eleitoral dos grupos e partidos aspirantes a continuar ou assumir o poder estatal. Tal condição exige que as instituições estatais operem uma diversidade de filtros orientados por uma seletividade específica. Num sentido positivo, apoiando a acumulação conforme os requisitos dinâmicos do mercado capitalista, e, negativamente, reprimindo forças que se apresentem como ameaças a essa acumulação (OFFE, 1986), a exemplo das demandas ambientalistas e aquelas que advogam modelos produtivos e de sociabilidade alternativos.

Assim, a contradição central do Estado capitalista é a de que ele deve a um só tempo garantir as condições que favoreçam a expansão capitalista e apresentar-se como um ente acima dos interesses de classes, representante do bem comum. Mesmo em suas derivações, como o Estado patrimonial brasileiro, o Estado é o representante de todos os segmentos presentes em uma sociedade capitalista. Em momentos de crises, como as da década de 1990, suas contradições ficam mais evidentes no teor das reformas administrativas, enfim na reconfiguração do aparelho institucional e administrativo, para atender às novas demandas do capitalismo globalizado.¹ Por outro lado, no Brasil, observou-se desde os anos 1980 a necessidade de resposta às demandas surgidas do agravamento da miséria e da degradação ambiental. Mesmo que de forma secundária e subordinada às premissas e coordenadas da economia de mercado, diversas políticas e programas conquistaram espaços importantes dentro do Estado, muitos como expressão de lutas e conquistas eleitorais de movimentos sociais. Em boa medida esse foi o caso da ES, que recuperando e fundindo princípios anarquistas, comunitários e populares vem forjando um modelo alternativo de economia e de sociabilidade que confronta o atual modelo hegemônico. Iniciada nos anos 1990 pela iniciativa de incubadoras universitárias e municipais, ONGs e governos progressistas, a ES alcançou na última década importante posição na burocracia estatal e reunião de recursos de poder nas instâncias federal, estadual e municipal. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), da Conferência Nacional de Economia Solidária do Brasil, dos Fóruns de Economia Solidária, além dos Centros Públicos de Economia Solidária, sem contar outras diversas formas de programas estaduais e municipais que são mais permeáveis à

¹ Essas premissas conceituais não devem conduzir a desconsideração de outros fatores que ajudam a compreender as ações do Estado. A cultura política (universalismo, patrimonialismo e clientelismo), a burocracia, as corporações de funcionários públicos, as relações e o contexto político e econômico nacional e internacional, ideologia do governo devem também ser levados em conta para uma análise mais densa do Estado e das políticas públicas em contextos específicos.

participação da sociedade civil, como afirma Cunha (2007), destacam-se por sua potencial contribuição para a politização da sociedade civil, a democratização do Estado e a redefinição das relações entre Estado e sociedade. Com o frequente uso de conselhos e conferências, tais como fóruns decisórios a sociedade civil, adquire mais poder de influir sobre as políticas de estado e a possibilidade de acompanhar de perto a execução destas, como de influenciar na destinação de fundos públicos, o que contribui para avanços consideráveis no modelo democrático. Embora marginal em relação à “economia oficial” parece possível afirmar que um modelo de cultura econômica alternativa nunca gozou de condições institucionais tão propícias no Brasil. Isso tem demonstrado que, em que pese o caráter do Estado, um terreno mais favorável tem sido conquistado, numa relação que poderia ser associada à “guerra de posição”, cunhada pelo italiano Antonio Gramsci.

O economista Paul Singer, dirigente da SENAES e um dos mais importantes estudiosos e divulgadores da ES no Brasil, compartilha da premissa de que sem a intervenção do Estado às expectativas em relação aos avanços da ES são bastante pessimistas. O Estado seria essencial para apoiar empreendimentos, sobretudo nos primeiros anos de vida, além de criar mecanismos que garantam certa equidade entre as diferentes experiências de ES, evitando-se o gigantismo e a concentração excessiva de poder e renda.

O Estado tem papel preponderante como incentivador desse modelo socioeconômico, mediante a disponibilização de linhas de crédito especiais, desenvolvimento tecnológico, assim como, priorizar a compra dos produtos e serviços das redes de ES, de acordo com as necessidades de abastecimento do Estado. Tais estratégias de concessão de privilégios justificam-se como mecanismo de fortalecimento inicial dessas organizações, no entanto não deve permanecer infinitamente a ponto de gerar dependência excessiva e acomodação, mas escalonadas no tempo, de forma a garantir-se um processo de desenvolvimento autônomo.

A ajuda do Estado será um fator importante para o movimento das cooperativas de produção, por uma série de motivos. O primeiro é que os trabalhadores não dispõem de capital nem propriedades que pudessem oferecer como garantia para levantar capital no mercado financeiro. O segundo é que as firmas capitalistas, que concorrem com as cooperativas de produção, também contam com a ajuda do Estado, sob as formas usuais de isenções fiscais e crédito favorecido. Portanto, para concorrer em condições de igualdade com estas firmas, as cooperativas de produção precisam do apoio do poder público. (SINGER, 2002, p. 92).

Mesmo que em muitas experiências não seja tão fácil distinguir a autonomia da ES em relação ao Estado, para Singer

O Estado não deve ser responsável pela Economia Solidária, ela dever ser iniciativa das pessoas. A opção pela Economia Solidária tem que ser autêntica e por valores. [...] Qual é a importância do governo? É criar condições razoáveis para que as pessoas possam viver isso. O nosso papel é praticamente de ajuda, não de tomar o lugar das pessoas. Na medida em que a Economia Solidária continuar crescendo como vem crescendo, nosso papel no governo é dar toda a ajuda possível. (SINGER, 2009).

O autor não ignora que o Estado seja um campo de disputa entre classes e espaço para outras ordens de conflitos, bem como que a ES enfrente barreiras funcionais e políticas. (SINGER, 2010).

O estado, em qualquer democracia capitalista, é um campo de disputa entre forças ideológicas que representam as classes proprietárias do capital e as que representam as classes desprovidas de capital próprio, que para sobreviver têm de encontrar compradores de sua capacidade de trabalho ou dos serviços e bens que conseguem produzir. Isto é sem dúvida uma simplificação, pois além da luta entre as duas classes básicas da sociedade, há conflitos oriundos de antagonismos éticos, regionais e locais, além da luta entre as forças políticas visando o exercício do poder de estado. (SINGER, 2010).

Entretanto, o economista é mais otimista com relação às possibilidades de sucesso da ES no enfrentamento dos constrangimentos impostos pelo caráter de classe do Estado. Uma crítica à posição ES de Singer é apresentada por Cunha:

Sem a compreensão da lógica pela qual atua a autorreprodução do capital, amparada por um Estado atravessado pelos interesses da classe capitalista e que assegura suas demandas por meio de políticas governamentais e de um corpo jurídico-formal, não podemos pensar em uma transformação social possível.

Singer, ao deixar de lado essa discussão, acaba por atribuir apenas aos indivíduos e à sua ação política, a capacidade de transformação. Mas, como alerta Gaiger (2005), é preciso identificar as “coerções intransponíveis, que descartam certas possibilidades” em cada momento histórico. Não que a transformação social não seja possível, mas para que ela se torne concreta é preciso que levemos a sério os mecanismos de coerção a que estamos submetidos e construamos propostas que visem enfrentá-los e modificá-los. Nos marcos do capitalismo, acredito que sem a transformação do Estado, de seus aparelhos e de sua materialização jurídico-legal, não é possível pensar em uma sociedade que não priorize a valorização do capital. (CASTRO, 2009, p. 9).

Não nos parece que em épocas de democracia de baixa intensidade e de desestatização da regulação social em favor do mercado via empresas transnacionais, (SANTOS, 2007) as conquistas da ES em termos de disputa de espaço no aparelho do Estado e por recursos públicos devam ser minimizadas. Essas conquistas são históricas, contudo, não diminuem em nada o fato de que percorre-se um caminho incerto e às vezes arriscado, o que exige muita atenção crítica, criatividade, compromisso e competência. É preciso prevenir-se contra as armadilhas do “engaiolamento” das demandas solidárias pelas burocracias do Estado, as estruturas de vínculos político-eleitorais e personalismos, e, sobretudo, com as próprias restrições do Estado capitalista. O “sucesso” e expansão da ES devem angariar não necessariamente mais apoio, mas um maior grau de oposição organizada, o que pode induzir a conformismos e retrocessos. As brechas abertas para a expansão e consolidação da ES também podem se fechar. Seja como for, como todo ato político insurgente, a ES é uma aposta em um terreno adverso que nos desafia em nossas convicções, paciência e criatividade. As experiências de ES são uma oportunidade insubstituível de fomentar laboratórios de utopias, de fragmentos de relações econômicas, sociais e políticas pautadas pela busca da emancipação, cuja amplitude, independente do sucesso econômico, só pode ser encontrada em um número muito pequeno de instituições, partidos, grupos e movimentos alternativos.

Considerações finais

Todo o discurso em torno de alternativas econômicas e sociais ao modelo capitalista tradicional passa por um novo tipo de organização econômica, que seja capaz de enfrentar a lógica do monopólio da empresa individual, alicerçada na maximização do lucro e na exploração e avançar para iniciativas amparadas na equidade, na solidariedade e na sustentabilidade ambiental. Tendo esses princípios como base, as diversas abordagens da ES apontam para alternativas como as cooperativas solidárias, articuladas em redes complementares que possibilitam o seu fortalecimento diante de um ambiente inóspito, aglutinando e integrando instituições variadas como universidades, centros de pesquisa, ONGs e o próprio poder público.

Ainda que não seja unanimidade dentro da ES, acredita-se na tese defendida por Singer e Sousa Santos que vêem no apoio do Estado uma força fundamental para impulsionar e consolidar as iniciativas de ES, além de perceberem como incoerente a possibilidade de desarticular as experiências de ES de uma proposta maior de participação política, avançando-se no plano democrático ao eliminar a divisão tradicional entre a democracia política, de um lado, e o despotismo econômico do outro.

O modelo econômico solidário parte de uma proposta política abrangente e revolucionária, mas necessita de maiores avanços na legislação de forma a se reconhecer a sua natureza social e as suas particularidades decorrentes da escassez de recursos financeiros, materiais, informacionais e tecnológicos. Nesse sentido, defende-se a parceria entre poder público e as iniciativas de ES, fazendo com que estas se tornem fornecedoras privilegiadas de algumas das demandas públicas. Esta proposta justifica-se pelo caráter social dos empreendimentos, garantindo-se um ambiente favorável ao seu fortalecimento, pelo menos inicial, transferindo-se renda com a contrapartida em produtos ou serviços.

Por outro lado, as relações da ES com o Estado e com as questões ambientais devem ser inseridas mais consistentemente nas pautas de discussão sobre a construção e as perspectivas dos empreendimentos solidários. Essas relações precisam ser pensadas como trazendo consigo oportunidades e armadilhas que poderão ter uma grande influência na força e na legitimidade do projeto da ES.

A sensibilização da opinião pública torna-se imprescindível para que a ES se fortaleça e prolifere como alternativa, não só econômica, mas societal. Para isso, é essencial que as pessoas, ao mesmo tempo, optem por seus produtos e serviços e incorporem suas bandeiras e valores num processo contínuo de transformação cultural. A substituição do paradigma atual pressupõe um abandono do economicismo como parâmetro de desenvolvimento, incorporando a complexidade e as múltiplas dimensões e potencialidades humanas, como a espiritualidade, o afeto, o cuidado e o comprometimento mútuo. Embora o futuro seja incerto, temos na ES coordenadas promissoras para uma real transformação da estrutura socioeconômica vigente rumo a uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

Referências

- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.) *Cultura e política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ARRUDA, M. *Humanizar o Infra-Humano*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ASSMANN, H.; SUNG, J. M. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiçadas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BORINELLI, B.; LANZA, F. Questão Socioambiental, Cultura Política e Cidadania no Brasil. *Serviço Social em Revista*, v. 11, n. 1, jul./dez/2008.

CASTRO, B. Notas críticas sobre o projeto político de Paul Singer: economia solidária e transição para o socialismo. In: *6º Colóquio Internacional Marx e Engels. GT 8 – Socialismo no século XXI*. 03 a 06 de novembro de 2009. Campinas: NEPEM/ UNICAMP.

CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (Org). *Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CUNHA, G. C. Políticas Públicas de Economia Solidária enquanto ressignificação das relações Estado-Sociedade: alguns elementos teóricos e empíricos. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. *Anais...* Florianópolis, UFSC, 25 a 27 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/ARTIGO_GABRIELACUNHA_SEMINARIO.pdf> Acesso em 12 mar/2010.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

FOLADORI, G.; TOMASINO, H. El enfoque técnico y el enfoque social de la sustentabilidad. In: PERRI, N., FOLADORI, G., *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Montevideo, Trabajo y Capital, 2001.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social*. 2004. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/pages/12/Reflexoes_construcao_conceito_TS.pdf> Acesso em: 20 maio 2009.

MANCE, E. A. *A revolução das redes – A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petropolis: Vozes, 2000.

_____. *Redes de colaboração solidária – Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petropolis: Vozes, 2002.

MARTÍNEZ ALIER, J. *Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular*. Blumenau, SC: Ed. FURB, 1998.

OFFE, C. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PIERRE-LEROY, J. *et al. Tudo ao mesmo tempo agora*. Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller Cultural, 1999.

- SANTOS, B. S. *A Crítica da Razão Indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. (org.) *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. Autogestão contra o desemprego. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 22 jun/ 1997.
- _____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. *A Crise Capitalista e a Economia Solidária*. 2009. Disponível em: <<http://economiasocialistas.blogspot.com/2009/03/paul-singer-crise-capitalista-e.html>> Acesso em: 12 mar/2010.
- _____. *Relações entre Sociedade e Estado na Economia Solidária*. Disponível em: <<http://criticasocialista.wordpress.com/artigos-do-paul-singer/relacoes-entre-sociedade-e-estado-na-economia-solidaria-paul-singer>> Acesso em: 12 mar/2010.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

AS MOTIVAÇÕES E DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMICA SOLIDÁRIA

*Sinival Osorio Pitaguari
Márcia Regina Gabardo da Câmara*

Introdução

Nas últimas décadas vem crescendo no Brasil os movimentos sociais e as políticas públicas que visam desenvolver um modo alternativo das pessoas trabalharem para garantir sua subsistência e melhorar sua condição de vida. Entre esses movimentos, tem destaque a Economia Solidária, que tem por princípio a unidade entre trabalho cooperativo e a propriedade dos meios de produção. Ela visa priorizar a solidariedade à competição, a preservação dos postos de trabalho como primazia à lucratividade, e a distribuição dos frutos do trabalho entre os produtores diretos.

Esse movimento segue uma tendência mundial, uma reação popular aos problemas causados pelo modo de produção capitalista, como a excessiva concentração de renda, o aumento do desemprego estrutural, os números assustadores da violência e da marginalidade social, a inquietante falta de segurança dos cidadãos, o consumismo predador, a ganância desmedida e a avidez pelo lucro, que provoca a poluição e a exaustão dos recursos naturais, destruindo assim os ecossistemas locais, mudando o clima global.

Os trabalhadores que aderem à economia solidária se unem em redes e/ou cooperativas de produção e comercialização, onde em vez de buscar emprego assalariado numa empresa capitalista são proprietários ou sócios dos negócios. A cooperação entre os trabalhadores permite superar as dificuldades presentes no trabalho autônomo individual, e dá a possibilidade dessas atividades sobreviverem frente à competição com as empresas que se utilizam da exploração do trabalho assalariado.

A conjuntura econômica atual favorece a busca dessas formas alternativas de trabalho. O mundo vive hoje uma das maiores crises cíclicas da história do capitalismo, o que deixa mais visíveis as consequências maléficas deste modo de produção. Nas últimas quatro décadas, houve uma sucessão de crises de gravidade considerável, as crises do petróleo nos anos 1970, a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento nos anos 1980, a crise do socialismo real no final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, e as crises do México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil e Argentina no período de 1994 a 2002, e agora, a crise mundial detonada a partir da crise

dos EUA em agosto de 2008. Essa sequência de crises parece corroborar com as teses de que este período é uma fase recessiva dos chamados “ciclos longos”. A crise atual amplia indignação da população e sua desesperança em encontrar um espaço de inserção no mercado capitalista nos moldes tradicionais.

No Brasil, a situação também não é nada favorável. O aspecto mais visível da problemática colocada é a permanência de altos índices de desemprego ou subemprego da força de trabalho, que não é absorvida pelo mercado de trabalho tradicional mesmo nas fases de prosperidade. Esse quadro vem reforçar a necessidade de criar mecanismos inovadores de geração de renda que possam ultrapassar a lógica do mercado tradicional, demonstrando ineficiência na tarefa de inclusão de uma consistente parcela da sociedade. Já existem em algumas cidades do país entidades ligadas ao poder público e também à sociedade civil que vem desenvolvendo um árduo trabalho, visando à geração de trabalho e renda para a população excluída do processo de crescimento econômico, dentro do perfil chamado de economia solidária. Ela segue uma diretriz traçada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), inserida no Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

Porém, há muitas questões que precisam ser melhor esclarecidas, e que são expostas no presente trabalho como guia para uma agenda de pesquisa. Neste artigo serão analisados os motivos que deram origem ao movimento de economia solidária, como ela surgiu nas economias capitalistas, e sua atual configuração. Por fim, serão estudados os desafios enfrentados pela economia solidária e que demandam reflexão por parte de quem se envolve com ela, trabalhadores, consumidores, formuladores de políticas públicas e pesquisadores.

As motivações da economia solidária

A economia solidária surge como uma resposta às contradições do modo de produção capitalista, em especial à separação do trabalhador dos meios de produção, e as suas consequências, como a necessidade de se submeter à exploração do trabalho assalariado, ou pior que isso, ao desemprego.

Segundo Marx (1984), uma das características específicas do modo de produção capitalista é a existência de uma superpopulação relativa permanente, ou seja, de uma massa maior ou menor de trabalhadores desempregados, ou exército industrial de reserva. As causas são várias: em primeiro lugar, porque em uma economia capitalista pura os trabalhadores não possuem meios de produção para garantir sua subsistência, e por isso

são obrigados a procurar emprego nas empresas capitalistas, sem garantia alguma de que vão realmente conseguir. Isso foi resultado do processo chamado por Marx de “acumulação primitiva do capital”. (MARX, 1984, v.I, t.2, cap. XXV).

Em segundo lugar, porque os capitalistas estão sempre buscando desenvolver a produtividade, para isso precisam aprimorar os métodos de organização do trabalho e criar novas máquinas, com o objetivo de diminuir seus custos individuais e obter lucros extraordinários ao vender as mercadorias pelo seu valor social. A economia de força de trabalho e, consequente, o desemprego aparece ora como meio, ora como consequência dessa busca incessante por maiores lucros. (MARX, 1984, v.I, t. 2, cap. XXIII).

Em terceiro lugar, porque o processo de acumulação é desigual, as empresas que têm um volume maior de capital geralmente conseguem obter melhores tecnologias, conseguem aumentar a produtividade do trabalho e reduzir os custos de produção, assim, obtêm lucros extraordinários, o que leva à concentração de capital. E as empresas que não acompanham este ritmo acabando falindo ou são compradas pelas maiores, o que Marx chama de centralização de capital. Portanto, a concorrência capitalista leva ao monopólio em torno de grandes empresas. O resultado de todo este processo é que a escala mínima de produção eficiente tende sempre a crescer, aumentam as economias de escala, e isso também poupa mão-de-obra. (MARX, 1984, v.I, t. 2, cap. XXIII).

Em quarto lugar, porque a segunda causa eleva a composição orgânica do capital, provocando a tendência decrescente da taxa de lucro e, até certo ponto, essa queda da taxa geral de lucro é compensada pelo aumento da sua massa total, gerada pelo aumento da produção e das vendas. Porém, quando a taxa de lucro atinge um limite mínimo, a partir do qual uma nova acumulação de capital fará a massa total de lucro das empresas cair em vez de aumentar (situação de super acumulação de capital), detona-se uma crise geral, iniciada pela queda nos investimentos, que reduz a produção e os empregos, primeiro nos setores que produzem meios de produção, depois nos setores que produzem meios de subsistência para os trabalhadores, e bens de luxo para os capitalistas. As crises ampliam em muito a manifestação do desemprego durante seu período de duração. Entretanto, as crises também criam as condições necessárias para a retomada do crescimento econômico, porque no seu processo, a destruição do capital excedente e obsoleto, ocorre elevação da taxa de mais-valia pela queda dos salários e há uma redução da composição orgânica do capital pela queda do preço dos meios de produção. Essas são as condições necessárias para que a taxa de lucro suba novamente a patamares elevados, estimulando o retorno dos investimentos, com eles

a economia volta a crescer e a taxa de desemprego volta à “normalidade”. (MARX, 1984, v.III, t. 1, caps. XIII a XV; PITAGUARI e LIMA, 2005).

As três primeiras causas são estruturais, inerentes ao processo de acumulação de capital, que não só reproduz o capital em escala ampliada, mas também reproduz a força de trabalho numa proporção sempre maior do que o capital é capaz de absorver. A quarta causa é conjuntural, e é a principal responsável pela flutuação das taxas de desemprego. No conjunto, essas quatro causas fazem com que a oferta de força de trabalho seja sempre maior que a demanda.

Marx relata que há quatro formas de existência da superpopulação relativa: a) a flutuante, é caracterizada pela rotatividade da mão-de-obra e pela influência dos ciclos econômicos; b) a latente, caracterizada pela utilização de mão-de-obra de baixa qualificação em processos de trabalho relativamente arcaicos, mas que podem ser rapidamente modernizados liberando mão-de-obra para a indústria moderna;¹ c) a estagnada composta, sobretudo, por trabalhadores de “ocupação completamente irregular” (informal) e pelo “trabalho domiciliar”; e, finalmente; d) o conjunto representado pela camada da superpopulação relativa que cai no pauperismo, no qual inclui: i) trabalhadores aptos ao trabalho; ii) órfãos e crianças indigentes; iii) degradados, maltrapilhos, e incapacitados para o trabalho (mendigos, incapazes, mutilados, doentes e velhos). Marx abstraiu desta lista o lumpemproletariado: “vagabundos, delinqüentes, prostitutas”. (MARX, 1984, v.I, t. 2, p. 206-209).

A crítica de Marx é ainda mais aguda contra a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Segundo ele, o lucro provém do trabalho excedente, ou seja, o tempo de trabalho além daquele necessário para garantir a subsistência dos trabalhadores, esse trabalho extra não pago aos trabalhadores (mais-valia) é apropriado pelos capitalistas. (MARX, 1984, v.I, t. 1). Juntamente com as causas do desemprego, essa é a principal causa da acumulação de riqueza de um lado e da acumulação de pobreza e miséria de outro lado nas economias capitalistas.

Os economistas políticos clássicos e os economistas neoclássicos, influenciados pela Lei de Say, defendiam a tese de que em um sistema competitivo de livre mercado puro só haveria desemprego voluntário, já que toda oferta geraria sua própria procura, e que o mercado sempre se equilibraria

¹ Um bom exemplo nos dias atuais é o uso do corte de cana manual, que pode ser substituído pela corte mecanizado liberando mão-de-obra, nas seguintes hipóteses: a) se uma futura tendência de escassez de força de trabalho vier a elevar demasiadamente o salário dos trabalhadores; ou pior que isso, b) se o custo das máquinas e dos combustíveis utilizados cair tanto que torne mais vantajoso seu uso, mesmo com os baixos salários pagos hoje para os cortadores de cana.

no nível de pleno emprego, ou do produto potencial. Eles acreditavam que as crises, quando aconteciam, eram causadas por fatores extraeconômicos, como intervenções indevidas no mecanismo de flutuação de preços (greves de trabalhadores, cartelização do mercado, intervenção governamental), catástrofes naturais, crises políticas, e guerras. Em condições normais, a lei da oferta e da procura trataria de alocar eficientemente os fatores de produção no nível de emprego. (BRUE, 2005).

Muito embora tenha uma origem neoclássica, segundo destacam Lima e Pitaguari (2005), Keynes reconheceu que as crises cíclicas são próprias da dinâmica interna do capitalismo. Inicialmente, ele rejeitou a tese do desemprego voluntário, reconheceu que os trabalhadores sempre ofertam trabalho e afirmou que os trabalhadores podem resistir à baixa nominal do seu salário, mas têm pouca força para impedir uma redução real dos salários, de fato estão mais preocupados com seus salários relativos. Também verificou que o nível de emprego varia mesmo quando o salário real fica constante, e que a principal causa determinante do nível de emprego no curto prazo é a demanda efetiva, e esta depende, sobretudo, do nível de investimento agregado, que por sua vez depende da comparação feita pelos capitalistas entre a taxa de retorno esperada (eficiência marginal do capital) e a taxa de juros. Se a taxa de retorno esperado for maior que a taxa de juros, haverá um bom nível de investimento e isso puxa o nível de emprego, produto e renda para cima, caso contrário, a tendência é de recessão ou crise. Para Keynes (1983), a propensão marginal a consumir decresce à medida que cresce a renda, impondo limites cada vez menores à demanda efetiva e à eficiência marginal do capital. Por isso, Keynes e seus seguidores propuseram uma série de políticas macroeconômicas tidas como necessárias para evitar ou, pelo menos, amenizar as crises cíclicas e o desemprego.

Desde então, o debate que se seguiu entre os defensores das economias de mercado, gira em torno do grau mais adequado para a intervenção do governo na economia. Contudo, predominou no período que se seguiu a crise de 1929 até a crise de estagflação dos anos 1970, a corrente mais intervencionista. A partir de então, uma linha mais liberal retomou a hegemonia, principalmente após as políticas de Margaret Thatcher na Inglaterra, de Ronald Reagan nos EUA, e, mesmo antes, com Augusto Pinochet no Chile. Essa tendência preocupou-se, sobretudo, em reduzir os gastos do Estado, estabilizar o nível de preços e abrir espaços para a iniciativa privada, destinada à acumulação de capital. Os resultados foram taxas de crescimento econômico reduzidas e uma significativa piora do nível de desemprego, e a diminuição das políticas de compensação. (MAGALHÃES, 2006).

A reestruturação produtiva do capital, a “globalização”² e outros problemas de manifestação mais recente também contribuíram para o surgimento, ou retomada da economia solidária. O processo de reestruturação produtiva do capital, segundo Pochman (2001), é baseado na incorporação da automação microeletrônica no processo de trabalho e na superação do modelo rígido taylorista e fordista de organização e de divisão do trabalho por um modelo mais flexível chamado de modelo toyotista.

As mudanças na produção permitiram que as empresas aumentassem ainda mais a economia de trabalho, e elevou em muito a escala mínima de eficiência produtiva. Isso contribuiu com a aceleração do processo de internacionalização de capital, agravando, assim, o problema do desemprego e da exclusão social em escala mundial, principalmente nas nações menos desenvolvidas, ainda que algumas nações em desenvolvimento tenham se beneficiado deste processo. A concentração regional da renda em torno de polos modernos e a concentração da pobreza e miséria nos outros polos pioraram, por isso, dentro de um mesmo país pode-se verificar o aumento da melhoria das condições de vida de algumas regiões, e a piora de outras tantas. Na África há países onde a exclusão do mercado de trabalho formal capitalista se dá quase que por inteiro. (POCHMANN, 2001).³

Outra grande preocupação dos novos tempos é com a questão ambiental. A tendência de aquecimento global, o perigo da escassez de água, o retorno de doenças como a dengue em grandes centros, e as novas gripes mostraram outros limites para a exploração capitalista. Cresce a noção de que é insustentável que o mundo todo venha ter o mesmo padrão de consumo dos EUA e de outros países ricos. Percebeu-se a importância da reciclagem, do consumo de produtos orgânicos, da diminuição do uso de produtos químicos etc. (MILANEZ, 2003). Ao mesmo tempo, quem ainda não entrou no padrão de alto consumo, quer entrar.

Para toda ação há uma reação, e a consequência das mudanças que aconteceram no mercado mundial nas últimas décadas, as quais fizeram piorar em muito as condições de vida locais, principalmente nos países

² Para o autor, a globalização não é um fenômeno recente, é um processo que começou com as grandes navegações e a conquista colonial das Américas, da África, da Oceania e da Ásia pelas potências europeias, Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra. Desde o final do século XVI, é possível dizer que há um mercado mundial de troca de mercadorias. De lá para cá, a globalização vem sendo aperfeiçoada, incrementada, com a incorporação de novos elementos, e, mais recentemente, a globalização financeira do capital especulativo, a globalização dos protestos contra a globalização do capital etc.

³ Um caso emblemático é o do México, que fez evoluir as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) ao norte e ao mesmo tempo excluiu regiões inteiras ao sul, dando espaço para ocupação da guerrilha zapatista. (POCHMANN, 2001).

ou regiões mais pobres do planeta, levaram o movimento social a buscar formas alternativas de produção e de garantia da subsistência.

Não é escopo deste trabalho o debate em torno das causas do desemprego, da pobreza, da miséria, e nem mesmo do debate sobre as políticas macroeconômicas para a redução destes índices. Entretanto, é importante destacar que este é o pano de fundo no qual se insere a busca por formas alternativas de trabalho e de subsistência entre os trabalhadores.

A evolução da economia solidária como contraponto ao capitalismo em busca de uma definição atual

Na história das sociedades capitalistas,⁴ a primeira grande tentativa de construção de um sistema produtivo solidário surgiu na Grã-Bretanha, pouco tempo depois da revolução industrial, a qual levou a exploração de trabalhadores, incluindo mulheres e crianças, até a exaustão, com elevadas jornadas de trabalhos, baixos salários, e, praticamente, nenhum direito. Foi neste contexto que Robert Owen, um grande empresário do setor têxtil, em vez de explorar ao máximo seus trabalhadores, resolveu proporcionar-lhes um tratamento generoso (redução da jornada de trabalho, fornecimento de escolas para os filhos de seus empregados etc.). Porém, para o espanto e admiração geral dos capitalistas, o lucro de Owen aumentou em função do aumento de produtividade do trabalho nas suas empresas, e acabou atraindo muitos empresários a New Lanark. (SINGER, 2002).

O sucesso de Owen foi tão significativo, que ele tentou induzir o governo britânico a financiar a construção de aldeias cooperativas autogestionárias, para produção agrícola e industrial, para que os pobres pudessem produzir sua própria subsistência. Após a ajuda inicial, essas cooperativas se mantiveram por conta própria, e isso seria mais barato do que ficar eternamente dando assistência aos pobres desempregados. O governo britânico não aprovou essa ideia, muito menos seus colegas capitalistas, e o motivo é claro, ela continha o germe do socialismo. Owen não desistiu e empenhou sua própria fortuna nesta tentativa, numa fazenda, em New Harmony, no Estado de Indiana, nos EUA. Sua ideia era de que tal tentativa num meio social novo e por isso menos deteriorado pudesse dar certo. (SINGER, 2002).

Segundo Vieira, “a comunidade era dividida em seis departamentos: “agricultura; manufatura; literatura, ciência e educação; economia doméstica;

⁴ Iniciativas como estas não são novas, por exemplo, no “Novo Testamento”, mais especificamente nos “Atos dos Apóstolos”, vemos relatos deste tipo de atividade econômica entre os primeiros cristãos. (ATOS, 4:32-35).

economia geral; e comércio”. (VIEIRA, 2005, p. 32). Infelizmente, a tentativa fracassou por uma série de motivos. Primeiro, devido à exploração sofrida por Owen pelos seus parceiros capitalistas, que estavam mais preocupados com a especulação. Segundo, devido à heterogeneidade dos trabalhadores que lá moraram, pois nem todos tinham o espírito adequado para a vida em comunidade proposta por Owen, muitos estavam interessados na repartição individual da propriedade da terra. Também, porque houve crescente falta de participação nas assembleias para a tomada de decisões, este ponto destacado por Vieira pode ser um dos principais empecilhos para a consolidação de empreendimento autogestionário ou mesmo do modo de produção socialista.

Mas, o ponto mais destacado por Vieira para o fracasso da experiência de New Harmony foi que Owen a tratava como um empreendimento empresarial, manteve a propriedade sobre a terra e benfeitorias, e cobrava com juros altos por tudo que oferecia, inclusive o dispendioso sistema educacional dos filhos dos trabalhadores, e muitos deles estavam lá apenas para fugir do desemprego e aproveitar das condições oferecidas aos seus filhos. Para Owen, suas comunidades tinham que ser autossustentáveis e ainda financiar a criação de outras.

Para Podmore, o principal problema da comunidade criada por Owen foi não reconhecer as diferenças de qualidade e quantidade de trabalho que os trabalhadores podiam ou tinham interesse de oferecer, ele conclui que:

[...] as sociedades que atingiram maior grau de prosperidade material e o mantiveram por algum período de tempo foram precisamente aquelas em que não se buscava o sucesso material, mas que os membros eram unidos por um entusiasmo religioso comum. (PODMORE *apud* VIEIRA, 2005, p. 34).

Essas afirmações de Podmore são relevantes. De fato, uma experiência bem sucedida, que tem adeptos em nove países, inclusive com alguns núcleos no Brasil, são as comunidades religiosas conhecidas como Doze Tribos.⁵ Eles vivem em comunidades, os meios de produção, os imóveis e até suas refeições são comunitários, eles mesmos educam seus filhos, e, geralmente, se envolvem na produção agrícola, na industrialização e na comercialização de alimentos orgânicos, as diferentes comunidades são integradas vertical e horizontalmente. Entretanto, talvez não pela concepção religiosa em si, mas por que a produção em regime de cooperação exige muita disciplina

⁵ Para conhecer a comunidade de Londrina-PR, pode-se acessar o site: <www.dozetribos.com.br>, ou sua página internacional no endereço: <<http://www.twelvetribes.com>>. Veja também o artigo “Uma Nova Ordem Social”. (DOZE TRIBOS, 2003).

que, no caso, é garantida pela prática religiosa. A mesma disciplina pode ser encontrada numa empresa capitalista, conforme MARX (1984) atesta nos capítulos sobre a “cooperação”, a “divisão do trabalho” e a “acumulação primitiva do capital”. O grande desafio é generalizar essa disciplina num ambiente democrático, com diversidade cultural, religiosa, de qualificação etc. Outro aspecto positivo a se considerar sobre a experiência das Doze Tribos, e que atende a preocupação levantada anteriormente por Podmore, é que o grau de qualificação do seu pessoal é relativamente homogêneo e elevado, estão lá por opção, e não por falta de opção.

Apesar dos problemas, as ideias de Owen inspiraram muitos outros pensadores e ativistas políticos que buscaram formas alternativas de produção solidária, como Willian King na Inglaterra, Charles Fourier, Saint-Simon na França entre outros. A crítica desses autores à exploração capitalista e aos problemas do desemprego e da miséria, inspirou Marx e Engels, que nunca negaram a contribuição daqueles pensadores para a formulação de suas próprias ideias, muito embora tenham criticado seu caráter “utópico”. (ENGELS, 1985).

Marx e Engels entendiam que era impossível destruir o capitalismo, criando empresas solidárias para competir com as empresas capitalistas, ou que funcionassem às margens do sistema, até serem dominantes. Em geral, essas tentativas teriam como resultado o fracasso. O motivo é simples, a humanidade sempre se move no caminho do desenvolvimento das forças produtivas, e o capitalismo surgiu a partir da transformação das oficinas artesanais e da pequena propriedade camponesa, em grandes propriedades capitalistas, incorporando a cooperação, a divisão do trabalho e finalmente a maquinaria.⁶ Graças a essas três inovações, a grande empresa capitalista se mostrou incomparavelmente mais eficiente, e as pequenas propriedades produtivas familiares ou individuais dos camponeses e artesãos não foram mais capazes de competir com essas, transformando-se em exceção o que antes era a regra. (ENGELS, 1985). Ora, é muito raro encontrar grandes empresários benfeitores como foi Owen, dispostos a colocar sua fortuna em prol da economia solidária. E, se mesmo ele enfrentou fracasso dos seus principais empreendimentos, o que dirá de pequenas unidades produtivas solidárias. Segundo Vieira, Marx também percebe o perigo de degeneração dessas experiências focalizadas de “comunismo”, provavelmente preocupado com problemas como o visto acima na experiência de New Harmony:

Mas Marx não é, necessariamente, contra o comunismo local; parece apenas não acreditar que consiga acumular a força suficiente para concretizar de

⁶ Uma análise deste processo pode ser encontrada em Marx (1984), v.I, t. 1 e 2, capítulos XI a XIII.

fato o comunismo. O comunismo local corre sempre o risco de se degenerar, pela fraqueza e isolamento das experiências. A degeneração só é evitada quando ocorrem os movimentos em grande escala. (VIEIRA, 2005, p. 50).

Segundo Engels (1985), ele e Marx entendem que o capitalismo tem uma contradição insolúvel, de um lado desenvolve ao extremo a cooperação e a divisão do trabalho entre os trabalhadores inseridos no processo produtivo, de outro, a propriedade privada dos meios de produção permite aos capitalistas se apropriarem dos excedentes produzidos pelos trabalhadores, o que, como vimos, é a causa da concentração de renda, do desemprego etc. Derivadas desta contradição fundamental, somam-se outras: como a contradição entre a organização das empresas capitalistas, perante a anarquia da produção da produção social; a qual, por sua vez, provoca a possibilidade de rupturas frequentes entre produção e consumo; esta ocorre porque as mercadorias produzidas não serão vendidas e consumidas se não houver quem pague em dinheiro por elas; e isso ocorre porque elas são produzidas não pela necessidade de seus valores de uso, mas, simplesmente, pelo seu valor de troca, que permite a valorização do dinheiro transformado em acúmulo de capital.

A solução do problema estaria, então, em resolver a contradição fundamental, simplesmente socializando os meios de produção que pertencem à burguesia. Para isso, seria necessário realizar uma revolução social e política para constituir um Estado Socialista, o qual teria a tarefa de expropriar as empresas, transformando-as em propriedades coletivas dos trabalhadores, e a seguir planificasse a produção para atender a necessidade de todos. Quanto mais se desenvolvesse o capitalismo, mais concentrado estaria o capital, inclusive em empresas estatais, mesmo que dominadas pela burocracia, facilitando a tarefa do Estado Socialista. (ENGELS, 1985).

Marx e Engels (1984) afirmam, conjuntamente, que experiências de Owen, Fourier, Saint-Simon e seus seguidores, surgiram quando a luta de classes entre o proletariado e a burguesia ainda não estava desenvolvida a partir da organização partidária dos primeiros. Aqueles socialistas utópicos não viam no proletariado uma classe capaz de realizar, por si mesma, sua emancipação. Ao contrário, Marx e Engels defendem que a exploração capitalista só terá fim quando os proletários se organizarem politicamente para, primeiramente, tomar o poder político e se constituir como classe dominante. Depois, tendo organizado uma superestrutura de Estado socialista, devem passar a tomar paulatinamente a propriedade dos meios de produção da burguesia, transformando esses meios de produção em propriedade coletiva dos trabalhadores, conjuntamente devem substituir a regulação da produção pelo mercado, pela planificação da economia e

eliminar todo tipo de diferenças entre classes e entre os trabalhadores por meio da educação.

Durante certo tempo, as iniciativas de economia solidária, inseridas na economia capitalista, mantiveram-se latentes diante da perda de interesse dos trabalhadores, por dois motivos:

Primeiro, os trabalhadores viram na revolução socialista uma possibilidade concreta, e não mais uma utopia. Tal consciência foi despertada pela vitória, mesmo efêmera, da Comuna de Paris e, mais tarde, da Revolução Russa de outubro de 1917, o que parecia confirmar as teses de Marx e Engels, e seus seguidores mais importantes como Lenin.

Segundo, porque a reação de muitos países contra a tendência revolucionária foi o desenvolvimento de uma política de bem-estar social e de desenvolvimento econômico, que permitiu significativa melhoria das condições de vida dos trabalhadores nas economias capitalistas, sobretudo após a Segunda Grande Guerra Mundial. No que diz respeito às políticas econômicas, elas contaram com referencial teórico de J.M. Keynes e seus seguidores, como vimos na primeira seção do presente artigo. Segundo Singer (2002, p. 110), “surtiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e de 1970) e se acomodou no assalariamento”. Por outro lado, Singer também alerta que o cooperativismo não parou de crescer desde Owen, mas acabou se degenerando de forma acentuada.

Entretanto, as crises econômicas mundiais a partir de meados da década de 1970, a crise da dívida dos países em desenvolvimento na década de 1980, a hegemonia das políticas neoliberais e o agravamento das contradições do capitalismo, que estes fatos causaram, fizeram surgir o crescimento da busca por alternativas solidárias de produção no seio das economias capitalistas, e com isto a economia solidária. (SINGER, 2002).

A maior parte da militância social envolvida atualmente nas experiências de economia solidária visa utilizá-la não só como mecanismo de subsistência, mas também como instrumento de luta contra a economia capitalista, contudo, de outro modo que não aqueles experimentados pelo chamado “socialismo real”. Estes julgam que o fracasso dos empreendimentos, quando acontecem, é provocado pelos limites do capitalismo e da luta de classes. Não obstante, o movimento em torno da economia solidária também é composto por aqueles que não estão preocupados com a crítica contra o sistema vigente, mas simplesmente em tentar melhorar a sua sorte, dentro ou fora dele. Percebem os fracassos como fragilidade, inexperiência e deficiência gerencial dos grupos. (VIEIRA, 2005).

Há múltiplas iniciativas e diversas denominações para Economia solidária, como, socioeconomia, economia popular, associativismo,

cooperativismo, comércio justo, economia moral entre outros. (CATTANI, 2003; SANTOS, 2002). Dentre os termos citados, adota-se neste trabalho o conceito de Economia Solidária, o que é uma das possíveis vertentes do conceito de socioeconomia ou socioeconomia solidária.

Socioeconomia solidária, segundo Marcos Arruda (2003), pode ser definida como um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação e da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, com o fim de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho das atividades restritas à sobrevivência material, de modo a tornar viável e sustentável, propriamente humano, social e de espécie. O que elucida o sentido da socioeconomia é uma nova economia cujo objetivo é responder às necessidades sociais e humanas, ou também atender à dupla demanda na reprodução simples (sobrevivência) e na reprodução ampliada da vida (crescente bem-estar individual, comunitário e social).

Na acepção do autor a terminologia socioeconomia solidária distingue-se da economia solidária devido ao seu caráter muito mais social e generalista. De acordo com Arruda (2003), ela apresenta o sentido idêntico a proposta da humano-economia, feita pelo economista tcheco Eugen Loeb (apud ARRUDA, 2003), uma economia a serviço do humano. Embora o presente projeto tenha como referência de trabalho o conceito de socioeconomia de Arruda (2003), a discussão está fundamentada, sobretudo, na economia solidária, por entender que institucional e teoricamente ela é forma de socioeconomia mais desenvolvida e adotada e, principalmente, que as iniciativas de economia solidária podem ser incluídas entre a diversidade de experiências abarcadas pela socioeconomia.

Para Arroyo e Schuch, a economia solidária define-se, sobretudo, pela união de trabalhadores para empreender uma atividade para seu benefício mútuo:

É a economia que se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de empreendimentos coletivos como entre empreendimentos para obter saltos de competitividade, em estruturas em rede que também podem ser compreendidas como empreendimentos coletivos. (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 63 - Grifo dos autores).

As modalidades que compõem a economia solidária são variadas, desde experiências provenientes das bases, como a união de trabalhadores vitimados pelo desemprego em pequenas unidades produtivas, ou pequenos produtores que se unem em redes para comprar e vender em conjunto,

trabalhadores que assumem empresas falidas, além de diferentes formas de agricultura familiar, redes de comércio justo, incubadoras de empresas, clubes de troca e de microcrédito, entre outras.

Economia Solidária é considerada como um modo de produção, circulação e distribuição dos bens e serviços, baseado no princípio da unidade entre o trabalho cooperativo e a propriedade coletiva dos meios de produção, voltados para à subsistência e reprodução social humana, de forma alternativa ao modo capitalista. A lógica da Economia Solidária é a oposição à ditadura do capital e ao poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona, excluindo e controlando vidas, além dessas desigualdades abalarem a própria estrutura democrática em que se baseiam as sociedades modernas, criando-se um mundo polarizado e insustentável. É importante esclarecer que nenhuma formação social concreta na história da civilização é pura, embora haja sempre um modo de produção amplamente dominante, há espaço para outros, que podem ser resquícios do passado, ou germes do futuro. Nesse sentido, da forma como foi definida acima, a Economia Solidária ocupa agora um lugar marginal nas formações sociais capitalistas e, ao mesmo tempo, pode servir de laboratório para um modo de produção mais evoluído e complexo que está por vir.

Os desafios para a consolidação da economia solidária

Os princípios básicos dos núcleos de produção de economia solidária são a priorização da solidariedade à competição, e à preservação dos postos de trabalho como primazia à lucratividade. Os trabalhadores se dispõem a fazer sacrifícios individuais a favor do bem coletivo. Ajuda e confiança mútua são condições básicas para o sucesso de qualquer empreendimento dessa natureza, são também a adesão voluntária aos princípios da solidariedade, da igualdade, da democracia e da responsabilidade, atributos que levam os trabalhadores a penetrar no campo da cultura e da ética.

No que diz respeito aos benefícios do desenvolvimento das iniciativas de Economia Solidária, Sousa Santos destaca:

[...] ampliam a democracia participativa, estendendo o princípio de cidadania à gestão das empresas. Semelhante ampliação da democracia tem efeitos emancipadores evidentes, por cumprir a promessa de eliminação da divisão que impera hoje entre a democracia política, de um lado, e o despotismo econômico do outro. (SANTOS, 2002, p. 37).

As organizações de Economia Solidária apresentam, como uma de suas vantagens, o seu processo de decisão que em vez de individual é coletivo, tendendo a ser mais democrático e participativo, visto que conta com a

experiência de todos os participantes e não fica restrito à imposição de uma minoria. Com isso, tende-se a criar um maior comprometimento de todos, gerando o que Marx chama de emulação do trabalho coletivo. (MARX, 1984, livro I, tomo I, cap. XI). Por outro lado, as decisões democráticas tendem a ser mais lentas, por sua natureza. Infelizmente, isso pode gerar perda de competitividade para os empreendimentos que precisam enfrentar a concorrência contra as empresas capitalistas.

Outra característica importante da Economia Solidária é a postura contrária à divisão especializada do trabalho dentro de unidade produtiva. Isso faz sentido porque a divisão do trabalho, principalmente se for hierarquizada, produz uma desumanização do trabalhador, separando o trabalho mental do trabalho manual. Esta separação gera alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, e tende a gerar a exploração do homem pelo homem, mesmo onde a propriedade dos meios de produção é socializada. (MARX, 1984, livro I, tomo II, cap. XII). Entretanto, mesmo Marx reconheceu a necessidade de a economia socialista conviver com desigualdade de qualificação da força de trabalho, enquanto não for possível nivelá-la por cima, ou seja, no mais alto grau possível de educação e formação profissional. (MARX, 1985).

Tauile (2002) destaca que, os empreendimentos solidários têm que reconhecer a existência do mercado capitalista, porém grande partes dos mercados encontram-se internacionalizados, dificultando a sobrevivência das unidades produtivas locais, a não ser que inseridas numa lógica de subcontratação, produzindo bens que serão distribuídos mundialmente. Outro problema é que o capitalismo tende a mercantilizar todo tipo de relação social, no qual Marx lembra que o capitalismo desenvolve o fetichismo da mercadoria, em que as relações sociais são confundidas com relações entre coisas. No capitalismo, a produção para o mercado se dá de forma amplamente predominante mediante a relação de trabalho assalariado versus capital. A questão, a saber, é se há espaço para a sobrevivência do trabalho cooperativo e autogestionário no mercado predominantemente capitalista. Tauile complementa:

Ao livre sabor de uma economia de mercado, não adianta fazer considerações ou juízos de valor social se tais alternativas não forem economicamente viáveis; nesta hipótese, elas somente poderão ser adotadas caso se considere a possibilidade de intervenção do Estado para arcar explicitamente com o ônus de determinados custos sociais. (TAUILE, 2002, p. 112).

Foi visto na segunda seção que Marx e Engels tinham uma resposta negativa para esta pergunta, e que para eles a solução seria o socialismo. Não

obstante, o fracasso do socialismo no leste europeu e, o recrudescimento do capitalismo sob o neoliberalismo, recolocou esta questão.

Outra questão muito importante colocada por Marx e Engels, que vimos na seção anterior, é a dificuldade de pequenas unidades produtivas concorrerem no mercado dominado pelas grandes indústrias capitalistas. Mesmo as grandes empresas estão sujeitas ao processo de concentração e centralização de capital. Na perspectiva de Marx, num mercado competitivo sobrevivem apenas as empresas com maior produtividade do trabalho e menor custo de produção, o que depende de tecnologia, que depende de qualificação. A diferenciação de produto é outra vantagem competitiva, seja na abordagem neoclássica ou na schumpeteriana. (KUPFER; HASENCLEVER, 2000). Mas isso também depende de inovação tecnológica e qualificação, as quais dependem de recursos financeiros.

Como pequenas empresas baseadas quase que exclusivamente na união de trabalhadores solidários podem ter acesso a essas condições de competição?

Do ponto de vista financeiro, a saída encontrada pelo movimento social dos trabalhadores organizados em cooperativas e dos trabalhadores autônomos é o microcrédito. O grande disseminador deste tipo de economia foi Muhammad Yunus que, de certo modo, pode ser considerado um Owen moderno e vitorioso, embora menos revolucionário e menos utópico. O próprio Yunus (2002) relata sua obra no livro *O Banqueiro dos Pobres*. Ele foi um professor de economia, mas acabou rompendo com o que ele próprio ensinava. Vieira (2005) destaca que Yunus percebeu que as teorias econômicas tradicionais eram “belas e elegantes”, mas inúteis para compreender a economia da vida real. Não só a teoria econômica, mas toda universidade tradicional tende a alienar os professores e alunos da realidade social. Ao voltar-se para a solução do problema da pobreza, Yunus procurou dar ênfase às soluções individuais. Ele entendia que os pobres têm grande potencial, mas não têm oportunidades. A caridade também não é uma solução. Crítica até mesmo as políticas assistências de renda mínima adotadas pelos Estados europeus, pois elas inibiam os trabalhadores a buscar seu próprio sustento pelo trabalho. Então, o melhor a fazer era oferecer condições para que os trabalhadores pudessem ter condições de trabalhar por conta própria e progredir. Para Yunus, era preciso fornecer condições financeiras para os trabalhadores desenvolverem todo o potencial do seu capital humano.

Ainda que a proposta de Yunus seja o autoemprego, o problema era estrutural e não conjuntural, pois os bancos tradicionais não ofereciam essa oportunidade para os pobres. Por esta razão, criou o Grameen Bank, com a finalidade de financiar atividades produtivas de pessoas pobres, por meio do

microcrédito. A experiência deu certo, 98% dos empréstimos eram pagos em dia, um número muito maior que a dos bancos tradicionais. Percebeu-se também que as mulheres eram melhores pagadoras, além disso, quando o empréstimo era feito era garantido de que elas utilizariam para sustentar e educar seus filhos. Isso levou o Grameen Bank a priorizar a concessão de microcrédito para mulheres, apesar da resistência dos próprios maridos. Outra mudança foi aceitar o pagamento em pequenas prestações regulares, em vez de receber tudo de uma vez ao final de um prazo longo, assim, o pagamento seria psicologicamente mais suave. (YUNUS; JOLIS, 2000).

Outra inovação foi realizar empréstimos para grupos de pessoas, em vez de individualmente. Isso aumentou o índice de recuperação dos empréstimos e reduziu o custo de seleção, porque afinal se uma pessoa deixasse de pagar, todos perderiam o crédito. Apesar de o microcrédito destinar-se ao trabalho autônomo ou familiar, Yunus não vê nisso uma oposição ao trabalho em massa, pois muitos trabalhadores poderiam produzir um mesmo produto, numa mesma região, em grande escala, porém, cada um no seu próprio lugar (casa, terra etc.), com seus próprios meios. E se a tecnologia favorece o trabalho assalariado coletivo, é porque a ciência trabalhou para que fosse desta maneira. Por isso é defendido que as instituições de ensino capacitem os trabalhadores para o trabalho autônomo e não para serem empregados, que as universidades desenvolvam tecnologias que tornem o trabalho individual mais eficiente, e que as políticas públicas apoiem o empreendedorismo dos trabalhadores autônomos. No entanto, os universitários também têm muito a aprender com o conhecimento prático dos trabalhadores segundo Yunus, pois foi dessa maneira que a humanidade evoluiu a maior parte do tempo. (YUNUS; JOLIS, 2000).

As ideias do Yunus e o exemplo do Grameen Bank se espalharam pelo mundo todo, e tem frutificado, mesmo com a atual “crise das hipotecas”, ou “crise subprime”, expondo assim a fragilidade do sistema bancário e financeiro tradicional no mundo todo, a partir da Meca do capitalismo, o centro financeiro de Wall Stret. Por outro lado, é bom lembrar que Marx (1984, livro III, tomo II) chama atenção de que o crédito é um poderoso instrumento a favor da concentração e centralização do capital. Porém, é questionado até que ponto as instituições fornecedoras de microcrédito poderão ser capazes de alimentar a Economia Solidária na sua luta pela sobrevivência contra as empresas e bancos capitalistas. Uma saída pode ser o envolvimento dos bancos estatais ou envolvimento direto do setor público neste serviço.

Segundo Singer (1998), as iniciativas de economia solidária só poderão ser realmente competitivas se atuarem de forma conjunta, garantindo ganhos de escala e integrando-se complementarmente em forma

de rede. Ao se criar conexões entre diferentes unidades organizacionais, tem-se a possibilidade de se criar uma estrutura verticalizada de produção e distribuição, excluindo assim atravessadores e agregando-se ganhos de produtividade e escala. Porém, além dessas possíveis melhoras, as redes ainda possuem outros potenciais, nascidos da integração e/ou parceria com centros de pesquisa, assessorias técnico-científicas, centros de formação continuada de trabalhadores (onde os sindicatos têm exercido papel importante em apoio a trabalhadores que assumem o comando de empresas falidas), como também na procura do desenvolvimento de um quadro de especialistas capazes de inovar estando ao mesmo tempo sintonizados com as necessidades do mundo moderno.

A universidade tem um papel estratégico para economia solidária com o seu potencial para desenvolver e transferir conhecimentos e tecnologias apropriadas para tais empreendimentos, algo que estaria mais próximo do que se vem denominando de tecnologia social. O desafio que se apresenta é restringir o uso das tecnologias convencionais e substituí-las por tecnologias sociais. As tecnologias convencionais não são adequadas à inclusão social, seu principal objetivo é maximizar o lucro privado, característica essa que limita a sua eficácia para a inclusão social. Ela maximiza a produtividade em relação à mão-de-obra, ou seja, quanto maior a quantidade utilizando o menor número de funcionários, mais produtiva ela é.

As tecnologias convencionais geram e são geradas pela concentração econômica e política, pois as altas tecnologias existentes estão no poder de poucos e grandes capitalistas, enquanto que os pequenos empresários ficam sempre atrasados, defasados, utilizando técnicas que foram descartadas pelos grandes empreendimentos. Por fim, as tecnologias convencionais, em regra, promovem processos produtivos ambientalmente insustentáveis seja porque não considera a degradação do meio ambiente como custo, seja porque foi concebida dentro de uma lógica atrelada ao consumismo.

Em oposição às características da tecnologia tradicional, o Instituto e Tecnologia Social (ITS) desenvolveu sua definição de tecnologia social, ela é: “[...] um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. (ITS, 2004, p. 130).

Ela deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; não discriminatória; liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto; orientada para o mercado interno de massa; liberada da diferenciação entre patrão e empregado. E, principalmente, deve ser competitiva, pois só assim os empreendimentos autogestionários serão viabilizados economicamente

sendo então uma alternativa real de inclusão social para a população marginalizada. (DAGNINO, 2004).

A questão é em que medida a tecnologia social pode se apropriar desses conhecimentos, quais as precauções, as implicações e os riscos? São desafios que os empreendimentos de economia solidária deverão enfrentar.

Dagnino (2004) defende que, para que tecnologia social vingue o papel das universidades como geradora e disseminadora de tecnologia e conhecimento é essencial. Entretanto, na prática não são poucas as barreiras a serem superadas para que isso aconteça. Ainda prevalece na universidade uma visão positivista de ciência, segundo a qual a ciência se desenvolve por suas próprias leis, e que a única forma de fazer isso é isolada da sociedade.

As possíveis contribuições das tecnologias convencionais para as tecnologias sociais ainda é um debate aberto e encerra diversos conflitos e dilemas. Não podem ser ignorados fatos como o das novas tecnologias convencionais (incorporação da microeletrônica e informática nas máquinas-ferramentas) viabilizarem a produção em escalas cada vez menores. Segundo Shima (2006, p. 347), o novo paradigma tecnológico mundial, baseado na incorporação da microeletrônica e informática nas máquinas-ferramentas, dotando-as de autonomização e flexibilidade, resultou na “banalização das economias de escala e na viabilização das economias de escopo”. Ou seja, viabilizou a produção em escalas cada vez menores. As novas tecnologias reduziram em muito o custo dos equipamentos sofisticados, e eles são oferecidos em diversos tamanhos para diversas escalas de produção.

No novo paradigma, todas as tecnologias hard [...], estão disponíveis com relativa facilidade e a preços descrentes para todos os produtores, de tal forma que o diferencial competitivo não resulta mais do fato de se usar um ou outro equipamento, como ocorria antes do novo paradigma. (SHIMA, 2006, p. 347).

O antigo paradigma a que se refere Shima é o modelo fordista, no qual a produção em larga escala era o diferencial competitivo, mas a necessidade das firmas serem competitivas em mercados menores e a necessidade de atender aos diversificados gostos dos consumidores levou à pesquisa e ao desenvolvimento do novo paradigma tecnológico. Entretanto, o autor alerta que, ao contrário dos equipamentos, no novo paradigma há aspectos que não necessariamente estão disponíveis livremente, como os conhecimentos que geram mudanças e os que não decorrem do aspecto hard. Logo:

A fonte de competitividade da firma não vem de fora, mas da sua capacidade de encontrar, num sentido mais geral, soluções criativas – como novos processos, diferenciação de produtos e, principalmente, novos arranjos organizacionais e/ou institucionais. (SHIMA, 2006, p. 347).

Tal desafio inovativo cabe tanto aos grupos de produção, quanto aos poderes públicos e às universidades envolvidos com a economia solidária. Entretanto, ele esbarra na dificuldade de articulação entre os diversos grupos e poderes envolvidos. Conforme apontado também por Shima: “Se por um lado a cooperação cria oportunidades de aprendizado e de inovação, por outro, esses novos ganhos podem exigir a renúncia do controle de outras atividades”. (SHIMA, 2006, p. 357).

Segundo Queiroz, há múltiplas formas de aprendizado abordadas na literatura econômica: “o aprender fazendo, o aprender pelo uso, o aprender pela aquisição, o aprender pela pesquisa, o aprender pela adaptação, entre outros”. (QUEIROZ, 2006, p. 194). No caso dos trabalhadores solidários, observa-se que sua forma de aprendizado predominante é o que Arrow (*apud* QUEIROZ, 2006) chamou de *learning-by-doing*, ou aprender fazendo. Se por um lado, essa aprendizagem permite gerar com o tempo a melhora da produtividade e da qualidade do trabalho, praticamente sem custos, por outro, ela tem alcance limitado. Queiroz chama atenção de que é preciso fazer um esforço para complementar esse “aprendizado automático”, com o “aprendizado buscado” por meio das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Ainda segundo Queiroz, o aprendizado está ligado à mudança técnica, em geral, à “inovação incremental”. Pode-se concluir que este tipo de inovação é fundamental para a Economia Solidária encontrar nichos de mercado baseados na diferenciação e customização de produtos existentes, já que dificilmente haverá escala de recursos suficientes para desenvolver a chamada “inovação radical”, ou seja, a criação de um novo produto ou processo de trabalho. Ao mesmo tempo, esta estratégia de diferenciação pode permitir a inovação por adaptação às condições locais, e assim dotar a economia solidária de condições de competição com produtos de grandes empresas feitos para grandes mercados. Por fim, citando Levinthal, Queiroz (2006, p. 200) afirma que o aprender fazendo pode ocasionar a “armadilha de competência”, que é o aprisionamento do conhecimento às velhas competências, enquanto o mercado cobra constante inovação.

Se as dificuldades para o aprendizado e para inovação são grandes mesmo para as empresas capitalistas e seus empregados, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, com baixo nível educacional, certamente tais dificuldades serão ainda maiores para os trabalhadores

envolvidos em empreendimentos solidários. Principalmente, porque a maioria deles não conseguiu nem ser incluída no mercado de trabalho assalariado, apesar de poucos optarem por esta opção.

Mesmo assim, é preciso insistir, os empreendimentos e redes solidárias devem solicitar e podem se beneficiar do apoio oferecido pelas universidades, em particular de programas de extensão. A academia pode capacitar e instrumentalizar essas iniciativas, garantindo-lhes níveis mais elevados de eficiência e eficácia capazes de consolidar a sua efetivação. Um exemplo disso são as incubadoras de economia solidária. Outro exemplo são os “bancos de ideias” para a introdução e disseminação de inovações técnicas e organizacionais. (TAUILE, 2002, p. 118).

Outro ponto polêmico entre os defensores da economia solidária é a relação dela com os dois principais instrumentos do capitalismo, o mercado e o Estado. Paul Singer (1998) defende a necessidade de algum tipo de mercado, portanto de competição mercadológica, mesmo dentro de um modelo dominado pelos princípios solidários de organização. Segundo o autor: “Será importante que haja várias empresas competindo pelos consumidores em cada ramo de produção, dentro do setor, para que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e baixar os custos”. (SINGER, 1998, p. 123).

No entanto, ele reforça que esta deverá se dar entre semelhantes. Todavia, o autor defende a possível necessidade de um mercado protegido inicialmente da competição externa (capitalista), até poder garantir ganhos de eficiência e aprendizado necessários ao enfrentamento do mercado externo.

Em outro trabalho, Singer (2002) defende a necessidade do Estado como incentivador dos diferentes modelos de economia solidária, mediante a disponibilização de linhas de crédito especiais e de medidas de desenvolvimento tecnológico, assim como a prioridade de compra dos produtos e serviços das redes de economia solidária de acordo com as necessidades de abastecimento do Estado. Entretanto, essas estratégias privilegiadas não devem permanecer infinitamente, a ponto de gerar dependência excessiva e acomodação, mas escalonadas no tempo, de forma a garantir um processo de desenvolvimento.

Entretanto, segundo Barbosa (2007), uma contradição está colocada, de um lado o Estado em sua fase neoliberal (não abandonada pelo governo Lula, por exemplo, segundo a autora) se descompromete com a universalização de direitos ou um programa de desenvolvimento econômico que seja capaz de inserir os trabalhadores no emprego formal, e de outro estende a mão com programas de inclusão como o de economia solidária baseados no autoemprego e no empreendedorismo de um conjunto de

trabalhadores que terá muita dificuldade em manter seus empreendimentos sem o permanente apoio do Estado.

Além das diferentes modalidades e iniciativas que compreendem o vasto universo das organizações de economia solidária, destaca-se, também, o modelo defendido por Euclides Mance (2000), denominado por ele de Redes de Colaboração Solidária. A concepção da ideia de rede parte do princípio de que núcleos de produção que operam isoladamente tendem a fracassar, pois não conseguem superar a concorrência capitalista. A alternativa das Redes de colaboração solidária é o trabalho em conjunto, mediante a interligação com movimentos de consumo e produção, sendo de suma importância a verticalização da produção, ou seja, o complemento entre células produtivas: se uma produz determinado bem final, demanda insumos que podem ser produzidos por outra célula, num processo cadenciado.

[...] unidades produtivas que operam isoladamente na Economia Informal tendem a fracassar, cedo ou tarde, pois não conseguem superar a concorrência sob a lógica competitiva do mercado capitalista, seja na eficiência em produzir e distribuir a mercadoria, equilibrando preços baixos com qualidade elevada, ou em produzir subjetividades e agenciar o consumo alienante através de semioses publicitárias. [...] Sob a lógica da rede Economia, entretanto, destaca-se que toda a célula produtiva é, primeiramente, uma célula de consumo e que todas as células da rede interligam-se por movimentos de consumo e produção das diversas células interconectadas. (MANCE, 2000, p. 48).

O modelo de economia solidária defendido por Paul Singer assemelha-se às redes de colaboração solidária no tocante aos valores centrais. Porém, a diferença entre as duas propostas é evidente. Para começar, Mance (2000) acredita que não há a necessidade de apoio do governo para o desenvolvimento dessas redes, diferentemente de Singer que vê no apoio governamental um dos fatores essenciais para o desenvolvimento de qualquer iniciativa que almeje ser uma alternativa em larga escala.

Mance (2000) defende a criação de uma rede paralela à do modelo capitalista, enquanto Singer propõe o desenvolvimento do modelo de economia solidária inserido no sistema capitalista, devendo este ser capaz de evoluir a ponto de superá-lo. Mance não aceita qualquer tipo de concorrência, enquanto que Singer aponta a necessidade de competição, como forma de pressão para a melhoria de produtos, preços e eficiência, o que não seria conseguido pela simples pressão dos consumidores.

Para Singer (2002), a argumentação de Mance (2000) torna-se frágil por apoiar-se basicamente na simples priorização do consumo solidário,

mesmo quando os produtos são de pior qualidade e até mais caros. Outra dificuldade desta iniciativa seria fazer com que a totalidade da produção das cooperativas da Rede pudesse ser absorvida pelos seus integrantes, sendo estes, na sua maioria, de classes mais pobres e havendo, então, a necessidade do excedente ser vendido no mercado capitalista não protegido. Além do mais, o modelo que se baseia em consumo solidário, puro e simples, limitaria a inovação e atualização, gerando comodismo numa situação inferior e cada vez mais distante da realidade fora da rede.

As redes de economia solidária se apoiam num outro paradigma, como salienta Marcos Arruda (2003, p. 234): “A lógica do capital é migrar para onde há mais capital e possibilidades de acumulação e de lucro, e não para onde há mais necessidades humanas a satisfazer”. É na busca de satisfazer necessidades e desejos que se apoia a lógica deste modelo de sociedade, o que implica, é certo, um “trabalho cultural para fazer emergir uma solidariedade consciente”.

Existe constantemente a tentação de buscar alternativas definitivas que pressupõem soluções com certezas e programações em excesso, não se levando em conta as ambiguidades e subjetividades próprias da complexidade humana. Deve-se evitar o puritanismo e acreditar na capacidade de criar múltiplas e variadas possibilidades, num ambiente aberto, diverso e em construção, condizente com a natureza complexa do próprio gênero humano, como concordam Singer (2002) e Santos (2002).

Uma característica comum a todas essas alternativas é ter o desenvolvimento local como um dos princípios, senão o foco principal, das experiências de economia solidária. Isso vale tanto para as atividades de produção solidária que não chega a ultrapassar os limites da sua região, quanto para aquelas que alcançam nichos de mercado para exportação. (SILVA, 2006). Numa perspectiva mais radical, algumas experiências são formas de “resistência” ao processo de globalização. (MELO, 2002). Entretanto, na leitura de estudos de caso divulgados em monografias, dissertações, teses e artigos sobre este tema, observou-se que as experiências que tiveram maior sucesso foram justamente aquelas que conseguiram ligar a produção local ao mercado externo via exportações. Arroyo e Schuch (2006) complementam, defendendo a necessidade do desenvolvimento de sinergia entre a economia solidária e os outros segmentos da economia, tanto do mercado interno quanto externo.

Entretanto, conforme foi observado por Tauile (2002), as empresas autogestionárias no Brasil não estão concentradas geograficamente, de forma a aproveitar o potencial das economias proporcionadas pelas aglomerações industriais (clusters) de um mesmo tipo de tecnologia ou de produto. Ao contrário, empreendimentos solidários encontram-se espalhados em todo

o território nacional, produzindo os mais diferentes bens e serviços. Não obstante, Tauile aponta que resta a alternativa de organização de redes horizontais, voltadas para a comercialização dos produtos dos diferentes tipos de empreendimentos localizados numa mesma região. E por fim, aponta a possibilidade de utilização das tecnologias de informação como a internet para a constituição dessas redes de comercialização e de consumo solidário.

Considerações finais

Este artigo desenvolveu um estudo introdutório sobre a economia solidária, que surgiu como uma reação às condições sofridas dos proletários (trabalhadores despossuídos de meios de produção), nas economias capitalistas, exprimidos entre o desemprego e o trabalho assalariado exaustivo e explorador.

As primeiras manifestações de economia solidária nasceram no início do capitalismo na Inglaterra, a partir da contribuição de Owen. Este empresário desenvolveu muitas experiências que hoje são desenvolvidas nas múltiplas formas de economia solidária como as cooperativas de trabalhadores, o microcrédito, as cooperativas de compra e venda de produtos, entre outros.

Este trabalho concentrou-se, sobretudo, na definição da economia solidária enquanto modo de produção, circulação e distribuição de bens e serviços necessários à subsistência humana que é alternativo e concorrente ao modo de produção capitalista. Enquanto no capitalismo a relação de trabalho capitalista envolve a separação do trabalhador assalariado dos meios de produção, os quais pertencem aos capitalistas, e dão a estes a possibilidade de explorar o trabalho excedente de seus empregados, a economia solidária é baseada na unidade entre o trabalho cooperativo e a propriedade coletiva dos meios de produção.

Há espaço para o desenvolvimento da economia solidária nos interstícios da economia capitalista, entretanto, deve superar muitos desafios.

O primeiro desafio é o baixo nível de qualificação profissional dos trabalhadores solidários, e a inadequação das tecnologias tradicionais para a produção em pequena escala. Como visto acima, os estudiosos e defensores da economia solidária apoiam o envolvimento das universidades, particularmente nas suas atividades de pesquisa e de extensão, para a superação dessas duas dificuldades, a produção e transmissão de conhecimento técnico-científico, que são condição fundamental para que os trabalhadores associados em empreendimentos solidários realizem as

inovações necessárias, tanto em produtos como em processos de produção, para competir com as empresas capitalistas.

Outro problema importante são as condições de financiamento dos empreendimentos de economia solidária. As atividades de microcrédito são vitoriosas em todo o mundo e se generalizaram a partir da experiência dirigida por Yunus, criador do Grameen Bank. Entretanto, pelo menos no nosso país, elas ainda são escassas e demandam um maior envolvimento do setor público, já que muito dificilmente poderão contar com apoio suficiente das cooperativas de crédito.

Quanto à contribuição do setor público para a economia solidária, há uma divergência radical entre os dois principais estudiosos brasileiros deste tema. De um lado, Paul Singer que acha fundamental o apoio das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da economia solidária. De outro, Euclides Mance que entende o movimento de economia solidária deve buscar se desenvolver por seus próprios meios e recursos, não esperando ou dependendo das políticas públicas. Este é um problema que precisa ser melhor investigado. Por ora, pode ser argumentado que as duas orientações não são excludentes, pois provavelmente encontrar-se-ão trabalhadores que terão capacidade de organizar empreendimentos solidários por conta própria, sem depender do Estado, e outros que dele dependerão.

O que todos os autores concordam, na linha da “união faz a força”, é que além da união dos trabalhadores em cooperativas de trabalho autogestionárias, é preciso integração vertical e horizontal em redes, assim no primeiro caso poderão umas gerar demanda para outras, e no segundo caso obter economias de escala para reduzir custos e aumentar a competitividade de seus produtos e serviços.

Espera-se que este artigo contribua para despertar reflexões sobre os temas pertinentes à economia solidárias que foram levantados aqui, assim como os que foram omitidos e os esquecidos também.

Referências

ARAÚJO, H. E.; SILVA, F. A. B. *Economia solidária: um novo paradigma de política pública?* Notas Técnicas. Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise. Rio de Janeiro: IPEA, n. 28, set/2005.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. *Economia Popular Solidária: Alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, M. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). *Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ATOS dos APOSTOLOS. *Bíblia Sagrada*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2005.

BARBOSA, R. N. de C. *A Economia Solidária Como Política Pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

BRUE, S. L. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

CATTANI, A. D. (org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

DAGNINO, R. *A tecnologia social e seus desafios*. In: *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

DOZE TRIBOS. *Uma Nova Ordem Social*. 2003. Disponível em: <<http://www.dozetribos.com.br/dozetribosbr/publicacoes/pdf/uma-nova-ordem-social.pdf> .> Acesso em 14 de dez/2009.

ENGELS, F. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. In: MARX; ENGELS. *Obras Escolhidas*. Moscou: Avante, 1985.

ITS. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: *Tecnologia uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 20, p. 117-133.

KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LIMA, J.F.; PITAGUARI, S. O. As idéias Keynesianas e o Crescimento do Produto nas Economias Locais. In: *Interações*. Campo Grande: UCDB, v.6, n.10, 2005.

MAGALHÃES, D. *Globalização do Capital e os Estados Nacionais*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

MANCE, E. A. *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I, Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1984.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I, tomos 1 e 2. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

_____. Crítica do Programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo III, Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985.

MELO, A. A ação global dos Cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: O caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In: SOUSA, Santos B. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 435-471, 2002.

MILANEZ, F. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, A. D. (org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

PITAGUARI, S. O; LIMA, J. F. A concepção marxista da lei da tendência da taxa de lucro. In: *Redes*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.10, n. 1, jan-abr/2005.

POCHMANN, M. O Emprego na Globalização. *A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

QUEIROZ, Sérgio. Aprendizado Tecnológico. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (org.). *Economia da Inovação Tecnológica*. São Paulo: Hucitec – Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.

SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

SHIMA, W.T. Economia de Redes e Inovação. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (org.). *Economia da Inovação Tecnológica*. São Paulo: Hucitec – Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.

SILVA, M. R. ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL e RESÍDUOS SÓLIDOS: O caso da Associação de Catadores Érick Soares do Município de Abreu e Lima/PE. 2006. Dissertação de mestrado. Recife: URFP/ POSMEX, 2006

SINGER, P. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à economia solidária. In: Rio de Janeiro: *Revista de Economia Contemporânea*, 6(1): jan.jun/2002.

VIEIRA, F. M. *Coerência e Aderência da Economia Solidária: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em mato grosso do sul*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 2005.

YUNUS, M.; JOLIS, A. *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

O PLURALISMO JURÍDICO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM NOVO OLHAR

Francisco Quintanilha Vêras Neto

Introdução

Este artigo objetiva estabelecer uma leitura de convergência entre o pluralismo jurídico comunitário participativo e a economia popular solidária, utilizando como ponto de partida a forma do cooperativismo de molde autêntico popular. A justificativa deste estudo é a de criar uma perspectiva em que estas realidades se transformam em instrumentos de transformação social utópica do quadro societal, em face da sua corrosão pela implementação do ideário conservador do neoliberalismo imposto pela internacionalização capitalista globalitária das últimas décadas.

Convergência histórica do cenário da formação da economia solidária e da proposição do pluralismo jurídico comunitário participativo

A economia popular solidária e um dos seus mais importantes vetores, o cooperativismo popular, constituem-se em meios de proposição de um novo viés autogestionário para os excluídos pelo processo neoliberal das últimas décadas.⁷

O pluralismo jurídico, por sua vez, edifica uma teoria da história e da práxis social que demonstra o caráter fetichista e ideológico do modelo do monismo jurídico, que emanado das grandes revoluções burguesas do

⁷ Apesar de atentarmos para as proposições críticas de autores como Carlos Montaña que focalizam a economia solidária dentro do espectro das políticas do terceiro setor: O terceiro setor se refere à ajuda ao próximo e a própria autoajuda, no conceito expresso por uma sociedade civil, apenas cooperativa, situada fora do conceito de sociedade civil classista, em que devem aparecer, o conjunto de organizações de classe e de luta política-econômica. No primeiro caso (terceiro setor), o termo é parceria, no segundo caminho classicista se inclui a dimensão do confronto, do combate, no primeiro caminho, ocorre um impasse no desenvolvimento democrático, e não há a possibilidade de superação da ordem do capital posta. (MONTAÑO, 2002, p. 158). Para Paul Singer, “[...] Nessas condições a economia solidária se integra ao terceiro setor tomando a forma de organizações não-governamentais (ONGs), sustentadas primordialmente pelo poder público mediante contratos.” (CATTANI, 2003, p. 116.).

século XVIII e XIX, edificou uma metanarrativa jurídica do positivismo jurídico de cunho tecnicista e conservador, apesar da incorporação histórica de direitos sociais oriundos de lutas sociais e de concessões vigiadas que são alvo, agora, das políticas desconstrutivistas de cunho neoliberal.⁸

Historicamente o monismo jurídico era o corolário do processo pós-absolutista dentro da processualidade não linear dessa dinâmica histórica que leva a consolidação da forma jurídica monista estabelecida por meio do nacionalismo jurídico do século XIX consolidado após o processo de ruptura revolucionária representado pela Revolução Francesa no século XVIII.

A burguesia, ao instalar-se no poder, não só coíbe as formas herdadas de organizações corporativas, como, sobretudo, cria uma moderna instituição burocrática centralizadora (Conselho de Estado) e implementa, mediante o controle do poder estatal, um corpo orgânico de normas abstratas, genéricas e sistematizadoras, visando a constituir um Direito nacional unificado. (WOLKMER, 1991, p. 53). Dentro do modelo de dominação racional legal centrado no “monopólio legítimo da violência pela estatalidade”.⁹

Assim, se insurge como paradigma do direito centrado exclusivamente em sua fonte estatal mantido segundo o intento da revolução socioeconômica, conduzida pela burguesia vitoriosa em suas etapas contingentes nas fases mercantilista, concorrencial, monopolista financeira e hoje da mundialização neoliberal.

Neste quadro, o pluralismo tipificado como certo direito espontâneo popular não está isento de manipulações do poder oligárquico instituído, podendo, por manobra de juristas comprometidos com a ordem do status quo, assumir a transparência de uma não oficialidade pseudoinurgente e paralegal, de cunho comunitário, quando, em realidade, tem a função de esvaziar os conflitos, mascarar as genuínas expressões populares e reforçar o

⁸ Neste sentido, Antônio Cattani define o intervencionismo estatal de forma crítica: “O intervencionismo estatal foi, em primeiro lugar, uma tradução política dos conflitos de interesse que já não podiam continuar se desenvolvendo no marco da esfera privada. Mais tarde, incrementou-se como resposta aos desafios e reajustes colocados pelo crescimento econômico, pela reestruturação agrária, pela hiper-urbanização, pelas mudanças ocorridas na estratificação e mobilizações sociais e pelos conflitos ideológicos e políticos, alternando-se ciclos de autoritarismo e democracia. (CUNILL, *apud* CIMADAMORE, 2007, p. 133.).

⁹ Weber, dentro de sua visão do tipo ideal, descreve a dominação legal com quadro administrativo burocrático dentro dos limites das normas legais, como a imposição da impessoalidade, a hierarquia racional fixa, o formalismo burocrático, a gestão racional significa dominação pelo conhecimento, o princípio da organização documental, separação entre o quadro administrativo e o meios de administração, a execução utilitarista pelos funcionários das tarefas pessoais. (WEBER, 2000, p. 142-147). Ou na acepção marxista como comitê de negócios da burguesia devido à consolidação dos interesses materiais: econômicos, políticos, ideológicos, jurídicos das classes dominantes.

controle por parte do Direito oficial em níveis de absorção que permitem a recomposição do próprio sistema dominante. (WOLKMER, 2001, p. 229).

Como estratégia pluralista emancipatória, Antônio Carlos Wolkmer define a conceituação, que diferencia o pluralismo jurídico conservador inviabilizador das organizações de massa (pluralismo jurídico mercatório neoliberal, por exemplo), do pluralismo jurídico comunitário participativo, que, como estratégia democrática, procura promover e estimular a participação múltipla dos segmentos populares e dos novos sujeitos coletivos de base. (WOLKMER, 2007, p. 25).

Neste sentido, Wolkmer propõe a ampliação e o alargamento da sociedade democrática descentralizadora como caminho para completar a efetiva gestão e o controle descentralizado realizado com associações voluntárias, movimentos sociais, grupos comunitários e redes de organizações representativas. Na medida em que a democracia formal burguesa e o sistema convencional de representação (partidos políticos) envelhecem e não conseguem absorver e canalizar as demandas sociais e as necessidades da justiça, criam-se condições para a participação de identidades coletivas insurgentes. (WOLKER, 2002, p. 137-138).

O processo de globalização neoliberal, planejado no bojo da ascensão das forças multilaterais fortalecidas pela queda do socialismo real, permitiu um processo de quebra da esfera pública estatal nos mais variados níveis desde as privatizações, criação de agências reguladoras, ênfase da celeridade processual das instâncias de conciliação, mediação e arbitragem, sucateamento dos serviços sociais estatais, já mantidos sob o modelo da cidadania seletiva e tutelada apesar das lutas sociais, para conquistar os direitos assimilados posteriormente pela revolução passiva de moldes conservadores.

Os primeiros processos descritos culminaram na ampliação do desemprego estrutural, da economia informal¹⁰ e do caos entrópico ditado pelo crescimento de antimovimentos como o do tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, apoiados na concentração de renda arregimentada pelas oligarquias beneficiadas pelo processo de financeirização econômica rentista, desnacionalização do parque produtivo estabelecida pela entrada de capitais voláteis, e pelo endividamento externo e interno (acentuando este último nas últimas décadas).

Assim, a economia solidária e o cooperativismo sinalizam para um duplo movimento com a construção de um cooperativismo tradicional associado ao agronegócio, direcionado pela internacionalização desde o

¹⁰ Deve-se diferenciar a economia informal, subterrânea, da economia popular que sinaliza um novo projeto social de solidariedade e de novos valores dentro da cooperação comunitária. (GADOTTI, *apud* VÉRAS NETO, 2004, p. 93).

ciclo das ditaduras militares da guerra-fria, e posteriormente pelo programa privatizador do consenso de Washington como meio de concentração agrária viabilizador de superávits primários e destinado especialmente para a contenção de movimentos sociais como o dos sem-terra.

Por outro lado, o cooperativismo popular de cunho autêntico autogestionário aparece como saída dos excluídos para o desemprego e como forma de geração de renda em um contexto de acentuação das formas selvagens de capitalismo, possibilitadas pelas políticas macroeconômicas de cunho neoliberal, que também podem criar um falso espaço público não estatal, originário de ONGs criadas para consolidar o processo de dominação neoliberal¹¹ (MANCE, 2001, p. 21) dentro do espectro conservador do terceiro setor e da ideologia da terceira via.¹²

No próximo item, demonstrar-se-á como as duas formas de organização societária alternativa no plano jurídico comunitário participativo e econômico associativo comunitário se articulam.

Formas de articulação do pluralismo jurídico comunitário participativo e a economia solidária

A distinção entre o pluralismo jurídico conservador que inviabiliza as organizações de massa (pluralismo jurídico neoliberal, por exemplo) e o pluralismo jurídico comunitário participativo, é a estratégia democrática que procura promover e estimular a participação múltipla dos segmentos populares e dos novos sujeitos coletivos de base. (WOLKMER, 2007, p. 25). Este deve ser enunciado como ponto de distinção básica para a definição conceitual e práticas das experiências que sedimentam modelos com consequências sociais totalmente diferenciadas.

¹¹ Euclides Mance define que muitas ONGs podem sistematizar uma atuação defensora de versões neoliberais de atuação social, sendo solidárias ou não, as ONGs aglutinam um número extremamente expressivo de recursos. (MANCE, 2001, p. 21).

¹² O sociólogo do trabalho da Unicamp, Ricardo Antunes, define criticamente o denominado liberalismo social e a sua elaboração empírica por meio da terceira via de Tony Blair. A terceira via constitui-se no marco teórico e simbólico para a consecução das políticas do terceiro setor, pois permitiu reconstituir a racionalidade conservadora, dentro de um novo projeto, agora conhecido por liberalismo social, que conciliaria a inevitável hegemonia do mercado, combinando-a com a busca dos valores retóricos da justiça social, da democracia e dos direitos humanos, pleiteados por uma sociedade civil reinventada por esse novo marco político da terceira via, consistindo ecleticamente num viés da preservação fundamental do neoliberalismo, com um verniz discursivo social democrático. Na política internacional, essa terceira via implicou uma adesão sem precedentes às políticas externas da era Bill Clinton e George Bush, assim como implicou uma política pragmática de gestão da crise social capaz de preservar os interesses do capital britânico. (ANTUNES, 1999, p.50-1).

Tal reflexão liga a busca de um novo marco regulatório adequado à nova forma de constituição da economia solidária como alternativa ao neoliberalismo excludente, inclusive no plano do combate da desarticulação das políticas públicas estatais desconstituídas por este, a favor do mercado transnacional gerenciado pelo multilateralismo, o cooperativismo como forma coletivista autogestionária que insurge da práxis sociojurídica pluralista, comunitária e participativa,¹³ (EHRlich, 1986, p. 184) e não como foco de criação de flexibilização e precarização do trabalho mediante as gato e fraude cooperativas. (VÉRAS NETO, 2004, p. 278).

Assim, o desafio da distinção da economia solidária das práticas conservadoras do terceiro setor¹⁴ (MONTAÑO, 2002, p. 232) é essencial para a formação de uma autêntica economia alternativa capaz de desafiar a lógica do mercado neoliberal, impondo-se com polo de resistência dentro do campo do solidarismo emancipador também objetivado por um pluralismo jurídico comunitário participativo na esfera da democratização cidadã do direito:

O segundo desafio a ser enfrentado pela economia solidária é a demarcação precisa entre as verdadeiras alternativas e as práticas conservadoras no chamado terceiro setor. As elites dominantes vêm desenvolvendo uma ardilosa estratégia para assegurar a hegemonia nesse campo. Sob o charme cativante do trabalho voluntário, das parcerias cidadãs, das empresas sociais, observa-se a tentativa de preservar privilégios, assegurando a legitimidade

¹³ Essa discussão é ampliada por autores como Eugen Ehrlich que define a gênese social das normas de conduta nas associações. A norma legal brotaria dos fatos sociais, a sua função é a de definir a posição e a função de cada membro da associação. Neste sentido, Eugen Ehrlich distingue o direito individualista do comunitário, sendo que o primeiro não consegue aniquilar totalmente as comunidades. Nas cooperativas familiares, nas corporações, nas instituições beneficentes, no Estado, na medida em que se constitui uma comunidade militar, de funcionários ou de bem-estar. Não há prestações e contraprestações delimitadas segundo propriedade e contrato: os indivíduos prestam serviço segundo suas forças e capacidades e são recompensados com suas necessidades. A ideia comunitária não visa estruturar toda a sociedade segundo princípios, como o socialismo ou o comunismo, mas procura introduzir alguns dos princípios que já parecem realizados nas comunidades existentes. Em lugar da livre aplicação da posse e do trabalho por meio do contrato deve ser colocado em ordem, na qual o indivíduo, ao menos em casos de necessidade, põe suas forças e habilidades à disposição da totalidade e em contrapartida a totalidade contribui com o indivíduo, ao menos em caso de necessidade. (EHRlich, 1986, p. 184).

¹⁴ A reinstrumentalização da sociedade civil está ainda sendo definida, mediante a docilização dos atores sociais, a ideologização de ser um setor (o terceiro) que integra diversos sujeitos que perseguem o mesmo fim (a ajuda ao necessitado), a desarticulação das lutas sociais e, ainda mais, a sua retirada do horizonte de seu agente, transformando luta em agir comunicativo, em interação, o confronto de interesses em procura do consenso. (MONTAÑO, 2002, p. 232).

elitista na condução dos processos sociais. Os estragos do capitalismo foram tão grandes que se nada for feito, a exclusão, a marginalização e o empobrecimento de largas faixas da população trazem o risco de convulsão social ou do direcionamento da violência contra os poderosos. Como demonstrou Bronislaw Geremek em *A piedade e a força* (1978), ao longo da história ocidental, para frear essa ameaça, as elites se valem hora da força, hora da piedade. Atualmente, a ofensiva caritativa conservadora disputa terreno com as verdadeiras iniciativas do solidarismo emancipador, mas se não der resultados, a estratégia poderá ser outra. (CATTANI, 2003, p. 12).

As comunidades, premidas pela lógica neoliberal, também se organizam de variadas formas para resistir à barbárie, em algumas ocasiões surgem movimentos que edificam novas experiências que permitem vislumbrar oportunidades emancipatórias em face à crise dos polos tradicionais de regulação.

Em outros contextos, o pluralismo jurídico remete à barbárie de sociedades vitimadas pela ausência do aparato estatal assistencialista, e que buscam garantir a sua sobrevivência em situação de violência estrutural gerida por uma lógica que não deve ser romantizada pela pesquisa acadêmica.

O direito insurgente, por outro lado, representa uma ameaça ao Direito estatal, mais do que o crime organizado, o banditismo ou a lavagem do dinheiro. O Estado teme a violência fundadora, isto é, capaz de justificar, de legitimar (*begründen*) ou de transformar as relações de direito (*Rechtsverhältnisse*), e portanto de se apresentar como tendo direito ao direito. O que ameaça o direito pertence já ao direito, o direito ao direito, à origem do direito. A greve geral, por exemplo, fornece um fio condutor precioso, já que ela exerce o direito concedido para contestar a ordem do direito existente e criar uma situação revolucionária no qual se tratará de fundar um novo direito, se não sempre, veremos num instante, um novo Estado. (DERRIDA, 2007, p. 81-82).

Neste cenário, o próprio pluralismo jurídico comunitário participativo, quando conduzido por novos sujeitos coletivos de direito, pode se prestar a esta interpretação de choque, com o sistema jurídico estatal principalmente quando o mesmo está reconvertido pela lógica neoconservadora contemporânea de privatização e de redução da democracia. Processo desencadeado pela lógica vigente na concepção Estado Mínimo neoliberal na área social e de repressão ampliada aos sujeitos coletivos de direito, quando representam um poder social que suprime a lógica de financeirização dominante, ou seja, estes movimentos que assumem, uma posição contestadora a exemplo dos movimentos sociais, como o dos sem-terra, lutando pela democratização da terra, ou de movimentos urbanos que lutem pela socialização ou coletivização da produção.

O pluralismo jurídico comunitário participativo e a economia solidária como ferramentas para a construção de uma nova estatalidade político-jurídica

Outra questão vital é a da contribuição da problemática ecológica, para redimensionar as novas perspectivas e horizontes possíveis do mundo do trabalho, dentro da busca de condições sociais dignas de reprodução da humanidade e do entorno ambiental, o que exige outra estratégia para responder aos danos sociais e ecológicos que ameaçam o planeta. Desta forma, o papel do marxismo e de outras concepções socialistas devem ser mudados em face às novas demandas e desafios colocados pela dimensão ecológica da crise planetária atual, cindida com a crise econômica e de sociabilidade inerentes ao atual estágio de desenvolvimento da crise do capital. O que não permite tratar as questões ecológicas e sociais de forma independente, incluindo aí uma nova ecologia dos saberes jurídicos e econômicos que podem ser legitimadas pelo pluralismo jurídico comunitário participativo e da economia solidária

Tem cada vez menos sentido tratar as questões ecológica e social de forma independente, tanto no plano político quanto reivindicativo. Não podemos aceitar ou estaremos correndo o risco de contradições explosivas, desenvolver dois conjuntos paralelos de medidas, um para responder às necessidades sociais (salvar a humanidade) e outro para responder aos danos ecológicos (salvar o planeta). O objetivo atual é combinar estas duas exigências solidárias em um mesmo programa de ação que seja, de fato, coerente. Isto vale também para o plano teórico: a ecologia não deveria ser reduzida a um capítulo adicionado, a uma peça importada para um programa fundamental de transformação social imutável, ela faz parte dos questionamentos contemporâneos que impõem uma revisão geral das concepções socialistas e marxistas. (ROUSSET, 2001, p. 223).

Desta premissa básica, ditada pelo cenário contemporâneo e futuro desenhado por tal perspectiva, que implica uma ruptura do paradigma cartesiano mecanicista imposto pelo saber matematizado e quantitativo do capitalismo, rumo a uma nova articulação epistemológica dos saberes.

Esta busca implica na procura por um novo Estado forte no sentido da democratização, o que só pode ser efetuado pela pluralização das esferas jurídicas pelos movimentos sociais, o que implica na quebra do modelo do monismo jurídico conservador imposto hierarquicamente para consolidar uma dominação racional legal desenhada a favor das oligarquias ou classes dominantes.

O redesenho da esfera pública implica também na construção de um novo mundo das solidariedades econômicas, situadas num novo marco ético da alteridade capaz de desconstruir as premissas do produtivismo capitalista antissocioambiental.

Essa nova forma de conceber a economia parte pela busca de um plano emancipatório libertador, o que somente pode ser consolidado pela ação da práxis de intelectuais e da própria comunidade de vítimas que buscam romper com o modelo de dominação eurocêntrico e etnocêntrico. Tal projeto funda-se em uma nova ética da libertação que cede ao conteúdo empírico do mundo da vida superando o procedimentalismo vazio e o puro formalismo da ética do discurso produzindo uma simetria crítica em meio à situação de assimetrias hegemônicas por meio do recurso a uma ética do conteúdo ou material. (DUSSEL, 2000, p. 217).

A virada antropológica da política somente pode ser obtida a partir da descolonização das premissas utilitárias impostas sobre o mundo da vida, que impediram a via dialógica intercultural emancipatória da América Latina pelo processo de espoliação secular que se erigiu sobre a região.

Este processo remonta a dominação ibérica, passando pela dominação inglesa e estadunidense que suprimiu todos os marcos revolucionários que tentaram se erigir contra a dominação colonial,¹⁵ imposta sobre a base de genocídios etnocidas sem escala comparativa no plano da constituição da modernidade, explorando riquezas como o pau-brasil, o açúcar, o café, o ouro, os diamantes, a prata, o cobre, a bauxita, o manganês, o zinco, o petróleo, hoje o bioetanol, além de constituir a população da América

¹⁵ Vide a guerra do Paraguai no século XIX, a repressão dos movimentos sociais no Brasil (Cabanagem, Canudos, Contestado etc), a guerra do Chaco, na década de 1930 do século XX, a revolta dos Gaúchos na Argentina no século XIX, no governo de Mitre, a política de matança das experiências nacionalistas da América Central nos anos 1930, por multinacionais americanas como, a *United Fruit* e novamente nos anos 1980, a política do Evil Empire de Reagan sobre os Sandinistas. Anteriormente a escravidão negra, os mais de 70 milhões de índios mortos desde a invasão da América. A derrubada do governo Chileno de Allende, promovido pela *International Telephone and Telegraph*, as ditaduras militares latino-americanas mantidas sob o gerenciamento norte-americano. As políticas neoliberais de Carlos Salinas de Gortari, Ernesto Zedillo, Carlos Menen, Alberto Fujimori, Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, que privatizaram o patrimônio estatal, energético, mineral e natural, no caso do Brasil, o setor telefônico, elétrico, a Vale do Rio Doce, a CSN, a Belgo Mineira, a Aço Minas, a maioria dos Bancos de Fomento estaduais, estabeleceram avultosas concessões de Pedágio para inescrupulosas empresas estrangeiras, e hoje as políticas ainda se materializam com o combate aos movimentos sociais organizados como os Sem-Terra, os Zapatistas e os governos nacional-populares de Hugo Chávez, Rafael Corrêa, Evo Morales, conforme estampado na capa da reacionária revista *Veja* do mês de março de 2008, da editora Abril.. (RAMPINELLI, p. 23-48; GALEANO, 2005; BANDEIRA, 2006; RIBEIRO, 2007; BIONDI, 1999, p. 48; DUSSEL, 1982.; MUÑOZ, 2008).

Latina como proletariado externo das transnacionais da Europa, Estados Unidos e hoje também do mundo asiático, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Singapura e Taiwan.

Tal situação está explícita nos boias-frias da laranja, situados na região de Bebedeuro, nos canaviais de São Paulo que se estendem agora para a fronteira do centro-oeste e norte, ocasionando mais um holocausto ambiental com a grilagem por madeireiras e pecuaristas, para depois partir para o plantio da Cana-de-açúcar para o trabalho-escravo de crianças em olarias que integram cadeias produtivas de siderúrgicas, nas áreas da tecelagem do Sizal na Bahia, os trabalhadores de maquiladoras mexicanos, os argentinos sob o contrato de trabalho bazura etc.

Para uma contextualização do direito cooperativo em face do pluralismo jurídico neoliberal

O atrelamento das cooperativas ao espectro da regulação neoliberal, que determina a formação de uma sociedade civil moldada pelo príncipe mercado sob o domínio dos seus intelectuais: os atores empresariais que têm como propósito explícito, embora latente no ideário da responsabilidade social do empresariado, a formação de redes, em que as cooperativas dissipam o ideal da sua autonomia coletiva e da sua independência das redes empresariais.

Na medida em que dentro do mercado capitalista atrelam-se aos propósitos da legitimação dos players privilegiados do mercado neoliberal, ligados ao terceiro setor e afastados da formação de uma economia alternativa ao capitalismo, popular e solidária, ainda que o marketing social empresarial tenha por álibi a promoção de processos comunitários de participação social, por meio do envolvimento “voluntário” dos seus empregados, algo próximo a um processo de super-subordinação, inclusive com a apropriação do tempo livre para a descoberta de novas habilidades anteriormente desconhecidas, assim, a lógica do moinho satânico capitalista polanyiano continuará dominante:¹⁶ (POLANYI, 1980, p. 58).

16 “Ora, numa sociedade agrícola, tais condições não surgiram naturalmente – elas teriam que ser criadas. O fato de terem sido criadas gradualmente de maneira alguma afeta a natureza surpreendente das mudanças envolvidas. A transformação implica numa mudança da motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isto o que significa o simples termo “sistema de mercado” pelo

O investimento e a inserção na comunidade, incentivando o desenvolvimento social com o intuito de criar mais identidade e justiça, constituem uma vantagem competitiva e um diferencial para a empresa. Com o desenvolvimento do trabalho voluntário pelas empresas, é possível observar progressos nas atitudes de seus trabalhadores. Estes tornam-se pessoas mais humildes, dispostas a ouvir o próximo e ajudá-lo, tornam-se mais animados e mais criativos, valorizando sobremaneira a sua realidade, podendo a empresa detectar novas habilidades anteriormente desconhecidas. (CAMARGO, 2008, p. 60).

O discurso da terceira via, consubstanciado na ideologia do terceiro setor, parece atraente por sinalizar para uma utopia possível centrada na própria economia capitalista globalizada neoliberal:

[334] A utopia e o projeto possível, racional, com a colaboração da ciência e da técnica, fruto da discursividade democrático-intersubjetiva, não é então: a) a utopia impossível do anarquista, b) nem tampouco a utopia do sistema vigente, c) nem uma idéia meramente reguladora e transcendental (como a comunidade de comunicação ideal da Ética do transcendental (como a comunidade de comunicação ideal da Ética do Discurso). É uma utopia que passou pela prova da factibilidade a partir do horizonte, das exigências ético-materiais e moral-formais. Neste último aspecto, a utopia da mesma forma que as alternativas em todos os níveis, deve ser alcançada mediante consensualidade da comunidade crítica no descobrimento das alternativas concretas factíveis, com o uso de técnicas, ciências, peritos críticos etc., para que as alternativas ética e moralmente sejam possíveis empiricamente. Aplica-se aqui o princípio crítico ético de factibilidade transformadora. A utopia se faz projeto possível e, posteriormente, programa empírico. (DUSSEL, 2000, p. 477).

Porém, tal ideário está evidenciado em um período em que as únicas concessões reais são ideológicas, e não revertem em uma reciprocidade calcada em concessões materiais (salário, garantia de emprego).

Assim, o processo utópico do empresariado parece ser difícil de ser legitimado para os trabalhadores, pois se assiste a um desemprego estrutural sem precedentes com a ampliação em magnitude do exército de reserva, que se transforma em depósito de reserva.

qual designamos o padrão institucional descrito. Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem. É justamente esse sistema auto-regulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado". (POLANYI, 1980, p. 58).

Nestas condições, a subjetividade e a saúde dos trabalhadores, no seu meio ambiente do trabalho, parecem mais do que drenadas pelos processos de assédio moral, pelas novas patologias laborais, como a depressão, suicídio etc.

Em tal contexto, predatório, a principal concorrência está difusa entre os próprios trabalhadores, devido ao gerenciamento das técnicas organizacionais desdobradas do padrão toyotista cooptadoras da subjetividade dos trabalhadores, adensadas que estão pela aceleração do processo de produção e por novas tecnologias como a internet, o celular etc.

Este novo processo é chamado por alguns de fluxo tênsil,¹⁷ (DURAND, 1989, p. 143) talvez a explicação esteja mais próxima a novas formas de extração da mais valia relativa, agora realizadas de forma mais sutil, já que estão naturalizadas pela nova ideologia patronal hegemônica que está difusa e impregnada em todos os tecidos sociocomunitários da sociedade do espetáculo, em um processo de fragmentação laboral emergente do emprego das novas tecnologias, convergindo para a sociedade global do entretenimento, do espaço narcisista e do individualismo privado que é o único espaço societal compatível com as formas de produção advindas do padrão criado pelo modelo neoliberal orientado pelo consumo,¹⁸ (COUTINHO, 1999, p. 19) a ideologia é alimentada pela esfera circulacionista informacional.

¹⁷ O toyotismo teria inaugurado um novo tipo de manejo da produção caracterizado pela pilotagem, pelo fim, definida conceitualmente como fluxo tensionado, caracterizado por um fluxo informacional descendente. Tal conceito generalizado a toda a cadeia de produção significa que cada posto de trabalho é cliente daquele logo acima, o qual, na incerteza do que lhe será demandado, não constitui mais estoques como no fluxo fordiano. Basta estar em condições de entregar à jusante, no momento certo (*just in time*) e segundo a quantidade demandada, os produtos ou serviços necessários. Historicamente, na Toyota – que é a inventora desse sistema –, cada posto de trabalho era prevenido por um *ticket* (um *kanban*) do pedido à jusante. Com um duplo fluxo: matéria, de cima para baixo da cadeia (com uma ausência ou uma quase ausência de estoque comercial), e informacional, de baixo para cima. É preciso assinalar que, de todo modo, há um fluxo informacional descendente, que são: o da planificação das matérias-primas e das disponibilidades dos meios para tornar a produção possível. O fluxo informacional puxado é que determina a produção. (DURAND, 1989, p. 143).

¹⁸ Essa nova objetivação social está refletida na pouca representatividade das organizações sindicais, em que o trabalhador diante desse novo contexto de risco de desemprego passa a se identificar mais facilmente com o empregador, seu parceiro na luta e disputa pelo consumidor e, portanto responsável pela sua sobrevivência dentro das estruturas competitivas do mercado. Desta forma, como parceiros, devem canalizar seus esforços mútuos para a cooperação voltada a derrotar os seus competidores comuns. Os próprios sindicalistas aderem a esses modelos de cooptação e se transformam em agentes de gestão assimiladoras visando à cooperação e à facilitação da estratégia empresarial. (WALDRAFF, COUTINHO, 1999, p. 19).

Para uma maior inteligibilidade da esfera jurídica cooperativa, é necessário estabelecer quais pontos são utilizados para defini-las como sociedades cooperativas: a) trata-se de uma entidade com dupla natureza: é ao mesmo tempo uma sociedade de pessoas e uma empresa econômica; b) apoia-se na ajuda mútua dos sócios; c) possui um objetivo comum e predeterminado de afastar o intermediário e propiciar o crescimento econômico e a melhoria da condição de seus membros, os quais possuem na união a razão de sua força; d) visa prestar serviços aos próprios associados. (LIMA NETO, 2004, p. 135).

O espectro legal do cooperativismo está centrado na Lei cooperativa que é a Lei 5764/71, parcialmente alterada pela Lei 6981, de 30 de março de 1982, (LIMA NETO, 2004, p. 135) que hoje rege a política nacional do cooperativismo.

Desta forma, a lei foi constituída no quadro do período militar, que visava fortalecer o cooperativismo agrário¹⁹ (SCHNEIDER, 1981, p. 14) suportado por grandes proprietários, a lei não foi projetada em um contexto de participação comunitária ou de movimentos sociais.

Como exemplo desta dinâmica formal está o novo Código Civil de 2002, que instituiu a indivisibilidade do fundo de reserva, visando fortalecer o patrimônio da cooperativa para os credores pelo art. 1094, ampliando a previsão do art. 28, I da lei cooperativa que estabelecia o fundo para a garantia da solvência de eventuais passivos, ou mesmo para a realização de investimentos nas melhorias das atividades da cooperativa, com a formação do fundo com o valor mínimo de 10% das sobras líquidas, sendo captadas pela dedução de um pequeno percentual do retorno a que tem direito cada cooperado. (CAMARGOS, 2008, p. 176).

A responsabilidade dos cooperados, no artigo 1095, pode ser limitada ou ilimitada ao valor de suas cotas do capital social, sendo que em ambos os casos, a responsabilidade será subsidiária nos termos do art. 13 da Lei 5764/71, do Cooperativismo.

Este é o contexto de dominação racional-legal expresso na racionalização legal procedimental evidenciado pelos dois dispositivos acima retratados, partes integrantes da tecnocracia normativa que estabelece

¹⁹ Porém, segundo o sociólogo João Elmo SCHNEIDER, o cooperativismo, ao longo dos anos, confinou-se especialmente no setor primário, tendo se relegado à integração produção-consumo, ou seja, as cooperativas de consumo, pioneiramente sedimentadas nos centros urbanos, tinham a clara função de baratear a aquisição de produtos alimentícios, no entanto, sucumbiram ao poderio das grandes redes de supermercados nascidas com o mercado consumidor de massas sedimentado ao longo da industrialização e a modernização capitalista do país principalmente com a internacionalização da economia nos anos 1970. (SCHNEIDER, 1981, p. 14).

o modelo abstrato de regulação legal, necessário à racionalização formal capitalista.

Outra questão refere-se ao contexto material, social e cultural em que tais organizações emergem. Desta forma, considera-se essencial, mais uma vez, utilizar a máxima de que o rótulo jurídico nivelador mais confunde do que identifica, no caso das cooperativas; daí a necessidade do estudo metódico do suporte fático:

O rótulo jurídico confunde, pois mais do que identifica, o que é cooperativismo. Sobre tudo se quiser distinguir o cooperativismo conservador do renovador. O cooperativismo dos grandes daquele dos pequenos. O cooperativismo dos latifundiários daquele dos sem-terra. O cooperativismo capitalista, do de perfil socialista.

A prática efetiva e não a mera etiqueta jurídica é o critério identificador da associação cooperativa, a qual pressupõe as seguintes características: propriedade, gestão e repartição cooperativas. Essas características, e não o registro junto aos “órgãos competentes” são os reais indicadores de uma prática cooperativista. (RIOS, 1987, p. 61).

O cooperativismo tradicional remete ao espectro formal, não transformador, sua visão é a da interligação com as redes capitalistas convencionais, constituindo-se em uma forma de arregimentação da escala de redes empresariais de grande porte sustentadas pelo aporte legal convencional,²⁰ (CRÚZIO, 1999, p. 21) que se difere completamente do pluralismo jurídico emancipatório, identificado com a proposta transformadora da autêntica economia solidária que busca a transformação social por meio da práxis transformadora reconhecadora da alteridade do ser humano que edifica a formação ética de cooperativas, associações e entidades comunitárias motivadas, pelo conduto material do solidarismo, arregimentando um direito pluralista comunitário e participativo, dito como informal apenas dentro do plano do convencionalismo legal burguês.

A exemplificação de tal dilema transparece pela homogeneização, embora esta não seja clara para a maioria das pessoas integrantes desses movimentos e que buscam apenas a difícil sobrevivência cotidiana, a preservação ou construção de uma identidade por meio de empreendimentos

²⁰ O óbice a autogestão torna-se desta forma evidente: Por exemplo, a “Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB” defende que “o cooperado, através de sua participação ativa, direcione as atividades da cooperativa para os interesses que lhes dizem respeito”. Por outro lado, estabelece que “o sistema, através da coordenação nacional, definirá as diretrizes que embasarão a execução da auto-gestão [sic]. (CRÚZIO, 1999, p. 21).

focados na sua existência no mundo das necessidades:²¹ (MUÑOZ, 2008, p. 19)

Uma nota ideológica queremos extereorizar. O movimento cooperativista é, muitas vezes, associado à idéia anticapitalista, como uma forma de precedência à sociedade capitalista ou comunista. Não ingressaremos nessa seara, principalmente porque, se a doutrina cooperativista, muitas vezes, traz tal conotação, não se pode afirmar que os cooperativistas, na prática, busquem tal finalidade ideológica. E podemos exemplificar isso por intermédio do movimento cooperativista que mais se desenvolveu no Brasil ao longo do período que antecedeu à Constituição Federal de 1988, o cooperativismo agrícola, cujos membros, fazendeiros, constituem uma classe reconhecidamente conservadora. E mais, as sociedades cooperativas desenvolvem-se muitos em países notoriamente capitalistas, como a Inglaterra e os EUA. Ao largo de toda discussão filosófica que cerca o tema, afirmamos que nossa análise restringir-se-á a aspectos normativos, tratados com neutralidade enquanto objetos de outras áreas do conhecimento científico. (BECHO, 1999, p. 83).

A declaração dos princípios cooperativos de Rochdale, pela doutrina do cooperativismo jurídico tradicional, demonstra a desconexão entre o verniz jurídico e a contextualização histórica. Assim são proclamados os princípios emergentes do modelo de evolução principiológica de Rochdale,²² (MAUAD, 1999, p. 36) como o princípio da adesão livre, o controle democrático pelos sócios, a participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, (ALMEIDA, 2006, p. 214-215) e na prática a questão do uso das cooperativas para estruturar práticas neoescravidas, de subcontratação, nas malhas da terceirização em que são negligenciadas como cede apoio às premissas neoliberais de ampliação do lucro por práticas neoliberais induzidas por falsas cooperativas.

Dentro desta orientação, uma série de legislações cooperativas da América Latina têm se adaptado ao contexto social para exprimir um apoio ao cooperativismo popular autêntico, tendo em vista as dificuldades do transplante dos marcos principiológicos cooperativos, situados no

²¹ As possibilidades e motivações no interior de cada empreendimento de Economia Popular são diversas, e não se deve querer transformar uma ideologia totalizante (o capitalismo) com outra (o solidarismo). Há que buscar valores neste movimento que permitam uma ampla identificação das ocorrências, para aglomerá-las e, somente então, tentar construir uma nova força política. (MUÑOZ, 2008, p. 19).

²² 22º) Lei 8.949, de 09-12-1994, acrescentou parágrafo único ao art. 442 da CLT, para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados e entre estes e os tomadores de serviços daquelas. (MAUAD, 1999, p. 36).

molde cultural eurocêntrico de Rochdale para o contexto específico das comunidades latino-americanas:

No caso das cooperativas populares tendo em vista sua formação comunitária, familiar ou cultural, como regra seus integrantes fazem parte de um grupo restrito e bem determinado por relações pessoais. Não se pode imaginar que uma cooperativa familiar possa ser obrigada a aceitar indivíduos estranhos ao seu núcleo. Exemplificativamente, também não é razoável imaginar artesãs que trabalhem por prazer de convívio, com relações de décadas, obrigadas a aceitar o ingresso de novas mulheres, sem laços afetivos com o grupo. (MUÑOZ, 2008, p. 33).

Outro ponto fundamental a ser discutido na questão do cooperativismo tradicional conservador e nas organizações sociais do terceiro setor como um todo é o do reposicionamento do poder estatal, para que os serviços essenciais destes migrem para a órbita de um pluralismo jurídico policêntrico neoliberal infrajurídico dentro do espectro amplo do terceiro setor que gera o marco regulatório legal de desconstrução plena do Estado Social.

Nesse caso, ocorre a quase total delegação da prestação destes serviços sociais, para entidades constituintes do terceiro setor como, por exemplo, fundações, OSCIPS, organizações sociais, cooperativas etc. Seu papel suplementar é de suma importância, porque a total substituição das políticas públicas estatais por estas entidades captadoras dos fundos públicos, com a privatização do planejamento estatal por esse modelo delegativo dentro de sua configuração conservadora, terá por objetivo a cooptação, competição e combate do autêntico pluralismo jurídico comunitário participativo emergentes, dos sujeitos coletivos plurais da sociedade civil, aqui interpretados enquanto movimento sociais compromissados com a transformação socioeconômica profunda e contrária ao espectro das políticas neoliberais:

Ao contrário do ideário do terceiro setor que proclama o Estado prestador de serviços como antidemocrático e o Estado neoliberal que apenas exerce a regulação como democrático, opinamos que um Estado pode ser radicalmente democrático apenas buscando um engajamento da sociedade civil na discussão e constituição de políticas públicas sem, necessariamente, utilizar-se do chamado terceiro setor para atendimento das demandas de responsabilidade direta do Estado. Ou seja, um Estado pode ser substancialmente democrático, conforme lição já esplanada de Celso Antônio Bandeira de Mello, sem necessariamente privatizar os seus serviços públicos, principalmente os sociais, às entidades sem fins lucrativos, ou mesmo realizar a atividade de fomento junto ao terceiro setor. (VIOLIN, 2006, p. 146).

Esta visão, de subvenção neoliberal da terceira via sustentada na ideologia do público não estatal, está evidenciada na contratualização neoliberal das políticas públicas pelas reformas de Estado da América Latina, iniciadas durante, a governança neoliberal, de Bresser Perereira. A síntese da sua configuração jurídica se dá pela prestação de serviços sociais por organizações sociais regidas por contratos de gestão mediante subvenções sociais do Estado, dentro de mais um modelo de pluralismo jurídico policêntrico infrajurídico:

Então a figura do contrato de gestão ocupa lugar de destaque na estratégia administrativa preocupada em alterar o perfil do Estado. A relação entre núcleo estratégico do Estado e demais setores deixa de ser disciplinada pela lei, na qual impera uma relação de mando, de subordinação, e passa a ser disciplinada pelo contrato, no qual impera uma relação de coordenação, de cooperação, sendo que, por intermédio do contrato de gestão, o núcleo estratégico do setor do Estado apresenta aos demais núcleos os objetivos que devem ser cumpridos. (ROCHA, 2006, p. 48).

Tendo em vista a contextualização singularizadora dos processos de regulação neoliberal sobre o cooperativismo e o pluralismo, assim como das experiências do cooperativismo autêntico popular e do pluralismo jurídico comunitário participativo partimos para a conclusão.

Considerações finais

O tema do pluralismo jurídico deve se conectar às propostas de transformações sociais possíveis no atual cenário da globalização.

O fatalismo de uma via única e inexorável do processo de internacionalização neoliberal já foram rompidos por novos projetos de rupturas manifestos na Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua etc.

O período áureo do neoliberalismo parece ter perdido intensidade e as propostas de reconstrução do mundo econômico e jurídico se evidenciam. A democratização ética possibilidade pela autogestão das formas de produção da economia popular e solidária, dentre as quais se incluem o cooperativismo popular autêntico preocupado com a produção e o consumo ético, únicos meios viáveis para alcançar uma sociedade sustentável.

Porém, o mundo econômico não pode ser transformado sem uma proposta de mudança no plano jurídico, cuja democratização passa pela reconfiguração do plano da estatalidade. A democratização da esfera pública somente pode ser atingida pelo pluralismo jurídico comunitário participativo, em que os novos sujeitos coletivos plurais e mesmo os movimentos sociais

tradicionais configurarão um direito calcado no ideário da democratização direta e participativa orientada pelo controle sociojurídico comprometido com a justiça social possibilitadora da efetividade das várias gerações e dimensões dos direitos humanos, rompendo com a cultura jurídica dogmática, conservadora e elitista própria de nossa tradição sócio-histórica.

Esta proposta conjunta se pauta por um novo plano de alteridade que se chocará com o bloco histórico conservador performado pelas políticas impostas pelo multilateralismo preocupado unicamente com o comércio estabelecido pelas transnacionais.

O novo mundo possível deverá constituir novas formas utópicas que em um plano de compreensão e transformação da complexidade garantirá a conjugação de novas formas econômicas e jurídicas plurais a caminho da autogestão jurídica e econômica, sem incorrer nos vícios do neoliberalismo com suas reformas, visando um Estado mínimo para as oligarquias beneficiadas pela financeirização econômica.

Referências

ALMEIDA, M. E. M.de; BRAGA, R. P. (coord.)- *Cooperativas à luz do Código Civil*, São Paulo: Quartier Latin, 2006.

BANDEIRA, L. A. M. *Formação do Império Americano*. Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 2.ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2006.

BECHO, R. L. *Tributação das cooperativas*. 2. ed. São Paulo: Dialética, 1999.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. Um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

CAMARGOS, A. A. M. *Direito do Trabalho no Terceiro Setor*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

CATTANI, A. D. (org) *A outra economia: os conceitos essenciais*. 1. ed. In: _____. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003 Veraz Editores, 2003.

CIMADAMORE, A. D. e CATTANI, A. D. *Produção da pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

COUTINHO, A. R. *Direito do Trabalho: A passagem de um regime despótico para um regime hegemônico*, p. 18. In: WALDRAFF, C; COUTINHO, A. R. (org.) *Direito do Trabalho & Direito Processual do Trabalho: temas atuais*. Curitiba: Juruá, 1999.

CRÚZIO, H. O. "Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo?" *Revista de Administração de Empresas*. v.39, n. 2, br./Jun. 1999.

DERRIDA, J. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURAND, J. P. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. Tradução de Leonardo Gomes Mello e Silva. In: Tempo Social. *Revista de Sociologia da USP*. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v. 15, n. 1 (abril de 2003). São Paulo: USP, FFLCH, 1989.

DUSSEL, E. E. *De Medellín a Puebla uma Década de Sangue e Esperança*: de Sucre à crise relativa do Neofaciscismo – 1973-1977. Tradução: Luis João Gaio. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

_____. *Ética da Libertação*. Tradução de: Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

EHRLICH, E. *Fundamentos da Sociologia do Direito*. Tradução de René Ernani Gertz. Revisão de Vamireh Chacon. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 45.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

LIMA NETO, A. *Cooperativas de Trabalho*. Curitiba: Juruá, 2004.

MANCIE, E. *A revolução das redes*. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

MAUAD, M. *Cooperativas de trabalho sua relação com o Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1999.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social*. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MUÑOZ, L. *Cooperativismo e Direito*. Identidade Latino-Americana das Cooperativas Populares. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2008.

POLANYI, K. *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel, Revisão Técnica: Ricardo Benzaquen de Araújo. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAMPINELLI, W. J. *A história: uma arma de dominação*. In: RAMPINELLI, W. J. (org). Florianópolis: Insular, 2003.

RIBEIRO, D. *As Américas e a Civilização. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIOS, G. S. L. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliensi, 1987.

ROCHA, S. F. R. *Terceiro setor*. 2.ed. Revista e aumentada. São Paulo: Malheiros, 2006.

ROUSSET, P. O ecológico e o social: combates, problemas, marxismos. In: CATTANI, A. D. *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre/Petrópolis: Editora Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. (org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

VÉRAS NETO, F. Q. *Cooperativismo: Nova abordagem sócio-jurídica*. Curitiba: Juruá Editora, 2004.

VIOLIN, T. C. *Terceiro setor e as parcerias com a Administração Pública: uma análise crítica*. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. v.1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa (a partir da quinta edição, revista, anotada e organizada por Johannes Winckelmann). Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora da UNB, 20000.

WOLKMER, A. C. *Pluralismo Jurídico*. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. Editora Alfa-Ômega: São Paulo, 1991.

_____. Sociedad civil, poder comunitário y acceso democrático a La justicia. In: *Pluralismo jurídico y alternatividad judicial*. El outro derecho. Bogotá-Colômbia: ILSA-Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos, abril de 2002.

_____. Pluralismo jurídico: nuevo marco emancipatorio em América Latina. In: RANGEL, J. A. T. *Pluralismo Jurídico: Teoria y Experiências*. Cenejus, 2007.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Terezinha Saracini Ciriello Mazzetto

Moara Cristina Rodrigues

Rita Margonato

Gino Marzio Ciriello Mazzetto

Introdução

Em um primeiro momento da discussão sobre o desenvolvimento no Brasil, um grupo de autores, os desenvolvimentistas, passou a defender a ideia de que para superar o atraso histórico a que o país estava submetido seria necessário fomentar a industrialização. Outra corrente, apoiando-se no princípio das vantagens competitivas, apregoava que o país deveria aceitar sua “natural vocação” de produtor de bens primários para exportação como forma de alcançar o crescimento.

A primazia da corrente desenvolvimentista levou à adoção do modelo de substituição de importações como forma de estimular a industrialização, a partir de 1930. Esse processo avançou significativamente nos anos 1950, quando foram criadas as bases para a industrialização pesada. Em consonância com o objetivo de industrialização, a partir de 1960 definiu-se um novo padrão de produção agrícola, consubstanciado no fortalecimento das relações entre a agricultura e a indústria. Tendo em vista a modernização da agricultura, as políticas públicas, especialmente no que se refere ao financiamento, entre 1960 e 1980, privilegiaram as atividades voltadas à exportação, ocasionando a exclusão da grande maioria dos agricultores.

Embora a estratégia adotada tenha possibilitado altas taxas de crescimento econômico expressas pelo Produto Interno Bruto (PIB), o período de vigoroso crescimento entre 1940 e 1980 não propiciou uma significativa elevação do nível de desenvolvimento econômico.

A interrupção da fase expansionista ocorreu no início dos anos de 1980, quando o PIB brasileiro passou a apresentar taxas medíocres de crescimento. Para muitos analistas, a crise foi o resultado do esgotamento do processo de substituição de importações e determinou a interrupção do sistema de financiamento que havia permitido a expansão da agricultura. A partir desse período, a prioridade da política econômica passou combater o processo inflacionário que havia se instaurado com a mudança nos condicionantes que ocorreu nos anos 1970.

Após uma década de estagnação e altas taxas de inflação, a difusão da ideologia neoliberal levou o Brasil a adotar um conjunto de reformas pró-mercado, nos anos 1990. Associado a esse programa, foi implementado o Plano Real que, apesar de manter a inflação em patamares aceitáveis não foi suficiente para propiciar a retomada do crescimento aos patamares alcançados anteriormente.

Nesse contexto, surgiram contradições decorrentes da industrialização e da modernização da agricultura, concentração de renda, concentração fundiária, exclusão, dentre outros fatores. Todos indicando que o problema não se restringia apenas à questão da distribuição da renda, embora essa esteja no bojo de uma série de conflitos sociais.

A partir dos anos 1990, os equívocos em relação às opções estratégicas foram ficando cada vez mais evidentes, bem como a incapacidade da política neoliberal em permitir a superação do atraso a que o país estava submetido. (DINIZ, 2006).²³

Os problemas da economia brasileira foram agravados pelo processo de globalização em curso, reforçando a necessidade de uma nova estratégia de desenvolvimento. Tal estratégia deveria propiciar crescimento econômico e melhoria na distribuição da renda, contribuindo para a resolução de vários problemas sociais.

A retomada da discussão sobre o desenvolvimento (DINIZ, 2006)²⁴ econômico e a sustentabilidade no Brasil vem ocorrendo nesse cenário, em que se destaca a ênfase à dimensão “local”. A necessidade de fomentar o desenvolvimento local é defendida por muitos autores como uma

²³ Segundo Chang *apud* Diniz (2006) essa incapacidade de construir uma visão complexa, equilibrada das inter-relações entre o mercado e outras instituições relevantes e o Estado, além da falta de formulação de estratégias autônomas de ação levou a “falência” do neoliberalismo, especialmente nos países menos desenvolvidos.

²⁴ Diniz (2006) acredita que nesses primeiros anos do novo milênio as condições são extremamente favoráveis para um debate mais profundo e profícuo em torno de estratégias alternativas de desenvolvimento. As condições econômicas são favoráveis, pois no período recente a despeito da instabilidade econômica financeira da economia dos Estados Unidos, a economia brasileira demonstrou menor vulnerabilidade em relação às adversidades dos anos 1990. No que tange às condições políticas, o momento é extremamente favorável considerando-se que, apesar das diferenças internas, a ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda suscita um debate sobre a redefinição de prioridades da agenda pública. Nessa agenda ganham destaque questões como: a necessidade de redução da exclusão social; o inconformismo diante da posição dos países latino-americanos na ordem internacional; a busca por mudanças na geopolítica mundial em favor da autonomia e reforço da integração regional; ou ainda a ênfase nas reformas sociais e na busca de novas formas de inserção internacional. Também se observa condições favoráveis à dimensão intelectual, dado o rompimento do consenso que deu sustentação às políticas inspiradas no receituário neoliberal e determinou a primazia da agenda pró-mercado e do Estado Mínimo.

resposta à exclusão decorrente da globalização e da forma como se deu o desenvolvimento industrial e rural brasileiro.

Para Ortega *apud* Zerbatto (2009) o fortalecimento das políticas locais é imprescindível como forma de valorização das diversidades territoriais-econômicas, sociais, políticas.

Nesse sentido, cabe destacar as iniciativas de Economia Solidária como forma de enfrentamento dos problemas mencionados anteriormente. Conforme a concepção do Ministério do Trabalho e do Emprego (M.T.E.), no Brasil a Economia Solidária ressurgiu como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho no final do século XX. Nas três últimas décadas, as relações capitalistas de trabalho foram fragilizadas pelas mudanças estruturais, econômicas e sociais que ocorreram. Numa conjuntura de desemprego, informalidade e precarização das relações formais, os trabalhadores para garantir sua sobrevivência passaram a sujeitar-se a ocupações que implicavam abdicação de seus direitos sociais. (M.T.E., 2010a).

Assim, as experiências coletivas de trabalho – cooperativas de produção e consumo, associações de produtores, redes de produção consumo comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas de autogestão, entre outras formas de organização – vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos. (M.T.E., 2010a).

A origem dessas formas alternativas de geração de trabalho e renda remonta aos anos 1980, quando foram criadas várias cooperativas, empresas de autogestão e outros empreendimentos similares. Com o aprofundamento da crise e as posteriores transformações econômicas e sociais esses movimentos foram se fortalecendo. Várias medidas adotadas recentemente são indicativas do espaço que essas iniciativas têm na agenda política nos últimos anos. A principal foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego que ficou responsável pela implementação de políticas que compreendem ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam de forma alternativa da organização do mundo do trabalho como, por exemplo, as iniciativas de Economia Solidária. (M.T.E., 2010b).

A SENAES está implementando o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, visando o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas para o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social. Além do apoio do governo federal, essas iniciativas estão recebendo crescente apoio na esfera estadual e municipal. Como resultado, o número de programas de Economia Solidária tem aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo

popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização, dentre outros. A interação entre essas iniciativas criou um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária.

A articulação da Economia Solidária em vários fóruns locais e regionais resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e, além desse, são realizados atualmente 27 fóruns estaduais nos quais há a participação de milhares de pessoas, em todo o território brasileiro. Com isso, ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários foram fortalecidas e novas organizações, de abrangência nacional, foram criadas. (M.T.E., 2010b).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar as iniciativas baseadas nos princípios da Economia Solidária à luz da discussão sobre o desenvolvimento local como premissa do desenvolvimento nacional. Trata-se, portanto, de uma revisão de literatura. O trabalho está estruturado em 2 seções, além desta introdução. Na primeira seção são resgatados pontos da experiência brasileira de desenvolvimento, para ressaltar as consequências das estratégias escolhidas. A segunda traz a questão do localismo para o centro do debate, e discute o papel da economia solidária no desenvolvimento local, seguida de algumas considerações finais.

A experiência brasileira de desenvolvimento

Com a grande depressão dos anos 1930, a indústria passou a ser o determinante da dinâmica da economia brasileira. O avanço da industrialização do país ocorreu por meio da substituição de importações, começando com bens de consumo, depois bens de consumo duráveis e, por fim, bens de capital. Esse processo transformou a estrutura produtiva do Brasil, que saiu da condição de exportador de produtos primários, tornando-se um país de base urbano-industrial.

O modelo adotado propiciou elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB (SOUZA, 2005)²⁵ em um período de tempo relativamente rápido. Entre 1947 e 1980, o PIB apresentou crescimento médio de 7% ao ano. (REGO; MARQUES, 2006, p. 41).

Nesse contexto, foi necessário buscar também um modelo de desenvolvimento rural baseado na introdução de tecnologias no campo e na modernização da agropecuária brasileira. Conhecido como modernização

²⁵ Embora o crescimento não possa ser confundido com desenvolvimento, o crescimento é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento. Souza (2005) aponta o crescimento econômico contínuo e em taxas superiores ao crescimento demográfico como requisito para o desenvolvimento.

conservadora,²⁶ tal processo propiciou a aproximação da agricultura e da indústria. O resultado foi o aumento da concentração fundiária, pois a tecnologia e a orientação externa da atividade, ao ampliar o volume de produção, propiciou ganhos de produtividade e ampliou a acumulação de capital no setor rural.

O avanço da industrialização e formação dos centros urbanos geraria demanda para a agricultura, desse modo, a substituição de importações estendida ao setor primário criou as condições para a industrialização da agricultura nacional. Como destacou Mazzali (2000) a modernização ocorreu por meio da consolidação das relações agricultura-indústria, envolvendo os segmentos produtores de máquinas, equipamentos e insumos (a montante, ou “para trás”) e a agroindústria processadora (a jusante, ou “para frente”).

Esse processo que conformou os complexos agroindustriais -CAIs (ZERBATO, 2009)²⁷ foi, segundo Ferreira e Zanoni *apud* Zerbato (2009), uma intensa, mas parcial e setORIZADA modernização que acarretou um esvaziamento populacional relativo do espaço rural e surgimento de novas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais. Para Mior (2005), as transformações no meio rural se refletiram em desequilíbrios regionais acentuados pela desigual modernização agrícola e industrialização. Causaram também a modificação do *modus operandi* dos estabelecimentos agrícolas e das dificuldades de reprodução social dos agricultores familiares. Como resultado, formou-se um contingente populacional nas cidades maior do que a demanda por mão-de-obra.

O processo de êxodo rural, que levou a aglomeração nos núcleos urbanos e à marginalização social, segundo Amorim *apud* Zerbato (2009), foi uma decorrência da modernização e ausência de melhor distribuição da propriedade da terra, além do favorecimento dos grandes produtores e das culturas voltadas à exportação.

Um aspecto que chama atenção refere-se à condução das políticas públicas. Ao longo do período pós-guerra até o início dos anos 1990, a política brasileira favoreceu a agricultura moderna em detrimento de outras formas de agricultura. As políticas, visando o fortalecimento do setor agroindustrial, facilitaram a modernização no campo, e a conformação

²⁶ Modernização na medida em que introduziria tecnologias baseadas nos princípios da Revolução Verde, visando à produção em larga escala para exportação, e conservadora por ter intensificado a concentração de renda por meio dos grandes latifúndios.

²⁷ Delgado *apud* Mazzali *apud* ZERBATO (2009) cita alguns elementos que conformam os CAIs: a) um padrão tecnológico que tem por referência os princípios da Revolução Verde; b) uma forma de inserção da agricultura no mercado internacional, baseada no aumento da participação de produtos agrícolas elaborados na pauta exportadora brasileira; c) atuação do Estado segundo um perfil em que o estilo de regulação financeira sobressai como eixo de articulação fundamental da intervenção estatal da economia.

dos CAIs propiciou a maior inserção da agricultura brasileira à economia global. Nessa forma de organização da produção em que a ligação entre os agentes internos aos complexos passa a ser efetiva por meio do capital, é o sistema financeiro que faz a interligação das ações da agricultura com a economia global. (MAZZALI, 2000).

Como esclarece Schmitz *apud* Zerbatto (2009), conforme avançava a integração dos diversos subsetores (do complexo) maior era a demanda por recursos monetários para investir na própria modernização, ou seja, buscando suprir a escassez de recursos e para aumentar lucros financiando as atividades produtivas, o capital financeiro intensificou suas relações com o setor agropecuário.

De fato, a participação do Estado foi fundamental na conformação dos CAIs ao fazer a integração dos capitais industriais, financeiros e agrícolas. Mas, as limitações da modernização que teve o Estado como indutor foram ficando evidentes, quando a crise dos anos 1980 interrompeu a política de financiamento que criou condições para o avanço da agricultura.

A modernização se restringiu a cerca de 10% dos estabelecimentos agropecuários que estavam integrados aos complexos agroindustriais. Conclui-se, portanto, que essa integração é condição *sine qua non* ao desenvolvimento agrícola e a concentração fundiária é intrínseca a este modelo, (GRAZIANO DA SILVA, 1998) bem como o surgimento de grandes latifúndios.

Embora as políticas direcionadas à agroindústria tenham favorecido a modernização no campo geraram contradições e desigualdades regionais com profundas consequências, contribuindo para intensos conflitos sociais que insurgiriam nos períodos subsequentes.

A produção agrícola em grande escala, os aumentos de produtividade e a inserção competitiva da agricultura brasileira no mercado internacional foram cruciais para o crescimento econômico, além disso, ajudaram a contrabalançar a queda do produto industrial, notadamente na década de 1970. No entanto, as discrepâncias entre o meio rural e o urbano (industrializado) eram notórias.

O problema é que o processo não foi capaz de modernizar a agricultura, bastante atrasada, no mesmo ritmo em que ocorreu a industrialização. Como resultado, as diferenças dos níveis de produtividade e de renda foram acentuadas, estimulando enormes fluxos migratórios de mão-de-obra para as periferias urbanas ao longo das décadas de 1950 e 1960, dando origem ao conceito de marginalidade. (SALM, 2005).

Tais desequilíbrios acentuavam problemas próprios da industrialização cujos benefícios eram, principalmente, apropriados pelas classes de renda mais elevada. A classe média assalariada que constituía os quadros técnicos

requeridos pela indústria estava entre elas. A concentração acentuada da renda real também era decorrência da constante queda do valor real do salário mínimo, decorrente da elevação do nível geral de preços (inflação). (SALM, 2005).²⁸ A apropriação da renda pelos mais ricos aumentou de 39,7% em 1960 para 47,8% em 1970, com uma pequena queda para 45,2% em 1980. Em contrapartida, os 50% de assalariados mais pobres que detinham 17,6% da renda nacional em 1960 reduziram sua participação para 15,0% em 1970, e para 13,4% em 1980. O índice de Gini (REGO; MARQUES, 2006)²⁹ brasileiro que era de 0,497 em 1960 registrou uma piora alcançando 0,565 em 1970, agravando-se em 1980 quando chegou a 0,590. (REGO; MARQUES, 2006, p. 128).

Apesar do contraste entre a intensidade do crescimento econômico³⁰ que o país experimentou e os efeitos em termos da distribuição de renda, foi possível observar uma melhoria das condições de vida. Na avaliação de Salm (2005), pesquisas de mobilidade social indicam uma sensível melhoria no padrão de vida da maioria da população em relação ao período de avanço da industrialização.

Essa melhora deixa de ocorrer a partir de 1980, quando o longo período de crescimento econômico e de profundas mudanças estruturais é interrompido.

A economia brasileira, nos anos de 1980, foi marcada por conflitos, já no início da década o país enfrentou a pior recessão desde a crise dos anos 1930. A chamada “década perdida” caracterizou-se pela queda no crescimento do PIB, aumento do déficit público e da dívida externa, e ascensão inflacionária que ao final da década se transformaria em uma hiperinflação. O crescimento médio do PIB que havia alcançado a média de 7% ao ano, entre 1947 e 1980, caiu para 2% entre 1981 e 1991, como

²⁸ É consenso entre os economistas que a inflação afeta as camadas de renda mais baixas, cuja dificuldade de acesso ao mercado financeiro diminui a possibilidade de se proteger contra a perda do poder de compra da moeda. (SALM, 2005).

²⁹ Índice mais comum para medir a concentração de renda. Esse índice permite avaliar a distribuição de renda em um país, região ou estado (REGO; MARQUES, 2006), apresenta valores que variam entre 0 e 1, sendo quanto mais próximo de 1 mais concentrada a renda, ou maiores as diferenças na apropriação de renda pelos mais ricos e mais pobres.

³⁰ A importância atribuída ao crescimento econômico como forma de enfrentamento das questões sociais é discutida por Salm (2005, p. 197-202). O autor entende que, o crescimento econômico emerge com condição necessária para o enfrentamento do desemprego e da pobreza, mas dada as limitações fiscais e monetária que emperram o crescimento procura apontar uma alternativa para resolver o problema do desemprego e da exclusão social. Após analisar os fatores que atuaram no sentido de limitar os efeitos do crescimento sobre a pobreza e, principalmente, sobre a distribuição de renda nos períodos de crescimento mais vigoroso, no Brasil, destacou os dois principais: a pressão da oferta de mão-de-obra e a queda no salário mínimo.

consequência a renda per capita manteve-se praticamente constante. (REGO; MARQUES, 2006, p. 141). O agravamento da crise econômica contribuiu para o fim do período militar e da transição para um governo civil, iniciando uma série de planos de combate à inflação que, entretanto não foram capazes de reverter a trajetória de ascensão descontrolada dos preços.

Com a reversão das condições favoráveis, o foco das políticas econômicas passou a ser o combate à inflação, que atingiu níveis sem precedentes nos anos 1980, e a promoção de reformas que permitissem a maior inserção da economia brasileira à economia mundial.

O programa que combinava reforma comercial, desregulamentação, liberalização e abertura da economia, visava uma maior inserção da economia brasileira na economia mundial. Contudo, nem a estabilização nem as reformas foram capazes de criar condições necessárias à retomada do crescimento. Na verdade, os acontecimentos e as políticas deste período tiveram impactos que somente agravaram os conflitos e desequilíbrios relatados.

As profundas transformações na economia mundial, genericamente definidas como globalização, apresentaram importantes desdobramentos para a economia brasileira e para a temática do desenvolvimento.

Tal processo, do ponto de vista econômico, tem como aspectos centrais, a globalização financeira e a produtiva. A globalização financeira resulta da interação de três processos que passaram a ocorrer nas duas últimas décadas do século XX; a expansão extraordinária dos fluxos financeiros internacionais, o acirramento da concorrência nos mercados financeiros de capitais e a maior integração entre os sistemas financeiros nacionais. A globalização produtiva, por sua vez, também é determinada pela interação de três processos distintos: o avanço da internacionalização da produção, o acirramento da concorrência internacional e a maior integração entre as estruturas produtivas das economias nacionais. (BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2004).

Como resultados da globalização, Han (2009) aponta os novos problemas sociais e aprofundamento das desigualdades já existentes. Dentre as formas de exclusão global e desigualdades, pode-se destacar a exclusão da maioria da população nas periferias no processo de distribuição de renda em empregos formais; a flexibilização do trabalho; a limitação do acesso à educação de qualidade; a perda ou precarização do controle das decisões internas, especialmente no campo econômico em função da influência das agências multilaterais; os problemas ambientais relacionados ao modelo de produção e consumo por parte da sociedade; a perda de direitos, dentre outros.

Como foi salientado, a globalização financeira e produtiva somente foram possíveis a partir da adoção de um conjunto de políticas econômicas para estimular o ingresso de capitais externos, tanto na forma de investimentos diretos feitos pelas empresas transnacionais ou investimentos especulativos. Então, este processo não é apenas uma opção política, mas também ideológica, pois mobilizou as políticas econômicas da maioria dos países.

No meio rural, as reformas liberalizantes dos anos 1990, inspiradas nas recomendações do Consenso de Washington, foram cruciais para a maior inserção internacional da agricultura brasileira. As reformas orientadas à abertura dos mercados agrícolas, como redução de tarifas, eliminação de impostos, licenças para exportação, além das políticas internas e do Plano Real, foram determinantes na expansão do agronegócio brasileiro, nos anos 1990. A performance foi ainda melhor ao final da década, num cenário de estabilidade monetária e desvalorização cambial. (GASQUES *et al.*; *apud* ZERBATO, 2009).

Apesar de assegurar o bom desempenho do agronegócio, essas reformas acentuaram conflitos gerados ao longo da modernização da agricultura brasileira.

No Brasil, as orientações econômicas de cunho neoliberal foram concebidas num momento de transição democrática e grave crise econômica, e, devido a essa conjuntura, a agenda político-econômica passou a assumir o perfil desejado pelas agências multilaterais. (BEHRING *apud* HAN, 2009). Os resultados foram a exclusão da grande maioria na distribuição de renda, causando violência e marginalização, distorções do usufruto dos direitos civis e, no conceito de cidadania, que se confunde em relação ao consumo de bens e serviços, noção arraigada no processo de globalização hegemônica e nas relações humanas dentro do coletivo. (CARVALHO *apud* HAN, 2009).

A conjugação dos efeitos da modernização conservadora da agricultura e dos efeitos desestruturantes da globalização levou ao crescente questionamento dos modelos e das opções feita pelo Brasil. Neste quadro, a questão do desenvolvimento voltou a ocupar o centro do debate, tendo como ênfase o desenvolvimento local como condição para o desenvolvimento nacional, conforme exposto na próxima seção.

A busca pelo desenvolvimento local e o papel das iniciativas da economia solidária

Embora o desenvolvimento agrícola não seja sinônimo de desenvolvimento rural, no Brasil essas duas dimensões estão intrinsecamente ligadas, e a discussão sobre este tema deve levar em conta essas duas dimensões.

A concepção do desenvolvimento rural, prevalecente até as duas últimas décadas do século XX, à abordagem exógena, vinculava-o ao processo de urbanização e industrialização. O meio urbano constituiria, por excelência, o espaço das atividades dinâmicas industriais e de serviços, enquanto que o meio rural se restringia a fornecer alimentos e outros produtos primários para a concretização do modelo. (MIOR, 2005, p. 36).

Contrapondo-se a essa visão, uma nova abordagem que defende a mobilização social endógena³¹ às áreas rurais, e que ressalta a necessidade de uma análise territorial do desenvolvimento, tem predominado na literatura corrente.

Neste contexto, a concepção que vincula o desenvolvimento rural ao desenvolvimento agrícola vem sendo superada. O problema é que o desenvolvimento agrícola está estreitamente ligado ao agronegócio, entendido como desenvolvimento modernizador da agricultura, visando aumento produtivo e maior dinamismo, associados à maior rentabilidade dos fatores de produção e custos marginais decrescentes. (DENARDI *et al.*; *apud* ZERBATTO, 2009). Porém, o desenvolvimento rural é algo mais amplo.

Para muitos estudiosos e analistas, a agroindustrialização é uma via para o desenvolvimento rural. A definição da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) enfatiza os resultados que permitiriam caracterizar este processo. Segundo essa entidade, o desenvolvimento rural implica o aumento da produção, da renda e dos vetores de sua distribuição, via de ocupações e investimentos produtivos, que realimentam o processo. O desenvolvimento rural se traduz em melhoria generalizada das condições de vida no meio rural, sendo assegurado o acesso aos bens e serviços sociais aos cidadãos. Abrange ainda a formação da infraestrutura econômica e social, pública e privada, para garantir contínuas elevações da qualidade de vida

³¹ A estratégia dos países que constituem a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD) explicita a ênfase ao aspecto territorial do desenvolvimento. (ABRAMOVAY *apud* MIOR, 2005). Como chama atenção Veiga *apud* Mior (2005), vários trabalhos realizados pela OECD contribuíram para o rompimento da concepção da ruralidade como sinônimo de atraso.

captada pelos indicadores sociais. (DENARDI *et al.*, *apud* ZERBATO, 2009).

Segundo Moyano *apud* Mior (2005), a nova concepção do desenvolvimento procura contemplar as estratégias que possam tornar mais dinâmicos os recursos endógenos - agrícolas e não agrícolas - existentes em todas as comunidades rurais. Nela, a agricultura e o meio rural tem um novo papel, o de gerar oportunidades produtivas não agrícolas. Ocorre que devido às pressões competitivas, à maior abertura dos mercados, e às advindas da abertura do desenvolvimento tecnológico, a agricultura ainda importante do ponto de vista econômico está perdendo a capacidade de gerar empregos. Nos setores urbanos industriais observa-se a mesma dificuldade, uma decorrência da crise do modelo fordista e da interrupção das políticas de pleno emprego.

É neste sentido que o desenvolvimento agrícola não pode ser considerado como sinônimo de desenvolvimento rural, assim como o desenvolvimento local não envolve apenas o desenvolvimento rural. Mas, como ressaltado anteriormente, no Brasil esses dois aspectos estão estreitamente relacionados. A ligação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento local é muito bem ilustrada por Nazzari, Miyazaki e Bordin (2007). Segundo esses autores, apesar dos dilemas, a agricultura familiar brasileira é uma prática eficaz para a economia solidária, inclusão social e diminuição das desigualdades. E pode ser incentivada por políticas públicas de promoção de emprego e renda, para que se atinja o desenvolvimento local, sustentável.

As políticas de desenvolvimento local visam à valorização das diversidades territoriais, econômicas, sociais e políticas. (ORTEGA *apud* ZERBATO, 2009). No Brasil, essa foi uma das causas do empobrecimento no campo. Segundo Costa *et al.* (*apud* ZERBATO, 2009), a modernização da agricultura por meio da adoção de um modelo produtivista homogêneo desconsiderou as características locais das comunidades rurais, ou seja, não foi respeitada a identidade dos atores locais que têm características culturais e ambientais próprias.

O desenvolvimento da localidade impulsiona a inclusão social e a competitividade local nos mercados mais dinâmicos, nacionais e internacionais, e pode ainda reverter a pobreza e exclusão resultante do processo de modernização conservadora. (ORTEGA *apud* ZERBATO, 2009).

Mas não se pode entender o “local” apenas a partir da agricultura ou de seu contraponto, a dinâmica urbana. No caso do Brasil, por exemplo, a abordagem endógena não contempla uma tendência importante, destacada por Saraceno *apud* Mior (2005) que é a difusão espacial das atividades

econômicas. Além disso, não se pode desconsiderar a maior integração entre o rural e o urbano salientada na literatura. Torna-se, então, necessário a definição de um conceito mais amplo que incorpore as duas dimensões. Segundo Saraceno (1997), o que está ocorrendo nas áreas não rurais não pode deixar de ser considerado quando se estuda as tendências e as escolhas das áreas urbanas. As economias locais fazem parte de um sistema integrado, isto é, não se produzem isoladamente.

Dessa perspectiva, o foco da análise territorial é o desenvolvimento rural. Aceitando-se a proposição de Saraceno, a experiência de desenvolvimento local aponta para duas alternativas: a especialização setorial, visando economias de escala e o desenvolvimento de múltiplos setores de atividades, visando economias de escopo e diversificação. Cada uma dessas formas apresenta uma possibilidade de integração à economia global. A especialização privilegia um setor ou produto para as trocas externas, normalmente, segundo a lógica da cadeia produtiva (*filière*); no caso das áreas diversificadas a identidade territorial e a cooperação intersetorial são privilegiadas, abrindo espaço para múltiplas formas de integração externa em direção aos mercados segmentados ou nichos de mercados.

A escolha do caminho adequado para se fomentar o desenvolvimento local requer esclarecimentos sobre o significado de “local”. O termo pode designar desde uma unidade subnacional até um município, ou até mesmo uma pequena comunidade rural ou microbacia. O elemento comum presente em qualquer emprego do termo local é a prevalência de relações interpessoais face a face, mais frequente e intensa no interior dos pequenos grupos. E, em qualquer desses empregos, o local provê a base para a ação coletiva, para a divisão de responsabilidade, coordenação, e para a coleta e análise de avaliação de informações. (PRETY *apud* MIOR, 2005).

A definição adequada tem implicações práticas relevantes. A noção de desenvolvimento que emerge da abordagem endógena, por exemplo, traz importantes consequências ao modus operandi das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento rural, como atenta Mior (2005). A efetividade das propostas e projetos depende das instituições, organizações e agentes locais-regionais, os quais deixam de ser vistos como meros executores de ações ou projetos formulados em esferas centralizadas.

O papel dos agentes nas estratégias para o desenvolvimento local pode ser analisado à luz da teoria do capital humano, que vê esse fator como o determinante do mais elevado grau de desenvolvimento.

Segundo Abravanoy *apud* Nazzari; Miyazaki e Bordin (2007), o entendimento da pobreza requer um estudo histórico e social da região para se conhecer os determinantes do problema que não é causado, exclusivamente, pela falta de renda. Na visão desse autor, o relacionamento

entre os atores desempenham papel crucial para o desenvolvimento de uma região. Para o desempenho econômico, “não são os fatores tangíveis os mais importantes, mas a maneira como as pessoas se capacitam, tendo em vista a exploração dos recursos disponíveis”.³²

Essa interpretação se fortalece frente à constatação de que as reformas recentes foram desestruturando o Estado e os demais agentes foram excluídos do processo decisório. Nesse contexto, a sociedade civil passou a ter uma participação mais ativa na busca de soluções para os conflitos sociais.

No quadro traçado acima, em que a sociedade civil busca preencher a lacuna deixada pelo afastamento do Estado, tem sido criado espaço para as iniciativas como as redes organizacionais de produção artesanal, cooperativas e várias formas de empreendimentos “solidários”.

Os **Empreendimentos Econômicos Solidários** são organizações:

- coletivas e suprafamiliares como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, dentre outros; os participantes, trabalhadores dos meios urbano e rural, exercem a autogestão das atividades e da alocação dos resultados;
- que exercem práticas permanentes, incluindo-se, além dos empreendimentos que já se encontram implantados e em operação, aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e a atividade econômica definida;
- que dispõem ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização;
- que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário;
- podem ser singulares ou complexas, para que sejam consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que atendam as características acima identificadas. As organizações complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. (M.T.E., 2010c).

Enfim, os empreendimentos solidários realizam diversas atividades econômicas e sociais por intermédio da constituição de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação.

³² Texto original [...] “los factores más importantes para el desempeño económico no son los tangibles, sino la manera por la cual las personas se capacitan para explotar los recursos que tienen disponibles” [...]. (ABRAMOVAY apud NAZZARI; MIYAZAKI; BORDIN, 2007, p. 4).

A Economia Solidária se refere ao conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Esse conceito refere-se à situação em que os membros das organizações participam efetivamente da autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, dentre outros requisitos. Por isso, os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. (M.T.E., 2010d).

Além da autogestão, a Economia Solidária tem como fundamento:

Cooperação: entendida como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Portanto, envolve diversos tipos de organização coletiva, como empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc.

Dimensão Econômica: constitui a base da motivação para a agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Solidariedade: o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. (M.T.E., 2010d) .

Na definição de Alves e Salomão (2009), essas iniciativas têm como público alvo um conjunto da população brasileira, formado por excluídos do mercado de trabalho, do consumo e das políticas públicas. Segundo esses autores, o enorme contingente de brasileiros pode ser chamado de os “sem-sem”: sem terra, sem emprego, sem escolaridade que atenda aos requisitos do mercado de trabalho, sem representação política ou por alguma entidade tradicional da sociedade civil, como sindicatos, partidos ou organizações não governamentais.

Portanto, não devem ser apenas vistas como um campo de luta contra a pobreza, mas contra as desigualdades sociais, econômicas, étnicas, de gênero e ainda em favor da sustentabilidade do homem e dos seres vivos do planeta. As políticas públicas voltadas ao fortalecimento das iniciativas solidárias devem favorecer a autonomia dos trabalhadores, sua emancipação e integração social, assim como a sua sustentabilidade. O objetivo principal dessas é dar condições de acesso e exercício real de cidadania – entendida como lócus da luta política pela igualdade. Enfim, o objetivo das ações e da política da Economia Solidária “[...] é tornar o público envolvido, a população desempregada e excluída em sujeito sociais, no sentido de que são pessoas articuladas em associações fundamentalmente cooperativas que, a partir disso lutam coletivamente por melhores condições de vida e trabalho”. (NUNES *apud* ALVES; SALOMÃO, 2009). “Dessa forma, participariam do embate social por distribuição de renda e por acesso aos meios de produção e de consumo.” (ALVES; SALOMÃO, 2009, p. 2).

No entanto, as iniciativas de Economia Solidária não se limitam à busca de formas de geração de renda, trata-se de buscar meios de resgatar a noção de cidadania que significa a capacidade de reconhecer-se como cidadão, ou seja, um membro ativo da sociedade. A transformação desse grupo de excluídos em atores sociais é o principal desafio a ser enfrentado, questões comuns a qualquer atividade econômica precisam ser repensadas para que os objetivos sejam atingidos. Por exemplo, a questão da tecnologia, nos empreendimentos solidários a escolha não deve ser pautada por critérios de eficiência e produtividade como ocorre no caso das tecnologias convencionais.

O conceito mais adequado é o da tecnologia social que tem como norte a proposição de soluções compatíveis com os princípios de solidariedade, da democracia e da autogestão, pilares da Economia Solidária. Alves e Salomão (2009) definem que, a tecnologia social consiste num conjunto de técnicas e procedimentos associados à formas de organização coletiva que representa soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Diferentemente do conceito tradicional, a escolha da tecnologia social deve considerar os efeitos de uma melhoria sobre o trabalho. Uma esteira que impõe um ritmo padronizado pode criar obstáculos à socialização do trabalhador? E o uso de equipamentos substituindo a mão-de-obra é recomendável? É conveniente que um empreendimento dessa natureza adote um sistema de registro contábil como o tradicional da empresa capitalista?

Em suma nos empreendimentos solidários, a tecnologia não deve ser vista apenas como uma escolha técnica visando eficiência, mas uma escolha social que assegura o controle do poder de continuar fazendo

escolhas. Nesse sentido, é necessário adequar o conhecimento científico e a tecnologia incorporada em máquinas, equipamentos, informações, organização da produção e do trabalho, aos objetivos econômicos, sociais e ambientais. (ALVES; SALOMÃO, 2009).

Observando-se o princípio da autogestão, cabe aos próprios participantes do empreendimento solidário fazer essas escolhas nas quais devem considerar critérios como: a possibilidade de participação democrática no processo de trabalho; o atendimento aos requisitos relacionados à sua capacitação autogestionária; à saúde dos trabalhadores e consumidores; e ao meio ambiente. (ALVES; SALOMÃO, 2009, p. 13).

Por outro lado, o processo educacional deve se afastar dos conceitos tradicionais. A adequação dos trabalhadores nos empreendimentos solidários requer a superação das formas de gestão pedagógicas estabelecidas no contexto do predomínio do modo de produção taylorista-fordista.

Como destaca Lima *apud* Alves e Salomão (2009), a manutenção da divisão do trabalho tradicional, além de comprometer o caráter democrático da autogestão, traz problemas de adaptação dos trabalhadores. O resultado, conclui, é a alta rotatividade destes nos empreendimentos da Economia Solidária.

Na situação em que a organização do trabalho se assemelha a de uma empresa capitalista, o trabalhador não se sente proprietário ou sócio e nem percebe as vantagens em participar do negócio.

Singer *apud* Alves; Salomão (2009) destaca a dependência dos empreendimentos em relação aos agentes externos: incubadoras, entidades religiosas, gestores públicos, ONGs, empresas contratantes (terceirização), dentre outros.

Essa condição contraria o princípio fundamental da autogestão democrática. Lima (*apud* ALVES; SALOMÃO, 2009) avalia que o problema é que resgatar a consciência de cidadania requer essa identificação do trabalhador como proprietário. Mesmo em empreendimentos consolidados, como o caso das cooperativas, os trabalhadores a consideram uma empresa que difere das outras apenas por causa da inexistência de direitos normalmente assegurados pelas tradicionais. Outro exemplo, os contratos de terceirização em que evidenciam que o poder de decisão, controle e organização da cadeia produtiva do negócio – a governança –, é exercida pela empresa contratante, como mostram Cruz e Moreira *apud* Alves; Salomão (2009) no caso de cooperativas do setor de confecção.

Por isso a mudança de mentalidade, a adequação tanto da tecnologia como do processo educacional para a formação dos trabalhadores, tendo em vista a possibilidade da autogestão livre da influência dos agentes externos é muito importante. Não por acaso, para muitos autores esse é o grande

desafio para os agentes envolvidos na tarefa de fomentar empreendimentos solidários que, ao mesmo tempo, permitam a superação da separação que há entre a concepção e a execução do negócio.

Esse objetivo implica superar a visão que o trabalhador tem de si mesmo, de um mero executor de tarefas. Nascimento (*apud* ALVES; SALOMÃO, 2009) define a autogestão, essência do empreendimento solidário, como uma prática social e política, um método de transformação social, um movimento que advém da experiência de vitórias e derrotas. O fundamento da autogestão é o direito à experimentação coletiva de novas formas de vida e de trabalho que se constrói a partir de iniciativas da sociedade civil, nas empresas, nos bairros, nas municipalidades.

Nessa linha, cabe destacar a mobilização em torno da construção de uma política nacional de apoio ao desenvolvimento local,³³ capaz de induzir o desenvolvimento nacional a partir do território. Esse tipo de mobilização, que envolve os principais agentes efetivos ou potenciais do desenvolvimento local, reflete o reconhecimento de que um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil deve começar pelo “andar de baixo” e não pelo topo da economia.

Considerações finais

A despeito dos desafios e de tudo o que ainda precisa ser realizado, não se pode perder de vista que formas alternativas de organização da produção e de geração de renda consubstanciada na economia solidária estão multiplicando. Mais importante ainda, tem se observado uma maior disposição da sociedade em torno da construção de uma política nacional de apoio ao desenvolvimento local. Ainda que continue como proposta de política para o desenvolvimento local, essa dentre várias outras denotam uma disposição que certamente levará a construção e consolidação das políticas acima mencionadas, é só uma questão de tempo.

O reconhecimento de que o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil e as formas de intervenção do Estado e a orientação das políticas públicas precisam ser repensadas é a principal mudança de enfoque que se pode observar, a partir dos anos 1990. Junto com esta percepção, a ideia de que é possível promover a inclusão social por meio do fortalecimento de novas formas de organização do trabalho se difunde rapidamente. As formas alternativas de geração de renda têm reconhecidamente a capacidade de induzir o desenvolvimento local que é reconhecidamente a forma adequada

³³ Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local - Ver documento de conclusão disponível em: <<http://dowbor.org/06dlfinal.pdf>>

de garantir o respeito das diversidades territoriais e de obter o máximo de aproveitamento dos recursos locais.

Referências

ALVES, F.; SALOMÃO, S. *Economia solidária e empreendedorismo: vertentes antagônicas ou parceiras na geração de trabalho e renda?* In: *Seminário Franco-Brasileiro sobre Economia Solidária e as novas configurações do trabalho*. UNICAMP-IFCH, 2009. Campinas. *Anais...* Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, 26 e27 ago/2009.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. *Economia internacional*. Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

DINIZ, E. O Pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e desenvolvimento revisitados. *RES Publica*, Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, v.5, p. 09-27, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2.ed. Unicamp – Instituto de Economia, 1998.

HAN, G.W.S. *Desenvolvimento local: os desafios frente à globalização hegemônica*. Vitrine da Conjuntura [on line], v.2, n.2, abr/2009.

MAZZALI, L. *O processo recente de organização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. Editora UNESP, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – M.T.E. ECONOMIA SOLIDÁRIA. *A economia solidária*. Origens recentes da economia solidária no Brasil. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_origem.asp>. Acesso em: 11 jan/2010a.

_____. ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento*. Apresentação. Disponível em:<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp> Acesso em: 11 jan/2010b.

_____. ECONOMIA SOLIDÁRIA. *A economia solidária*. Os empreendimentos econômicos solidários. Disponível em:<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empredimento.asp> Acesso em: 11 jan/2010c.

_____. ECONOMIA SOLIDÁRIA. *A economia solidária*. O que é a economia solidária? Disponível em:<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp> Acesso em: 11 jan/2010d.

MIOR, L.C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Argos, Chapeco-SC, 2005.

NAZZARI, R.K.; MIYAZAKI, J.; BORDIN, I. Agricultura familiar e sustentabilidade: os estoques de capital social no oeste do Paraná. In: Seminário sobre Sustentabilidade – UNIFAE, II, 2007, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Centro Universitário Franciscano – UNIFAE, 2007, v.1, p. 1-12.

REGO, M.J; MARQUES, R.M. (Org). *Economia Brasileira*. 3.ed. São Paulo, Saraiva, 2006.

SALM, C. Estagnação econômica, desemprego e exclusão social. In: SICSÚ, J.; PAULA, L.F.R. de.; MICHEL, R. (Org.). *Novo-Desenvolvimentismo*: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole/Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SOUZA, N.J. de. *Desenvolvimento Econômico*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ZERBATTO, C.C. *Agricultura Familiar*: um estudo do estado paranaense de 1996-2006. Monografia (graduação em Ciências Econômicas). 2009. Pontifícia Universidade Católica – PUC, Curitiba, PR, 2009.

A EXTENSÃO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paulo Bassani

Introdução

Uma agenda começa com um sonho de alguns, a adesão de muitos e o compromisso de cada personagem e instituições envolvidas. A Universidade como espaço público está atenta e contribui para a definição de diretrizes estratégicas para o desenvolvimento sustentável, orientando às vezes em conjunto, às vezes separadamente com a sociedade, os rumos e os caminhos segundo nossas peculiaridades e potencialidades. A soma articulada dos componentes produtivos, naturais, humano e institucional determinam o ponto de partida de um processo rumo ao desenvolvimento sustentável e a construção de uma sociedade de economia mais justa e de preservação com ações concretas, a curto médio e longo prazo.

Leonardo Boff (1989), no texto sobre “A função da Universidade na construção da soberania nacional e a cidadania”, coloca quatro questões fundamentais que diz respeito à relação da Universidade com a sociedade:

1. a aliança entre a inteligência acadêmica e a miséria;
2. o envolvimento direto da universidade com os movimentos sociais, associações, grupos e entidades;
3. a socialização do saber profissional;
4. a transformação da Universidade em um laboratório para o reforço e universalização da Alquimia Social Brasileira.

A UNESCO, em sua declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI: visão e ação, enfatiza que a pertinência da educação superior deve ser avaliada em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que elas fazem, e isso requer compromissos, normas éticas, imparcialidade política, capacidade crítica e, ao mesmo tempo, uma melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho, fundando as orientações a longo prazo em objetivos e necessidades sociais. Esta atitude demanda compreender o respeito das culturas e a proteção do meio ambiente.

Podemos conhecer uma universidade pelo fato como ela se posiciona diante dos problemas da sociedade. Por isso, pensamos que por meio da investigação e da extensão é possível pensar a universidade num traçado de apoio solidário, compromissado na resolução dos problemas sociais

de nosso entorno, de nossa região de nosso país. Já afirmavam Dantas e Carneiro (1986, p. 25):

O desenvolvimento regional, por exemplo, não tem constituído um elemento de enfrentamento prioritário de nossas instituições de Ensino Superior. Embora presente nos documentos básicos e na linguagem oficial, este tipo de desenvolvimento não tem passado de elemento de retórica. Evidentemente a Universidade não é órgão de assistência pública, no entanto função social não é algo abstrato e nebuloso. Pelo contrário, trata-se de pensar o desenvolvimento possível de uma população total, questionando-se o destino dela e o destino da Universidade dentro dela.

Hoje, o paradigma de pesquisa alienada e de extensão descompromissada parece ruir. O que está em curso, mesmo que lentamente, é de uma ideia que nos faz lembrar permanentemente a Universidade em seu vínculo com a realidade, não esquecendo que é parte dela, pois devemos buscar a excelência, a competência, mas também a pertinência social. Esse é um desafio constante no FAZER UNIVERSITÁRIO - produzir conhecimentos críticos e satisfazer as necessidades sociais; - articular a produção da ciência com a realidade e as teorias com as práticas; estabelecer diálogos ativos que descubram as lógicas, as características as peculiaridades e desta forma modifica a agenda das pesquisas, o caráter do conhecimento produzido e o compromisso transformador com a sociedade. Como nos lembra Hanna Arendt (1995, p. 91): “Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras”.

Isso remete a um projeto de Universidade, com uma agenda que tenha conceitos e práticas socialmente relevantes e pertinentes.

Na medida em que evolui, deve a universidade assegurar a qualidade do que produz e o resultado da ação externa da sociedade que a legitima e a mantém. Pois ela não opera como Instituição isolada do contexto, mas como parte, mantendo a autonomia universitária, podendo gerar gestão de interesse comum. Entende-se aqui uma autonomia responsável na medida em que ela não vira as costas para a sociedade.

A universidade deve estar voltada pelas causas de um mundo melhor, e o fortalecimento dela na região em que se situa passa a ser um primeiro e fundamental exercício calçado no tripé que a constitui: como lógica, ensinar, investigar e servir nos remete a concepção de que se trata de uma Instituição com compromisso social.

O compromisso é intrínseco à natureza da universidade pública, pois é parte de sua filosofia e de sua missão fundamental. Como promotora de

mudanças, a universidade deve ter algum tipo de intervenção na vida social, com vistas ao melhoramento das condições de existência e a qualidade de vida da comunidade local e regional.

Observações sobre a universidade e a extensão

O momento limítrofe das concepções que tanto marcaram as agendas dos últimos anos parece ter chegado ao fim. A tensão permanece, mas há novos elementos no ar que tendem a desenhar um quadro de perspectivas que apontam para um norte de reflexão e ações no qual a universidade brasileira e latino-americana não pode se omitir.

Como Edgar Morin (1985), crítico da fragmentação do conhecimento, também nos colocamos nesta ótica, entender o movimento da história e a complexidade da realidade dos processos em curso. Pouco pode ser analisado e caminha separadamente das ações humanas, a Universidade deve abrir-se para esta visão holística integrada e transformadora. Hoje, por todos os lados vivemos os mesmos problemas coletivos de um planeta e sociedade em risco: das referências para novos modelos sociais, econômicos e políticos, mais justos e equilibrados e degradação ambiental que se intensifica. Recuperar os valores humanos, o humanismo no fazer universitário permite recolocar nossa função como universidade numa trajetória de incorporação e de aproximação com dinâmicas inovadoras da realidade. Desenvolver o conhecimento associado à arte do cuidado, da prudência, da associação, da parceria. Um novo princípio de esperança fundado em práticas oriundas do conhecimento adquirido para efetivar o bem-estar social.

A Universidade e a Sociedade são constituídas da mesma matéria, uma não vive sem a outra. É possível estabelecer uma agenda de compromissos para que este encontro se efetive. Nós podemos e devemos ouvir e apreender muito com a sociedade e isto pode muito se apropriar dos conhecimentos e tecnologias produzidos na academia. Uma via de mão-dupla dos processos do aprender e de mudanças.

Com estes princípios, coloca-se uma profunda revisão dos esquemas tradicionais de caráter academicista e tecnocrata com avaliação constante de nossas práticas, de nossa práxis. Essa articulação consolida um processo dinâmico, integrado e dialético necessário à vida universitária. A Extensão universitária, nesse contexto, costura uma manifestação não somente de contato social, mas de uma necessária inserção aos problemas sociais. A Universidade não pode virar as costas e fazer de conta que o mundo ao seu entorno não lhe diz respeito.

Nesta perspectiva, pode ser resumida em três grandes desafios da Universidade e da Extensão universitária: 1. trabalhar e direcionar as coisas para a construção de um mundo melhor; 2. não abrir mão de bons diagnósticos, da qualidade do ensino e da investigação; 3. ter presença social de tudo o que gera e produz. Talvez, desta forma, os denominadores Universitários via Extensão comecem a ganhar novos significados e um novo norte.

O que estamos fazendo é redefinir a Universidade no seu mais amplo aspecto, uma universidade aberta, uma universidade cidadã que resgata a grande dívida social para com os pobres, que integra o saber acadêmico ao saber popular, que seja prestativa e servidora para a sociedade, fornecendo acesso ao povo e não somente a poucos privilegiados.

A extensão é uma via de mão dupla, este fluxo estabelece sempre uma troca de saberes sistematizados e a confiança de um caminho ajustado entre o acadêmico e o popular.

A extensão e sustentabilidade: um aprofundamento de significados

O parâmetro da extensão universitária é regido pela ética, pela sustentabilidade, pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, pela troca de experiências e pela transformação social. A concepção assistencialista, paternalista e mercantilista não corresponde a este parâmetro, por conta de suas abordagens fragmentadas não críticas, não educativas e quase sempre desconectadas do ensino e da pesquisa.

O primeiro elemento deste parâmetro é a ética necessária para sedimentar a relação confiável dos homens e deles com a natureza. Ela perpassa as questões de fundo da vida humana, demarcando valores e princípios fundamentais que norteiam os comportamentos humanos. A palavra grega “ethos” que significa morada, deve ser entendido com os gregos num sentido holístico, espaço de relação física, social, econômica, cultural e política. Agrega uma dimensão abrangente e dinâmica da vida e tudo que cerca. Passando de uma ética pessoal, para uma ética compartilhada por um determinado grupo, segmento ou classe social chegando a uma ética planetária. (BOFF, 2003).

Leonardo Boff (2000) defende que somente um novo ethos, que venha da essência mais profunda dos homens, fará os compreender a natureza humana no trato da vida e tudo que o cerca na primazia do cuidado e da compaixão, antes da razão e das vontades. Esta é a modelagem de um novo ethos civilizacional, viver plenamente e possibilitar que os outros

também vivam adequados às condições planetárias de preservação e de sustentabilidade.

Partindo do Relatório de Brundtland no documento “Nosso Futuro Comum”, o desenvolvimento sustentável foi definido como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (CMMAD, 1988, p. 46).

Para se atingir a sustentabilidade necessária, faz-se necessário cruzar questões econômico-sociais com as questões ambientais.

O conceito de desenvolvimento sustentável, presente neste relatório, tornou-se referência para as discussões sobre o assunto até os dias de hoje.

A sustentabilidade, nesse sentido, implica um diálogo constante, tendo o cuidado com as decisões e o caminhos a serem tomados em função da preservação da vida e do planeta.

O conceito de desenvolvimento sustentável, na verdade, foi criado como forma de atenuar a desgastante relação entre a sociedade e a natureza de consumo capitalista. “Justifica-se como discurso e prática pela capacidade de negociar e camuflar uma redução no desgaste da natureza, desde que não comprometa seu poder de acumulação”. (BASSANI, 2008, p. 110)

O conceito de desenvolvimento sustentável tem o objetivo de construir “estratégias econômicas destinadas a promover o crescimento e a melhoria das condições de vida sem comprometer o meio ambiente e os recursos naturais”. (BASSANI; CARVALHO, 2004, p. 72)

Na Rio-92, o conceito de desenvolvimento sustentável emerge como uma necessidade. Nas palavras de Leff (2001, p. 48)

[...] de restabelecer o lugar da natureza na teoria econômica e nas práticas do desenvolvimento, internalizando condições ecológicas da produção que assegurem a sobrevivência e um futuro para a humanidade.

Nessa conferência foram criados e aprovados documentos significativos relativos aos problemas socioambientais globais, dentre eles a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21, que foi considerada como um dos resultados de maior expressão desta conferência. Trata-se de um documento que constitui um plano de ação global a ser aplicado pelos governos às instituições de desenvolvimento sustentável em âmbito mundial, especificando as políticas e ações necessárias para desenvolver iniciativas que promovam

o desenvolvimento sustentável. “Do documento surgiram as Agendas Nacionais e as Agendas Locais, na tentativa de adaptar os objetivos contidos na Agenda Global para as suas especificidades.” (BASSANI, 2008, p. 113)

O desequilíbrio do meio ambiente não é um problema para a biodiversidade, existe todo um complexo que envolve o tema, principalmente de ordem social e econômica. Assim, a proteção do meio ambiente é assunto de interesse de todos sob todas as dimensões.

Sachs (1993) pensando o desenvolvimento sustentável, coloca cinco dimensões da sustentabilidade, interligadas e igualmente importantes : a social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural.

A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, um dos fundamentos da ação extensionista, deve ser uma busca constante no nosso fazer universitário e na construção da cidadania. A revolução da ciência dos séculos XVIII e XIX promoveu uma forte fragmentação nas ciências, que teve como eixo central a divisão entre as ciências naturais e as ciências humanas. Este fato determinou o aprofundamento das particularidades do conhecimento científico, sem uma visão integrada dos processo da vida e da natureza.

A separação do homem e da natureza gerou modelos interpretativos e práticos que se por um lado estimulam novos conhecimentos e tecnologias, por outro limitam a visão do todo.

Leonardo Boff (2000) utiliza, em uma de suas obras, a metáfora de duas dimensões fundamentais da existência humana: da natureza da galinha e da natureza da águia. A galinha, como sabemos, uma ave não total em sua plenitude, representa a limitação, o chão, o cotidiano. Por outro, a águia, uma ave plena, a paixão, o infinito e o ilimitado. A experiência humana nos transforma em um pouco de cada uma dessas aves. Não podemos nos limitar a sermos sempre galinhas, estar e atuar sob um mesmo cotidiano, devemos buscar outros e novos horizontes, alçar voos mais altos e construir novas relações e entendimentos entre o homem e o planeta, como as águias que buscam a superação das limitações, sociais, econômicas, culturais, políticas local e global.

Cada um hospeda dentro de si uma águia. Sente-se portador de um projeto infinito. Quer romper os limites apertados de seu arranjo existencial. Há movimentos na política, na educação e no processo de mundialização que pretendem reduzir-nos a simples galinhas, confinadas aos limites do terreiro. Como vamos dar asas à águia, ganhar altura, integrar também a galinha e sermos heróis de nossa própria saga? (BOFF, 2000. Capa do Livro)

A busca, a luta pela sobrevivência impulsiona novas formas de organizar a realidade e os desafios que ela carrega em sua escalada.

Antony Giddens ao discutir o fim da modernidade coloca o debate desta forma:

Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes [...] Não vivemos ainda um universo social pós moderno, mas podemos ver mais que uns poucos relances de emergência de novos modos de vida e organização social [...]. (GIDDENS, 1991, p. 13,58)

O autor destaca que a sociedade moderna se caracteriza mais como uma “sociedade de risco”. Nesse sentido, Gonçalves (2006, p. 69) reforça este debate:

[...] na medida em que aponta para o fato de que os riscos que a sociedade contemporânea corre são, em grande parte, derivados da própria intervenção da sociedade humana no planeta (reflexividade), particularmente derivada das intervenções do sistema técnico-científico.

O entrave entre a modernidade e a pós-modernidade pode derivar apontamentos na moldagem de um novo paradigma, avançar embuidos de uma consciência crítica e participativa com projetos alternativos e com práticas inovadoras possível de ser identificadas nos mais diversos segmentos. Boff (1989, p. 19) quando analisa o papel da universidade aponta que,

Nos movimentos sociais que se contam as centenas no Brasil [...] se nota a irrupção de uma nova cultura de libertação. Ela cunhou uma linguagem própria, criou seus símbolos, possui suas referências históricas e especialmente sua força de organização e pressão sobre toda a sociedade e sobre todo o Estado. É aqui que ganha centralidade o projeto do Brasil como nação autônoma e aberta com um desenvolvimento que dá sustentabilidade a uma sociedade auto-sustentada e democrática.

Desenvolvimento sustentável regional

A Extensão tem de fato o compromisso com a construção do conhecimento, a transformação e com compromisso social, também, com a troca de saberes, a parceria, a avaliação, novos tipos de gestão e a formação de uma consciência crítica e, ainda, desenvolver a capacidade de

cooperar para gerar novos modelos, a transferência de tecnologias, cultura e desenvolvimento da arte dos valores e direitos humanos.

As pessoas somente se envolvem ou se comprometem se possuem algum tipo de relação ou algum tipo de poder, de decisão de participação, a isto chamamos de sentimento de pertencimento. Desenvolver o sentimento de pertencimento à região com ações cooperativas para ampliar novos conhecimentos e novas tecnologias, com o fim de consolidar iniciativas já existentes e estimular a criação de novas e produzir um sistema de acompanhamento de dados e informações. Um modelo que promove a todos os serviços sociais, econômicos, ambientais, culturais básicos, sem ameaçar a viabilidade dos sistemas natural e social construído, dos quais estes serviços dependem. Esses indicadores permitem que os dados sejam comparáveis entre si, possibilitando monitorar os resultados de maneira consistente, a fim de conferir se os objetivos estão sendo alcançados.

Cada comunidade pode eleger uma série de indicadores apropriados para avaliar sua situação ambiental, econômica, social e cultural, por exemplo, por meio de indicadores de educação, de geração de empregos, de renda, de preservação e ampliação ambiental, de melhoria de qualidade e de vida.

O desenvolvimento sustentável, desta forma, diz respeito ao processo de acumulação que tem lugar no tempo-espço; processo de mudança social que tem como propósito a melhoria das condições da qualidade de vida. Esse desenvolvimento deve ser tratado como temática interdisciplinar de um processo participativo, que promova um modelo ambientalmente equilibrado e socialmente mais equitativo. Um modelo que provoque mudanças de atitudes e valores para gerar novas formas de cidadania. Formas que transcendam os limites de uma compreensão essencialmente ambiental e contemple também sua dimensão econômica, social, política e cultural. Isto requer pensar mudanças na sociedade, pensar na superação de uma sociedade cuja economia se fundamenta na criação de valores de troca, e fazer emergir relações não predadoras entre os homens e o meio ambiente físico.

A participação da Universidade pela produção de conhecimentos, incluindo o social e ambiental, assim a pesquisa/extensão são fundamentais para o planejamento e gestão de políticas e práticas sustentáveis.

Mas além de desenvolvimento, prosperidade e qualidade de vida, é necessário um Projeto Civilizatório, saber prevenir o erro para possibilitar a permanência da biodiversidade e da vida humana no planeta. Não é mais necessário nos convencer pela dor, é possível nos convencer pelo belo que nos ensina a cada dia.



Figura 1: Modelo de um organograma de desenvolvimento sustentável

Fonte: elaborado pelo autor

Algumas ações para a otimização do modelo:

- desenvolver políticas de recuperação e preservação do patrimônio histórico e cultural dos municípios;
- propiciar ações de Desenvolvimento Sustentável nos municípios do entorno com o poder Público local e a Comunidade;
- articular o desenvolvimento sustentável urbano e rural em: saúde, educação, habitação, agricultura, indústria, comércio e turismo; implantar programas e projetos que melhorem a qualidade de vida da população e estimule suas potencialidades, criando emprego e renda; promover ações participativas e descentralizadas absorvendo as experiências locais;
- aperfeiçoar os ordenamentos/zoneamentos (ZEE-regional) - Zoneamento Econômico Ecológico);

- aplicar adequadamente os conhecimentos científicos com valores éticos universais, desenvolver aptidões para contextualizar e globalizar os saberes e práticas cotidianas;
- estimular ações interdisciplinares/ transdisciplinares e inter-institucionais;
- desenvolver a motivação e a autoestima nas comunidades;
- desenvolver a Economia Solidária: formação de grupos e redes, estimular experiências de autogestão;
- estimular o uso de tecnologias alternativas na produção agropecuária e industrial;
- identificar potencialidades econômicas, sociais, culturais e naturais da região;
- gerenciar e aprimorar as informações produzidas pela Pesquisa e pela Extensão Universitária; promover ações de apoio aos segmentos identificados potencialmente; estimular a ideia de que a sustentabilidade é nada mais que uma arte de associar-se considerando as experiências coletivas para possibilitar um melhor encontro entre os homens e destes com a natureza.

O planejamento centra-se no preparo das bases de um futuro sustentável. Uma coisa é a concepção, outra é o que acontece de fato. Há uma trajetória de observações, acompanhamento e análises para, a partir deste ponto, promover práticas integradas e participativas que integre uma agenda de pesquisa/extensão.

Quais seriam as bases dessa agenda para um planejamento estratégico participativo:

- a) analisar os fatores críticos para o sucesso;
- b) identificar as características e as condições viáveis e implementação.
(pontos fortes/ pontos fracos);
- c) definir a dimensão territorial das ações;
- d) criar uma rede de contatos para troca de experiências;
- e) identificar as instituições que tenham interesse em trabalhar com essas propostas sustentáveis.

Como operacionalizar:

I FASE:

Promover ações intermunicipais, baseadas nas propostas de uma Agenda de desenvolvimento sustentável local, com a participação dos diferentes segmentos da sociedade e o poder público local;

Mobilização, sensibilização, diagnósticos e visibilidade:

participação e controle social;

envolver os Conselhos municipais;

considerar as potencialidades existentes;

identificar e trabalhar as fragilidades organizativas.

II FASE:

Construção dos planos locais vinculados ao plano regional da ação Institucional em parceria com a comunidade local e regional. Busca de recursos e apoio aos projetos oriundos da universidade e das comunidades e outras fontes.

Ações:

1. capacitar agentes de transformação, dentro e fora da Universidade;

2. fortalecer redes sociais de cooperação e economia solidária;

3. dinamização econômica dos territórios;

4. articulação com as políticas públicas.

Identificar e diagnosticar indicadores de desenvolvimento:

1. índice de condições de vida;

2; índice de desenvolvimento sustentável;

3. identidades potencialidades local e regional;

4. capacidade Institucional;

5. sistema de apoio aos projetos;

6. qualificação dos processos e ferramentas a serem empregados.

7. outros possíveis encaminhamentos.

A economia solidária como horizonte

A economia solidária significa uma revalorização da criatividade e o envolvimento com formas de sobrevivência e de relações sociais solidárias diferente das relações de mercado capitalista e relações assistencialistas e tecnicistas.

A origem desta perspectiva advém de pequenas iniciativas associadas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas por meio da solidariedade, da cooperação, do diálogo e da busca de caminhos alternativos e sustentáveis.

A Economia Solidária ou a economia justa é uma alternativa de participação popular e de inclusão social, contrapondo programas e ações de caráter meramente assistenciais e paternalistas.

Sabemos que o Brasil não é um país pobre. No entanto, sua característica que se sobressai a todas as demais ainda é a desigualdade social, que se manifesta no campo e na cidade, no rural e no urbano.

Nas últimas décadas, ocorreram inúmeras mudanças resultantes na construção democrática que, em grande medida, foi resultado da forte presença dos movimentos sociais no cenário político nacional. Essas têm gerado inúmeras experiências de construção e organização coletiva, apresentando à sociedade modelos alternativos de desenvolvimento social e econômico, denunciando em suas lutas e experiências a separação histórica que o modelo capitalista e modernizante determinou entre o desenvolvimento econômico e social. O desenvolvimento é o ponto de partida e há caminhos em curso para a construção de um outro conceito de desenvolvimento da, para e pelas pessoas, resgatando a lógica do ser pelo ter.

A Economia Solidária nasce dentro deste princípio fundamental, e hoje há inúmeras organizações ligadas às Igrejas, Sindicatos, Movimentos Sociais, ONGs e Universidades que tentam aproximar esses dois elos. Organizações essas, cada uma com características, potencialidades, metodologias e limitações próprias, buscando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e participativa ao investirem seus esforços e recursos em empreendimentos de Economia Solidária, de geração de trabalho e renda. Com o uso de tecnologias simples e efetivas.

Paul Singer alerta que devemos pensar a Economia Solidária numa comunidade inteira e não somente de pequenos grupos isolados, pois esta não é uma ação individualizada, mas sim coletiva, mediante processos contínuos de desenvolvimento local, comunitário, solidário e democrático. Visto que hoje no Brasil são mais de 16 mil empreendimentos solidários, onde trabalham cerca de 1,35 milhões de pessoas.

A Universidade, neste conjunto de Instituições, tem uma importância fundamental de estimular programas e ações estruturadoras e autossustentável. A educação sobre uma nova cultura que crie teias de interações mais profundas na arte de viver em sociedade. Teias que equilibrem a competição com a cooperação, a acumulação com a partilha, a exploração com a justiça, pois há hoje diferenças drásticas nos níveis de participação e de consumo. Com este propósito de evidenciar e estimular a atuação dos grupos e comunidades protagonistas das ações articuladas, a presença da extensão deve apresentar o que existe de discussão teórica na órbita da Economia solidária. Com esta dimensão espera-se contribuir para que os trabalhadores organizados e conscientes de seu papel se apropriem de um percentual maior de renda, gerada numa determinada cadeia produtiva, estimulando cadeias solidárias.

A ação extensionista, na universidade, encontra um espaço para o desenvolvimento de suas perspectivas. A INTES (Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários) vinculada à extensão da UEL (Universidade Estadual de Londrina) também contribui neste sentido, construindo uma ação comunitária que expõe uma outra face do ensino superior brasileiro, comprometido e responsável pela realidade de seu entorno. Tudo leva a crer que no cumprimento da trilha extensionista, é indispensável à boa articulação entre a pesquisa e o ensino, o conhecimento gerado pela boa teoria, pela adequada metodologia, pelos diagnósticos e pela inserção, sem esquecermos da avaliação dessas ações, internas e externas. Uma ação extensionista que tenha o alcance de capacitar, articular e estimular a geração de projetos e programas com qualidade e que possibilitem a transformação social.

Entende-se que a ação extensionista na Economia Solidária obterá êxito se:

1. compartilhar e estabelecer relações horizontais entre os envolvidos nos projetos dentro e fora da Universidade;
2. estabelecer ações em parceria, em conjunto;
3. fortalecerem as Instituições envolvidas.
4. tornarem-se viáveis economicamente;
5. promover o bem-estar social;
6. mobilizar a população envolvida;
7. defender e preservar os direitos humanos;
8. estimular tecnologias sociais;
9. manter um compromisso de preservar o meio ambiente;
10. avaliadas sistematicamente.

A universidade e a extensão com seus investigadores, extensionistas, educadores juntamente com as comunidades procuram encurtar estes caminhos.

Necessitamos entender o tempo da Universidade e o tempo da sociedade, cada um com suas especificidades, evitando que haja uma desconexão entre eles; atentos ao que acontece ao nosso redor e desenvolver um olhar que capte a razão e a emoção, a ciência e a arte, a objetividade e a subjetividade, o presente e o futuro. Hoje, coloca-se como necessário mudarmos o modo de fazer as coisas em sociedade, sem esta mudança a humanidade corre o risco de extinção, antes do final deste século.

A Economia Solidária, a Autogestão e o Cooperativismo devem constar nas agendas universitárias como temas crescentes de estudos. As iniciativas de responsabilidade desses atores têm instigado a universidade para o estabelecimento de laços com os trabalhadores com eles envolvidos, visando à elaboração de políticas públicas orientadas para a edificação de novos processos societários. O que tem levado a ser vistos como algo que vai além de um expediente para a sobrevivência à crise do desemprego e subemprego e tende a se configurar como um projeto que aponta para a construção de um novo estilo de desenvolvimento que:

1. estimule práticas coletivas;
2. estabeleça relações de respeito entre as pessoas(os que produzem, os que trocam e os que se beneficiam);
3. organize comunidades propositoras, organizadoras e executoras de projetos;
4. estabeleça processos sócio-organizativos, socioeconômicos e culturais;
5. estabeleça novas propostas de rentabilidade que satisfaçam as verdadeiras necessidades dos atores envolvidos;
6. rompa a fragmentação social, o isolamento, a baixa autoestima e a falta de oportunidades;
7. trata de colocar em outra situação favorável grupos empobrecidos ou em situação de exclusão social;
8. desenvolve o sentido de parceria o apoio mútuo com diferentes grupos, movimentos sociais cooperativas populares e associações;
9. desenvolve tecnologias sociais alternativas;
10. crie uma identidade enquanto parte de um projeto e que a esperança se traduz na cooperação, a cooperação em frutos, os frutos em resultados de qualidade de vida e estes em processos de emancipação.

Na primeira década dos anos 2000, as conjunturas estruturadas permitiram muito mais que ensaios, permitiram o desenvolvimento de experiências concretas que ganharam espaços associadas à políticas públicas. As políticas com suas variações, no geral, são mais favoráveis às transformações sociais, políticas de inclusão, ações de combate à fome e à pobreza. Em curso, formatamos um enredo num palco em transformação que novos atores e novos empreendimentos caminham no sentido da edificação de um modelo diferenciado de sociedade do atualmente posto: Uma sociedade sustentável, participativa e democrática.

Referências

AGENDA 21 - Documento elaborado por representantes de 170 países presentes na eco-92 do Rio de Janeiro.

A CARTA DA TERRA. Documento criado para chamar a atenção aos principais problemas ambientais da atualidade.

AREND, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

BASSANI, P.; CARVALHO, M. A. V. Pensando a Sustentabilidade: um olhar sobre a Agenda 21. In: *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 9, p. 69-76, jan./jun. Editora UFPR, 2004.

BASSANI, P. Sociedade e Meio Ambiente. In: *Temas transversais e Currículo*. Brasília: Liber Livros, 2008.

BOFF, L. *A função da Universidade na construção da soberania nacional e a cidadania*. Cadernos de Extensão Universitária. Ano 1, n. 1, FORPROEX, 1989.

_____. *A águia e a galinha*. O despertar da águia. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Saber Cuidar*. 8 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. *Ética e Moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CMMAD. (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1988.

DANTAS, R. G.; CARNEIRO, M. A. Extensão como Explicitação Institucional da função social da Universidade e suas condições operacionais. In: *Extensão Universitária – Um Canal em Dupla Mão*. Coleção documentos universitários 21, Editora da UFF. Pág. 19-32. Fortaleza, 1986.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, C. W. P. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa, Publicações Europa-América. 1985.

LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SACHS, I. *Estratégias para o século XXI: desenvolvimento meio ambiente*. São Paulo, Stúdio Nobel, FUNDAP, 1993.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS –INTES/UEL: HISTÓRIA E DESAFIOS

Sandra Maria Almeida Cordeiro

Rosely Jung Pisicchio

Jeise Cristina Alves

Luciana Santos Batista

Ana Claudia Bansi

Vivian Castilho Clemente

Mariana Alves de Oliveira

Henrique Medina Sanches

Introdução

Este artigo tem como propósito socializar e resgatar a história da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Londrina – UEL, acreditando que ao descrever sua realidade, seu formato, suas metas e modo de funcionamento se estabeleça uma contribuição para que outras incubadoras possam surgir e/ou identificar-se com os pontos aqui relatados, e, ainda, possa proporcionar uma produção e socialização de conhecimentos oriundos da prática social.

Tal prática que é bastante recente e que passa a ser desafiadora, já que no Brasil os movimentos sociais em torno da produção e fortalecimento das iniciativas econômicas populares ganharam força com a criação no ano de 2001, no primeiro Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, do Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária, formado por um conjunto de entidades que se propunha a coordenar as ações de estímulo e fomento das atividades do já assumido como um segmento ou setor produtivo. Esse processo torna-se parte integrante das políticas institucionais com a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária (24/06/2003) sob a coordenação do Prof. Paul Singer – principal teórico e defensor no Brasil do fortalecimento do Cooperativismo e demais empreendimentos de autogestão como resposta ao desemprego. (BRASIL, 2010).

Somados a esses acontecimentos, as Universidades que sempre priorizam projetos de extensão e pesquisa, tentando compreender as estratégias de trabalho e sobrevivência, aderiram a programas como o Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares,

decisivo para a criação da INTES/UEL – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Londrina-PR.

Ao resgatar esta história e os desafios desta experiência, firmam-se os processos político-educativos indispensáveis na construção de uma experiência como esta, e também o desenvolvimento de uma nova cultura de trabalho.

O trabalho da INTES baseia-se no conceito de Incubadora da Rede Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho). As incubadoras da Rede Unitrabalho ajudam, na prática, a organizar, formar/orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais, procurando qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em formar seus empreendimentos econômicos solidários. Por meio de processo educativo, orientado na participação e no diálogo, instrui quanto: a organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeiro e outros aportes necessários.

Tem, portanto, como principal objetivo promover a geração e a consolidação dos empreendimentos de autogestão e transferir a eles tecnologias. As Incubadoras da rede procuram atuar em estreita articulação e parceria com os poderes públicos e iniciativas privadas nas localidades onde as ações estão sendo desenvolvidas.

Como projeto de extensão, a INTES/UEL visa promover a interação universidade-sociedade por meio da troca de saberes, disponibilizando o conhecimento gerado na Universidade aos grupos de trabalho coletivo, ou seja, trabalhadores(as) atingidos pela precarização vigente nas relações formais de trabalho. A socialização do acúmulo intelectual e científico da Universidade aos segmentos excluídos da população por intermédio da INTES representa uma das políticas institucionais mais elaboradas para a busca de um caminho alternativo de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

A inserção da incubadora na universidade

A INTES/UEL é um projeto de extensão e está vinculado institucionalmente a Pró-reitoria de Extensão da UEL. Com apoio da estrutura física e de recursos humanos da Universidade Estadual de Londrina, é constituída por uma equipe de docentes, profissionais e discentes. A Incubadora tornou-se um canal de interlocução e referência, para integrar-se no processo de formação de cooperativas populares e outros tipos de iniciativa de geração de trabalho e renda.

Em Londrina, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – INTES é o resultado da união de vários professores de diversas

áreas atuantes da Universidade que lutam contra a marcante desigualdade social existente no Brasil. Teve seu projeto aprovado pela Universidade em setembro de 2004, mas suas atividades foram desenvolvidas no ano seguinte. Baseada nos princípios da Economia Solidária, o projeto visa a aproximação da Universidade com os trabalhadores que estão à margem do mercado formal de trabalho, ou que deste situam-se em condições precárias, por meio de apoio técnico às cooperativas, associações, grupos de trabalho coletivo, entre outros.

A Incubadora é constituída por um espaço de ação e reflexão de extensionistas e pesquisadores, e tem como missão dar apoio profissional aos grupos que desenvolvem trabalho em conjunto, proporcionando a estes ou as cooperativas a inserção nas esferas política, social e econômica. Consiste num esforço para difundir a Economia Solidária, mediante outra modalidade de disposição produtiva.

Possibilita, ainda, uma reflexão para o meio acadêmico das relações impostas ao trabalho pelo neoliberalismo excludente. A Incubadora visa moldar novos meios organizativos de produção, para que venham beneficiar os trabalhos alvos da precarização vigente nas relações de trabalho, diferir tecnologias sociais novas, colaborando para a inserção dos empreendimentos no mercado.

A atuação da INTES é caracterizada pela interdisciplinaridade. Ela é constituída por uma equipe de professores de diversos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, profissionais, alunos bolsistas e colaboradores das áreas de Agronomia, Administração, Artes Visuais, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Direito, Design Gráfico, Desenho Industrial, Design de Moda, Psicologia e Serviço Social, atuando de forma integrada, no qual todos possam apoiar os empreendimentos solidários em seus respectivos territórios e locais de produção.

Esta característica interdisciplinar propõe a troca de informações, de conhecimentos e de métodos por meio do processo de interação e interlocução. Essa postura profissional

[...] permite se pôr a transitar o ‘espaço da diferença’ com sentido de busca, de desvelamento da pluralidade de ângulos que determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. [...] a perspectiva interdisciplinar não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especificidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática. (RODRIGUES, 2001, p. 52).

Observa-se que não basta que um grupo de especialistas esteja atuando em um mesmo caso, mas que haja uma integração e uma união de objetivos e de meios entre diferentes membros.

Sendo assim os objetivos da INTES/UEL são:

- proporcionar aos estagiários acesso à realidade organizacional, auxiliando nas suas formações e no estabelecimento da relação teoria versus prática;
- identificar as formas de organização e as relações estabelecidas nos grupos incubados;
- promover a integração ensino-pesquisa-extensão;
- facilitar a transferência do conhecimento acadêmico à sociedade;
- realizar parcerias com o poder público e o setor privado, ampliando a possibilidade de construção de alternativas para a consolidação de relações sociais e de formas de desenvolvimento sustentáveis.

A Incubadora utiliza uma metodologia com base nas atividades dialogadas e estruturação de trabalhos, por meio da participação e da aplicação dos princípios da Economia Solidária. Os conhecimentos e informações são trocados, discutidos e disseminados no cotidiano do trabalho. São desenvolvidas oficinas temáticas, encontros de formação e capacitação, coleta de dados para análise da cadeia produtiva, planos de negócios, participação em espaços de comercialização, desenvolvimento de material gráfico, participação nas instancias deliberativas e representativas do movimento da Economia Solidária.

O processo de seleção inicial dos grupos para iniciar a assessoria ocorreu por meio de edital. Para serem selecionados, os grupos deveriam ser constituídos por participantes maiores de 18 anos que já realizassem trabalho coletivo, mas sem receber apoio profissional de qualquer outra instituição. Os grupos candidatos assistiram a uma palestra sobre Economia Solidária e receberam uma estrutura de plano de trabalho para ser elaborada por eles. Paralelo a isto, a equipe da INTES realizou visitas ao grupo para entrevistar e passar algumas orientações gerais sobre o plano de trabalho. Nesse primeiro momento, a INTES selecionou três grupos para serem assessorados. Hoje todo o processo se dá mediante o encaminhamento de solicitação formal de interesse de assessoria, que é analisada pela equipe de professores e técnicos da incubadora. Após, ocorre a visita de diagnóstico com intuito de esclarecer e de tornar evidente as necessidades do grupo. O material coletado é analisado para se iniciar o acompanhamento e a assessoria.

A organização do atendimento, das visitas, do cronograma de atividades, de oficinas e análise de todos os processos envolvidos como produção e comercialização é realizado junto aos trabalhadores(as), sob um

processo de construção dialógica, significando que a incubadora tem de se colocar no lugar do grupo, ao mesmo tempo em que se torna compreensível para todos os envolvidos. Desta forma, o papel desempenhado pela incubadora é de apoio e ação, tanto no nível da comunidade quanto dos membros efetivos do projeto. As atividades são desenvolvidas e programadas de acordo com a necessidade de cada grupo assessorado e com intuito de fortalecer o processo de formação, produção, comercialização e consequentemente da renda dos participantes.

Atualmente a INTES recebe apoio e recursos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, sendo este aprovado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, da Secretaria de Estado Ciência e Tecnologia do Ensino Superior do Paraná – SETI por meio de projetos vinculados ao Programa Universidade Sem Fronteiras que contará, a partir deste ano, com o fomento do Ministério da Educação – MEC.

Em relação aos empreendimentos, a assessoria está sendo realizada para sete grupos de geração de trabalho e renda: grupos informais que desenvolvem sua produção na agricultura, sendo uma horta comunitária com hortaliças e leguminosas, um grupo de mulheres que cultivam plantas medicinais e um terceiro de plantas ornamentais; outros dois grupos atuam no segmento de artesanato sendo respectivamente um na produção de papel reciclado e outro no reaproveitamento de materiais oriundos da construção civil; e por fim os grupos de costura nas linhas cama, mesa e banho e na confecção com a técnica de *patchwork*.

Para o processo de assessoria, a INTES possui três etapas fundamentais em seu trabalho: formação/diagnóstico inicial, conscientização/processo de organização do trabalho e avaliação contínua. Essas etapas são desenvolvidas por meio de encontros semanais com os grupos, visando o aprimoramento dos empreendimentos. As atividades são dialogadas com base em oficinas participativas e de autogestão, identificando os objetivos pessoais e coletivos dos participantes, fortalecendo a autonomia e a construção da identidade e subjetividade dos trabalhadores da Economia Solidária.

Para tanto, a incubadora tem realizado as seguintes atividades:

- discutir o foco no trabalho, contribuindo na identificação dos objetivos pessoais e coletivos dos participantes e do que projetam realizar juntos
- enquanto grupo de trabalho, estimulando o comprometimento de todos; conhecer a história de vida no trabalho dos participantes a partir dos relatos de suas trajetórias como trabalhadores;
- realizar a formação mensal dos grupos na perspectiva da Economia Solidária, com a representação de pelo menos um integrante de cada grupo,

com o intuito de estabelecer diálogo e aproximação com as necessidades de cada grupo e destes com a equipe INTES;

- contribuir com o desenvolvimento da autonomia pessoal e coletiva dos participantes e do próprio grupo;
- diagnosticar, acompanhar e refletir com os grupos sobre os processos de mudanças internas e de definição de projetos de futuro, inclusive de formalização do empreendimento;
- contribuir na organização e realização de pesquisa de consumo, divulgação dos produtos e serviços dos empreendimentos;
- conhecer e fomentar a construção de saídas coletivas para a resolução de problemas comuns;
- observar e intervir junto aos processos de liderança nos grupos, facilitando o deslocamento do foco no líder para o foco da tarefa de grupo, ou seja, priorizar o trabalho coletivo e da organização, como: compra de insumos e matéria-prima, produção, comercialização e relacionamento com outros empreendimentos e mercado.

Todas essas atividades, em relação aos grupos, são realizadas desde o início do projeto. Conjuntamente a essas atividades são realizadas algumas outras ações:

- apoiar a inserção de produtos e serviços desenvolvidos pelos empreendimentos por meio de mapeamento de consumo nos bairros feito pelos próprios grupos;
- incentivo na participação de eventos em Economia Solidária e participação nas feiras;
- desenvolvimento e manutenção do site oficial da INTES;
- realização de Seminários de Economia Solidária;
- participação efetiva da INTES na organização do processo formativo e de avaliação da Feira Estadual de Economia Solidária;
- estabelecimento e consolidação de parcerias junto ao Núcleo de Economia Solidária da Prefeitura Municipal de Londrina, Prefeitura Municipal de Cambé, Embrapa Soja, Escritório Regional do Trabalho, EMATER - • Regional de Londrina, CESOMAR - Centro Social Marista e EPESMEL - Escola Profissional do Menor de Londrina; A. Yoshi Engenharia, Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR.
- cursos de sensibilização e oficinas de estagiários.

Em relação a metodologia de trabalho, apesar de não haver delimitação nessas fases, a Incubadora desenvolve as seguintes etapas:

A) PRÉ-INCUBAGEM: constitui um conjunto de ações que visam estabelecer os primeiros contatos com os grupos, interessados em organizar-se de forma cooperativa, verificando a consistência do grupo, sua idoneidade e viabilidade de assessoria. O monitoramento e avaliação dessa fase parte

do diagnóstico psicossocial que é realizado mediante visitas, entrevistas e observações dos participantes. São socializadas as informações aos grupos e definido os papéis, as normatizações e compromissos assumidos pelos grupos e a equipe da Incubadora.

B) INCUBAGEM: Constitui o passo seguinte do processo, em que a equipe da incubadora junto aos grupos irá determinar e identificar as atividades a serem desenvolvidas, elaborando um planejamento estratégico, definindo ações de assessoramento nas áreas jurídica, contábil, administrativa, gerencial, tecnológica, comunicacional, agrônômica, entre outras. Nessa fase, elabora-se o mapeamento de consumo, organização do processo produtivo, confecção e desenvolvimento dos produtos e comercialização. As estratégias para monitoramento e avaliação são: visitas semanais, reuniões de acompanhamento, oficinas e encontros temáticos que são sistematizados e demonstrados por meio de relatórios, fotos, mapas, organogramas, “check-lists” e cronogramas.

Nesta atividade estão previstas visitas semanais da equipe de incubagem aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) com o objetivo de atender suas demandas específicas. Participam desta equipe os profissionais e estagiários (as) de todas as áreas da INTES. Além disso, há o registro do trabalho de campo das ações de incubagem. Este acompanhamento dos EES visa à geração de trabalho e renda e à consolidação da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento.

Outra forma de intervenção são as oficinas de qualificação para a realização do diagnóstico das potencialidades produtivas e mapeamento do consumo da população dos territórios dos EES incubados pela INTES. Esta atividade tem como objetivo qualificar os professores, profissionais e estagiários da INTES, bem como os(as) trabalhadores(as) e os técnicos das entidades parceiras em estratégias de desenvolvimento local na perspectiva da Economia Solidária.

Além disso, há formação e capacitação para conduzir sistemas de produção agroecológicos, consumo consciente e sustentabilidade para os grupos rurais com ênfase no desenvolvimento de aspectos técnicos da produção sem aplicação de agrotóxicos, manejo de pragas, doenças, tratamentos culturais, colheita, qualidade dos produtos colhidos, formação gerencial e estabelecimento de canais de comercialização da produção agroecológica em feiras, comércio direto, permuta com outros grupos etc.;

C) DESINCUBAGEM: A INTES busca criar condições para emancipação dos grupos de trabalho, para que esses alcancem sua autonomia. Nessa fase, são realizadas ações para a consolidação dos empreendimentos solidários a partir de informações técnicas e gerenciais aos seus associados, articulações interinstitucionais, redes de relacionamentos e serviços de apoio. Ressalta-

se como fundamental auxiliar os grupos de trabalho para que firmem o conceito de seus produtos e de sua marca, a fim de que sejam competitivos no mercado de trabalho. O monitoramento e a avaliação dessa fase se constituem no levantamento e sondagem sobre a capacidade de produção, comercialização e autogestão, realizados por meio de visitas, entrevistas, observações e formulários. Nessa fase são firmados termos de compromisso entre os parceiros e a rede de Economia Solidária, juntamente com os empreendimentos.

Dificuldades e desafios

Economia Solidária, esse é um tema que merece a atenção de todos os docentes e discentes envolvidos nas atividades da Incubadora, principalmente porque ela tem extrapolado as iniciativas isoladas que estavam sendo desenvolvidas por parte de alguns grupos ou de movimentos sociais, e atualmente ganha uma dimensão nas três esferas de governo e em seus principais programas sociais. Este fator constitui, assim, um dos maiores desafios da INTES/UEL: colaborar para a construção e consolidação de uma política pública.

Sendo assim, o desafio é atuar no nivelamento teórico conceitual de todos os participantes da INTES/UEL. A equipe da Incubadora formada pelos alunos, profissionais e professores, na maioria das vezes, adquire conhecimento e informações que anteriormente desconheciam. Muitos têm contato com o tema Economia Solidária somente quando se inscrevem no projeto, e trabalhar todos os conceitos de forma profunda torna-se uma dificuldade que se enfrenta constantemente. Isso se deve a vários fatores, dentre eles a rotatividade de alunos, pois a maioria encontra-se nos últimos anos de graduação e permanecem no projeto somente por um ano, sendo esse tempo considerado pouco para a assimilação, identificação e atuação do aluno de acordo com a proposta da INTES. Desta forma, quando tudo é assimilado e os conceitos começam a ser enraizados, o vínculo com a incubadora se rompe e a atividade recomeça com novos alunos. Verifica-se que para ocorrer esta atividade da melhor forma, é necessário que além de leituras individuais e de grupos de estudos na qual as informações são levantadas, as discussões possam sempre ter a presença de um profissional que tenha domínio da temática proposta. Faz-se necessário, portanto, a formação de um núcleo de estudos, contando sempre com a preparação de alunos, profissionais e professores.

Outro grande desafio da equipe envolvida no projeto é a atuação na perspectiva da interdisciplinaridade. Pensar em sua área de atuação colaborando para a resolução do problema maior já é difícil, no entanto,

pensar que a sua área colabora com a do outro para então apresentar propostas de resolução dos problemas, constitui-se em um dos maiores desafios. Atuar de forma interdisciplinar não é tão-somente colaborar com o outro, mas se fazer entender pelo outro. Mediante a experiência da INTES, percebe-se que a comunicação entre as equipes, passo fundamental para o bom andamento dos trabalhos, fica prejudicada em alguns momentos, devendo ser esse um desafio a ser perseguido.

Em relação aos grupos, percebe-se diversas dificuldades em diversos momentos. Aplicar os princípios da Economia Solidária não é algo simples, já que os esses estão inseridos em uma cultura totalmente diferente, individualista e para tanto o processo de formação desses grupos deve envolver a capacitação continuada não apenas no aspecto técnico-administrativo, mas também político (gestão, trabalho coletivo, participação, entre outros); viabilidade econômica e social do empreendimento; desenvolvimento de tecnologias; qualidade dos produtos; assessoria jurídica; elaboração de projetos; articulação de parcerias; dentre outros.

É importante pensar também as condições em que estão sendo desenvolvidas essas experiências, sua relação com a realidade local, sua inserção nas cadeias produtivas e suas múltiplas e complexas conexões com a realidade regional e nacional. Além disso, é preciso criar uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, considerando-se os aspectos ambientais, culturais, sociais e locais.

Dentre os princípios da Economia Solidária, tem-se como maior desafio a autogestão e dimensão econômica. Autogerir um empreendimento não é uma tarefa simples, ainda mais porque exige um conhecimento amplo das mais diversas áreas. Ao iniciar as atividades da Incubadora em um grupo, apresentam-se as ferramentas necessárias para autogestão e o conhecimento acadêmico é levado a este grupo, conhecimento este teórico ou prático, ou seja, a autogestão é ensinada, é “gestionada”. O grupo atinge a fase de desincubagem quando, sobretudo, a autogestão é alcançada e o grupo é capaz de lidar por si só com as várias dificuldades que surgem no dia a dia, além de conseguirem relacionar as informações das mais diversas áreas necessárias ao andamento de seu empreendimento.

Em relação aos princípios de colaboração e solidariedade, os grupos em sua maioria já possuem esta característica, a permanência neles apenas é reafirmada pela incubadora, mas aí não há dificuldades significativas.

Outro grande desafio está em relação a renda dos trabalhadores, que abrange a dimensão econômica. Nota-se entre os membros dos grupos incubados que a renda ainda é baixa, e que há dificuldades de inserção dos produtos dos grupos no mercado de forma justa. Alcançar um patamar de renda ideal é um grande desafio que a incubadora enfrenta. Algumas

variáveis que prejudicam essa renda são: baixa produção, baixa qualificação e preço. Esses fatores são identificados e levantados no grupo para que eles possam, juntamente com a equipe, estudar e propor soluções.

Para Economia Solidária, outro fator de grande desafio é a sua visibilidade na comunidade. Ao indagar as pessoas nas ruas sobre o que é essa economia, muitas delas ainda não sabem, não conhecem. Tal dificuldade é estendida à incubadora, pois na própria universidade poucos a conhecem, bem como sua proposta de trabalho.

Por fim, a Incubadora enfrenta dificuldade referente à sua permanência. Seus subsídios financeiros são advindos de editais, pois para a conservação de alunos e técnicos tal recurso se faz necessário. A equipe busca de forma contínua meios financeiros para sua permanência. Recursos internos da UEL são oferecidos aos alunos, porém ao restante da equipe não há este tipo de recursos, esses são beneficiados apenas pelos editais anteriormente citados. Sendo assim, anualmente ou a cada dois anos, dependendo do edital, a preocupação é retomada.

Todas essas dificuldades e desafios nos conduzem à necessidade de continuarmos e de aprofundarmos as reflexões sobre esse tema. Principalmente no que diz respeito à ênfase que tem sido dada à Economia Solidária, enquanto um dos caminhos para a geração de trabalho e renda, e as dificuldades em que os empreendimentos solidários (cooperativas, associações e grupos de produção) construídos pelas camadas populares têm enfrentado num contexto capitalista, adverso ao trabalho cooperado e coletivo.

Considerações finais

Para Gaiger (1999), a Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia), centrada na valorização do ser humano e não do capital, de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Assim, segundo ele, nesta economia, o trabalho se transforma num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão assalariada das relações de trabalho.

Para tanto, iniciativas como as das incubadoras universitárias se constituem um importante espaço de discussão, reflexão, difusão e divulgação do tema, contribuindo para o assessoramento dos empreendimentos solidários e suas conquistas.

Embora os desafios sejam grandes, é preciso continuar, a experiência comprova a necessidade do comprometimento da equipe com esta nova

modalidade de organização sócio-político-econômica em comunidades populares, exigindo políticas e programas governamentais de apoio a essas alternativas de geração de trabalho e renda.

A ação da equipe por meio da INTES nos grupos pode ser configurada como uma assessoria social, técnica e jurídica, que valoriza a comunidade e seus grupos como parceiros e coparticipantes, protagonistas do seu desenvolvimento.

Neste processo, a equipe tem crescido profissionalmente e a própria INTES se legitima na comunidade, embora tenha desafios a vencer.

Referências

GAIGER, L. I. Significados e tendências da economia solidária. In: _____. *Sindicalismo e Economia Solidária*. Reflexões sobre o projeto da CUT.1999

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/intes>.> Acesso em 20 mar/2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Economia Solidária*. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.as> Acesso em 26 mar/2010.

RODRIGUES, M. L. *Transdisciplinaridade e interdisciplinaridade*: desafios da incorporação de novos conceitos para trabalho em equipes na área da saúde. Cadernos de Serviço Social, Campinas. 2001 .

SIES Brasil. *Sistema de Informação em economia solidária*. MTE/PEA/ANPEC, Brasília, 2005

CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA

*Olavo Aparecido Costa
Sandra Regina Nishimura*

Introdução

O presente artigo tem por objetivo compartilhar a experiência em desenvolvimento no município de Londrina - Paraná, com o funcionamento do Centro Público de Economia Solidária. A viabilização desse espaço da Economia Solidária resulta de um trabalho anteriormente desencadeado, com a implantação do Programa Municipal de Economia Solidária em agosto de 2005. O respectivo Programa formata-se com a compreensão da construção da Economia Solidária no campo da política pública. Para tanto, requer em seu escopo dotá-la de diferentes dimensões que a envolvem para que possa trilhar rumo a um desenvolvimento local e sustentável. É nesse contexto que o Centro Público de Economia Solidária foi inaugurado em junho de 2007, enquanto um dos espaços públicos de referência da Economia Solidária no município de Londrina. Numa primeira abordagem do artigo, discorre-se sobre os aspectos conceituais da política pública de Economia Solidária, suas características, diretrizes e seus instrumentais. Considerando a importância da espacialização da Economia Solidária, a implantação do Centro Público de Economia Solidária, esta traz um novo significado à operacionalização dessa política pública. Neste artigo, busca-se explicitar a sua concepção, seus objetivos, atividades desenvolvidas para o alcance de suas finalidades, como acontece a participação e o controle social, ressaltando as dificuldades, os avanços e os desafios que estiveram, estão e estarão postos nessa trajetória de construção coletiva.

A política pública de economia solidária

Ao compreender o caráter emancipatório da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, direito dos trabalhadores e trabalhadoras e responsabilidade do Estado, faz-se necessário garantir investimentos públicos para acesso a bens e recursos públicos, reconhecendo novos direitos de cidadania para as organizações econômicas que têm como base os princípios da autogestão, cooperação e solidariedade.

Os anais da Iª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006, apontam para o entendimento da Economia Solidária como um novo modo de

[...] produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (Anais Iª CONAES/2006, p. 57)

Ao partir desta premissa, cabe ao Estado, como responsável pelo desenvolvimento, o suporte político-institucional que tenha como foco de suas ações a elevação do padrão de qualidade de vida da população, afirmando a necessidade de mudanças estruturais rumo à uma produção social que inclua a parcela da população, hoje excluída do sistema produtivo.

Dessa forma, cabe a política pública de Economia Solidária a instituição de instrumentos efetivos que deem conta das diferentes dimensões que envolvem a economia solidária.

Ter acesso à política pública de Economia Solidária traz um diferencial à vida dos trabalhadores e trabalhadoras, o que não significa apenas inclusão do mercado de trabalho, mas a possibilidade de se empoderar e construir coletivamente uma outra economia. “O processo de empoderamento compreende a trajetória de emancipação, autonomia, crescimento desses trabalhadores e trabalhadoras que, ao vivenciarem uma outra lógica de trabalho, tecem relações, se apropriam de informações, se conscientizam de seu poder.” (CORTIZO; OLIVEIRA, 2004, p. 84)

A partir dos estudos de França Filho (2006) e dos acúmulos das experiências já desencadeadas, bem como no âmbito local, considera-se que as políticas públicas de Economia Solidária possuem 5 características importantes para sua formatação:

1. articulações intra-governamentais;
2. articulações com a rede prestadora de serviços, organizações e movimentos;
3. ação propositiva de processos de organização e desenvolvimento;
4. ação de estratégia coletiva
5. dimensão territorial.

Considerando o caráter multidimensional da Economia Solidária, a sua efetivação demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas como o desenvolvimento econômico, trabalho, assistência social, educação, saúde, habitação, cultura, tecnologia, ambiente etc. A articulação desses diferentes setores permite que sejam pautadas questões que se referem desde a inserção da Economia Solidária como temática da Educação, os acessos a fundos públicos, a incentivos fiscais, tributários e financeiros adequados à realidade dos empreendimentos solidários e o desenvolvimento de tecnologias sociais que respondam às concretas necessidades destes.

A segunda característica refere-se às articulações com a rede prestadora de serviços, organizações e movimentos. A Economia Solidária diferencia-se de outras políticas públicas por ter raízes históricas ligadas ao movimento social. Essa relação necessita ser valorizada e a política pública ser dotada de mecanismos que possam fortalecer tal característica. A articulação com a rede governamental e não governamental e outras organizações constituem estratégia importante que permite a sua ampliação e o seu reconhecimento, cujas ações podem ser reafirmadas no cotidiano de atuação de cada organização.

A terceira característica pode ser compreendida como uma política pública que possui uma ação propositiva de processos de organização e desenvolvimento. Isso significa assumir a responsabilidade de pautar a Economia Solidária como ação pública, a partir da leitura crítica e diagnóstico da realidade socioeconômica, propondo estratégias concretas para o enfrentamento e superação de processos seletivos e excludentes do contexto vivido. Também cabe a análise do público-alvo desta política pública, que vivenciam processos organizativos locais fragilizados, em decorrência de todo contexto histórico vivenciado, o que resulta no descrédito, desmobilização e subalternidade. Assim, estar alinhada para a busca de processos de auto-organização coletiva, visando a construção de processos mais sustentáveis de desenvolvimento, deve estar presente na sua formulação.

A quarta característica está relacionada com uma ação de estratégia coletiva, considerando que os sujeitos desta política pública não são indivíduos isolados, mas coletivos. Característica esta que permite a viabilização de iniciativas que possibilitem a organização de circuitos socioprodutivos que se articulam considerando os aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais de determinado território.

Por fim, a quinta característica traz a dimensão territorial, considerando o território como um espaço que se apresenta com sujeitos que tem origens, carregam culturas, experiências, sabedorias, construções,

presentes nas relações históricas, políticas, culturais que configuram determinada identidade. Espaço que apresenta necessidades, dificuldades, mas, sobretudo, potencialidades.

Além das características acima descritas, diretrizes que estejam alinhadas com a compreensão conceitual da política pública de Economia Solidária devem fazer parte de sua formulação, que podem ser assim compreendidas:

- desenvolvimento local e sustentável: processo de mobilização e articulação das forças sociais, econômicas e políticas, integrando as diversas iniciativas existentes visando potencializar as capacidades locais e territoriais para a melhoria das condições de vida, viabilizando alternativas de trabalho e renda que valorizem o uso sustentável e a preservação dos bens naturais;
- desenvolvimento de iniciativas coletivas de trabalho e renda que se organizam com base nos princípios da Economia Solidária;
- trabalho em rede: processo que congrega diferentes atores das organizações prestadoras de serviços, organizações religiosas, comunitárias, empreendimentos da Economia Solidária, forças políticas, culturais e econômicas do território, constituindo-se num espaço de desenvolvimento da economia solidária local, potencializando as atividades que ocorrem no cotidiano das diferentes organizações voltada à difusão das ações desta;
- transversalidade e intersectorialidade entre as políticas públicas: implica pautar a Economia Solidária nas diferentes áreas e a integração e articulação das ações, visando o alcance de objetivos comuns;
- publicização da Economia Solidária junto aos sujeitos da política pública de economia solidária;
- trabalho de parceria: processo que possibilita o interagir entre vários atores e atrizes, estabelecendo forças-tarefa que contribuam para o desenvolvimento da Economia Solidária;
- multidisciplinaridade: demanda a realização de ações de diferentes áreas do conhecimento com uma visão holística dos sujeitos e dos coletivos de trabalho;
- participação e controle social: a construção do Estado Republicano e Democrático necessita da participação e controle social como elementos imprescindíveis desse processo, o que envolve a presença dos sujeitos com transparência das ações, na formulação, no acompanhamento, na fiscalização e na avaliação constante;
- descentralização e territorialização: é no espaço do território que se constroem as histórias, identidades, que se realizam o compartilhamento de experiências, é onde se expressam os acessos, as desigualdades e os não

acessos. Surge daí, a valorização das ações descentralizadas que facilitem o acesso e primem pela convivência familiar e comunitária e o respeito às necessidades específicas.

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária, instituídas como direitos perenes, torna-se parte da construção de um Estado republicano e democrático, pois este precisa reconhecer a existência desses novos sujeitos sociais, de novos direitos de cidadania e novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é dar-lhe propulsão e suporte por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados ao reconhecimento e ao fomento desse segmento. (GUIMARÃES; SCHWENGBER, 2004, p. 84).

A partir dessas compreensões, no município de Londrina, o Programa Municipal de Economia Solidária enfrentava um desafio ao se propor a estruturar em 2005 instrumentos que pudessem iniciar um processo de institucionalização da política pública de economia solidária.

Nesse sentido, passaram a compor sua ação, formação e capacitação conceitual, técnica e de gestão administrativa coletiva, assessoria aos empreendimentos solidários, recursos orçamentários destinados para as atividades, fomento aos empreendimentos solidários, investimento social, suporte à comercialização com a realização de feiras descentralizadas e feira de economia solidária, marco legal local, estratégias de divulgação e sensibilização de diferentes segmentos do município e a espacialização da economia solidária, por meio da organização de estruturas físicas que pudessem demarcar a identidade da Economia Solidária, o que foi desencadeado com a construção do Centro Público de Economia Solidária.

O Centro Público de Economia Solidária

O município de Londrina implantou em agosto do ano de 2005 o Programa Municipal de Economia Solidária, resultado de um trabalho desencadeado por meio do Programa “Londrina Fome Zero” em 2003, que contemplava em um dos eixos a capacitação profissional e a geração de renda. A partir deste eixo, ações ligadas à Economia Solidária começaram a ser desenvolvidas.

Considerando esta trajetória, os avanços e obstáculos, é que as atividades no campo da Economia Solidária passaram a se configurar como integrantes de um programa municipal, de caráter intersetorial.

Vários desafios estavam postos naquele momento, que vinham sendo gestados desde 2003, e um deles era tornar espacialmente visível a Economia Solidária, demanda identificada por diferentes segmentos. As trabalhadoras e trabalhadores desta economia faziam referência à dificuldade encontrada com a ausência de espaços fixos de comercialização, bem como de locais que pudessem trazer a identidade para a Economia Solidária. De outro, a população consumidora ou possível consumidora, questionava sobre a falta de locais específicos que pudessem reunir diferentes produtos da Economia Solidária num só espaço.

Em 2003 demos os primeiros passos no Poder Público Municipal na Economia Solidária, neste mesmo ano aconteceram outros marcos, em que foi implantado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que traçaram diferentes desafios, elencando também a questão da espacialização da Economia Solidária.

O FBES que congrega a participação de representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários, representantes de Entidades de Assessoria e Fomento à Economia Solidária e da Rede de Gestores e Gestoras de Políticas Públicas de Economia Solidária, assumiu na III Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em 2003 a responsabilidade de iniciar

[...] um processo de interlocução do FBES com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. (Disponível em: <www.fbes.org.br>).

Como resultado ainda desta Plenária e do I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários que ocorreu em 2004, elaborou-se a Plataforma da Economia Solidária.

Nos eixos da Plataforma, no tocante à questão dos espaços da Economia Solidária, destacam-se como desafios:

- garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de Economia Solidária;

- utilização de espaços públicos ociosos ou a construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos da Economia Solidária e armazenamento de materiais reciclados.

Cabe destacar que na I Plenária Brasileira de EconomiaSolidária realizada em 2002 já constava em sua Plataforma de Políticas Públicas:

[...] garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da economia solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de economia solidária será uma forma de sensibilizar os(as) trabalhadores (as) desempregados (as) para alternativas de trabalho coletivas e proporcionar informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem o empreendimento solidário e de como geri-lo; de forma coletiva e democrática, estudos de viabilidade econômica e planos de negócio, superando as dificuldades de trabalhadoras e trabalhadores se apropriarem das tecnologias e saberes disponíveis no processo produtivo, da gestão, do gerenciamento, dos resultados, etc. (DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL AO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2002, p. 31).

A Rede de Gestores que também surge nesse contexto, como uma articulação de gestores de políticas públicas visando proporcionar interlocução, sistematização, proposição de políticas públicas e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da Economia Solidária, tem focado seus esforços para a construção e aprimoramento de ações e instrumentos que são imprescindíveis para a garantia de uma efetiva Política Pública, e, assim, integra também como elemento desse processo a viabilização de estruturas físicas públicas para a Economia Solidária.

A SENAES, a partir das lutas do movimento da Economia Solidária, constitui em 2004 o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, composto por um “conjunto de propostas que visam a difusão e a consolidação da Economia Solidária”. (Plano de Ação – SENAES – TEM, 2004)

Para a concretização de parte do Programa Nacional, nesse mesmo ano, com a participação também da Rede de Gestores e do FBES, formata-se o Termo de Referência dos Centros Públicos de Economia Solidária.

No Termo de Referência, a constituição desses Centros estão voltados à

[...] alojar a realização de um conjunto de atividades, sejam elas de instituições governamentais ou não governamentais, que tenham por objetivo o fortalecimento e fomento da economia solidária. Além disso [...]

estes espaços podem contribuir para a construção de uma maior identidade e visibilidade da economia solidária, tanto para dentro do próprio setor, quanto para fora, no conjunto da sociedade. (TERMO DE REFERÊNCIA – CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2004, p. 2).

Assim, configuram-se como objetivos dos Centros Públicos de Economia Solidária:

- I. Abrigar nas suas dependências as várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da economia solidária, sejam elas governamentais ou não governamentais, promovendo a sua integração;
- II. Apoiar projetos voltados à geração de trabalho e renda, por meio de iniciativas de economia solidária;
- III. Promover ações voltadas ao desenvolvimento local;
- IV. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária;
- V. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a comercialização e divulgação da produção dos empreendimentos de economia solidária;
- VI. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para a realização de reuniões, oficinas, seminários e outras atividades culturais que objetivem o desenvolvimento da economia solidária;
- VII. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades voltadas ao mapeamento e divulgação da economia solidária;
- VIII. Abrigar nas suas dependências, onde houver as Secretarias Executivas dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, ou suas representações locais no interior do estado. (TERMO DE REFERÊNCIA – Centro Público de Economia Solidária, 2004, p. 3).

Com a diretriz nacional estabelecida e a partir da demanda local já instituída, o município de Londrina assinou em 2004 um convênio com o Governo Federal para a construção de um Centro Público de Economia Solidária. Essa parceria envolveu o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de sua Secretaria Nacional de Economia Solidária, e a Prefeitura do Município de Londrina, por meio de sua Secretaria Municipal de Assistência Social com investimentos no montante de R\$ 378.268,78 (trezentos e setenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Tais investimentos permitiram a construção de 587,92 metros quadrados, com a de espaços para exposição e comercialização, distribuindo em 2 salas de formação, 1 sala administrativa, 1 sala para suporte aos técnicos, 1 cozinha, banheiros, almoxarifados e estacionamento.

A organização do Centro Público de Economia Solidária de Londrina baseou-se na concepção deste enquanto um espaço público, com responsabilidade de gestão pelo Poder Público, devendo assumir o compromisso com a sua manutenção para o desenvolvimento das ações com previsão orçamentária; direito das trabalhadoras e dos trabalhadores da Economia Solidária, propiciando acesso à ampliação das oportunidades e fomento das atividades realizadas pelos empreendimentos da Economia Solidária; participação e controle social das trabalhadoras e dos trabalhadores e entidades de apoio e fomento da Economia Solidária, com a instituição do Conselho Geral de Gestão; reconhecimento da legitimidade da Economia Solidária e facilitação do acesso das cidadãs e cidadãos às ações desenvolvidas no campo da Economia Solidária.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas no Centro Público de Economia Solidária, desde o início de suas atividades em fevereiro de 2007 e de sua inauguração oficial em junho de 2007, tem como base as prerrogativas estabelecidas no Termo de Referência Nacional.

Os objetivos a que se propõe o Centro Público procuram alcançar as diferentes dimensões para que de fato possa constituir-se como um dos espaços de referência da Economia Solidária no município de Londrina.

Desta forma, tais objetivos, configuram-se como:

- contribuir com o processo de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários;
- contribuir com a espacialização da Economia Solidária;
- constituir-se como um dos espaços de referência da Economia Solidária em Londrina;
- propiciar visibilidade à Economia Solidária;
- contribuir para a construção de uma maior identidade para a Economia Solidária;
- abrigar as ações da Política Pública de Economia Solidária, funcionando enquanto sede central do Programa Municipal de Economia Solidária;
- possibilitar, por meio do espaço físico, a articulação dos diferentes atores e atrizes e sujeitos na construção da Economia Solidária;
- disponibilizar estrutura física para empreendimentos que estão em processo inicial de suas atividades;
- promover formação continuada e capacitações nas áreas técnica, de gestão, entre outras, conforme a necessidade dos empreendimentos econômicos solidários.

O Decreto Municipal nº 373/2007, que nomeia o Conselho Geral de Gestão, busca a participação dos diferentes atores e atrizes na construção e desenvolvimento das atividades do Centro Público de Economia

Solidária. Composto por 16 membros, dentre os quais 6 trabalhadoras e trabalhadores da Economia Solidária, 2 representantes de entidades de assessoria e fomento e 8 funcionários públicos municipais do campo da Economia Solidária.

A nomeação do respectivo Conselho desencadeou a formação de um regimento interno, elaborado com a contribuição dos próprios integrantes para definir vários pontos que garantissem o cumprimento de seu papel. Nesse sentido, é atribuição do Conselho deliberar e fiscalizar as ações executadas no Centro Público, decidir sobre novos parceiros, definir a ocupação e distribuição do espaço físico, definir o planejamento e garantir o bom andamento das atividades. Com mandato de um ano e reunindo-se ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente conforme a necessidade.

A escolha dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária foram realizadas em reuniões descentralizadas nos diferentes territórios (norte, sul, leste, oeste, centro e rural) que definiam perfil e critérios para a eleição de seus representantes.

Para tanto, ao longo desses quase três anos de funcionamento, o Centro Público de Economia Solidária desenvolveu várias atividades que pudessem dar conta de respeitar sua concepção e o alcance de seus objetivos.

O suporte à comercialização ocorre por meio da loja com produtos da Economia Solidária que funciona nesse local. Para a sua organização, é importante ressaltar que foi planejada e decidida pelos trabalhadores e trabalhadoras, sendo todo o espaço socializado entre os diferentes empreendimentos solidários.

Os empreendimentos que participam da comercialização estão voltados à produção de alimentos, confecção e artesanato. São compostos com a presença maciça de mulheres atendidas nas áreas da assistência social, direitos das mulheres, saúde mental e/ou vivendo situação de desemprego, em busca de estratégias de sobrevivência ou de complementação de renda profissional e/ou familiar.

Para o seu funcionamento foi estabelecido um sistema de rodízio, no qual 2 trabalhadores e/ou trabalhadoras permanecem de segunda à segunda, das 9:00 h. às 17:00 h. e aos sábados, das 9:00 h. às 13:00 h. A vinda dos que estão escalados para o trabalho da loja é custeada pelos próprios empreendimentos. Há reuniões mensais para discussão, avaliação e tomada de decisão referente às comercializações não só do Centro Público, mas como aquelas que acontecem em outros espaços como feiras descentralizadas, feira de Economia Solidária e eventos internos e externos.

Para reafirmar a identidade da Economia Solidária, a partir da logomarca do FBES, foi criada no âmbito local, considerando as características e especificidades locais, uma logomarca que tem sido adotada nas etiquetas dos produtos. Etiquetas conceituais e padronizadas que são colocadas nas embalagens, nos cartões de visita dos empreendimentos solidários, nas sacolas de papel reciclado e nas fitas decorativas das embalagens.

Por se tratar de um espaço que se encontra sob a responsabilidade do Poder Público e para a garantia do seu uso, por parte dos empreendimentos solidários, há um termo de cessão de uso do espaço que é assinado entre as partes, no qual são estabelecidas obrigações, direitos e responsabilidades mútuas.

Além da comercialização, para reafirmar enquanto espaço de referência a sua identidade e ao mesmo tempo propiciar visibilidade, diferentes estratégias são utilizadas, concentrando atividades que congreguem lançamentos de produtos, apresentações musicais e happy hour.

Assim, o Centro Público, além de demarcar todo ano o seu aniversário com algumas programações diferenciadas, tem realizado lançamento das coleções dos produtos de Economia Solidária de Natal, Mulher, Páscoa, ícones de Londrina, livros da área, cartão telefônico alusivo à Economia Solidária, Cartilhas sobre Consumo Consciente, da Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, exposição de fotos das mulheres kaingang e sua expressão artística e com sanção de legislação municipal que afeta a área.

Outra ação que atingiu esse objetivo foi a realização da Exposição de Fotos com o título “Cenas da Economia Solidária”, lançada no Centro Público e que posteriormente foi itinerante percorrendo pontos estratégicos da cidade como: Prefeitura de Londrina, Aeroporto, Rodoviária e CAIXA. A exposição envolveu 3 fotógrafos de Londrina e teve como objetivo retratar sob o foco das lentes o cotidiano dos grupos de geração de trabalho e renda da Economia Solidária de Londrina.

A articulação com outras áreas como a Cultura resultou no desenvolvimento do Projeto Trama, Trabalho e Arte com a participação da Secretaria Municipal de Cultura – Museu de Arte de Londrina, 5 artistas locais e 11 trabalhadoras da Economia Solidária.

Os artistas plásticos produziram 15 obras de arte em tela que faziam referência aos marcos históricos do município, aproveitando as festividades em comemoração aos 75 anos de Londrina. As imagens das obras artísticas foram estampadas nos cadernos e cartões de papel reciclados, nas bolsas e sacolas de tecido e nas camisetas. Após lançada no Centro Público, o Projeto

percorreu o Aeroporto, o Shopping Catuaí, o Centro Cultural da Zona Norte, a Biblioteca Pública e 2 agências da Caixa Econômica Federal.

As visitas por segmento têm sido realizadas com agendamento prévio e consiste em oportunizar por meio de uma visita qualificada que as pessoas conheçam o Centro Público de Economia Solidária, incluindo a loja, o filme sobre Economia Solidária e uma breve discussão da realidade local com relação à Economia Solidária, terminando com um café servido com produtos da Economia Solidária. Para as visitas, são definidos segmentos estratégicos que podem contribuir tanto na multiplicação da proposição da Economia Solidária quanto tornarem-se público consumidor solidário.

Em tais visitas já estiveram presentes funcionários, representantes e participantes de organizações como: EMBRAPA, IAPAR, Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Diretores das Escolas Municipais, Servidores Públicos Municipais, Rotary Clube, Organizações de Mulheres ligadas à Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Comercial e Industrial, Mulheres de Negócios, Mulheres Corretoras, Convencion Bureau, Igrejas e Programa dos Adolescentes Aprendizizes.

Um dos objetivos do Centro Público é tornar-se um espaço de referência também para as articulações entre os diferentes atores e atrizes, local em que tem sido realizada as reuniões da Cooperativa de Economia Solidária, para organização de Feiras, Conferências, Seminários.

Entra em cena um novo sujeito, a COPERSOL – Cooperativa de primeiro grau, de Produção e Comercialização da Economia Solidária, composta por trabalhadoras de nove núcleos de produção da Economia Solidária das áreas de alimentação, confecção e artesanato. Organização que resulta do processo de amadurecimento e de empreendimentos participantes do Programa Municipal de Economia Solidária e do Centro Público de Economia Solidária.

A capacitação e formação dos trabalhadores e trabalhadoras tanto nas áreas conceitual, técnica e de gestão também tem no Centro Público uma referência. O investimento na alfabetização e letramento, por meio da Secretaria Municipal de Educação, com tecnologia social aplicada à realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, também compuseram parte do escopo desse eixo, com a utilização de instrumentos de uso cotidiano deste, como livro-ata, emissão de notas fiscais, livro-caixa, controle de estoque, entre outros.

A troca de experiência entre os próprios empreendimentos solidários tem propiciado momentos de aprimoramento e aprendizado coletivo, a exemplo dos debates em torno da organização e produção coletiva, definição

da linha de produtos, reconhecimento da comunidade e desenvolvimento local e busca pelos espaços de comercialização.

A construção da Economia Solidária no campo da Política Pública tem feito parte da agenda local. No entanto, integra também o rol das reflexões coletivas a importância da definição de diversas estratégias rumo ao seu fortalecimento. Assim, pautar a Economia Solidária nos debates e nos momentos de disputa eleitoral local, tem sido canalizados para serem realizados no próprio Centro Público, como forma de demarcar aquele espaço.

Ter uma política de Economia Solidária perene implica desenvolvimento e combinação de inúmeros fatores, desde a organização de um movimento social forte em torno desta economia, a agregação de diferentes atores e atrizes neste processo, a apropriação do acesso ao direito por parte dos trabalhadores e trabalhadoras e de uma legislação específica que contemple as faces que envolvem um processo de uma atividade econômica.

A partir dessa compreensão, em agosto de 2008, sancionou-se em Londrina a Lei nº 10.523/2008, na qual foi criado o Programa Municipal de Economia Solidária, estabelecendo um capítulo exclusivo do Centro Público de Economia Solidária.

A lei define claramente seus objetivos, reafirmando o contido no termo de referência nacional e o próprio trabalho em curso, ficando assim descrito, em seu art. 14:

- I. Abrigar ações da Política Pública de Economia Solidária;
 - II. Contribuir com o processo de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários;
 - III. Possibilitar a articulação dos diferentes sujeitos na construção e fortalecimento das ações de Economia Solidária;
 - IV. Promover formação continuada e capacitações nas áreas técnica, de gestão, entre outras, conforme a necessidade dos empreendimentos econômicos solidários.
- Além disso, o Conselho Geral de Gestão, instituído até então como condição para o firmamento do convênio para a construção do Centro Público, é criado por lei e tem ampliada suas atribuições para:
- I. Zelar pelo cumprimento e implementação da referida lei;
 - II. Acompanhar as ações desenvolvidas pela Política Pública de Economia Solidária;
 - III. Zelar pela garantia do bom andamento das atividades desenvolvidas pelo Centro Público de Economia Solidária;
 - IV. Apoiar as atividades realizadas que objetivem o fortalecimento da Economia Solidária;

V. Contribuir para a elaboração do planejamento das ações da Política Pública de Economia Solidária e do Centro Público de Economia Solidária.

Portanto, a partir das experiências vivenciadas pelo Conselho e visando o seu fortalecimento, mantendo o seu nome de origem, este tem seu papel ampliado antes restrito às ações do Centro Público e passa a compor o elenco de suas competências com o olhar voltado para a Política Pública.

Considerações finais

A existência do Centro Público de Economia Solidária permite a análise de alguns avanços nessa trajetória de experiência, como a concretização de uma demanda colocada desde o início das atividades de Economia Solidária no Poder Público; a própria experiência de construir coletivamente formas de gestão administrativa e socialização de um espaço coletivo; a apropriação do espaço enquanto local de comercialização dos empreendimentos da economia solidária e do qual participam nas decisões; o aprendizado coletivo para a gestão de um espaço de comercialização comum a todos e todas; a instituição de mecanismos administrativos de controles a partir da compreensão e vivência de cada empreendimento solidário; tornando-se referência para vários grupos que vêm à cidade participar de eventos específicos de suas áreas profissionais; e oportunizando à comunidade, num só espaço, o acesso a diferentes produtos da economia solidária.

Do ponto de vista institucional, a criação da Lei Municipal de Economia Solidária, a inserção de um capítulo específico sobre o Centro Público de Economia Solidária e a instituição de um Conselho Geral de Gestão são acúmulos importantes que partem do entendimento da política pública que garanta direito ao trabalho baseado na autogestão, solidariedade e cooperação.

Os empreendimentos econômicos solidários em Londrina possuem uma especificidade peculiar, são praticamente na sua totalidade empreendimentos femininos. Composto por mulheres trabalhadoras que, a partir do conhecimento da Economia Solidária, optaram por trabalhar nesta perspectiva. Também podem ser considerados como avanços significativos no plano da consolidação dos empreendimentos, a transição da informalidade e a concretização da proposta da Cooperativa.

Apesar dos avanços percebidos, dificuldades no processo de instituição e desenvolvimento do Centro Público de Economia Solidária foram identificadas durante todas as etapas.

Primeiramente, faz-se importante destacar que o que se vivencia no Centro Público é reflexo do próprio movimento interno nos empreendimentos solidários e da dimensão que a economia solidária carrega enquanto política pública seja no âmbito local, estadual ou nacional. Assim, a economia solidária ainda não ocupa posição central e estratégica como alternativa de desenvolvimento na definição do Estado Brasileiro nos seus diferentes âmbitos.

No que se refere à população, a economia solidária não está suficientemente difundida e a opção pelos produtos desta economia não faz parte, para a maioria das pessoas, de um consumo crítico e consciente.

Apesar de estar localizado em um espaço central, a concepção utilizada para a construção da estrutura física do Centro Público não chama a atenção da população para a loja que lá existe.

No tocante, aos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária há dificuldades em se apropriarem de todas as etapas que envolvam o funcionamento da loja; a falta de experiência de gerenciamento administrativo e financeiro e de conhecimentos técnicos no que se refere à comercialização; a barreira cultural, instituída pela forma capitalista de produção que subalterniza os trabalhadores e trabalhadoras, não ter experiência acumulada em todo o processo que envolve uma atividade econômica, no qual os conhecimentos são fragmentados.

Nessa linha, os desafios colocados para a implementação da economia solidária perpassam desde o marco legal adequado; o empoderamento do movimento social para que uma contra-hegemonia possa ser fortalecida e dar lugar de destaque à construção de uma outra economia, que coloque o ser humano como valor central; acesso dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária a outras políticas públicas (educação, saúde, habitação etc.); ampliação da escala de produção; estabelecimento de plano de gerenciamento de resíduos sólidos por parte dos empreendimentos ao aprimoramento do processo de democracia na gestão para apropriação coletiva desse conhecimento – saber coletivo dos trabalhadores.

Há também desafios postos com relação aos empreendimentos como, por exemplo, o aspecto da heterogeneidade. Embora todos os trabalhadores recebam formação em Economia Solidária, nem todos atribuem o significado e a importância dessa forma de trabalho coletivo e cooperativo, e isto referenda a análise de Paul Singer:

[...] grande parte dos cooperadores se insere na Economia Solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa. (SINGER, 2002, p. 21).

Essa ideia traduz alguns dos desafios para essa Política Pública, isto é, como trabalhar na superação dessas incertezas evidenciadas por alguns empreendimentos? Há alguns elementos que fragilizam as iniciativas coletivas de trabalho, por exemplo: a maioria dos empreendimentos não carrega experiência de atuação no mercado de trabalho e, portanto, muito menos experiência de gestão de um negócio coletivo próprio; há dificuldade em manter a regularidade de trabalhar e produzir, decorrentes do próprio papel atribuído à mulher na sociedade, na somatória das responsabilidades de mãe, esposa, filha e, por fim, como trabalhadora; a concepção da sociedade capitalista que tem no trabalho subordinado a sua base, e dificulta a percepção do trabalho coletivo autogestionário como uma atividade econômica.

Além disso, a sociedade moderna realizou muitos de seus objetivos, alguns em excesso como é o caso da tecnologia. Ao mesmo tempo foi absolutamente incapaz de realizar outros, como a incapacidade de construir maior igualdade entre as pessoas. A sociedade moderna consumista, competitiva, sacramentou o evangelho do individualismo e da exclusão.

O desafio da política pública de Economia Solidária é também criar uma cultura de solidariedade, cujo significado explicita uma nova maneira de pensar, de viver, de sentir, de relacionar-se de valorar e interpretar as novas relações sociais, uma nova ética do humano.

O que tem se verificado no caso específico de Londrina é que a própria comunidade local está tomando consciência desse novo modelo e apoiando os empreendimentos por entender que se trata de uma estratégia de desenvolvimento em que o ser humano é o eixo central, justo e ecologicamente sustentável, a participação das entidades parceiras outro aspecto é relevante, já que permite um trabalho articulado e em rede. Diante da crise capitalista e de uma economia voltada para o lucro e a destruição do planeta, a Economia Solidária e os empreendimentos solidários são chamados a recuperar a capacidade das multidões a vivenciar a prática da solidariedade. Esta é, hoje, uma forma de opção moral e de uma aposta de humanização.

Portanto, o que está posto como desafio, é o fortalecimento da cidadania, que tenham os direitos sociais como princípios reguladores da economia, o que pressupõe ações políticas comprometidas com um processo de transformação social.

Processo que permita aos indivíduos se reconhecerem e se fortalecerem como sujeitos, tomando para si o controle de suas próprias vidas e a apropriação de suas forças na possibilidade de interferirem na construção de um mundo diferente, no qual estão inseridos.

“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas.”

(Milton Santos, Paisagem e Espaço)

Referências

ANAIS da Iª Conferência Nacional de Economia Solidária, 2006.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 6.ed., 1999.

ARRUDA, M. A Cultura da Socioeconomia Solidária. In: *Socioeconomia Solidária: Construindo a Democracia Econômica*. Rio de Janeiro: PACS, ago/2000.

BAVA, S. C. Tecnologia Social e Desenvolvimento Local. In: *Tecnologia Social – Uma Estratégia para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004

CATTANI, A. D. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: UNISINOS, v. 37, n. 159, 2001.

CORTIZO, M. C.; OLIVEIRA, A. L. A Economia solidária como espaço de politização. In: *Serviço Social e Sociedade*. n.80. São Paulo: Cortez Editora, novembro/2004.

Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *Plataforma de Políticas Públicas I Plenária Brasileira de Economia Solidária*. São Paulo: dezembro/2002.

FRANÇA FILHO, G. C. O estudo sobre os municípios de Recife, de Aracaju e São Paulo, e o Governo da Bahia. In: *Políticas Públicas de Economia Solidária por um outro desenvolvimento*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

GUIMARÃES, G.; SCHWENGBER, Â. (org.). *Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A contribuição dos gestores públicos*. Rio de Janeiro: ITCP/ COPPE/UFRJ, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Mercado de trabalho: Conjuntura e Análise*. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília: 2004.

MANCE, E. A. *Redes de Colaboração Solidária*: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARANÁ, 2007

MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, Â.; SCHIOCHET, V. (org.) *Políticas Públicas de Economia Solidária por um outro desenvolvimento*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

MILANEZ, F. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, A. D. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

PLANO DE AÇÃO – Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2004

SILVA, J. O. Políticas públicas municipais de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. In: *Serviço Social e Sociedade*. n.69. São Paulo: Cortez Editora, março/2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). *A Economia Solidária no Brasil*: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

_____. *Globalização e Desemprego*: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Editora Contexto, 4.ed., 2001.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1.ed., 2002.

SENAES/MTE -Termo de Referência. Centros Públicos de Economia Solidária. 2004

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LONDRINA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

*Zuleica Gomes Cruz
Luis Miguel Luzio dos Santos*

Introdução

Com a consolidação da corrente neoliberal, nota-se que o capitalismo contemporâneo gerou a um ritmo acelerado inúmeros problemas sociais, dentre os quais se destaca a crescente massa de pobres e excluídos em todo o mundo. Todavia, como destaca Passos (2008), nem o Mercado e nem o Estado, por meio dos seus tradicionais mecanismos econômicos e redistributivos, conseguem equacionar os graves problemas sociais que o mundo enfrenta. Segundo Tauile e Rodrigues (2004), a história recente registra números que indicam graves deficiências sociais, abrangendo grandes contingentes populacionais nas sociedades contemporâneas dos países subdesenvolvidos. Essas deficiências sociais, segundo esses autores, indicam que não tendo as pessoas acesso aos direitos sociais básicos são também marginalizados economicamente.

O Brasil não ficou imune a esses acontecimentos do quadro econômico mundial, formado pela globalização, pela flexibilização e precarização das relações de trabalho, pela volatilidade do mercado financeiro, pela ampla utilização da tecnologia, que vem alterando as condições econômicas dos países. (LIBONI *apud* SILVA, 2008). Segundo Martins, Crucial e Araujo (2006), a conjuntura atual do país apresenta um panorama que há muitos anos vem se repetindo e que pode ser traduzido em: desigualdades sociais, desemprego e um expressivo número de pessoas que vivem na linha de pobreza ou abaixo dela.

Assim, diante desse cenário, muitas são as vozes que se levantam em prol da concepção e adoção de alternativas credíveis que visam atenuar ou até mesmo solucionar os problemas gerados pelo sistema vigente. Uma das alternativas apontada é a virada para uma nova concepção de economia baseada na solidariedade e na colaboração humana.

É nesse sentido que surge a Economia Solidária. Segundo autores com Gaiger (2003) e Teixeira (2007), ela se apresenta como uma alternativa ao atual sistema, que introduz um novo contexto nas relações de trabalho, tornando-se desta forma uma alternativa para os excluídos, os trabalhadores, como um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses

populares, uma alternativa ao aprofundamento das iniquidades, às políticas de corte neoliberal e ao próprio capitalismo.

Segundo Mazzei e Crubellate (2007), o despertar da economia solidária se deu como alternativa frente à crescente crise de desemprego e de exclusão social. Ela não é exatamente um tema atual (MAZZEI; CRUBELLATE, 2007, SINGER, 2003), uma vez que a sua história como meio de produção alternativa remonta ao século XIX. Contudo, atualmente apresenta-se reformulada e muito mais forte a ponto de já constituir uma realidade bem sucedida para milhares de pessoas no mundo inteiro, como, aliás, é comprovado pela ampliação da discussão do tema, pelo crescente número de organizações envolvidas com a temática da economia solidária, seja na implementação de projetos ou no fomento. (TEIXEIRA, 2007).

No Brasil essa realidade não é diferente. Segundo Singer (2002) se assiste no país ao desabrochar da economia solidária, com um número crescente de empreendimentos solidários, espalhados pelos vários municípios nacionais. Entre esses, Londrina tem se destacado como um município, onde a economia solidária tem apresentado um inequívoco desenvolvimento, com uma interessante experiência no assunto.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência do programa de economia solidária desenvolvido pela Prefeitura do Município de Londrina, por meio do Centro Público de Economia Solidária, enquanto proposta alternativa de geração de trabalho e renda.

Optou-se por uma pesquisa exploratória descritiva, pois o objetivo é descrever o processo de criação, implementação e o momento atual dos empreendimentos econômicos solidários fomentados pelo programa de economia solidária do município de Londrina.

A cidade de Londrina possui, atualmente, cinquenta e seis empreendimentos econômicos solidários ligados ao programa de economia solidária, que constituem o universo da pesquisa. Para a seleção da amostragem, adotou-se a técnica intencional.

Por essa razão, dentre os cinquenta e seis empreendimentos ligados ao programa de Economia Solidária de Londrina, foram selecionados doze, sendo que foi usado como critério de escolha estar há mais de um ano em funcionamento, permitindo assim maior consistência nos dados coletados. Foram entrevistas quarenta e duas pessoas que correspondem a todos os integrantes dos doze empreendimentos alvos da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa realizou-se o levantamento de dados sobre os empreendimentos alvos da pesquisa. Para isso, foram entrevistados a coordenadora e os técnicos do programa assim como alguns funcionários do centro público de economia solidária, colhendo informações do tipo: o número de empreendimentos

participantes, número de membros em cada empreendimento, localização, ramo de produção e tempo de funcionamento. Na segunda fase se procedeu à coleta de dados primários, os quais foram coletados utilizando a técnica da observação direta e questionário com perguntas fechadas e de aplicação com contato direto pela pesquisadora.

Para análise dos dados foram utilizados recursos como tabelas e gráficos e testes estatísticos para comprovar as conclusões do estudo, interpretando os resultados, de acordo com acepções dos autores e a teoria vista ao longo do estudo (fundamentação teórica).

A realidade da economia solidária em Londrina

A história do movimento de economia solidária em Londrina teve o seu marco inicial em 2003, mediante o Programa Fome Zero do governo federal, que preconizava abarcar não só ações mais emergenciais, como também o desenvolvimento de ações estruturantes que buscassem a autonomia das pessoas. Nesse sentido, e em virtude de certa proximidade ideológica entre os governantes da esfera federal e municipal, o poder local Londrinense se organizou e desenhou um projeto, que mais tarde foi designado de “Programa Municipal de Economia Solidária do Município de Londrina”, do qual ia de encontro aos objetivos acima traçados. (NISHIMURA, 2005).

Desta forma, com a participação de diversas secretarias locais e por ocasião da realização do I Encontro de Economia Solidária em Londrina, cujo propósito foi discutir a realidade de Londrina e o seu potencial para o desenvolvimento da economia solidária, em agosto de 2002, identificou-se a existência de alguns grupos de geração de renda que, de alguma forma, recebiam algum tipo de apoio por parte da prefeitura e do governo federal, dando assim início ao programa local de economia solidária.

Contando com ajuda de Euclides Mance e uma comissão de apoio constituída por várias secretarias, organizações municipais e organizações do terceiro setor da cidade de Londrina, elaborou-se um projeto de Economia Solidária na cidade que incorporou, em 2003, um dos eixos do Programa Londrina Fome Zero.

Segundo Nishimura (2005), as propostas contidas no programa de Economia Solidária são:

- a) compras Coletivas - consiste em apoiar e incentivar os grupos de geração de renda a adquirirem insumos para a produção, de forma coletiva, para que possa baratear o custo e melhorar a qualidade. Essa prática contribui para a difusão do conceito da Economia Solidária, fortalecimento da rede

de produção e consumo solidários e o fomento a grupos para produção de insumos necessários já utilizados na cadeia produtiva;

b) incubadora Solidária (INSOL), constitui-se não enquanto espaço físico de encubagem para produção, mas enquanto apoio, orientação, acompanhamento e assessoria aos grupos de geração de renda, ocorrendo dentro do espaço próprio já utilizado para a produção ou, em certos momentos, em espaços da comunidade local/regional e ou central, conforme a necessidade apresentada, o que ser específica a um grupo ou comum aos vários empreendimentos;

c) grupo de consumo solidário – caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações que estimulem a formação de grupos de consumo solidário, a partir de locais estratégicos com concentração de pessoas num mesmo lugar, , como espaços religiosos, de trabalho, de lazer, entre outros. A constituição de grupos de consumo solidário permite as pessoas adquirirem, de forma sistemática, produtos advindos de empreendimentos solidários, produzidos não sob a óptica da exploração do trabalho alheio, mas como resultado de uma produção coletiva;

d) estímulo para o consumo solidário – consiste em desenvolver e viabilizar estratégias para difundir a economia solidária, objetivando gerar o estímulo para o consumo solidário. Significa que, além de inserir a Economia Solidária na agenda pública, ela deve estar presente na agenda comunitária e política. Isso requer um esforço que possa mobilizar a sociedade londrinense por meio de feiras municipais, feiras descentralizadas, eventos de formação, entre outros, assim como o estabelecimento de mecanismos que propiciem aos segmentos estratégicos, como escolas, centros de educação infantil etc., a adquirirem produtos advindos da economia solidária;

e) cooperativa de Crédito Solidário – configura-se enquanto uma estratégia de organização dos produtos rurais familiares em sistema de cooperativa de crédito, visando a melhoria das condições de trabalho e vida do agricultor familiar e de sua família.

Desta forma, foram dados os primeiros passos, visando viabilizar a criação de um programa formal de economia solidária por parte do município de Londrina. A viabilização do programa, segundo Nishimura (2005), deu-se em duas fases. A primeira se constituiu no mapeamento detalhado dos grupos de geração de trabalho e renda existentes no município. Para tal, foi firmado em maio de 2003 uma parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), por meio da Pró-Reitoria de Extensão à comunidade, com a participação da área de Administração e a equipe do programa Londrina Fome Zero, para a construção de um instrumento de mapeamento dos grupos de geração de trabalho e renda.

Como esse mapeamento, objetivou-se levantar informações como: número de participantes, tipo de produção, endereço para contato, local

de produção, maiores dificuldades, escolaridade dos membros, cursos já efetuados pelos participantes e a existência ou não de documentação por parte do grupo, visando identificá-los numa primeira parte do processo.

Na segundo etapa, foi desenvolvido um conjunto de outras atividades complementares ao mapeamento ocorrido anteriormente e que desencadearam três linhas de ação do programa de Economia Solidária a saber: apoio financeiro aos grupos de geração de trabalho e renda; a capacitação conceitual, técnica e de gestão e o apoio a construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo. (NISHIMURA, 2005).

Segundo Nishimura (2005), as linhas operacionais do Programa de Economia Solidária do Município de Londrina ficaram assim estabelecidas:

Fomento – constitui a primeira linha do programa e é operacionalizada por meio de repasse de materiais e não de recursos financeiros, uma vez que este constitui um impeditivo legal.

Capacitação técnica de gestão – constitui a segunda linha de ação do programa e busca por meio dessas três dimensões (capacitação técnica, capacitação de gestão e capacitação conceitual) a implementação de ações qualitativas e quantitativas mais ampliadas no campo da economia solidária.

A capacitação técnica tem por objetivo a qualificação e o aperfeiçoamento do fazer, o que inclui novas técnicas e o próprio desenvolvimento da capacidade criativa das pessoas. Já a capacitação de gestão envolve os processos de gestão inerentes a todos os empreendimentos solidários, como controle de estoque, pedidos, gastos, comercialização, documentação entre outros, processos que permitam a transparência das informações a todos os membros do grupo, e que possam subsidiar o planejamento das ações e controles coletivos. Por fim, na capacitação conceitual, são trabalhados elementos presentes na economia solidária, que a diferenciam de uma prática excludente, cujo processo em que ocorrem discussões mais ampliadas, entre grupos, assim como no cotidiano dos grupos.

Apoio a construção à rede solidária – forma a terceira linha de ação, e tem como objetivo principal apoiar à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo.

Hoje, passados quase sete anos após as primeiras iniciativas oficiais de economia solidária em Londrina e com o programa de Economia Solidária do Município de Londrina em andamento, o programa atende cinquenta e seis grupos de geração de trabalho e renda, entre os quais trinta e dois formados e vinte quatro em formação.

O programa conta com modernas instalações - Centro Público de Economia Solidária de Londrina -, financiada com recursos da secretaria nacional de economia solidária (órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e do Emprego) e do próprio município, com o objetivo de se tornar um espaço de referência da economia solidária em Londrina, proporcionando informação, capacitação e atendimento aos empreendimentos a serem desenvolvidos, assim como auxílio na exposição e comercialização dos produtos fabricados pelos empreendimentos econômicos solidários encubados pelo programa.

Atuando nas áreas de alimentação, artesanato, reciclados (papel, tecido), confecção e prestação de serviços, os empreendimentos econômicos solidários que integram o programa de economia solidária de Londrina, reúnem usuários e usuárias da assistência social, indígenas, contemplados pela bolsa família, desempregados, agricultores familiares (público alvo da assistência social etc.), que definem a atividade a desenvolver no grupo de geração de renda por experiência, habilidades, cursos, desejos das pessoas, necessidades da comunidade, entre outros.

Os empreendimentos solidários do Programa de economia solidária de Londrina estão espalhados por todas as regiões da cidade. Por isso, os técnicos dos centros regionais de assistência social (CRAS) assumem um papel importante junto aos grupos de geração de renda localizados em diferentes regiões, nos quais se encontram os grupos de geração de renda. Cada CRAS designa uma assistente social de referência para este trabalho de apoio e acompanhamento dos grupos (a cidade esta dividida em região norte, sul, leste, oeste, rural e centro).

Pode-se realçar que o programa de economia solidária de Londrina se pauta pela organização de um conjunto de ações e projetos como:

- 1) o projeto de acessória aos empreendimentos, que faz o acompanhamento (desde a organização do grupo até após a estruturação do grupo), a capacitação na área de gestão e processos administrativos (instituir instrumentos de gestão), a monitoria, a capacitação conceitual (formação) e a viabilização dos empreendimentos solidários;
- 2) o projeto investimento solidário que define como, onde e de que forma produzir. Apóia na aquisição da matéria prima (pois é a principal dificuldade dos grupos), por meio do fomento, a aquisição de matéria-prima feita pela prefeitura de Londrina. Desta forma o grupo tem que destinar uma porcentagem dos seus rendimentos a comunidade local onde se encontra inserida (asilos, grupos de capoeiras etc) ou terá que ensinar a atividade fim do empreendimento;
- 3) o projeto rede solidária consiste na associação entre grupos comunitários, organizações religiosas, da sociedade civil, e estatais com o intuito de

fortalecer a economia solidária por meio de parcerias e união de esforços entre esses grupos mediante do desenvolvimento de atividades conjuntas como feiras descentralizadas nos lugares de grande movimentação em datas comemorativas etc.;

4) o projeto oficinas solidárias, cujo intuito é levar reflexão e discussão sobre economia solidária e o programa municipal de economia solidária aos públicos propensos (alvos) para que assim se possa estimular e propagar iniciativas de economia solidária na cidade;

5) e, por fim, o projeto educação para o consumo crítico que objetiva o desenvolvimento de oficinas de conscientização para a importância do consumo solidário como forma de abertura da economia solidária ao consumo que gera renda justa. Entre as ações do projeto se destaca a ação de consumo consciente que é levada a cabo em parceria com o Procon e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), objetivando discutir o consumo sob a óptica do meio ambiente, da defesa do consumidor e da economia solidária e também a ação envolvendo a Secretaria Municipal da Educação e o Núcleo Regional de Ensino, para um trabalho de divulgação e educação junto às crianças da 5ª a 7ª série, que visa aliar comunidade consciente, pensante, crítica, renda e forma de organização.

Como último desenvolvimento, o Programa de Economia Solidária do Município de Londrina criou recentemente uma cooperativa, cujo intuito é congrega os empreendimentos incubados com maiores possibilidades de crescimento e, desta forma, propiciar melhores condições para que isso realmente aconteça. Hoje junto à cooperativa encontram-se filiados dezenove empreendimentos.

Apresentação dos resultados

No texto a seguir, são descritas as possíveis análises obtidas por meio dos dados colhidos na pesquisa.

O Programa de Economia Solidária do município de Londrina conta hoje com cinquenta e seis empreendimentos econômicos solidários, em todas as regiões da cidade. As pessoas que participam desses empreendimentos são na sua maioria pessoas carentes, que tiveram pouquíssimo acesso aos direitos sociais e que por isso hoje necessitam do auxílio do poder público para a satisfação das suas necessidades, uma vez que a renda desses assim não o permite, causando dessa forma certa dependência do poder público. Visando diminuir e posteriormente eliminar essa dependência, surgiu o programa de economia solidária de Londrina. No início como uma vertente do programa Fome Zero do governo federal

(eixo 3 – geração de renda), posteriormente como um programa municipal de geração de trabalho e renda, que tem como parceiro a Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão ligado ao Ministério de Trabalho e Emprego. É mediante essa contextualização que se pode contar a história dos empreendimentos econômicos solidários em Londrina. Todos são fruto da promoção e do estímulo à associações produtivas levado a cabo pelos programas acima citados, com o intuito de disponibilizar aos trabalhadores beneficiários oportunidades de qualificação social (reflexão sobre cidadania, fortalecimento e o mundo do trabalho), profissional (fundamentos técnico-científicos da ocupação) e ocupacional (atividades específicas à ocupação, dimensão técnico-gerencial, cooperativista e associativa), em articulação com as ações de microcrédito, geração de emprego e renda e economia solidária. Nesse sentido foram realizadas várias ações de mapeamento em parceria com algumas entidades religiosas, instituições de ensino e órgãos da cidade, objetivando a identificação e criação de potenciais grupos de geração de trabalho e renda. Para muitos participantes do programa de economia solidária, essa realidade começou nas reuniões promovidas em igrejas e associações de bairro, como ilustra as palavras de uma das integrantes de um grupo da zona oeste:

Tudo começou em uma reunião na igreja aqui do lado de casa. Estava lá um grupo de mulheres que participam frequentemente das atividades da paróquia e o padre nos avisou que iria lá um grupo do programa de economia solidária da prefeitura conversar conosco. Eles chegaram e começaram a falar sobre o programa. Explicaram-nos o que era economia solidária e como poderíamos participar. Nos interessamos pelo assunto, já que estávamos desempregas e resolvemos correr atrás.

Para outros, a entrada no programa foi pela intervenção das assistentes sociais do centro de referência da assistência social (CRAS).

Foi uma das assistentes social do centro de referência da assistência social que me apresentou ao programa. Sofro de depressão desde a morte do meu marido e na época estava muito mal. Daí ela me disse que seria bom para mim me ocupar com alguma coisa e me levou a uma das reuniões do grupo.

Esses incentivos consolidados com a possibilidade de complementar a renda da família que é muito baixa, vencer o desemprego, aliar a possibilidade de trabalhar sem descuidar dos filhos, desenvolver uma atividade prazerosa sem sofrer pressões por parte de terceiros e aproveitar os incentivos oferecidos pelo município, tais como a doação dos meios de produção, fomentos à produção, qualificação profissional, assessoria técnica

e auxílio à comercialização, constituíram as principais motivações que levaram essas pessoas a se associarem em grupos e fazerem parte de uma iniciativa de economia solidária. Sobre o assunto Singer (2002) acredita que no Brasil as iniciativas da economia constituem uma alternativa ao desemprego e a possibilidade de promover o bem-estar social e condições dignas de vida às pessoas que as adotam.

Para se efetivar a adesão a um dos empreendimentos solidários aqui pesquisados, há que se obedecer a certos critérios que fazem parte da linha de ação do programa, como, por exemplo, ser originário de uma realidade no qual não foram disponibilizados os meios essenciais ao desenvolvimento de perspectivas de sustentabilidade e autoafirmação, abrangendo tanto o foro econômico como o relacionamento com os demais atores sociais, apresentando assim certa restrição a possível adesão de pessoas vinda de outras realidades. Claramente se percebe a tentativa dos responsáveis pelo programa em atender e priorizar sujeitos em situação de risco social, o que facilmente se entende, pois essas pessoas têm pressa por alternativas e soluções concretas, que tenham como finalidade maior a melhoria da qualidade de vida e resgate da dignidade humana. Essa, aliás, configura-se como o grande desafio da economia solidária segundo Mance (2002). O que coloca alguns outros pontos no centro da discussão sobre as reais possibilidades da economia solidária, tanto como uma alternativa superior ao capitalismo como defende Singer (2002), ou como forma de organização pós-capitalista como defende Mance (2002). Nos dois casos, vê-se a necessidade de a Economia Solidária se constituir uma opção válida de organização social, produtiva e econômica, tornando oportuna a reflexão sobre a consistência das suas iniciativas, levando Singer (2002, p. 120) a afirmar que “a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona”. Isso ainda não constitui a realidade da economia solidária em Londrina, já que a maioria ainda não consegue mais de meio salário mínimo, mas ainda reside no interior dessas pessoas a esperança de ver os seus empreendimentos crescerem e melhorar as suas condições de vida, como narra uma entusiasmada participante de um empreendimento solidário na zona sul:

Sonho com o dia em que a “sol para todos” (nome fantasia do empreendimento), se tornará uma grande marca, reconhecida pela qualidade dos seus produtos e valorizada pela sua história. Isso ainda vai acontecer, pois é o sonho de muitas vidas e estamos trabalhando para isso.

Em Londrina, ainda que modestos, os empreendimentos econômicos solidários promovidos pelo município vêm dando amostras de uma possível viabilidade futura, apoiado no fato da maioria já conseguir pagar suas despesas e ter sobra, a bem verdade que ainda com o auxílio do município, propiciar renda aos seus membros (mesmo que baixa), apresentar produtos de qualidade reconhecida, o que tem facilitado à conquista de clientes, e melhorando as condições de competitividade. Falando especificamente do nível de competitividade, cabe aqui frisar que a competitividade desmedida e a qualquer preço não constitui prática da economia solidária, como esclarece Singer (2002, p. 115), “a grande aspiração que, desde os primórdios, sempre animou a economia solidária tem sido superar as tensões e angústias que a competitividade de todos contra todos acarreta naqueles que se encontram mergulhados na lógica do capital”. Mas para que possam continuar funcionando, esses empreendimentos têm necessariamente que apresentar ao mercado opções de consumo de qualidade sem ferir seus princípios e margem de ação.

Constatou-se que ainda para a maioria desses grupos, a conquista de mercado representa uma grande dificuldade, pois a concorrência com as empresas capitalistas é francamente desigual, com descreve uma participante de um empreendimento na zona leste:

O nosso principal problema é vender. Fazemos crochê e essa atividade tem lá os seus custos e sem falar do enorme dispêndio de tempo que acarreta. Caprichamos no nosso produto e quando vamos vendê-lo, as pessoas reclamam do preço e nos dizem que encontraram produto similar muito mais barato.

E ainda, desabafando, acrescenta:

Eles não dão valor às pessoas que produzem na própria cidade, valorizando só o que é de fora. Eles não levam em conta que para produzirmos não precisamos explorar a mão-de-obra alheia ao contrário dessas outras empresas. O preço deles é muito baixo e não conseguimos acompanhá-los, pois praticamos o preço justo.

Em virtude desses problemas, paulatinamente se vai encontrando soluções pontuais, mas este é ainda um ponto a rever pelos integrantes do programa. Além dos problemas enfrentados no que tange a comercialização, outros problemas limitam o harmonioso desenvolvimento desses empreendimentos. Identificou-se, por exemplo, instalações inadequadas, falta de meios de produção, falta de credibilidade por parte da comunidade e problemas no relacionamento entre o pessoal. Apesar disso, a maioria os

encara como problemas pontuais que se enfrentados com a colaboração de todos podem ser resolvidos.

Finalizando a entrevista, foi a vez de ouvir dos membros dos grupos as eventuais contribuições da economia solidária em suas vidas. Cada membro narrou o seu ponto de vista, seus sentimentos e as suas experiências vividas ao longo da sua participação nessa iniciativa de economia solidária. Nesse processo, um dos membros de um empreendimento econômico da região oeste, com os olhos marejados de lágrimas declarou:

Participar da economia solidária me fez renascer. Me fez acreditar que sou importante e que mereço ser respeitada e valorizada como qualquer outra pessoa que tem dinheiro. Passei a olhar para as pessoas, pois antes só olhava para o chão. Hoje eu sou dona e senhora da minha vida, sou útil para a sociedade e sou considerada nas estatísticas desse país, já que hoje tenho a minha própria renda. Olha, posso te dizer sem medo, eu sou uma pessoa igual a todas as outras e isso quem me fez ver e entender foi a economia solidária.

Declarações como essas e outras obtidas ao longo da pesquisa como, por exemplo, “a economia solidária me devolveu a autoestima e o amor próprio”, “a minha família passou a me olhar com outros olhos”, “hoje eu me sinto parte integrante da sociedade”, “não preciso pedir esmola para ninguém. Tenho o meu próprio dinheiro”, “hoje, até passo batom, quando saio de casa”, chamam a atenção para aspectos que facilmente passam despercebidos aos olhos daqueles que têm uma condição melhor de vida, a importância da autoafirmação pessoal, um ser plenamente capaz de conduzir o próprio destino e participar ativamente na sociedade da qual faz parte.

Foram elencados vários pontos que no entendimento dos entrevistados constituem as contribuições da economia solidária às respectivas vidas: a subsistência material, o reconhecimento e valorização por parte da família e sociedade, a melhoria à saúde, a reinserção social, a qualificação técnica e profissional etc. Ressalta-se o fato de, como ponto negativo ter sido citado apenas a questão da renda, que ainda não atingiu o nível desejado.

Baseando-se na realidade acima descrita, nos dados colhidos, nas conversas informais tidas com os participantes e gestores do programa de economia solidária de Londrina, e em resposta aos objetivos do presente, cabe afirmar o seguinte: O programa de economia solidária de Londrina ainda está longe de propiciar aos seus integrantes o nível de renda e o padrão de vida ideal e merecido. Mas já se vê sinais claros de melhoria das condições de vida, aceitação e valorização pessoal, inserção social e

incorporação de novas práticas de convívio com a valorização crescente de valores como a solidariedade, honestidade, democracia, transparência, ajuda mútua e atitudes como a cooperação, transparência na gestão, aprender com o erro e agregar e distribuir valores.

Essa nova visão do todo social e a vontade explícita de querer crescer é que potencializa os empreendimentos solidários em Londrina. No horizonte vislumbram-se muitas limitações, mas também se clareia a importância dessas relações que acontecem no âmbito de tais iniciativas, afinal de contas como pregam os estudiosos da área de recursos humanos em especial e de administração em geral, as pessoas são o diferencial de qualquer organização, pois só elas são capazes de marcar a diferença.

Considerações finais

O presente estudo visa trazer à luz do debate a implementação da perspectiva da economia solidária em Londrina enquanto proposta alternativa de trabalho e geração de renda. Dessa forma se pretendeu identificar os seus atores, o seu campo de atuação, os seus objetivos e o momento atual do programa, com o intuito de conhecer melhor a forma como esses elementos se interagem e caminham na construção das experiências de economia solidária na cidade. Para isso, ao longo do estudo se procurou explicar o tema “economia solidária” numa linha de raciocínio clara e objetiva, de modo a propiciar aos leitores uma maior margem de compreensão e análise do tema, bem como seu desenvolvimento.

O tema economia solidária vive um momento particularmente interessante no Brasil, com o despontar de inúmeras iniciativas no cenário nacional, o que lhe tem proporcionado uma maior visibilidade, tanto a nível governamental quanto a nível acadêmico. Neste sentido, têm-se criado órgãos estatais de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários, assim como amplos fóruns de discussão e difusão das suas práticas conceituais. Esse cenário se inscreve no que muitos autores descrevem como o ressurgimento da economia solidária no cenário nacional e internacional, em resposta à impossibilidade do sistema vigente em atender às exigências humanas básicas como: saúde, educação, segurança, infraestrutura e bem-estar.

A degradação das condições sociais, a proliferação da miséria, as alterações ocorridas no mercado de trabalho, conduzindo a uma situação de baixa produtividade, emprego esporádico e salários achatados provocaram uma onda de crises a nível mundial. Para ludibriar essas crises, os trabalhadores lançaram mão de artifícios que propõem repensar a

superioridade dos direitos fundamentais do homem, da utilidade social e do interesse geral, sob a perspectiva de uma nova ordem social que se manifesta a longo prazo, baseado no desenvolvimento harmonioso da sociedade.

Em Londrina, a implantação dessa nova perspectiva de trabalho e geração de renda tem sido motivo de mensagens de incentivo e felicitação aos resultados até aqui alcançados. O que coloca ao programa de economia solidária do município novas metas a alcançar e novos obstáculos a vencer.

Percebe-se a necessidade do reforço do programa, de forma a ir além do puro assistencialismo e distribuição de renda e ser encarado como uma oportunidade de emancipação social e econômica, por meio da promoção do homem como sujeito e finalidade da atividade que exerce, em que cada um busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, resultando em melhor qualidade de vida e trabalho para todos.

Para tal, torna-se essencial investir na capacitação e instrução das pessoas que fazem parte desses empreendimentos, em virtude da sua baixa escolaridade, proporcionando o cultivo da necessidade do desenvolvimento pessoal pleno, visando à ampliação da visão de futuro desses.

Põe-se o desafio de informar, conscientizar e promover às práticas da economia solidária, visando ampliar o mercado potencial de destinação dos produtos/serviços fabricados pelos empreendedores solidários.

Outro desafio que se configura para o desenvolvimento consistente dos empreendimentos solidários em Londrina, é a necessidade de se promover a mudança de valores e visão de mundo dos participantes, hoje, baseados no sistema vigente, objetivando a virada para uma outra forma, mais colaborativa, de se pensar a economia e as relações inter-pessoais, firmados no bem-estar coletivo.

A união de forças entre os iguais constitui uma das bases da economia solidária. Em Londrina, em razão do tamanho e da fragilidade dos empreendimentos solidários incubados ao programa de economia solidária, conjectura-se a necessidade da criação de uma cooperativa, cujo intuito é possibilitar melhores condições de acesso ao mercado e a legalização desses empreendimentos, vencendo assim muitas dificuldades hoje enfrentadas no que diz respeito principalmente a questão da comercialização e renda dos participantes.

Outra questão que merece ser devidamente estudada é o certo comodismo que toma conta de alguns participantes do programa, estimulado pelo fato da implementação da perspectiva da economia solidária ser externa (por parte do poder público), notando-se em alguns empreendimentos fracas bases para prosseguir em uma eventual retirada do poder público.

Faz-se necessário a concepção de políticas públicas que visam incentivar e difundir esses empreendimentos, destacando-se a urgência de

uma legislação para regulamentar o setor, no município, a exemplo de outras regiões do país, onde a economia solidária faz a diferença para milhares de famílias.

Diante disso, fica evidente que, para a consolidação do processo de desenvolvimento e sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários em Londrina, tem-se ainda um longo caminho a percorrer, mas alguns passos importantes já foram dados nessa direção como, por exemplo: a) a criação e implementação de um programa que tem por objetivo promover a cidadania por meio do fomento à associações produtivas; b) possibilidade de transformar realidades e trabalhar na perspectiva da recuperação de pessoas marcadas por fragilidades; c) a oportunidade única de incentivar relações sociais, cuja base de sustentação é a solidariedade, a cooperação e o respeito ao próximo aliado à melhoria da questão econômica; d) o resgate da dignidade humana, pela melhoria na autoestima e a consequente melhoria na qualidade de vida.

Para a maioria das pessoas que participaram desta pesquisa fazer parte do programa de economia solidária representou um claro divisor de águas entre a passividade e a exclusão social e o retomar das rédeas da própria existência, o que representa a grande potencialidade da economia solidária e do programa aqui estudado.

À título de conclusão, cabe destacar que os objetivos propostos para o presente estudo foram alcançados na sua totalidade, podendo-se afirmar que o programa de economia solidária do município de Londrina é mais uma alternativa válida, por parte do poder público, na tentativa de se amenizar as duras condições de vida das classes menos favorecidas, contendo, no entanto, o diferencial de aliar inclusão social a uma nova ótica de trabalho, visando promover a emancipação econômica e bem-estar coletivo dos seus participantes.

Referências

ANDION, C. M. As particularidades da gestão em organizações da economia solidária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, XXVI, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

ARRUDA, M.; GAIGER, L. I. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CARVALHO, A. M. R.; GIRALDI, G. G.; AVIGHI, M. M. Autonomia e Poder em uma associação de catadores: contradições e desafios: In: VI Encontro Internacional de Economia Solidária, 2008, São Paulo, SP. *Anais...* São Paulo: NESOL, 2008

DORNELES, S. B. Autogestão e Racionalidade Substantiva. *Revista Brasileira de Administração*. v.15, n. 49, jun/2005. Brasília, DF.

FRETELL, A. C.; ROCA, H. O. Comércio justo. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GOMES, D. M. O. A.; PESSÔA, R. A.; FARIA, M. V. C. M. Formação de Redes de Economia Solidária: o caso da Rede Abelha Ceará. In: ENEO – *Encontro de Estudos organizacionais da ANPAD*, 2008, Belo Horizonte, Minas Gerais: 2008.

MANCE, E. A. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARTINS, C. H.; CRUCIAL, C. V.; ARAÚJO, E. J. C. Economia e Comunhão e Economia Solidária: uma Distinção de Conceitos. In: EnANPAD – *Encontro da ANPAD*, 2006, Salvador. Rio de Janeiro: 2006.

MAZZEI, B. B.; CRUBELLATE, J. M. Autogestão em Empreendimentos Econômicos Solidários: Um Estudo Comparativo de Casos em Cooperativas de Reciclagem de Lixo de Maringá- PR. In: EnANPAD - *Encontro da ANPAD*, 2007, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2007.

NISHIMURA, S. R. *Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina – Paraná*. 2005. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina.

PASSOS, Ó. A. V. D. Explorando Novas Práticas Organizacionais em Economia Solidária: Conceito e Características dos Bancos Comunitários. In: ENEO – *Encontro de Estudos organizacionais da ANPAD*, 2008, Belo Horizonte, Minas Gerais: 2008.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, H. B. A Economia de Comunhão como uma nova forma de Gestão: Impactos no Sentido do Trabalho. In: EnANPAD - *Encontro da ANPAD*, 2007, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2007.

SILVA, G. L. S. Economia Solidária e Autogestão: Um estudo de Caso da Criação, sustentabilidade e características de um novo negócio. In: ENEO – *Encontro de Estudos organizacionais da ANPAD*, 2008, Belo Horizonte, Minas Gerais: 2008.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). *Economia Solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003a. p. 11-28.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). *Economia Solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003a. p. 11-28.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). *Economia Solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003a. p. 11-28.

_____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. Economia Solidária e Autogestão: a criação e re-criação de trabalho e renda. In: Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada – IPEA. *Mercado de trabalho conjuntura e análise*, v.9, n.24, p. 35-43, ago. 2004

TEIXEIRA, L. R. Perfil organizacional de Empreendimentos Econômicos Solidários em Salvador. In: EnANPAD - *Encontro da ANPAD*, 2007, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2007.

GRUPOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NA CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LONDRINA

*Sandra Regina Nishimura
Maria Luiza Amaral Rizzotti*

Introdução

Debruçar-se sobre o grave quadro de realidade social e encontrar formas de enfrentamento tornou-se, na contemporaneidade, um desafio colocado por diferentes ideologias e governos de países centrais e periféricos.

As contradições são visíveis. Tem-se de um lado o avanço tecnológico, a rapidez nas informações, o gerenciamento e o fechamento de negócios no mundo globalizado virtual, e de outro o mundo daqueles que não têm acesso a essa tecnologia, excluídos da informação, do emprego, dos serviços e de grande parte dos bens produzidos pela sociedade.

As alternativas de geração de trabalho e renda vêm sendo adotadas tanto por organismos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, assim como por meio de iniciativas da sociedade civil vinculadas aos movimentos populares, organizações comunitárias, sindicais, universidades, entre outras.

Nesse sentido, a proposta da Economia Solidária aponta para uma nova constituição de trabalho. Compreende-se o trabalho, nessa linha, aquele organizado sob a égide da gestão democrática e coletiva, da autogestão, do respeito ao meio ambiente, do atendimento às necessidades humanas nos processos de produção, comercialização e consumo e como fonte de realização e valorização do trabalhador.

Os valores presentes na relação de trabalho no atual sistema socioeconômico já demonstraram que estão muito longe de alcançar o patamar da equidade, da inclusão e da justiça social. A população, alijada do mercado formal de trabalho, para a garantia, ainda que ínfima, de sua sobrevivência, engrossa a fileira do trabalho informal e se submete ao exercício de ocupações irregulares sem quaisquer garantias legais, sem proteção social, forçada a trabalhar longas jornadas para ganhar um mínimo.

Assim, pensar em mecanismos e estratégias para o enfrentamento dessas questões como uma nova forma de trabalho, diferente dos padrões vigentes, suscita grande desafio para o Poder Público. Um destes mecanismos tem sido a constituição de grupos de geração de trabalho e renda, muitas

vezes, formados entre aqueles que se encontram em situações semelhantes por proximidade de moradia, por nível de escolaridade, por área de habilidades, entre outras. Organizações instituídas que oportunizam trabalho e renda, mas que, dentro da estrutura econômica vigente, não possuem um marco regulatório que lhes possibilite o efetivo reconhecimento de outras formas de trabalho.

Por isso, investir no fortalecimento de outras relações e práticas de trabalho, alinhadas aos princípios da solidariedade, da cooperação, da ética, da decisão coletiva e no enfoque da organização da rede solidária de produção, comercialização e consumo é tarefa que está na agenda dos diferentes atores que compõem a Economia Solidária: empreendimentos solidários, organizações escolares, comunitárias, religiosas, Poder Público, entre outros.

Como forma de apoiar outras iniciativas de trabalho e renda, o município de Londrina estruturou uma ação pública de Economia Solidária, que, em 2003, integrava um dos eixos do Programa Londrina Fome Zero. Em um primeiro momento, a Secretaria Municipal de Assistência Social criou uma gerência de inclusão produtiva, porém, para corresponder à visão integrada e multifacetária proposta pela Economia Solidária, fez-se necessária a criação de um Programa Intersetorial do Governo Municipal em 2005 com a participação das diversas secretarias que, hoje, configura-se no Programa de Economia Solidária.

O presente estudo tem como objetivo avaliar em que medida houve a apropriação dos princípios da economia solidária no cotidiano dos grupos de geração de trabalho e renda. Também se apresenta como objetivo a avaliação do Programa de Economia Solidária, a partir da ótica dos participantes dos grupos de geração de trabalho e renda.

Para a delimitação do universo da pesquisa, a partir das informações do cadastro dos respectivos grupos no Programa, escolheu-se, dentre um total de 28 grupos, aqueles que apresentavam os seguintes critérios: grupos de 3 a 4 membros e grupos acima de 4 membros; grupos com até dois anos de funcionamento e grupos com mais de 2 anos de funcionamento; e grupos que mais participaram das feiras propostas pelo Programa de Economia Solidária.

Optou-se por esses critérios por entender que a quantidade de membros do grupo e o tempo de funcionamento interferem no processo grupal, o que pode implicar maior ou menor adesão aos princípios da Economia Solidária. O terceiro critério, que se refere à participação nas feiras propostas pelo programa, compreende que os grupos mais envolvidos tiveram maior oportunidade de vivenciar as proposições da Economia Solidária do Programa Municipal em execução.

Chegou-se a um universo de 6 grupos, assim constituídos: 3 grupos mais novos e 3 grupos mais antigos, segundo o critério do tempo de funcionamento; 4 grupos pequenos e 2 grupos grandes, de acordo com o critério de inclusão de grupos menores e maiores. Na combinação desses critérios, percebe-se que a amostra ficou diversificada com 2 grupos mais novos e pequenos, 1 grupo mais novo e grande, 2 grupos mais antigos e pequenos, e 1 grupo mais antigo e grande.

Além dos critérios já descritos, verifica-se que, dos 6 grupos entrevistados, 2 localizam-se na região norte, 2 na região oeste e 2 na zona rural. Para a pesquisa de campo, adotou-se a entrevista grupal, realizada com cada grupo e para a análise dos dados coletados foram consideradas cinco categorias: a) concepção de economia solidária; b) forma de enfrentamento do desemprego; c) papel do poder público; d) fortalecimento da economia solidária.

O conteúdo sintetizado do processo desta pesquisa, tanto no que se refere à construção de referencial teórico quanto à sistematização e análise dos dados empíricos, está aqui organizado em três tópicos: economia solidária; o programa de economia solidária em Londrina; e mecanismos de construção da economia solidária nos grupos de geração de trabalho e renda.

Economia Solidária

A origem da Economia Solidária tem intrínseca relação com o surgimento do capitalismo industrial, que provocou a expulsão dos trabalhadores do campo. Estes se tornaram modernos proletariados nos sistemas fabris, não só os adultos, como também as crianças, sem nenhuma proteção e regulamentação do trabalho, inclusive quanto a sua jornada, sua exploração era ilimitada. A difusão da máquina provocou um ascendente empobrecimento dos artesãos.

A pobreza e o desemprego, consequências desse modo de produção do início do século XIX, provocaram reação por parte dos operários que se organizaram em cooperativas como forma de resistência à Revolução Industrial e seus resultados, já em seus primórdios. Essa organização ocorreu como forma de “recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas”. (SINGER, 2002, p. 83).

Percebe-se que tal movimento passou por momentos de fluxo e refluxo, conforme o processo histórico de conquistas e perdas da classe trabalhadora, organizada por meio de seus órgãos representativos. Houve períodos em que a luta ocorreu muito mais para a garantia das conquistas

obtidas na relação patrão - empregado do que pela relação de igualdade, autonomia e posse dos meios de produção.

Neste processo histórico, no qual o capitalismo produz e concentra riquezas para uma minoria, agravam-se as desigualdades sociais, a miséria e a exclusão social. É a crise estrutural do mercado de trabalho, com políticas recessivas e de abandono das políticas sociais.

Essa massa de alijados do mercado de trabalho, sem proteção social, busca alternativas para criar suas oportunidades de trabalho e de sobrevivência e encontra, na Economia Solidária, uma forma diferente de produzir, comercializar e consumir. Essa proposição permite atuar na perspectiva da inclusão social. Isso faz com que em muitos países ressurgira a economia solidária, “[...] a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos”. (SINGER, 2002 p. 111).

A Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si... O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. (SINGER; SOUZA, 2000, p. 13).

Em outro estudo, Singer (2003) analisa que, apesar das diferentes abordagens em torno da Economia Solidária, as ideias referem-se à solidariedade em contraposição ao individualismo e competitividade que imperam nesse sistema excludente.

Dessa forma, para este autor:

A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo, etc., na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar

plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (SINGER, 2002, p. 114 -115).

Para Singer (2000), a economia solidária tem sua razão de existir na medida em que efetivamente altere para melhor as condições de vida do trabalhador.

[...] a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários. (SINGER, 2002, p. 120-121).

Compreende-se que não será suficiente apenas a difusão da economia solidária em larga escala, seja local, regional, estadual, nacional e na integração com outros países, mas, na perspectiva apontada pelo autor. Ela somente se constituirá como uma alternativa superior na medida em que a produção, comercialização e consumo interferirem concretamente para o alcance de mudanças qualitativas na vida das pessoas e no bem-estar de parcelas crescentes da população.

O programa de economia solidária em Londrina

O Programa de Economia Solidária em Londrina tem caráter intersetorial, com a participação das diferentes áreas como a Assistência Social, Educação, Ambiente, Cultura, Saúde, entre outras.

As atividades desenvolvidas estão relacionadas a três linhas de ação: o apoio financeiro aos grupos de geração de trabalho e renda; a capacitação conceitual, técnica e de gestão e o apoio à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo.

A primeira linha é operacionalizada por meio de repasse de materiais e não de recursos financeiros. O apoio financeiro, por meio de repasse direto, constitui-se um impeditivo legal. É importante mencionar que o orçamento utilizado para esta ação vem do tesouro municipal, em especial da política pública de Assistência Social, cujos recursos estão alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, na área de enfrentamento à pobreza. A

sua aplicação é deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Parte do recurso é repassada ao PROVOPAR – Londrina, cuja previsão de gastos é com materiais de consumo.

Para o fomento, há necessidade de apresentação de projetos que constem de justificativa, objetivos, característica e número de trabalhadores envolvidos, histórico do grupo, recurso solicitado e recurso existente.

Aqui se situa um dos limites para o apoio aos grupos de geração de trabalho e renda, que é o fomento restrito aos materiais de consumo. Dessa forma, aqueles grupos que necessitam de bens duráveis precisam buscar outras alternativas para sua aquisição. Por outro lado, as formas de crédito estabelecidas, muitas vezes, não correspondem à realidade dos grupos, no que se refere aos critérios de elegibilidade e ao percentual de juros praticados. O Estado, compreendido como o guardião dos interesses públicos, assume, nesta linha, um papel preponderante, que é o de encontrar mecanismos que possam viabilizar, por meio de um marco regulatório, a acessibilidade dessa população às diferentes formas de crédito.

Foram estabelecidos critérios de análise, como o valor solicitado em relação ao número de pessoas envolvidas; a possibilidade de autonomia do grupo a partir desse fomento; as condições já existentes para o funcionamento do grupo; o tipo de produto a ser produzido em relação ao seu uso na própria comunidade; e o montante solicitado, considerando que todas as regiões deveriam ser contempladas.

As experiências do fomento espalhadas pelo Brasil, em geral, ocorrem por meio do acesso ao crédito solidário, que estabelece mecanismos mais facilitadores, critérios menos exigentes e juros bem mais baixos dos que aqueles praticados pelos agentes financiadores.

Por outro lado, há aquele público que sempre esteve despojado de todas as possibilidades de acreditar e desenvolver o seu potencial e a sua capacidade e que, mesmo assim, não conseguiu acessar o microcrédito solidário.

Para esse público, considera-se necessária outra forma de acesso e apoios concretos e materiais, com ações de apoio sociofamiliar que objetivem alcançar o protagonismo e a autonomia dessas pessoas. Significa investir material e, subjetivamente, em potencializar homens e mulheres, significa compreender essas ações enquanto integrantes de uma política pública, política de direito.

Entende-se que o fomento adotado pelo Programa de Economia Solidária de Londrina está organizado sob as bases do investimento social. A partir dessa ótica, supõe uma contrapartida solidária por parte do grupo. Na contrapartida solidária, do valor total do apoio, 10% são revertidos em produtos que podem atender instituições assistenciais da comunidade e

outros, ou 30% em serviços, isto é, a habilidade do fazer daquele grupo pode ser compartilhada com outro grupo ou pessoas. O tempo estabelecido para a contrapartida depende do desenvolvimento de cada grupo, o que varia de três meses a um ano, podendo ser estendido esse tempo a partir da avaliação conjunta entre técnicos e o próprio grupo.

O estabelecimento de contrapartida, em qualquer modalidade de programa, é algo cercado de controvérsias e divergências. De um lado estão aqueles que, compreendendo a inserção no programa como uma questão de direito, questionam o porquê da contrapartida, de outro, há aqueles que consideram a ausência desta como paternalista.

Trata-se de uma política de direitos, na qual a contrapartida oportuniza que as pessoas experienciem práticas em que estejam presentes os princípios da divisão de saberes, da troca de experiências, da solidariedade, da cooperação e de propiciar ao outro o resultado de sua capacidade criativa de produção.

A segunda linha de ação do programa, que é a capacitação técnica, de gestão e conceitual, busca, por meio dessas três dimensões, a implementação de ações qualitativas e quantitativas mais ampliadas no campo da Economia Solidária.

A capacitação técnica tem por objetivo a qualificação e o aperfeiçoamento do fazer, o que inclui novas técnicas e o próprio desenvolvimento da capacidade criativa das pessoas.

A capacitação de gestão envolve os processos de gestão inerentes a todos os empreendimentos solidários, como controle de estoque, pedidos, gasto, comercialização, documentação, entre outros, que permitam a transparência das informações a todos os membros do grupo e que possam subsidiar o planejamento das ações e o controle coletivo.

Na capacitação conceitual, são trabalhados elementos presentes na Economia Solidária que a diferenciam de uma prática excludente, cujo processo ocorre em discussões mais ampliadas, entre grupos, assim como no cotidiano dos grupos.

Convém ressaltar que as linhas de ação do Programa são definidas para fins de melhor elucidação do processo, mas elas acontecem ora concomitante, ora separadamente, ora se entrecruzam.

Assim, a terceira linha de ação, que é a de apoio à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo, tem sido desencadeada desde as primeiras discussões com os grupos de geração de renda, que já apontavam como dificuldades enfrentadas a comercialização e o isolamento dos grupos. Dessa forma, destaca-se a necessidade de um grupo conhecer o outro, como forma de entrelaçamento e fortalecimento do movimento da Economia Solidária.

Esta é a experiência da Economia Solidária que está em construção no município de Londrina. Entende-se que o Poder Público possui um importante papel como proponente, articulador, apoiador e facilitador, com investimentos e viabilização de ações concretas nesta área. O desenvolvimento da Economia Solidária passa, assim, por atividades que desencadeiam a organização dos grupos de geração de trabalho e renda para a vivência do modelo da Economia Solidária, a qual envolve um processo de conhecimento da realidade dos grupos entre si e da prática de uma nova constituição do trabalho. Envolve, ainda, na sua operacionalização, uma outra forma de comercializar e consumir, que ocorre com as feiras municipais (FEISOL) e feiras descentralizadas, da troca de experiências intra e entre grupos, do entreapoiamento de um para com outro grupo. Além disso, acredita-se que a Economia Solidária só será suficientemente fortalecida quando alcançar o patamar de representatividade e legitimidade de determinado território. Espaço este que possui uma diversidade de atores-chaves, cuja consolidação perpassa pela organização do movimento da Economia Solidária.

Este é um processo que ainda está e sempre vai estar em construção. Uma das preocupações do Programa de Economia Solidária de Londrina é, neste apoio aos grupos de geração de trabalho e renda, primar pela garantia da autonomia e protagonismo dos empreendedores solidários sem, contudo, deixar de avaliar, continuamente, de forma coletiva, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, os resultados dessa ação.

Uma das dificuldades encontradas para a estruturação do Programa de Economia Solidária foi a ausência de uma equipe técnica que apresentasse vivência prática e bagagem teórica. No entanto, as constantes inserções nas discussões, por meio dos eventos de capacitação e dos estudos realizados, faziam com que a equipe pudesse ir se apropriando gradativamente do conteúdo da Economia Solidária.

Além disso, pensa-se na difusão do conceito e das práticas, por meio de diferentes estratégias, como a realização das feiras, eventos, teatro, boletins específicos, entre outros; o processo de capacitação dos próprios empreendimentos; o apoio financeiro para que possam ter viabilidade de funcionamento; a relação de parceria do Poder Público e sociedade civil, tanto na participação no Comitê Gestor do Programa, como nas organizações regionais.

Ainda, há que se apontar alguns desafios e limites postos a essa proposição, decorrentes das práticas já incorporadas ao cotidiano pessoal, familiar e grupal, e que perpassam pelo exercício diário de posturas excludentes e não de inclusão.

Assim, pode-se mencionar, por exemplo, que a prática do consumo solidário não está incorporada à ação do dia a dia, como atitude pessoal, familiar, grupal e comunitária. Dessa forma, ao se fazer referência a uma cultura consumista, tão arraigada e diretamente vinculada ao que se vive no sistema vigente e, ao mesmo tempo, com as estratégias hoje propostas pelo Programa de Economia Solidária em Londrina, permanece ainda o desafio de contrapor essa dimensão e trilhar o caminho do consumo solidário.

O enfoque da Economia Solidária, como uma estratégia de desenvolvimento, uma nova forma de trabalho, que organiza a produção, a comercialização e o consumo, sob a égide da solidariedade, da cooperação e da gestão democrática e de rede, traz a reflexão da dimensão que se pode alcançar no âmbito de uma experiência localizada e de suas contribuições como um indício de que se caminha rumo a uma cultura solidária.

Os cenários local, estadual e nacional demonstram o papel crescente que o Estado tem assumido na proposição da Economia Solidária. É a primeira vez, no âmbito federal, que o Poder Público assume esta proposição. Apesar da ampliação desta participação, a Economia Solidária não se encontra presente como política de Estado em todos os pontos do país. Muitas vezes, ela tem sido incorporada às práticas de governos democráticos e populares com o reconhecimento e respaldo às formas organizativas coletivas de trabalho e na busca de mecanismos que possam estabelecer um marco regulatório específico e investimentos que a legitimem e a consolidem.

Assim, a Economia Solidária constitui-se em uma proposta de busca da melhoria da qualidade de vida pautada na recuperação da inclusão no mundo do trabalho, associando iniciativas da sociedade civil e do Poder Público com princípios que superem a relação de exploração. Há o reconhecimento pelo Estado, neste momento, da necessidade de se criar novas condições de geração de trabalho e renda e também o reconhecimento de que, muito embora as ações estejam especialmente no campo da sociedade civil, é preciso estabelecer parceria com a esfera estatal que possui responsabilidade quanto à geração de mais postos de trabalho.

Mecanismos de construção da economia solidária nos grupos de geração de trabalho e renda

O presente tópico analisa os dados coletados na pesquisa realizada que teve, como fonte, os grupos de geração de trabalho e renda fomentados pelo Programa de Economia Solidária.

Para a coleta de dados, adotou-se a entrevista grupal, realizada com cada grupo.

Na sistematização e análise dos dados, foram consideradas quatro categorias que, a seguir, serão analisadas, a partir da opinião expressa pelos componentes do grupo e não da postura individual.

- 1 - Concepção de Economia Solidária
- 2 - Forma de enfrentamento do desemprego
- 3 - O papel do poder público
- 4 - Fortalecimento da Economia Solidária

Concepção de Economia Solidária

Cabe destacar que a introdução da discussão da Economia Solidária nos respectivos grupos ocorreu quando da implantação do Programa Londrina Fome Zero. A partir daí, foram eles fomentados e passaram a receber acompanhamento no final de 2003. Dessa forma, são experiências recentes, compostas por pessoas que tiveram suas vidas marcadas pela exclusão social e por práticas que permeiam essa concepção.

Assim, tanto no âmbito da vida pessoal quanto do trabalho, reproduzir e exercitar a competitividade, a relação desigual e vertical de mando e desmando num local de trabalho, a divisão entre quem decide e executa, daquele que pensa e daquele que faz, a desigualdade salarial entre os que mandam e os que obedecem, a detenção do conhecimento para determinadas pessoas e a hierarquização são práticas consideradas como “naturais” para o desenvolvimento econômico e para a vida da população.

A reprodução disso como o caminho para a garantia do “sucesso individual” é a ética vigente atualmente. Por outro lado, pensar o trabalho e exercê-lo sob outro olhar pode apresentar-se como uma das alternativas de enfrentamento à pobreza. Essa análise pode ser sustentada com a afirmação de Tauile e Rodrigues de que o fomento e o incentivo ao empreendedorismo popular e coletivo são “muito importantes para a criação de alternativas sustentáveis no longo prazo, ao funcionamento das economias contemporâneas”. (TAUILE; RODRIGUES, 2004, p. 35).

Exercitar o novo, o diferente, requer um processo de aprendizado e de incorporação não só de um grupo de geração de trabalho e renda, mas envolve a comunidade como um todo, o que fica evidente no relato do grupo A, que segue abaixo:

Pelo o que eu tenho participado, eu vejo que a Economia Solidária, se a gente não consegue fazer, por exemplo, esse trabalho em conjunto você acaba não conseguindo fazer mesmo uma economia.

Então, eu acho que a partir do momento que a gente conseguir ter consciência que a comunidade pode trabalhar em conjunto, produzir e comprar o seu próprio produto...

Eu acho que se a gente tiver consciência de que a nossa renda pode gerar até no próprio bairro não precisa, não precisa depender de uma feira ou de uma exposição para trabalhar.

O depoimento do Grupo A valoriza o potencial da própria comunidade local, composta por pessoas que produzem e, ao mesmo tempo, possuem necessidades de consumo. Essa ideia traduz o conceito de desenvolvimento local, o qual parte da realidade local e tem por objetivo contribuir para a melhoria da condição de vida dos moradores.

No que se refere ao desenvolvimento local, Jesus (2003) argumenta:

Desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade local, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, se trata de um esforço localizado e concentrado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais. (JESUS, 2003, p. 72).

No relato do Grupo A, também estão presentes, no aspecto da comunidade, as relações de vizinhança, de pessoas que vivem numa mesma região e que compartilham capacidades e necessidades, ao mesmo tempo, comuns e específicas, por meio das quais o enfoque comunitário e a união apresentam-se como potenciais para o desenvolvimento do trabalho coletivo.

Encontra-se também presente a concepção da Economia Solidária enquanto troca de conhecimento e socialização de experiências intragrupo, o que pode ser percebido no relato de vários grupos.

No meu ponto de vista, eu acho que é porque quando ela tem dificuldade de fazer um tipo de trabalho, eu estou sendo solidária com ela, tô passando para ela uma ideia, depois ela vai passar uma ideia para mim também. A gente trabalha em grupo, a gente é solidária umas com as outras (Grupo F).

Bom, por ser solidário é que nós vamos passar um para o outro, e reunir em grupo, trabalham juntos e não trabalhando diversificado cada um, eles reúnem o que sabem a força que tem e formam um grupo (Grupo C).

Sob a égide da sociedade salarial, expulsam-se do mercado de trabalho aqueles que não detêm um saber adquirido nos bancos escolares. Qualquer outro tipo de saber é desconsiderado. Mas, nas falas acima, evidenciam-se a existência e a detenção de um saber adquirido durante a trajetória de vida e que pode ser socializado com outros para o desenvolvimento de um trabalho coletivo.

Nesse processo de exclusão, de uma série de perdas, como o emprego, a participação política, a renda, fica claro, nos relatos, que há algo que pode ser compartilhado. Essa partilha está relacionada à solidariedade, aqui entendida como a troca de ideias, de práticas, de ajuda mútua e de ensinar ao outro aquilo que cada um aprendeu.

A solidariedade é um dos princípios básicos da Economia Solidária e, além de estar presente nas relações intra e entre grupos, deve atingir outros públicos. Para Melo Neto e Magalhães (2003), este é o maior desafio, pois este sistema não tem sustentação sem a adesão pela solidariedade.

Essa solidariedade muitas vezes acontece de forma espontânea e induzida, sem que isso represente uma atitude consciente. A consciência com instrumentos geridos pela própria comunidade, que faz dialogar produtor e consumidor – com base em outras regras e outras lógicas, diferente da rigidez e frieza das regras do mercado – é um passo para a cultura da solidariedade. (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. 16).

Para Singer (2001), nesse mercado saturado, a solidariedade é a solução racional para um conjunto de produtores autônomos que se articulam e se organizam para a troca de produtos entre si, além de oportunizar a todos o escoamento de seus produtos.

A troca de conhecimento relatada pelos grupos supõe que, por meio da prática individual, não se conseguirá alcançar um patamar de organização que possa fortalecer o grupo. Os depoimentos também se referem à perspectiva da articulação da rede de empreendimentos solidários.

Pode-se perceber, nos relatos dos grupos, que a ênfase da atuação em rede recai sobre a possibilidade de realização de troca de produtos, do consumo solidário, da troca de informações e conhecimentos entre os grupos. Eles concebem a organização em rede como possibilidade de crescimento e fortalecimento.

Os relatos que se seguem demonstram as diferentes, mas complementares, formas de se entender o trabalho em rede. Diz o Grupo E:

Eu acho, a rede, eu acho que é um grupo se ajuntar, uma rede, eu penso assim, uma rede de empreendimento que a gente está fazendo.

[...] se a gente se unisse com outros grupos a gente aprendia mais do que a gente sabe, outras coisas que a gente não sabe, a gente iria aprender.

Troca de informação, de conhecimento, o que a gente sabe, a gente ensina para o outro e o outro ensina a gente também.

A troca de conhecimentos.

Porque eu acho assim, também, essa união, essa rede é, no caso, por exemplo, outro distrito né? Então, a gente levaria o nosso trabalho daqui lá, e elas traziam o trabalho delas para cá, seria uma rede onde a gente iria...

Circulando...

Circulando o nosso trabalho e elas também.

Os depoimentos evidenciam a necessidade da expansão para outras localidades, o que permitiria a troca de experiências e a circulação dos produtos, cuja distribuição e comercialização garantiriam efetiva geração de trabalho e renda.

O depoimento do Grupo B expressa que, para a organização da rede, há dificuldades, quando relata “é possível, não é? É difícil, mas é possível”.

Novamente vêm à tona os limites impostos a essa proposição, que busca avançar de forma a superar uma ação pontual e constituir-se como uma estratégia de organização participativa, flexível, descentralizada, horizontal, pautada na integração e no compartilhamento de objetivos comuns.

Também está presente, na concepção de rede, não somente a realização do consumo solidário como forma de aquisição daquilo que é necessário para a pessoa, mas igualmente a valorização do trabalho do outro, o que se verifica nos seguinte relato:

Eu acho que isso daí a gente tem que trabalhar no dia a dia, até com a própria comunidade e com a gente mesmo, com os amigos, eu acho que não tem que comprar o produto por dó, nem porque ela tá precisando, nem porque ela, acho que é porque a gente acha bonito mesmo, acho que isso a gente tá trabalhando entre a gente [...] (Grupo A).

Pode ser identificada, nos relatos, a menção à consciência que os consumidores devem adquirir, quando da compra de um produto. É de conhecimento de todos que, por meio do consumo, pode-se reforçar uma

produção baseada numa relação desigual, consequência da exploração da força de trabalho, ou no fortalecimento de movimentos e grupos que se propõem a desenvolver a produção sob a ótica da relação entre iguais, da autogestão, do entendimento do trabalho enquanto realização humana, fonte de criação e de valorização das pessoas.

A adoção do consumo solidário não exclui os grupos de geração de trabalho e renda da vivência e da relação que devem estabelecer com outras empresas e com a sociedade como um todo, hoje alinhadas sob a égide do capital.

Adotar o princípio do consumo solidário não significa ser conivente com a produção de má qualidade. Significa a possibilidade de, cada vez mais, envolver parcelas da população a desenvolverem o senso crítico quanto às consequências de sua opção pelo consumo. Acreditar no potencial do consumo solidário não requer o isolamento da economia solidária nessa única direção.

Forma de enfrentamento ao desemprego

A condição da pobreza e a realidade vivenciada no mundo contemporâneo da falta de emprego atingem cada vez mais parcelas crescentes da população e fazem com que formas alternativas de sobrevivência sejam encontradas.

Dessa forma, há aqueles que se inserem no mercado informal em ocupações precárias, sazonais e semiclandestinas como vendedores ambulantes, guardadores de carro em vias públicas, limpadores de pára-brisa de carros, lavadores de carros em locais públicos; e aqueles que encontram trabalho na própria comunidade, a partir das relações de vizinhança e da vinculação a grupos produtivos.

A leitura da sociedade excludente na qual se vive é feita pelos participantes dos grupos de geração de trabalho e renda e pode ser identificada nos relatos que se seguem:

Bom, eu não posso trabalhar, ficava sem trabalhar por causa da doença ... (Grupo C).

[...] porque você vê, a gente chega numa faixa de idade, a empresa não quer pegar, ainda mais com o pouco estudo que a gente tem. Então a gente tem que se virar em casa com alguma coisa (Grupo D).

Olha, é eu falando para a maioria das que estão aqui, o meu caso é difícil arrumar emprego, na minha idade, o lugar que não ajuda muito é muito mal falado, é a depressão [...] (Grupo F)

O que que motivou? O desemprego mesmo. Eu acho assim, que cada pessoa, eu penso assim comigo né, diretamente falando de mim, é uma opção de trabalho mesmo, que a única empresa que eu trabalhava era doméstica, então [...] eu pude mostrar o que eu era capaz de fazer (Grupo A).

Os depoimentos confirmam a ideia da ótica competitiva vivenciada no cotidiano, na qual aqueles que possuem maior escolaridade e melhor idade produtiva acabam por conseguir espaço no mercado de trabalho. Dos seis grupos entrevistados, em cinco deles, o desemprego apareceu como fator preponderante e desencadeador da sua organização em grupos de geração de trabalho e renda.

Ainda, nos relatos, fica evidente a discriminação enfrentada no momento da busca por um emprego que possui, dentre os inúmeros requisitos exigidos, o local de moradia. Tal critério, muitas vezes, impede que empregos sejam oportunizados, considerando a presença desse fator discriminatório. Para Yasbek (1999), há um olhar para essas localidades como aquela que é patológica, como se fosse uma doença.

As famílias residentes em favelas, assentamentos e ocupações recebem o estigma ao qual se refere Paugam (2003), herdando a identidade negativa, na qual são marcados pelo status desvalorizado. “Trata-se de uma desvantagem suplementar – para procurar um emprego, por exemplo – e um sinal exterior de que pertencem às camadas inferiores da hierarquia social”. (PAUGAM, 2003, p. 213).

A doença é outro fator impeditivo para o acesso ou, igualmente, para o afastamento do mercado de trabalho. Com os índices alarmantes de desemprego, para cada vaga de trabalho que se abre, há um enorme contingente de pessoas que disputam este posto, o que permite a ampla escolha, entre o rol de requisitos, daquele que é mais “saudável”.

O nível de escolaridade também aparece no depoimento do Grupo D como condição para o emprego. É ilusório pensar que a resolução para a crise da sociedade salarial ocorre simplesmente pela equação: maior escolaridade resulta em mais emprego, pois o desemprego é consequência de um problema estrutural do sistema excludente hoje vigente.

Para Santos (2004), é necessário compreender que tudo isso resulta da adoção de um modelo socioeconômico capitalista selvagem que não traz oportunidades sociais para todas as pessoas. Implica, sim, acumulação e o privilégio de uma minoria em detrimento da maioria.

Hoje nem todo mundo é qualificado e competente, e a elevação do nível de formação continua sendo um objetivo social. Mas este imperativo democrático não deve dissimular um problema novo e grave: a possível não empregabilidade dos qualificados. (CASTEL, 2001, p. 521).

Entretanto, mesmo com essa análise, não se descarta a necessidade de investimentos públicos na educação, mas não são os únicos instrumentos de enfrentamento. Reafirma-se a importância do Poder Público desenvolver estratégias e mecanismos de trabalho estruturados a partir de uma nova constituição do trabalho.

A possibilidade de se exercer uma atividade de trabalho que possibilite o desenvolvimento de capacidades traz diferenciais em relação a outras alternativas de emprego, conforme demonstra o depoimento a seguir, em que a única opção era o trabalho de empregada doméstica.

Então, eu acho que para isso a oportunidade da prefeitura de Londrina tá desenvolvendo, que a gente precisava de geração de renda mesmo nos bairros, porque qual era a opção de trabalho? Acho que de todo mundo aqui acho que é trabalhar de doméstica (Grupo A).

Uma trajetória marcada pela exclusão, ausência de direitos, precariedade das condições de vida traz, como consequências, a dúvida e a incerteza de sua própria capacidade.

Sen (2000) analisa que as privações como a fome, o desemprego e o analfabetismo que afetam as pessoas são barreiras para o pleno desenvolvimento não só sob o aspecto material, mas igualmente de suas capacidades. Para o autor, a liberdade está relacionada com a ampliação das capacidades; quanto mais as pessoas desenvolverem as capacidades pessoais e sociais, mais possibilidades terão para influir no mundo que está a sua volta.

Portanto, conforme os relatos, passar a acreditar naquilo que faz, no potencial que possui, na possibilidade de aprender mais, na perspectiva de ensinar o outro, na probabilidade de extrapolar o mundo doméstico são fatores que se constituem como fundamentais, a partir do desenvolvimento de um trabalho que propicie a expansão das capacidades.

As pessoas precisam ser consideradas capazes inclusive de escolhas para seus destinos, ainda que suas chances precisem ser construídas. (SPOSATI, 2004, p. 44-45).

Direito a oportunidades tem relação com o exercício da cidadania, pois para Mazotti (2003) “a ampliação da cidadania das mulheres e a promoção de seu exercício ativo requer o fortalecimento da autonomia com uma dimensão que as define como sujeitos de direitos”. (MAZOTTI, 2003, p. 113).

A economia solidária desempenha um papel fundamental nas relações de gênero na medida em que demonstra que as “desigualdades entre homens e mulheres não são uma fatalidade” (GUERIN, 2003, p. 71-72), mas possibilita a análise e o exercício de responsabilidades compartilhadas.

O papel do poder público

Direcionar ou redirecionar Políticas Públicas em curso com ações pautadas em um leque de possibilidades que se afirmem como garantia de direitos e que apontem para a autonomia das famílias em situação de pobreza é fundamental.

Essa diversidade de possibilidades é tratada nos depoimentos que se seguem, destacando-se a visibilidade do trabalho realizado, a instituição de espaços de comercialização e a oportunização de cursos de capacitação.

Eu acho que mudou muita coisa, porque antes a gente estava escondidinho aqui no cantinho, tinha que tá correndo de porta em porta para vender, oferecer para os conhecidos, para os amigos. Hoje em dia não, a gente tem o espaço, a gente conseguiu recursos também para isso, porque a gente pode ampliar esse trabalho, não ficar só naquele pouquinho que você tinha.

Ter o apoio da prefeitura, que foi muito importante para nós, deu uma chance para a gente. Foi importante, muito importante sim, porque a gente não tinha, do que que a gente ia começar? Do nada. Então esse apoio que a prefeitura nos deu foi muito bom (Grupo D).

Os grupos de geração de trabalho e renda, compostos por pessoas em situação de pobreza, não dispõem de recursos e marketing para divulgação de seus produtos. A existência de outros nessa mesma condição e a possibilidade de compartilhamento de objetivos comuns, como o crescimento e fortalecimento dessas ações, com apoio do Poder Público, são analisadas como importantes.

Dessa forma, a disponibilização de materiais para a produção, a instituição de estratégias, como a capacitação técnica e a criação de espaços de comercialização são reconhecidas como elementos extremamente necessários para a consolidação e fortalecimento dos grupos.

O investimento do Poder Público nessa área constitui-se um dever do Estado e direito do cidadão para que lhe sejam oportunizados meios para gerar renda. Alinhar esse dever com a Economia Solidária demonstra um salto de qualidade, na medida em que se propõe a desenvolver trabalho e renda por meio de uma nova constituição do trabalho, na produção, comercialização, consumo e financiamento.

Mesmo havendo o reconhecimento do importante apoio do Poder Público, os relatos apontam para a necessidade de maior investimento em algumas áreas.

Acho que um lugar fixo para vendê. (Grupo E).

Um espaço só para nós trabalhar aqui no nosso grupo, porque nós estamos usando o espaço da escola e você vê, não é um local assim só para nós, para os nossos trabalhos, para unir o nosso grupo [...](Grupo F).

...Tipo uma cooperativa mesmo, tanto para a distribuição, para compra de material, para tudo. Porque o que nós precisamos em Londrina, que eu acho que é ideal e a gente tá precisando disso urgente [...] (Grupo A)

Os depoimentos demonstram a necessidade do Poder Público investir mais nos grupos de geração de trabalho e renda, o que se traduz em ampliar espaços de comercialização, produção, capacitação, incentivos para outros grupos, dotando-os, assim, de possibilidades mais concretas, sistemáticas e continuadas de, efetivamente, gerar trabalho e renda. Tem-se a avaliação que a iniciativa do Poder Público, quanto ao desenvolvimento do Programa, trouxe novas perspectivas para os grupos. No entanto, essa dimensão precisa ser ampliada com mais investimentos.

A necessidade de espaço físico que possibilite comercialização foi enfatizada por diferentes grupos. Este é, atualmente, um dos grandes entraves existentes, pois sua ausência é analisada pelos grupos como a referência que falta para demarcar o espaço dos grupos de geração de trabalho e renda e da Economia Solidária.

A dificuldade em financiar equipamentos foi vivenciada no Programa de Economia Solidária em Londrina, cujo recurso orçamentário não previa a possibilidade de efetuar esse tipo de gasto. Nesse sentido, criar mecanismos que permitam atender às necessidades do investimento da Economia Solidária é um desafio que está posto para os governos locais, que estão se propondo a implementá-la no âmbito da política pública.

A implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e o movimento crescente nas esferas estaduais e local, embora recentes, são fortes indicativos da amplitude que a Economia Solidária vem adquirindo, o que pode impulsioná-la para que, nesse cenário, tenha maior interlocução e ganhe espaço e força de uma proposição que atenda à realidade dos empreendimentos solidários.

São, ainda, inúmeros os desafios a serem enfrentados, a exemplo do acesso a recursos financeiros para os grupos de geração de trabalho e renda, constituídos sob a forma de crédito e investimento social.

Constitui alvo desse debate o investimento social para aqueles grupos mais vulnerabilizados que não possuem condições de acessar o crédito, mesmo que fosse facilitado, pois este implica recurso financeiro que “vai e volta”. O investimento social é aquele que não se caracteriza

como empréstimo, mas oportuniza o acesso a um recurso financeiro para gerar trabalho e renda, considerado como um direito, ou seja, propicia um direito à emancipação, direito esse que sempre foi negado à população que se encontra mais fragilizada socialmente.

Um outro exemplo que pode ser destacado no rol dos desafios é a inexistência de respaldo legal, que impede que empreendimentos solidários consigam se consolidar e se expandir.

São vários os limites detectados para os empreendimentos, donde a importância da integração de outros níveis de governo. Entre esses limites estão a legislação federal e as definições das políticas macroeconômicas. (SCHWENGBER, 2003, p. 120).

Para a autora, esses limites compreendem as discussões da previdência em que estão somente contemplados os empregados ou os trabalhadores informais; a política tributária não prevê tratamentos diferenciados de tributos e investimentos para os empreendimentos solidários; a não existência de mecanismos diferenciados para a aquisição de produtos de empreendimentos solidários nas compras públicas.

Para Singer (2004), é papel do Estado, como representante democrático da sociedade, dispor de instrumentos como os impostos sobre a renda, a propriedade e a transferência do tesouro público aos pobres, para estabelecer limites à desigualdade econômica; e interferir nos mercados para impedir o domínio por parte de algumas empresas. “O Estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue [...]”. (SINGER, 2004, p. 12).

O Estado assume também papel relevante nesse processo da construção do novo, o que se soma aos processos inter grupais e intra-grupais. O crescimento da economia solidária também depende da adesão intra-grupal, discutida no próximo tópico.

Fortalecimento da Economia Solidária

Ao analisar a questão referente às estratégias que contribuem para esse fortalecimento, os depoimentos expressam muito mais elementos relacionados ao processo de troca e apoio mútuo dos grupos de geração de trabalho e renda, do que responsabilidades atribuídas ao papel do Poder Público.

Assim, ao que parece, a economia solidária terá dificuldades para sua expansão e fortalecimento, caso o Poder Público cumpra o seu dever de executor de políticas públicas sem o envolvimento dos grupos de geração

de trabalho e renda como atores protagonistas desse processo, O relato do Grupo C retrata a participação do Poder Público.

...Acho que é a união dos grupos.

Vem lá, por exemplo, também do poder público, por exemplo, desde lá de cima ajudando, porque se não fosse essa ajuda nós também não estaria aqui, que nem por exemplo ajuda de material, que nem a ajuda de curso que pode proporcionar para nós..(Grupo C)

Identifica-se, no depoimento, a importância e a responsabilidade do Poder Público como um dos segmentos que devem contribuir para esse fortalecimento. Por outro lado, expressa também a visão de hierarquia, estando o Poder Público acima da população.

No entanto, acredita-se que essa visão não se refere à postura de que este Poder seja soberano perante a população, mas que cabe a ele, enquanto guardião dos interesses e necessidades da população, propiciar condições para que isso se desenvolva.

Os relatos, a seguir, já possibilitam uma compreensão que o fortalecimento implica maior união, o que pode ser identificado quando abordam a necessidade de maior comunicação e de troca de experiências, conhecimentos e ideias.

Eu acho tem mais um pouco de união, se unir mais discutir mais, os problemas, as questões, não só, por exemplo, eu só com o meu grupo, a gente se unir aos outros grupos também.

É mais comunicação, tá faltando mais comunicação. (Grupo D).

A união, aqui pontuada, é aquela que deve ocorrer no processo intragrupal e entre grupos. Fica evidente que é por meio do diálogo, da discussão de problemas e estratégias de enfrentamento coletivo, da comunicação de um grupo para o outro que esse trabalho se fortalecerá.

A comunicação é outro fator que aparece nos grupos como necessária. “A comunicação é um eixo que permeia toda a rede de relações sociais. Torna-se impossível pensar um grupo autogestionário, sem focar a comunicação intra e intergrupar”. (PEDRINI, 2000, p. 41). Para a autora, a comunicação é positiva e atua como facilitadora do processo participativo e democrático favorece as relações internas e externas ao grupo.

Por isso, é fundamental a instituição de espaços comuns de troca de experiências, de discussão das especificidades dos grupos e da região, para o levantamento dos problemas e das formas de enfrentamento.

Singer (2000) aponta que uma estratégia encontrada para consolidação dos empreendimentos solidários e da sustentação recíproca é a formação de

fóruns de economia solidária. Considerar as peculiaridades de cada região e a riqueza que isso traz ao trabalho é outro aspecto demonstrado nos depoimentos.

Eu acho que deveríamos mais, assim, participar, não só da nossa reunião aqui, como com outras pessoas de outro grupo participar de nossas reuniões, explicar o que eles faz no grupo deles. Como a gente poderia também sair um, dois ou três pessoas do nosso grupo e ir a outros grupos também conhecer os trabalhos de lá, vê como é feito. (Grupo F).

Parte-se do princípio que de há diferentes experiências acumuladas com a história de vida de cada pessoa. Experiências advindas e repassadas de geração em geração que trazem consigo diferentes “estilos”, que podem ser compreendidos como aqueles que traduzem diversas culturas, etnias e costumes. Articular os territórios nesse processo é extremamente importante, pois valoriza as diferentes práticas e saberes, facilita a instituição de uma identidade comum aos grupos de geração de trabalho e renda e oportuniza a organização da rede solidária de produção, comercialização e consumo.

A concretização da união, da troca de experiências entre grupos/região é interpretada pelo grupo D como a formação de uma associação e/ou cooperativa que congregue vários grupos, independente do tipo de produtos.

[...] formar uma associação desses grupos.

Cooperativa.

Cooperativismo.

Todos os grupos teriam que mandar, durante um mês, por exemplo, um tanto de produtos, independente de ser artesanato ou o que for, e teria tipo um shopping onde venderia todos esses produtos de todas essas pessoas, e o lucro, teria um contador, o lucro seria dividido em partes iguais para todas essas pessoas que seriam registradas ali na cooperativa. (Grupo D).

Nesses relatos, a ênfase recai sobre o aspecto econômico. Nos depoimentos anteriores, apesar de não aparecerem, de forma explícita, outras dimensões que permeiam as práticas associativas, aparecem o aspecto político demonstrado por meio da necessidade de organização (união) das pessoas e dos grupos para o fortalecimento da economia solidária.

Para a autora Pedrini (2000), no empreendimento econômico solidário há um caráter multidimensional, expresso em quatro diferentes dimensões: face econômica, como uma empresa autogestionária que busca a sua autonomia e sustentação; dimensão política, que procura o desenvolvimento da consciência crítica e do exercício de cidadania;

aspecto social, com o envolvimento e participação em espaços organizativos comunitários para que os direitos de cidadania sejam garantidos; e a face da convivência, que implica as trocas de afeto, de saberes e na consciência de pertencimento ao grupo.

Enfrentar e superar as dificuldades que estão postas no cotidiano dos grupos de geração de trabalho e renda é um constante desafio. Fortalecer a Economia Solidária significa inverter a cultura do individualismo e competitividade introjetada na sociedade, conseguir respostas rápidas e imediatas impostas pela necessidade da sobrevivência, descortinar e ultrapassar a insegurança.

Considera-se que os relatos apontam para um início de reflexão e de prática em que está em jogo uma nova cultura, revendo valores, atitudes e comportamentos. Essa luta cotidiana pela “cultura da cooperação e da solidariedade tem uma ética construtiva” (ARRUDA, 2000, p. 10), que está sendo gestada nos grupos de geração de trabalho e renda, pois a velha cultura já mostrou e comprovou o fosso que deixou com a exclusão social.

A necessidade de investimento público nos empreendimentos solidários é notória, quando os depoimentos pontuam que foi o que impulsionou o grupo de geração de trabalho e renda, o que pode ultrapassar algumas fronteiras, como se refere Leboutte (2000) ao Programa de Economia Solidária:

É um programa de vai além da Economia, embora seja gestado no seu âmbito. Não dissocia o econômico do social [...] Pelo contrário, tem no social o pressuposto e o sentido do econômico, compreendendo vários eixos como Formação e Educação em Autogestão, Capacitação do Processo Produtivo, Financiamento, Comercialização e Incubação [...] Trata-se enfim, com objetivos claros de abertura para a inclusão social, mantendo e ampliando oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionários, de forma coletiva e participativa pelos próprios trabalhadores [...] Pode ser resumido no incentivo ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, que proporcionam uma distribuição mais justa e equitativa de renda, e o estímulo de relações sociais de produção e consumo, baseadas na cooperação, na solidariedade dos seres humanos e do meio ambiente. (LEBOUTTE, 2000, p. 12).

Por outro lado, ainda se coloca como desafio para o Estado organizar o desenvolvimento solidário, que, para Singer (2004), passa por um Estado Solidário capaz de investir em novas forças produtivas e instituir novas relações de produção que objetivem “um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição

dos resultados da mesma”. (SINGER, 2004, p. 7). Isso aponta para um Estado que reconheça novos sujeitos sociais e novos direitos de cidadania.

Hoje, experienciar, mesmo que não na sua integralidade, uma proposição de Economia Solidária representa, para os grupos, a possibilidade de vivenciar outras relações, práticas e desenvolver capacidades. A oportunidade que os participantes dos grupos de geração de trabalho e renda tiveram com os cursos de capacitação técnica, de gestão, encontros regionais, paranaense e nacional de Economia Solidária contribuiu com novos acessos, conhecimentos e informações a esse público.

Apesar das ações desencadeadas por meio do Programa de Economia Solidária em Londrina, junto aos grupos de geração de trabalho e renda entrevistados, percebe-se, ainda, que eles não alcançaram o patamar da garantia da sobrevivência por meio do trabalho executado. Por outro lado, há, por parte das participantes desses grupos, a presença de outras dimensões que significam possibilidade de crescimento individual, familiar e coletivo. Para tanto, o que as faz permanecerem no grupo, mesmo não conseguindo manter a casa com o resultado do seu trabalho, são outros aspectos que acrescentam valor às suas vidas.

Nessa perspectiva, entra em cena aquilo que foi adquirido em suas experiências de vida, sem ter tido a oportunidade de estudar até o terceiro grau, fazer cursos de pós-graduação, mas, mesmo assim, elas detêm um saber e um conhecimento que podem trazer troca e contribuição para com as outras pessoas.

O cuidado com a situação de vida de cada um também foi expresso e integra o rol de preocupações entre os membros do grupo para com as condições de gestação, doença na família, cuidados com a saúde da própria participante e responsabilidades domésticas. O respeito ao individual e familiar é considerado, na definição das atividades de cada pessoa, o que possibilita a adequação dos processos de trabalho ao cotidiano de cada participante.

Analisa-se que os critérios utilizados para a definição do universo pesquisado, como o número de membros do grupo e o tempo de funcionamento não interferiram para que estes demonstrassem maior adesão ou não ao processo de construção da economia solidária. Talvez um dos fatores que contribuíram para a não percepção desse indicativo foi o terceiro critério utilizado, que era a maior participação nas feiras, o que fez com que os grupos, que correspondiam a este critério, tivessem maior acesso às discussões acerca da Economia Solidária. Um outro dado a ser considerado é que a falta de uma produção e comercialização continuada interferem para uma organização mais sistemática dos grupos, independente do número de membros e tempo de funcionamento.

Dar continuidade à análise dos resultados e impactos da Economia Solidária fora dos parâmetros e índices oficiais econômicos estabelecidos é outra construção necessária, que deve partir da premissa da melhoria da qualidade de vida, o que pode ser observado pela elevação da autoestima, do aumento da participação nas atividades propostas, na exposição de ideias e tomada de decisões. Trilhar novos caminhos, que apontem para uma nova perspectiva de trabalho, é o que se tem buscado na luta cotidiana dos grupos de geração de trabalho e renda.

Considerações finais

Na trajetória do presente estudo, buscou-se evidenciar a responsabilidade do Poder Público em responder às demandas que advêm do modelo econômico historicamente adotado, que resulta na dilaceração das condições de trabalho e a possibilidade da adoção de uma estratégia de desenvolvimento acessível e inclusivo por meio da Economia Solidária.

Para avaliar a Economia Solidária, como uma alternativa a ser considerada, fez-se necessário um estudo deste modelo, sendo que o que mais se destaca é uma nova perspectiva nas relações de trabalho; a valorização do espaço local e comunitário; a valorização das potencialidades e de capacidades de homens e mulheres; a possibilidade de congregiar diferentes dimensões como a econômica, política, social e cultural; a capacidade de articular os limites das pessoas com as exigências do mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, avançar na incorporação de princípios adormecidos como a solidariedade, cultura do bem comum, a autogestão e a cooperação.

Portanto, no caso da realidade de Londrina, pode-se indicar que a economia solidária trouxe novas perspectivas na área do trabalho e renda, a partir do resultado desse estudo: a) a organização dos grupos de geração de trabalho e renda que ocorre como alternativa de enfrentamento ao desemprego; b) a oportunidade que esta atividade traz para desenvolver capacidades, habilidades, criatividades e de valorização do trabalho; c) a possibilidade de adequar o processo de trabalho ao cotidiano de cada participante; d) a possibilidade de se realizar trocas e conhecimentos, a partir do que foi acumulado na experiência de vida, socializando com outras pessoas e grupos; e) a necessidade da articulação das pessoas que vivem situações semelhantes de exclusão social e grupos, para alcançar o fortalecimento dos grupos de geração de trabalho e renda; f) o reconhecimento do potencial da comunidade para dar sustentação ao desenvolvimento de ações de trabalho e renda; g) a importância do apoio do Poder Público em ações que promovam autonomia e emancipação; h) a presença de valores da Economia Solidária, tais como, troca, apoio mútuo,

valorização das potencialidades, solidariedade, relação entre iguais, ainda que incipientes na compreensão da proposição do trabalho realizado. Dessa forma, verifica-se que a Economia Solidária traz diferenciais à vida das pessoas quando resgata a necessidade de se exercitar um trabalho com poder decisório coletivo, livre, que estimule o desenvolvimento de potencialidades e capacidades, quando começa a provocar reflexões e alterações, ainda que ínfimas, mas continuadas na prática individual e de trabalho, regidas sob as formas de troca, de solidariedade, da organização dos empreendimentos em rede.

Fortalecer a economia solidária no âmbito da política pública e, ao mesmo tempo, articulá-la com os movimentos da sociedade civil traz elementos que podem dar impulso à sua consolidação e crescimento. Dessa forma, demarcar o espaço da Economia Solidária, dotando-o de suas diferentes faces, econômica, possibilidade de trabalho e renda, cultural, social e política, é tarefa que está posta aos diferentes atores que transitam nesse cenário, ou seja, empreendimentos solidários, entidades de apoio e assessoria, movimentos sociais e poder público.

Apropriar-se dessas diferentes dimensões, que esta proposição nos aponta, constitui-se como mais um novo passo a ser conquistado na vida dessas pessoas que sempre só vislumbraram a possibilidade de continuar reproduzindo o ciclo da exclusão social. A perspectiva da renda coloca-se em primeiro plano e imediato e nunca ou pouco sobra tempo para outras questões, ou mesmo, não se sentem sujeitos para o protagonismo de uma nova história, para a participação social e política.

Incorporar tais desafios dentro de uma política pública que desencadeie suas ações na perspectiva da garantia dos direitos de cidadania é dever do Estado, buscando a autonomia, emancipação e empoderamento de seu público-alvo. Isso é o que se coloca para a administração municipal de Londrina, por meio do Programa de Economia Solidária.

Essa amplitude do objetivo do Programa aponta obrigatoriamente para a transversalidade das ações governamentais, cujos setores trabalham com o público de uma mesma família, comunidade e atendem a diferentes áreas das necessidades básicas e fundamentais da população (educação, saúde, assistência social, saneamento, entre outras).

Continuar construindo essa política pública, que já apontou avanços, quando, em seu desenho, busca alcançar as diferentes dimensões que envolvem a geração de trabalho e renda, expressas no fomento, na formação conceitual, na capacitação técnica e de gestão, na possibilidade da produção coletiva, na comercialização e no consumo, é o que está em pauta para a atual administração municipal.

Portanto, coletivizar as ações para que a Economia Solidária também se torne um espaço e instrumento de construção de participação política é tarefa que deve estar elencada, sobretudo para a política pública que a tem como direito de cidadania e a concebe nessa linha.

O desafio já está lançado, que é a Economia Solidária dotar-se, ao mesmo tempo, do conjunto de possibilidades de inclusão social e, por uma nova ótica do trabalho, construir um desenvolvimento solidário.

A importância da experiência da Economia Solidária, vivenciada no âmbito do Poder Público, foi demonstrada na avaliação do Programa de Economia Solidária, do ano de 2005, nos seguintes aspectos:

- possibilitou o conhecimento mútuo de diferentes grupos de geração de trabalho e renda;
- proporcionou a troca de experiências;
- incentivou a organização entre os empreendimentos e as organizações religiosas, comunitárias e rede de serviços das regiões do município;
- contribuiu para a busca de estratégias de comercialização;
- oportunizou a capacitação conceitual, técnica e de gestão;
- propiciou o acesso, mesmo que pontual, para alguns grupos de geração de trabalho e renda, ao fomento com material de consumo;
- oportunizou a aprovação do Projeto de Construção do Centro Público de Economia Solidária em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Além disso, também alguns desafios foram pontuados:

- garantia do fomento de forma sistemática e continuada;
- fortalecimento da Economia Solidária nas regiões com o envolvimento dos diferentes atores, como empreendedores solidários, lideranças religiosas, comunitárias e comunidade em geral;
- ampliação das estratégias de comercialização;
- organização da rede solidária de produção, comercialização e consumo;
- consolidação de uma equipe interdisciplinar e intersetorial.

O Programa de Economia Solidária, a partir de um planejamento estratégico realizado em 27 de abril de 2005, com a participação das diversas secretarias, definiu suas ações mediante cinco projetos: Investimento Solidário (acesso dos grupos aos recursos materiais), Rede Solidária (apoio à constituição da rede solidária de produção, comercialização e consumo), Assessoria aos Empreendimentos Solidários (acompanhamento e formação), Educação para o Consumo Crítico e Solidário (sensibilização e formação para diferentes públicos sobre o consumo crítico e solidário) e Oficinas Solidárias (identificação de habilidades e potencialidades profissionais e formação básica). O Programa, nessa linha, não se constitui mais como

um dos eixos do Programa Londrina Fome Zero, mas como um programa articulado da administração municipal.

A Economia Solidária, em seu processo histórico, enquanto um movimento de resistência, de oposição ao instituído, de proposições concretas alternativas ao sistema excludente, traz a perspectiva da articulação entre o exercício da organização política e de uma nova forma de trabalho.

Traz avanços que são demarcados na medida em que a Economia Solidária busca o resgate da capacidade laborativa, entendida enquanto criação do próprio homem; dignifica as práticas de geração de renda, procurando estabelecer relações iguais no grupo; pratica o respeito ao meio ambiente e ao consumidor com a preocupação da qualidade dos produtos; e, ainda, proporciona às pessoas em geral a opção para um consumo com mudanças significativas, não sob a ótica do consumismo, da produção massiva, mediada pelo sofrimento e exploração daqueles que produzem.

Dessa forma, o que está em jogo também é a possibilidade do Estado ser capaz de estabelecer proposições diferenciadas da perspectiva neoliberal, capaz de assumir a economia solidária no campo não só da política de desenvolvimento econômico - na medida em que vislumbra nova égide de produção e consumo de bens para a sociedade - mas também capaz de assumi-la no âmbito da política social como estratégia de enfrentamento à pobreza, garantindo acessibilidade à satisfação das necessidades básicas da vida e de outras que alcancem qualidade de vida.

Referências

ARRUDA, M. A Cultura da Socioeconomia Solidária. In: *Socioeconomia Solidária: Construindo a Democracia Econômica*. Rio de Janeiro: PACS, agosto, 2000.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 3.ed., 2001.

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. In: CATTANI, A. D. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

GUERIN, I. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, M.; JESUS, P. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

JESUS, P. Desenvolvimento local. In: CATTANI, D. (org.). *A Outra Economia*, Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LEBOUTTE, P. *Economia Popular Solidária e Políticas Públicas - A Experiência Pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2000.

MAZOTTI, M. O município como articulador de interesses e oportunidades para as mulheres. In: EMÍLIO, M.; *et al.* *Bairros Pobres Ricas Soluções Banco Palmas ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

PAUGAM, S. *A Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Educ/Cortez Editora, 2003.

PEDRINI, D. M. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: SINGER, Paul; SOUZA, A. R. (org.). *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

PLANO DE AÇÃO – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003.

PROPOSTA DO PROGRAMA LONDRINA FOME – ZERO – Prefeitura de Londrina: 2003.

PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – Prefeitura de Londrina: 2005.

SANTOS, A. A. *Da pobreza à Recuperação das Capacidades* – Avaliação do Programa de Transferência de Renda de Londrina. Tese de Mestrado, UEL. Londrina: 2004.

SCHWENGBER, Â. Economia Solidária – de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. In: EMÍLIO, M.; *et al.* (org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal - Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1.ed., 2002.

_____. *Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário*. Estudos Avançados, 2004.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

SPOSATI, A. Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. In: *Serviço Social e Sociedade*, n.78, São Paulo: Cortez Editora, novembro/2004

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. Economia Solidária e Autogestão: A Criação e Recriação de Trabalho e Renda. In: *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise*, n.24, Ministério do Trabalho e Emprego, IPEA, agosto 2004.

YASBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

A INTERDISCIPLINARIDADE E A SUPERVISÃO DE ALUNOS NA INCUBADORA DE EMPRENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – INTES/UEL

Sandra Maria Almeida Cordeiro

Rosely Jung Pisicchio

Jeise Cristina Alves

Luciana Santos Batista

Sônia Maria Ferreira

Vivian Castilho Clemente

O capitalismo tem desencadeado uma série de danos aos trabalhadores de todo o mundo que se expressam na exclusão social, na precarização do trabalho e no aumento do desemprego. No sentido contrário, destacam-se iniciativas que potencializam a criação de alternativas para a inclusão social. Este artigo tem como objetivo relatar a experiência de supervisão dos alunos da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Londrina, PR (INTES/UEL), e também apontar algumas considerações sobre o seu processo de ensino-aprendizado, que se realiza por meio das atividades de extensão junto ao acompanhamento dos grupos de geração de trabalho e renda que são assessorados por esta Incubadora.

A INTES-UEL é um projeto de extensão vinculado ao Proninc (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares) e apoiada pela Rede Unitrabalho – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho que atua no acompanhamento a empreendimentos sociais (grupos, associações, cooperativas) e dissemina outra modalidade de arranjo produtivo fundamentada na Economia Solidária.

Nesse locus privilegiado de um projeto extensionista, a atuação é feita por uma equipe interdisciplinar composta por diversas áreas do conhecimento, sendo essa equipe de professores, profissionais recém-formados e alunos. Essa interlocução se dá mediante um processo de supervisão por nós vivenciado. Trata-se da supervisão que se materializa pelos encontros grupais sistemáticos entre profissionais, alunos e supervisores pedagógicos da INTES-UEL. Constitui-se, assim, um importante momento de discussão, aprofundamento e troca que contribuem para o processo de formação profissional.

A Economia Solidária tem se disseminado cada vez mais como uma possibilidade de sobrevivência para aquelas camadas da população que estão excluídas do mercado formal de trabalho. Ela é organizada por meio de princípios gerais que se fundamentam na prática de autogestão, ou seja, na tomada de decisões mais democráticas, nas relações sociais de cooperação e, por fim, na horizontalidade das relações de produção.

Para Paul Singer (2002), a economia solidária é uma alternativa que a sociedade civil tem para se organizar e estabelecer processos emancipatórios, isto é, possibilitar “a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida”. (SINGER, 2002, p. 112).

O trabalho das incubadoras de cooperativas populares

Em 1998 foi criado o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras e Cooperativas Populares). Este programa foi baseado na experiência bem-sucedida que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vinha realizando e contou com a assistência de professores do Rio Grande do Sul, onde o cooperativismo constituía matéria curricular em alguns cursos de graduação. Por intermédio do PRONINC, as relações entre as universidades e os grupos populares foram estreitadas, e com isso passaram a trocar conhecimentos e a contar com pesquisadores no acompanhamento aos grupos incubados, oferecendo-lhes apoio técnico e auxílio na geração de trabalho e renda. Paul Singer assinala:

Por iniciativa da FINEP, o PRONINC foi revivido e nele foi incluído a SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, que havia sido criada por Lula no ano de 2003. Já havia 33 incubadoras organizadas e que foram incorporadas ao PRONINC. No mesmo ano, o PRONINC deu apoio material a todas as incubadoras tanto para dar continuidade à incubação, como para ajudar novas incubadoras. (SINGER, 2007, p. 5).

A criação do Conselho Nacional de Economia Solidária por meio de um Decreto³⁴ ocorreu com o intuito de fazer avançar o assunto Economia Solidária como política pública no âmbito do poder Público Federal. As Universidades foram chamadas a contribuir com essa iniciativa, atuando junto aos processos de assessoria e se debruçando em pesquisas no sentido de compreender o fenômeno da Economia Solidária nos mais diferentes níveis de análise (macro, organizacional e grupal).

As incubadoras reúnem professores, técnicos e alunos na tarefa de fornecer orientações e formações em economia solidária, apoios logísticos,

³⁴ Psicóloga, profissional da INTES.

administrativos e legais. Além disso, auxiliam na criação de novos empreendimentos ou cooperativas populares. Seu papel fundamental é prestar assessoria técnica aos trabalhadores durante o seu período de incubação.³⁵ Assim, ocorre um trabalho conjunto com esses trabalhadores que passam a receber formação e orientação sobre o processo de trabalho, em determinado tempo, de acordo com cada grupo, até que possam adquirir autonomia para atuar no mercado independente da incubadora.

Sendo assim, fica claro o grande desafio que está colocado para as incubadoras universitárias, principalmente em relação à aproximação desses trabalhadores com a realidade de mercado que envolve a produção e a comercialização de produtos e serviços. Exigindo assim a elaboração de uma nova cultura de trabalho.

A experiência da INTES

A INTES-UEL atua por meio da interdisciplinaridade, a partir dos princípios da Economia Solidária. Sua atuação está focada nos grupos e na contribuição de cada área para o desenvolvimento das atividades e dos processos de assessoria.

Para que os princípios da economia solidária possam existir, é necessário que exista um grupo, ou seja, é necessário que as ações de seus integrantes estejam norteadas por um objetivo comum.

Segundo Enriquez (2001, p. 61), “um grupo só se constitui em torno de uma ação a realizar, de um projeto ou tarefa a cumprir”. Além disso, o projeto coletivo só se constitui à medida que o grupo possui um sistema de valores suficientemente interiorizado pelo conjunto de seus membros.

Portanto, em um grupo de economia solidária é preciso que seus membros tenham a solidariedade e a cooperação como valores, que irão garantir que os demais princípios deste modo de produção possam ser consolidados. Os membros dos grupos devem estar aptos a buscar em suas ações a representação dos ideais que norteiam sua união.

A INTES-UEL atua no apoio e no desenvolvimento profissional a esses grupos, para que vislumbrem e alcancem sua viabilidade econômica, longevidade e que atuem na sociedade em termos de geração de trabalho e renda e, conseqüentemente, na melhora da qualidade de vida. Profissionais e alunos dos diversos cursos de graduação da UEL assessoram os empreendimentos na comunidade em que estão inseridos, constituído pelo apoio profissional, realizado localmente e dentro das estruturas que o próprio grupo oportuniza. Portanto, a metodologia de incubação é construída

³⁵ Decreto nº 5811 de 21/06/2006

pelo conhecimento dialógico e interativo entre os agentes – educadores e educandos. Esta forma de atuar sugere caminhos, possibilidades e não há fórmulas prontas. Exige preocupação com a responsabilidade diante de expectativas geradas.

A INTES oportuniza suporte técnico ao empreendimento e este permanece vinculado a Incubadora pelo tempo necessário, que pode variar de acordo com cada fase em que o grupo se encontra, sendo importante que ele conquiste sua autonomia para atuar no mercado.

As principais áreas de atuação da INTES, junto aos empreendimentos, vem sendo desenvolvidas pelos cursos de Psicologia, Serviço Social, Administração, Direito, Design de Moda e Gráfico, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Agronomia, Economia e Artes. O assessoramento aos grupos se dá semanalmente, com supervisão dos professores, visitas, reuniões de acompanhamento e capacitação.

A equipe técnica da Incubadora estabelece um processo de construção dialógica com os trabalhadores envolvidos nos processos de criação e desenvolvimento de cada empreendimento solidário. Esse procedimento significa que a equipe tem que se colocar no lugar dos membros do grupo ao mesmo tempo em que se tornam compreensíveis para o trabalhador os princípios de economia solidária.

Esses trabalhos de assessoria são divididos em três fases distintas, no entanto não há uma demarcação exata dessas, já que o movimento grupal deve ser único e respeitado pela equipe de assessores.

1. Pré-incubagem:³⁶ constitui-se em um conjunto de ações que visam estabelecer os primeiros contatos com os grupos interessados em organizar-se de forma cooperativa, verificando a consistência desses, sua idoneidade e a viabilidade econômica preliminar da proposta.
2. Incubagem: esse é o passo seguinte do processo, ou seja, uma vez identificado a consistência e interesse do grupo, são desenvolvidas ações de assessoramento técnico, jurídico, contábil, gerencial e outras visando o processo de constituição e ou solidificação do grupo, auxiliando na assembleia de constituição, elaboração e discussão do estatuto, regimento interno, registros locais, elaboração do mapeamento de consumo, articulação com a rede de serviços sociais, levantamento socioeconômico dos membros dos grupos, capacitações em economia solidária, participação em feiras locais, municipais, estaduais, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos produtos por eles produzidos.

³⁶ Incubação: termo utilizado na construção dialógica entre trabalhadores e grupo de assessores, em relação ao processo de criação e desenvolvimento de cada empreendimento solidário.

3. Desincubagem: uma vez constituída a entidade, busca-se criar condições para sua emancipação e autonomia, dando continuidade ao empreendimento, tendo assim condições de autogerir. Nesta fase, são feitas as orientações técnicas e gerencial dos associados e as articulações interinstitucional e redes de ações e serviços de apoio necessários à consolidação do empreendimento solidário.

Portanto, a INTES apoia os empreendimentos nas atividades de organização do grupo no seu processo de trabalho, bem como formação em economia solidária, contribuindo para sua inserção política, social e econômica. Atualmente, assessora seis empreendimentos, sendo os principais resultados dessa assessoria demonstrados mediante a atuação e desenvolvimento das atividades relacionadas à produção e sua organização.

A atividade dialogada faz com que todos deem suas opiniões na estruturação dos trabalhos e no desenvolvimento de produtos, o acompanhamento e as reuniões realizadas entre os grupos e a equipe técnica da INTES auxilia nas tomadas de decisões. Os conhecimentos são trocados e assim disseminados no cotidiano do trabalho. Os princípios da economia solidária são trabalhados nas visitas semanais e também nos dias de formação, que são realizadas mensalmente. Os empreendimentos incubados são chamados para aprender e trocar experiências, relatando suas dificuldades e sucessos. É um espaço para propiciar maior rede de relações entre a equipe e entre os grupos.

Segundo Picanço e Tiriba (2004), a autogestão envolve formação sobre questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do ramo da atividade do empreendimento. Pressupõe, também, a existência de novas formas participativas e de tomada coletiva de decisões. Este é um ponto fundamental no trabalho a ser desenvolvido junto ao empreendimento, cabe aqui a execução das tarefas, na gestão da organização do trabalho e na busca pela superação de uma formação autoritária e burocrática. Por isto, o processo de autogestão é um processo de aprendizagem permanente, sendo essa para melhoria da eficiência organizacional e desenvolvimento pessoal para a cidadania.

A INTES utiliza-se de oficinas específicas para o entendimento destes processos, e nesta perspectiva sabe-se o quanto é difícil a construção dos diversos processos do trabalho relacionado aos valores da economia solidária, tais como: rodízio de cargos, identificação dos potenciais, análise da organização do trabalho e avaliação dos produtos e o processo de produção. Cabe a incubadora discutir com os empreendimentos esses fundamentos e proporcionar melhoria no desenvolvimento e aprimoramento dos processos organizacionais.

Além destes aspectos de autogestão, a incubadora tem algumas funções essenciais para a implementação de atividades junto aos grupos incubados tais como:

- a) capacitação para avaliação das alternativas e escolhas da atividade fim do empreendimento;
- b) noções sobre planejamento estratégico e acompanhamento da produção;
- c) participação em eventos e visitas técnicas;
- d) participação na construção de pesquisas sobre viabilidade econômica;
- e) coleta de dados para análise da cadeia produtiva (mapeamento de consumo);
- f) discussão e acompanhamento na elaboração da logomarca, cartão de visita e noções sobre comercialização.

Todas estas funções fazem da incubadora um órgão de apoio aos empreendimentos, além da disseminação de informações e conhecimentos das políticas públicas que podem auxiliar no desenvolvimento local e regional, sendo necessário que a incubadora faça suas parcerias e desenvolva uma rede de comunicação entre as instituições importantes: como poder público, iniciativa privada, associações e sindicatos e outros que possam auxiliar e divulgar a economia solidária.

Interdisciplinaridade e supervisão na INTES-UEL

Podemos afirmar que um espaço importante de formação, diz respeito à extensão universitária que viabiliza ou concretiza, mais diretamente, a relação transformadora entre universidade e sociedade, por meio da execução de projetos e atividades de ensino e pesquisa, permitindo a instituição ultrapassar suas fronteiras internas a serviço da coletividade.

No projeto de extensão da INTES, os processos educativo e formativo dos alunos envolvidos aumentam a possibilidade de compreensão e apreensão das possibilidades, configurados nos espaços que se constituem a assessoria junto aos empreendimentos solidários.

Considerados espaços educativos e formativos, sabe-se da riqueza e possibilidades de técnicas e recursos instrumentais que aproximam o ensino à realidade, principalmente aqueles que se apresentam como desafio para a equipe, buscando junto aos membros dos grupos alternativas e respostas para suas dificuldades. No entanto, para colocar isto em prática, torna-se necessária a criação e recriação de práticas educativas facilitadoras, participativas e emancipatórias.

Neste trabalho, especialmente, destacaremos as práticas e espaços que são mais frequentemente apontados como espaços importantes de formação profissional, contemplando dois momentos: os encontros da equipe técnica e alunos; e o espaço de aprendizagem a partir da inserção do aluno no assessoramento aos grupos, proporcionando assim a articulação entre a formação profissional e o mercado de trabalho.

Podemos afirmar que mediante a experiência vivenciada neste projeto, o aluno pode estabelecer relações imediatas entre os conhecimentos adquiridos na academia e a realidade da prática profissional, desenvolvendo sua capacidade operativa e as habilidades inerentes ao exercício profissional.

Segundo Silva (1994), o aluno deve ser percebido na condição de sujeito submetido ao processo de ensino, a quem deve ser propiciado conhecimentos e experiências, sendo, portanto, papel do supervisor, que se retrata no professor e profissional do campo, de importante momento para contribuição na qualificação profissional desses alunos.

Então, para que esse momento se concretize, a supervisão, na conjuntura atual acadêmica, busca legitimar a interação entre os sujeitos envolvidos, intrinsecamente envolvidos num projeto coletivo e interdisciplinar e que compõem, assim, uma tríade representativa do universo da instituição à qual pertencem.

Segundo Lewgoy (2007), a interlocução com outras áreas potencializa na supervisão o convívio com equipes e com outros saberes que demarcam a interdisciplinaridade, traço marcante da formação profissional, no caso o que ocorre na INTES. As demandas com as quais os estagiários se defrontam exigem conhecimentos e habilidades para atendimento cotidiano dos membros dos grupos e para a participação em equipes.

Evidencia-se a supervisão como um momento importante, sendo esse um ato educativo, com finalidade, objetivos e conteúdo programático, articulando o conjunto dos conhecimentos das disciplinas de cada curso, que são apresentados com fins formativos, incitando o aluno a apreender, numa dimensão prático-teórica.

A supervisão segundo Silva (1994) é definida como:

Uma atividade didático-pedagógica possibilitadora da apreensão e assimilação do ensino da prática, ela se constitui basicamente numa atividade docente. O que não significa dizer que seja uma atribuição de única e exclusiva competência do professor, mas partilhada com o profissional do campo na medida das suas possibilidades e limitações e numa relação de complementariedade. (SILVA, 1994, p. 153).

Portanto, a supervisão supõe construção de conhecimento como um meio de conscientização dos sujeitos implicados no processo de ensino-aprendizagem, numa perspectiva crítica do saber como instrumento de concretização do projeto político-profissional e de transformação da realidade socioinstitucional e político-cultural. Isto representa dizer que o processo de construção do conhecimento supõe o entendimento de que este conhecimento se desenvolve a partir do acionamento contínuo de operadores que visam a desvelar a realidade.

As supervisões com os alunos, profissionais recém-formados e professores na Incubadora são desenvolvidos mediante encontros semanais, sempre com objetivo de conduzir a equipe nas discussões e reflexões que tragam a realidade dos empreendimentos que assessoramos.

A seguir destacaremos os momentos de supervisão da INTES:

Encontro de professores, alunos e profissionais recém-formados

Esses encontros são mensais, por meio da supervisão de professores com os alunos e recém-formados, sendo possível estabelecer uma reflexão crítica sobre a teoria e a prática desenvolvida por cada área, e como a relação interdisciplinar contribui no desenvolvimento e formação profissional dos envolvidos.

Tal ação deve ser constante de modo que o graduando desenvolva suas atividades baseadas em orientações preestabelecidas, diálogos e reuniões para que a comunidade atendida e a equipe atuante não sejam prejudicadas com determinadas ações e para que essas estejam de acordo com os objetivos do projeto, das áreas e das atividades executadas.

A orientação e o acompanhamento dos alunos e recém-formados pelo professor são fundamentais para a efetividade das ações, pois este tem papel determinante na extensão universitária e na mediação pedagógica.

Encontros entre os professores

Essa atividade ocorre com o objetivo de proporcionar uma maior integração entre os professores e as atividades planejadas e supervisionadas. Os aspectos formativos e a ação voltada para o conhecimento de cada um são discutidos nesses encontros, bem como o andamento das atividades específicas que são informadas e analisadas para que todos possam opinar e trabalhar interdisciplinarmente nas supervisões. Nesse sentido, torna-se um importante espaço de interação com as diversas áreas do conhecimento

presentes na Incubadora. Tal atividade faz com que todos tenham visibilidades das possíveis propostas junto aos grupos assessorados e como poderão contribuir para o seu desenvolvimento.

Encontros para grupo de estudo

No início das atividades da INTES, o primeiro passo a ser tomado é a realização de uma formação com os alunos e professores sobre o tema Economia Solidária, e é neste momento que percebemos a troca de informações entre alunos e suas áreas.

O grupo de estudos na INTES é desenvolvido semanalmente com temas específicos, conforme necessidades apontadas pelos graduandos, o qual possibilita o aprofundamento sobre este. No início de cada ano letivo, os alunos se reúnem e elencam os temas relevantes que gostariam de estudar. Os temas são mudados conforme as necessidades que os alunos sentem sobre os grupos.

Deste modo, todas as áreas se reúnem e elaboram um cronograma do qual é seguido por todos, com datas e temas que serão estudados, procuram textos sobre o assunto, estudando e discutindo sobre eles.

Outra forma de realização desses encontros é convidando um professor que explana temas específicos que a equipe gostaria de debater. Esse momento vai além do aprofundamento, remete-se também às discussões, troca de saberes e reflexões sobre o trabalho que é desenvolvido nos grupos. É o momento de todos os alunos trocarem entre si as necessidades e discorrer em aspectos importantes sobre os empreendimentos, para o aprofundamento do conhecimento e as possíveis respostas aos grupos.

Quando um novo aluno inicia suas atividades no projeto, outros que já fazem parte desse processo realizam estudos específicos passando todas as informações para esses novatos, destacando aqui a importância deste momento e a interdisciplinaridade se concretizando, pois todos atuam no mesmo objetivo, respeitando cada área do conhecimento.

Encontros com parceiros

Esse é um importante momento em que professores, profissionais recém-formados, alunos e profissionais das organizações que estabelecem parcerias com a Incubadora se reúnem para discutir e debater sobre a Economia Solidária e fortalecer as parcerias.

O esforço para estabelecer parcerias em uma organização qualquer que seja não é simples, visto que o parceiro deve ser aquele que pensa de

forma similar a outra organização que atua de forma colaborativa e acredita na filosofia da outra instituição.

Apesar da dificuldade encontrada, os benefícios que essa parceria estabelece pode ser considerável, pois, a atuação coletiva abre um leque de soluções maior do que o “decidir sozinho”. Conhecer a necessidade do outro a ponto de beneficiá-lo, sendo ou não beneficiado naquele momento, é o desafio maior que uma parceria pode requerer.

A INTES vem atuando com parcerias desde a sua implantação, as necessidades foram sendo alteradas e algumas parceiras também.

A princípio, a parceria visava para INTES expansão, divulgação e consolidação. Atualmente, as parcerias têm o foco de fortalecimento da INTES pelas mais diversas ações. Os parceiros são convidados a participar do projeto com o intuito de colaborar nas diferentes dificuldades encontradas pelos grupos. Da mesma forma, a INTES também é convidada a ser parceira com o objetivo de pensar em soluções coletivas.

Por si só não seriam supridas todas as necessidades, sendo assim é primordial a ação destes parceiros. Eles são contatados sempre que há demanda de uma das partes, porém, mesmo que não exista uma data específica, ocorre no mês pelo menos uma reunião com o intuito de pensar de forma conjunta em ações que privilegiem as partes envolvidas.

Na INTES esta parceria tem resultado em projetos estudados e intermediados de forma conjunta que favoreçam, sobretudo, os grupos incubados. No entanto, ações também são propostas com o intuito de favorecer a comunidade como um todo e não apenas a INTES, visto que a este é um projeto de extensão e não apenas uma incubadora delimitada a poucos.

A parceria tem resultado em benefícios mútuos, e tem sido essencial para a complementação do projeto em virtude da ampliação de ações que esta parceria proporciona e do fortalecimento que os envolvidos oferecem uns aos outros. A visibilidade da economia solidária e a consolidação desta como política pública esta sendo atualmente estudada pelos parceiros.

Encontros dos profissionais recém-formados com os alunos

A reunião promovida pelos profissionais recém-formados com os alunos se realiza a cada quinze dias, consiste em um ambiente de diálogo, cada aluno expõe seu ponto de vista do cotidiano dos grupos, um local para que todos possam refletir suas atuações e como conduzir sua ação nos grupos, criando espaços para que haja interdisciplinaridade. Na prática, há um esforço de superar as dificuldades de entrosamento entre todas as

diciplinas, buscando estabelecer pontes de ligação entre elas e buscando também possibilidades de efetivação das propostas do projeto.

Algumas áreas possuem um olhar técnico dos problemas propostos e outros mais subjetivo, este momento é crucial no debate das soluções em que o conhecimento técnico se une ao prático, tornando-se resolução ideal aos problemas propostos.

Encontros dos professores com os alunos de suas respectivas áreas do conhecimento

Esse também se constitui um importante espaço de supervisão, tornando-se um importante momento nesse processo de formação dos alunos. Os professores se reúnem com os alunos de suas respectivas áreas do conhecimento e discutem a atuação dessas áreas na contribuição e concretização dos objetivos estabelecidos durante o ano junto aos grupos. Os conteúdos das disciplinas formativas e a experiência do campo tem mostrado a necessidade de debates e discussões para que se concretizem as experiências junto aos grupos. As demandas com as quais os alunos se defrontam exigem conhecimentos e habilidades para atendimento cotidiano dos membros dos grupos e para a participação em equipes. Entretanto, essa participação exige clareza das bases teóricas que fundamentam as diferentes profissões e áreas do conhecimento.

Encontros de capacitação da equipe técnica e dos grupos incubados

A capacitação técnica ocorre pela troca de saberes entre os grupos incubados e as equipes de acompanhamento. Nos encontros semanais ocorrem as oficinas, o diálogo e a avaliação de como o empreendimento está sendo encaminhado. As dúvidas são sanadas com o objetivo de que o grupo tome as decisões de forma participativa e democrática. Esta construção dialógica faz com que os trabalhadores envolvidos percebam como se dá o desenvolvimento do empreendimento. Tal procedimento significa que a equipe da Incubadora tem sempre que se colocar no lugar do grupo e, ao mesmo tempo, facilitar o diálogo e as tomadas de decisões, construindo assim a união entre o saber acadêmico com o saber popular, numa tentativa de transformação da prática cotidiana. São nesses encontros que as oficinas e conhecimentos técnicos são colocados aos grupos como: formação em economia solidária, processos de organização do trabalho, técnicas de produto, preço e discussões sobre o processo de comercialização

Além dos encontros semanais, a incubadora promove encontros trimestrais de integração entre os grupos incubados, com o objetivo de trocar experiências e relatar o desenvolvimento do grupo. Anualmente a Incubadora promove um Seminário de Economia Solidária, com o objetivo de consolidar a prática desse conceito e divulgar o seu trabalho. Estes encontros de capacitação são supervisionados e discutidos com todos os envolvidos para garantir temas do interesse e a participação na organização coletiva de tais atividades.

Considerações finais

Pode-se afirmar que os desafios que se apresentam aos professores, profissionais e alunos vêm sendo alvo de discussões dentro de cada área do conhecimento.

Isso pressupõe a compreensão de espaços, como o da Incubadora que é um projeto de extensão, em um dos espaços privilegiados da formação acadêmica e que prioriza o aprofundamento teórico metodológico de uma prática que se pode considerar alternativa e que privilegia práticas e habilidades na formação de profissionais mais críticos e capazes de desvendar a teia das relações sociais.

As demandas com as quais os alunos se defrontam exigem conhecimentos e habilidades para o atendimento cotidiano dos grupos incubados e principalmente para a atuação em equipe interdisciplinar. Essa participação exige clareza das bases teóricas que fundamentam a profissão, percebe-se então que a interdisciplinaridade é um processo em construção, pois exige um novo modo de pensar as relações de trabalho e as relações sociais, diferente das que são comumente ativadas em atividades acadêmicas tradicionais.

O trabalho em uma incubadora, com a complexidade das tarefas e dos profissionais aqui descritos, demonstra o desafio colocado a todos os envolvidos. Espera-se que os estudos neste campo continuem e que este breve relato colabore para as experiências entre os profissionais envolvidos com a Economia Solidária, pois trata-se de uma área capaz de se envolver no processo de elaboração e consolidação de novas formas organizacionais de trabalho.

Entende-se que as incubadoras devem auxiliar na criação de mecanismos que busquem intervir nos processos de reprodução da desigualdade. Como coloca o autor Spink (2003, p. 66) que a consciência não passa “pelos governos”, isto é, “a economia solidária se refere a relação e ao fortalecimento de múltiplas interconexões entre organização diferente, interconexão de produção, de consumo, de crédito, de conhecimento”.

Para a consolidação da proposta, é necessário aprimorar esse tipo de trabalho, conhecer esta realidade, e assim contribuir para o desenvolvimento das incubadoras e para a consolidação de uma política pública que realmente atinja os trabalhadores.

Referências

ARRUDA, M. *Tornar real o possível. A formação do ser humano integral. Economia Solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho.* Petrópolis. Rio de Janeiro:Vozes,2006.

ENRIQUEZ, E. O Vínculo Grupal. In: *Psicossociologia – Análise Social e Intervenção*, 2001.

LEWGOY, A. M. B. *Pensar a supervisão de estágio em Serviço Social: ser ou não ser, eis a questão!* 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

MANCE, E. *Como organizar redes solidárias.* Rio de Janeiro, DP&A, Fase, IFIL, 2003.

PINANÇO, I. *Trabalho e Educação.* Aparecida SP: Idéias e letras, 2004.

PICANÇO, I.; TIRIBA, L. *Trabalho e Educação.* Aparecida SP: Ed. Idéias e Letras, 2004.

SPINK, P. *Redes solidárias, autogestão e solidariedade.* ABRAPSO, Porto Alegre, 2003.

SILVA, M. D. O estagio na formação profissional: elementos para análise. *Revista Serviço Social & Sociedade.* São Paulo n.45, p. 147-155.1994.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas.* 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000

SINGER, P. Diagnóstico e impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. RJ, In: VARANDA, A. P. M.; CUNHA, P. C. 2007. SIES Brasil. *Sistema de Informação em economia solidária.* MTE/PEA/ANPEC, Brasília, 2005.

SINGER, P. *Introdução a Economia Solidária,* SP, Fundação Perseu Abramo, 2002.

SANCHEZ, F. J. B.; KRUPPA, S. M. P. *Metologias de Incubagem – uma tentativa de problematização,* 2002. Disponível: <http://www.acompanhamentoproninc.org.br/producao/artigos/metod_incubagem.pdf . Acesso em 10/11/2009.

KRUPPA, S. M. P.; SANCHEZ, F. J. B. *Metodologias de Incubagem* – uma tentativa de problematização.

OS AUTORES

ANA CLAUDIA BANSI

Administradora; especialista em Gestão Contemporânea de Recursos Humanos (UEL); profissional de administração da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES).

BENILSON BORINELLI

Doutor em Ciências Sociais e professor do curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração (área de concentração: Gestão e Sustentabilidade) da Universidade Estadual de Londrina; coordenador do Grupo de Estudos em Política e Gestão Socioambiental (GEA) e integrante do Projeto Rede de Apoio à Comercialização de Produtos e Serviços de Socioeconomia (PROSOL).

FRANCISCO QUINTANILHA VÉRAS NETO

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina; doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná; professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande e do Programa de Mestrado em Educação Ambiental da mesma instituição, lecionando nas disciplinas Políticas Públicas em Educação Ambiental e Marx e a Natureza. Líder do Grupo Transdisciplinar em Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade (GTJUS).

GINO MARZIO CIRIELLO MAZZETTO

Graduado em História e em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); especialista em Didática e Metodologia da Educação pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR).

HENRIQUE MEDINA SANCHES

Designer Gráfico; profissional da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES).

JEISE CRISTINA ALVES

Assistente Social; profissional da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES).

LUCIANA SANTOS BATISTA

Administradora; pós-graduada em Planejamento e Gerenciamento Estratégico e Informática na Educação; profissional da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES).

LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS

Doutor em Ciências Sociais, Economista e Administrador; professor do departamento de Administração da Universidade Estadual de Londrina; membro do Grupo de Estudos em Política e Gestão Socioambiental (GEA) e integrante do Projeto Rede de Apoio à Comercialização de Produtos e Serviços de Socioeconomia (PROSOL).

MARCIA REGINA GABARDO DA CÂMARA

Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL); coordenadora do Curso de Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina, com graduação em Economia pela Universidade de Brasília (1980), mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (1986) e doutorado em Economia pela mesma instituição (1993); coordenadora do grupo de pesquisa Grupo de Economia Industrial e da Tecnologia (GEITE).

MARIA LUIZA AMARAL RIZZOTTI

Doutora em Serviço Social e Política Social pela PUC-SP; mestre em Serviço Social e Movimentos Sociais pela mesma instituição; professora do Curso de Serviço Social da UEL desde 1987; ex-secretária Municipal de Assistência Social de Londrina (2001 a 2008); coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gestão de Políticas Sociais da UEL.

MARIANA ALVES DE OLIVEIRA

Engenheira Agrônoma (UEM); mestre em Agronomia (UEL); Engenheira Agrônoma da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES).

MOARA CRISTINA RODRIGUES

Graduanda em Economia pela Universidade Estadual de Londrina e integrante do projeto de extensão “Fortalecimento dos Processos de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários” (EES) da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES) da Universidade Estadual de Londrina.

OLAVO APARECIDO COSTA

Sociólogo; integrante da equipe do Programa Municipal de Economia Solidária.

PAULO BASSANI

Doutor em Ciências Sociais; professor do Departamento de Ciências Sociais; coordenador do GEAMA (Grupo de Estudos Avançados Sobre o Meio Ambiente). Pró-Reitor de Extensão da UEL de 2006 a 2010.

RITA DE CÁSSIA GARCIA MARGONATO

Mestranda em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina; integrante do projeto de extensão “Fortalecimento dos Processos de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários” (EES) da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES) da Universidade Estadual de Londrina.

ROSELY JUNG PISICCHIO

Psicóloga; mestre em Ciências Sociais; docente do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina; coordenadora da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES).

SANDRA MARIA ALMEIDA CORDEIRO

Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina; docente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina; professora colaboradora da Incubadora Tecnológica de empreendimentos Solidária (INTES); membro do Núcleo de Gestão em Políticas Sociais e docente do Mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina

SANDRA REGINA NISHIMURA

Mestre em Serviço Social e Política Social pela UEL; especialista em Temas Contemporâneos pelo departamento de Serviço Social da UEL; integrante da Coordenação Executiva da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; ex- coordenadora do Programa Municipal de Economia Solidária da Prefeitura de Londrina.

SINIVAL OSORIO PITAGUARI

Professor do departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL); bacharel em Ciências Econômicas e mestrando em Economia Regional pela UEL, coordenador do Projeto Rede de Comercialização e Apoio à Produtos e Serviços de Organizações de Socioeconomia, financiado pelo programa “Universidade Sem Fronteiras”: Extensão Tecnológica Empresarial, da Fundação Araucária.

SÔNIA MARIA FERREIRA

Assistente Social, profissional da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES).

TEREZINHA SARACINI CIRIELLO MAZZETTO

Doutora em Desenvolvimento Econômico e professora do departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina; integrante do projeto de extensão “Fortalecimento dos Processos de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)”, da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES) da Universidade Estadual de Londrina.

VIVIAN CASTILHO CLEMENTE

Psicóloga, cursando M.B.A em Liderança e Gestão de Talentos Humanos (Centro de Ensino Superior de Dracena - CESD); profissional de Psicologia da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES).

ZULEICA GOMES CRUZ

Administradora, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da UEL/UEM.

